



**Mayara de Oliveira Nogueira**

**Narrativas, prática profissional e ética social:  
negociação e coconstrução de identidade**

**Tese de Doutorado**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Estudos da Linguagem da PUC-Rio como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor em Letras/Estudos da Linguagem.

Orientadora: Profa. Maria das Graças Dias Pereira

Rio de Janeiro

Abril de 2018



**Mayara de Oliveira Nogueira**

**Narrativas, prática profissional e ética social:  
negociação e coconstrução de identidade**

Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor pelo Programa de Pós-graduação em Estudos da Linguagem da PUC-Rio. Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo assinada.

**Profa. Maria das Graças Dias Pereira**

Orientador e presidente  
Departamento de Letras – PUC-Rio

**Profa. Inés Kayon de Miller**

Departamento de Letras – PUC-Rio

**Profa. Maria do Carmo Leite de Oliveira**

Departamento de Letras – PUC-Rio

**Profa. Virgínia Colares Soares Figueirêdo Alves**

UNICAP

**Profa. Tânia Mara Gastão Saliés**

UERJ

**Profa. Monah Winograd**

Coordenadora Setorial do Centro de Teologia  
e Ciências Humanas – PUC-Rio

Rio de Janeiro, 13 de abril de 2018.

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem autorização da universidade, da autora e da orientadora.

### **Mayara de Oliveira Nogueira**

Graduou-se em Direito na Universidade Vila Velha, em 2011; e em Letras na Universidade Federal do Espírito Santo, em 2011. Concluiu o mestrado na mesma instituição em 2013, estudando os Afrossambas de Vinícius de Moraes e Baden Powell. Ingressou no curso de Doutorado em Estudos da Linguagem da PUC-Rio em 2014. Participou de diversos congressos na área de Estudos de Linguagem.

#### Ficha Catalográfica

Nogueira, Mayara de Oliveira

Narrativas, prática profissional e ética social: negociação e coconstrução de identidades / Mayara de Oliveira Nogueira; orientadora: Maria das Graças Dias Pereira. – 2018.

192 f.; 30 cm

Tese (Doutorado em Letras) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

Inclui bibliografia

1. Letras – Teses. 2. Narrativa. 3. Interação. 4. Discurso em contexto profissional. 5. Estigma. 6. Ética de grupo. I. Pereira, Maria das Graças Dias. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Letras. III. Título.

CDD: 400

Aos Pedros Pedreiros que passaram pelas salas do escritório e que talvez, no fundo, esperem alguma coisa mais linda que o mundo, maior do que o mar.

## Agradecimentos

Quando penso em **Maria das Graças Dias Pereira**, a afetuosa Graça, sou dominada por uma profunda gratidão. Poucos têm sorte de encontrar alguém tão generosa e acessível no meio acadêmico. Muito obrigada por possibilitar estabelecer com você um compromisso acadêmico e de confiança mesmo antes do doutoramento. Agradeço com todo meu coração por sua leitura crítica, por seus apontamentos pertinentes, por suas agudas sugestões bibliográficas e buscas por novas referências e, sobretudo, pelo carinho e afeto a mim sempre ofertados. Se hoje acredito no potencial do meu contexto de investigação e no alcance que esta pesquisa e seus desdobramentos podem ter, agradeço à Graça, minha “mãe” acadêmica.

Às queridas **Inés Kayon de Miller** e **Tânia Mara Gastão Salies**, meu agradecimento sincero por terem abraçado a empreitada de acompanhar a leitura deste trabalho desde sua versão piloto em minha qualificação. Obrigada pelas proveitosas críticas e sugestões. Vocês são geniais!

A **Adriana Nogueira Accioly Nóbrega**, **Maria do Carmo Leite de Oliveira**, **Roberto Perobelli de Oliveira** e **Virgínia Colares Soares Figueirêdo Alves**, agradeço pelo aceite em participar da banca de avaliação. Obrigado pela disponibilidade, pela leitura e pela atenção. Vocês participaram desta tese, de modo direto ou indireto, desde o início de sua escrita.

Às professoras da Pós-Graduação em Estudos da Linguagem da PUC-Rio, especialmente a **Liliana Cabral Bastos** e **Liana de Andrade Biar**, pelos ensinamentos e preciosas colaborações no desenvolvimento desta pesquisa.

A todos os funcionários da Secretaria de Letras da PUC-Rio, especialmente à **Chiquinha**, por estar sempre disposta a colaborar.

A **CAPES**, por inicialmente fomentar esta pesquisa. Ao **CNPq**, e a **PUC-Rio**, pelos auxílios concedidos. Poder doutorar nesta universidade foi um privilégio.

Aos integrantes e amigos do **Grupo de Pesquisa Linguagem Cultura e Trabalho (CNPq – PUC-Rio)**, por todas as contribuições, sugestões e discussões que certamente se fazem presentes neste trabalho.

Aos membros do escritório **JN Advocacia**, em que os dados da pesquisa foram gerados, obrigada por permitirem que nosso *fazer* cotidiano e nossas conversas pudessem ser objeto de investigação.

A **Ísis e Ícaro**, por oportunizarem que suas histórias fossem contadas e suas vozes pudessem ecoar para além dos limites de Gaza. Vocês estão, de algum modo, no lugar que devem ocupar: no universo, em toda a cidade, na universidade.

Às queridas **Adriana Rodrigues de Abreu e Renata Martins Amaral**, minhas companheiras acadêmicas. Agradeço sobremaneira pela parceria, pelo companheirismo, pelas caronas, pelos congressos, pelos risos e pela amizade que vai além da academia. Vocês foram indispensáveis para que esta jornada fosse tão prazerosa. Obrigada pelo presente precioso que são para mim.

A **Karu**, “guardiã” deste texto. Obrigada por fazer minha permanência no Rio, mesmo em dias nublados, um eterno banho solar. Gratidão por ter feito com que os dias fora de casa fossem tão alegres e por ter me feito aguardar cada chegada para o “conta mais!”. Você é muito incrível!

À minha mãe, **Iracilda de Oliveira Nogueira**, pós-doutora em Amor e Desprendimento pela Universidade da Vida. Muito obrigada por maternar nosso rebento nas várias horas e dias em que precisei escrever. Sua luz foge a qualquer compreensão humana, minha amada mãe. Sem você nada em minha vida – inclusive este estudo – teria sido possível. Amo você, meu “Tolação”.

Ao meu pai, **Jader Nogueira**, quem me ensinou a amar o Direito-Esquerda. Agradeço infinitamente aos céus pela sorte de ser sua filha e por poder ser “a corda de seu coração”. Obrigadíssima por ser meu maior incentivador e fiel escudeiro. Eu te amo para além da vida. Você é a razão de todas as coisas.

Ao meu pequeno **Benjamin Nogueira Loyola**, gestado junto com este texto. Sou imensamente grata por, mesmo tão pequeno, compreender os tempos de afastamento de nossos corpos. Obrigada, “Amendoim”, pela grandeza de pacientemente me ensinar a ser uma pessoa melhor. Você alimentou minha alma e

deu novo fôlego para que este trabalho fosse concluído entre uma mamada e outra. Uma vitória de dois no trabalho de muitas vezes escrever com apenas uma das mãos. Você é muito mais e além, my little sunshine...

Ao meu marido, **Manoel Almeida Loyola Neto**, pela parceria, pela paciência, pelo cuidado, pelo zelo e pelo amor que extrapola os limites do nosso lar. Gratidão por ser quem é e por paternar tão lindamente entre fraldas, dentes e bronquiolite. Nossa aliança se fortificou ainda mais no curso desta pesquisa.

Às minhas companheiras de uma vida inteira, minhas “manas” **Thatiana de Oliveira Nogueira Follador** e **Juliana de Oliveira Nogueira**. Agradeço por segurarem as pontas no escritório e em casa. O tempo de vocês – bem mais precioso de que um homem pode dispor – está em cada página desta tese. Vocês são as melhores amigas que alguém pode ter. Obrigada por darem significado à palavra “irmandade” com contornos tão próprios aos jeitos e trejeitos de cada.

Ao meu tio “**Tuta**”. Nosso “Tuta biruta nariz de butuca”. Sua memória se faz presente em tudo que faço. Te amo para todo o sempre, meu tio-irmão.

A toda minha família, especialmente minhas avós “**Iquinha**” e “**Detina**”. Vocês são o que há de mais bonito em mim. Se hoje estou aqui é porque há muito dessas sábias mineiras que poderiam elas próprias ser o conceito de *expertise*.

Agradeço, por fim, a **Deus**, por todo o cuidado e sustento ao longo de toda minha vida. Obrigada por possibilitar que alguém tão pequena pudesse estar num lugar tão grande sendo instrumento para que histórias ainda maiores fossem contadas.

Sem cada um de vocês, o que seria possível?

## Resumo

Nogueira, Mayara de Oliveira; Pereira, Maria das Graças Dias (Orientadora). **Narrativas, prática profissional e ética social: negociação e coconstrução de identidades**. Rio de Janeiro, 2018. 192p. Tese de Doutorado – Departamento de Letras, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Propomo-nos investigar, na presente tese, a coconstrução de identidades emergidas em contexto jurídico-profissional de adolescente acusado (e preso) pelo suposto cometimento do crime de incêndio a partir das narrativas construídas por sua mãe, por si mesmo e recontadas pelos advogados que lhes assistem aos demais membros do escritório. Nesse sentido, objetivamos compreender, a partir das (re)narrativas, como são construídas, projetadas e avaliadas as identidades do ex-detendo nos contextos profissional e institucional e a influência danosa (psíquica) que os efeitos de uma prisão ilegal e exposição midiática da imagem exercem nos participantes. Os encontros foram analisados em perspectivas macro e microsociológica à luz dos estudos sobre narrativas orais, orientados pela Sociolinguística Interacional; dos estudos sobre fala-em-interação em contexto institucional; e dos estudos de/sobre identidades em consonância com as perspectivas pós-estruturalistas que desessencializam o conceito de identidade e que se sustentam na dimensão simbólica de sua manifestação. A pesquisa é de ordem qualitativa. Os dados gerados provêm de consultas jurídicas realizadas no ano de 2016 em que a autora deste trabalho atuou exercendo tanto o papel de advogada, quanto de pesquisadora. Correspondem a três encontros em momentos e com propósitos institucionais distintos, nos quais estavam presentes advogados e dois clientes que vivem na mesma comunidade em que o escritório está situado: a "Faixa de Gaza" capixaba, marcada pela disputa e domínio do tráfico de drogas. Dois dos encontros analisados categorizam-se enquanto "consulta jurídica", ao passo que o terceiro corresponde à re-narrativa e recontextualização da história pelos advogados responsáveis pelo caso aos demais parceiros de trabalho durante o horário de almoço, que se dá no próprio escritório e se mostrou um ambiente propício para relatarem os casos que lhes foram individualmente entregues. No escritório, há a atuação advocatícia de aproximadamente trinta anos de um grupo de advogados em defesa dos direitos trabalhista e previdenciários da comunidade que reside na região. Na análise dos dados gerados, propomos a observação em três dimensões: interacional, narrativa e contextual. A história narrada pelos participantes - jovem morador daquela zona periférica, preso por crime não cometido; e sua genitora – e recontada pelos advogados, desvela uma série de práticas, fazeres e saberes tanto do grupo que compõem o escritório observado quanto dos membros da comunidade. A inserção dos advogados é ratificada e possibilitada naquele território por ofertarem um primado essencial à real existência de um Estado Democrático: proporcionar o acesso à Justiça às vozes marginalizadas, e este é o principal atributo e prumo da ética do grupo. Observou-se que a re-narrativa e recontextualização da história pelos advogados foi favorável para o estabelecimento tanto de intersubjetividade do grupo quanto de uma construção de ética comum, no qual há uma identificação do que a equipe entende ser a postura que lhe delineia. Desse modo, pudemos vislumbrar que o sofrimento apresenta diferentes nuances a depender dos atores que narram a experiência desviante, bem como a depender da atividade desempenhada (busca pela solução de um conflito que se quer judicializado ou conversa informal na qual uma ética comum é coconstruída) e participantes envolvidos.

## Palavras-chave

Narrativa; interação; discurso em contexto profissional; estigma; ética de grupo.



## Abstract

Nogueira, Mayara de Oliveira; Pereira, Maria das Graças Dias (Advisor). **Narratives, professional practices and social ethic: negotiation and identity coconstruction.** Rio de Janeiro, 2018. 192p. Tese de Doutorado – Departamento de Letras, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

We propose to investigate, in this dissertation, the identity coconstruction emerged in juridical-professional context of an adolescent charged (and imprisoned) by the supposed crime of arson from the narratives constructed by his mother, by himself and retold by the lawyers who assist them to the other members of the staff. This way, we aim at comprehending, from the (re)narratives, how the former inmate identities are constructed, projected and appraised in professional and institutional contexts and the harmful influence (psychic) that the effects of an illegal detention and media exposure image have in the participants. The meetings were analyzed in the macro and microsocial perspectives in the light of oral narrative studies oriented by Interactional Sociolinguistics; of the studies on talk-in-interaction in institutional context; and of the studies of/about identities in consonance with the post-structuralist perspectives, which de-essentialize the concept of identity and that, support its manifestation in a symbolic dimension. This research is qualitative. The data obtained are from juridical consultations that occurred in the year of 2016, in which I perform the roles of not only a lawyer, but also a researcher. It correspond to three meetings in different moments and with different purposes, in which were present lawyers and two clients who live in the same community where the office is located: the "Faixa de Gaza" capixaba, marked by the dispute and control of drug trafficking. Two of the meetings analyzed are categorized as "legal consultation", whereas the third corresponds to re-narrative and re-contextualization of the story made by the lawyers in charge of the case to the other coworkers during lunchtime, which occurred in the office and it shows itself a propitious environment to report the cases that were given to them individually. In the office, there is the law operation of approximately thirty years of a group of lawyers in defense of labor and social security laws of the community that lives in that region. In the analysis, we propose the observation in three dimensions: interactional, narrative and contextual. The story reported by the participants – the young resident of those outskirts, imprisoned for a crime he did not commit; and his mother – and reported by the group of lawyers, disclose an array of practices and set of knowledge not only of the group that forms the staff of the office but also of the members of the community. The inclusion of lawyers is ratified and made possible in that office because it offers an essential primacy to the real existence of a democratic state ruled by law: to provide the access to Justice to the marginalized voices and this is the main feature and ethic line of the group. It was observed that the (re)narrative and recontextualization of the story mad by the lawyers was favorable to the establishment not only of a group intersubjectivity but also of a common ethic construction, in which there is an identification of what the group understand that ethics posture is. Thereby, we managed to envision that the suffering shows different nuances depending on the participants who reports the deviating experience, as well as it depends on the activity performed (search for a solution of a conflict that is aimed to make judicial or an informal conversation in which a common ethics is coconstructed) and participants involved.

## Keywords

Narrative; interaction; discourse in professional context; stigma; group ethics.

# Sumário

1 Introdução.....	14
1.1 Meu lugar em relação ao aqui e agora da interação: sobre a prática profissional e o fazer pesquisa social .....	17
1.2 O lugar do escritório de advocacia (contexto situacional e social) .....	17
1.3 Tema da pesquisa .....	19
1.4 As perguntas de pesquisa.....	21
1.5 Os objetivos do estudo.....	22
1.5.1 Objetivo geral .....	22
1.5.2 Objetivos específicos.....	23
1.6 Relevância e justificativa da pesquisa .....	23
1.7 Traçando caminhos no processo da pesquisa .....	25
2 Linguística Aplicada das Profissões .....	26
2.1 Clientes em atendimento e lugares social e situacional (a noção de contexto) .....	28
2.2 Estrutura de participação na fala-em-interação em contexto profissional.....	32
2.3 Ética de grupo e valores sociais ou compromissos .....	33
2.4 Emoções no âmbito do discurso na prática profissional.....	35
2.5 Conceito de discurso .....	36
3 Narrativa e coconstrução de experiências .....	39
3.1 Narrativa como recaptulação de experiências passadas .....	41
3.2 Narrativa e construção de identidades coletivas e individuais .....	44
3.3 Narrativa e organização da experiência desviante.....	46
3.4 Narrativas de sofrimento e sistemas de coerência .....	46
4 Aspectos metodológicos e contextuais da pesquisa .....	48
4.1 Posicionamento epistemológico e ponto de vista do observador .....	52
4.2 Natureza da pesquisa e eleição do microsocial como arena investigatória....	53
4.3 Estranhando o familiar: a pesquisa autoetnográfica no âmbito do trabalho....	55
4.4 Contextos de investigação: os campos institucional e profissional .....	59
4.5 Os participantes envolvidos.....	64
4.6 Procedimentos de análise.....	68
4.6.1 Geração dos dados .....	68
4.6.2 Transcrição dos dados .....	69
4.6.3 Recorte analítico e categorias selecionadas.....	70
5 Narrativa de sofrimento: o narrar .....	73
5.1 “Inhantes d’eu coisar”: coconstrução e negociação de identidades .....	74
5.2 “Porque ASSALARIADO <a gente não tem como entrar>”: a busca por negociação e alinhamentos .....	77
5.3 “Aí eu já vou orientar a senho::ra”: o mandado institucional .....	79
5.4 “Ó, pra mim eu MURRI!”: do sofrimento e experiências.....	82
5.5 “Me rebaixa::ndo que meu filho foi preso”: carreira moral e estigma .....	85
5.6 “Aquilo parece que minha mente abre”: memória e sofrimento .....	88

6 Narrativa de experiência desviante: o trabalho colaborativo de (re)contar .....	91
6.1 “O que eu tenho a dizer é <somente> i:sso”: (re)contando uma história .....	92
6.2 “O mundo TO[DO!]”: tópicos de relevância .....	95
6.3 “eu venho caminha::ndo aí, ó, e [humiLHAção]”: o sofrimento de Ícaro .....	99
6.4 “Quem te conhece de VERDADE”: compartilhando saberes .....	101
6.5 “mas só que o MEDO toma conta de mim”: temor e discurso pedagógico/aconselhamento .....	104
6.6 Narrativa das mídias .....	112
7 Narrativa de grupo: co-narrativa e tecitura ética .....	117
7.1 “Me dá aí o macarrão::o?”: o evento interacional no contexto <i>mesa de almoço</i> .....	118
7.2 “A:: Ísis veio >aquele< dia?”: o caso de Ícaro .....	120
7.3 “Por que ela vai entrar na ação?”: a coconstrução argumentativa do <i>saber-fazer</i> .....	121
7.4 “ela ABRIU a bo::Ca a ↓chorar”: partilhando o <i>choro</i> .....	126
7.5 “Pra ela, assim, é uma coisa norma::l”: segundas histórias e avaliação .....	127
8 Comunalidades e entrecruzamentos .....	132
8.1 Ocupando-se em ser comum: ética e engajamento profissional em uma comunidade estigmatizada .....	132
8.2 Através das narrativas: as emoções .....	135
9 Considerações finais .....	140
9.1. Retomando as questões de pesquisa .....	144
9.2 Engrenando os planos de análise: as dimensões interacional, contextual e narrativa dos encontros .....	148
9.3 Para não finalizar...desdobramentos .....	150
Referências bibliográficas .....	156
ANEXOS .....	167

## Lista de figuras

Figura 01 – Mapa Indicador de crimes letais contra a pessoa no município de Vila Velha – Espírito Santo no ano de 2000	60
Figura 02 – Imagem publicada pela página do Tribunal Superior do Trabalho	61
Figura 03 – Atendimento realizado na porta do escritório com cliente acidentado	62
Figura 04 – Cliente portador de necessidades especiais acessando o escritório	62
Figura 05 – Chapa apoiada e assessorada pelo escritório nas eleições sindicais em maio de 2013 dos Rodoviários do Espírito Santo	63
Figura 06 – Dimensões da análise	71
Figura 07 – Relações entre narrativas	71
Figura 08 – Trecho de publicação retirada do site Folha Vitória	110
Figura 09 – Trecho de publicação retirada do site Gazeta Online	110
Figura 10 – Categorização e julgamento	113

*Se, na verdade, não estou no mundo para simplesmente a ele me adaptar, mas para transformá-lo; se não é possível mudá-lo sem um certo sonho ou projeto de mundo, devo usar toda possibilidade que tenha para não apenas falar de minha utopia, mas participar de práticas com ela coerentes.*

(FREIRE, 2000, p. 33)

## Introdução

A primeira condição para modificar a realidade consiste em conhecê-la.

(GALEANO, 1981)

No cenário acadêmico brasileiro atual, há pesquisas que interseccionam os campos do Direito com os Estudos da Linguagem sob óticas epistemológicas e enfoques diversos, desde o exame de aspectos linguísticos e retóricos no Tribunal do Júri (FAGUNDES, 1987; CHALITA, 2002) à identificação do papel do mediador em audiências de conciliação no PROCON (SILVEIRA & GAGO, 2005; BRIGATTE, 2009; GAGO & VIEIRA, 2016). Ao observar o cenário contemporâneo dos estudos com foco nas relações jurídicas atrelados aos fenômenos interacionais em contexto profissional, percebi uma lacuna a ser preenchida por pesquisas que verssem sobre as interações cotidianas de advogados com seus clientes, e, sobretudo, entre os advogados entre si “sobre os casos de seus clientes”. Trata-se da ‘fala no trabalho’ e ‘sobre o trabalho’ (NOUROUDINE, 2002; FAÏTA, 2002), com enfoque em conarração de experiências (PEREIRA & CORTEZ, 2011; OLIVEIRA & BASTOS, 2014).

Inicialmente, quando ingressei no curso de doutorado em Estudos da Linguagem pela PUC-Rio, o direcionamento de minha pesquisa se enredava na observação de narrativas coconstruídas com clientes que sofreram acidente e se construíam identitariamente enquanto um sujeito que, por estar acidentado, seria incapaz para exercer atividades rotineiras ou habituais, como pentear os cabelos, por exemplo. Entretanto, fazendo o curso “Análise da Narrativa”, com a professora doutora Liliana Cabral, acabei gerando outros dados, gravando, além de consultas, os almoços do escritório, momento em que todos os profissionais se reúnem. Foi exatamente nos dados não previamente considerados como relevantes para esta tese o lugar em que vi uma diferença substancial no *fazer* do coletivo, pois era neste momento que havia o compartilhamento de histórias que nos eram contadas pelos clientes, era aí que nos posicionávamos e, no fim, uma prática

profissional comum era construída em colaboração a partir de teias de histórias. Isto é, a partir de uma primeira história surgida outras eram concatenadas tomando como prumo o que deveria ser feito perante aquele caso a partir daquilo que já havia sido trabalhado, assim, toda uma linha jurídico-argumentativa baseada nos fatos concretos era construída em conjunto. As conexões de tramas feitas pelo grupo, portanto, mostraram-se terreno fértil para a pesquisa de narrativas em fala-em-interação.

A motivação para o estudo da interação entre advogados-clientes e advogados-advogados em contexto profissional surgiu das vivências experienciadas por mim em um contexto que sempre me pareceu muito particular: um escritório de advocacia situado há quase trinta anos numa zona de conflito do tráfico de drogas capixaba, respeitado pelos traficantes locais que parecem perceber naquele local um espaço de propagação de vozes veladas dos membros do bairro para setores da esfera pública.

As práticas do grupo (SCHWARTZMAN, 1988) se concretizam na vida cotidiana desta comunidade de prática (HOLMES & MEYERHOFF, 1999) nos momentos de almoço – os quais se dão com todos ou quase todos os membros do grupo de advogados, na cozinha do próprio local de trabalho. Este foi um momento em que pude observar que as histórias contadas pelos clientes aos advogados eram recontadas (LINELL, 1998; ANDRUS, 2011; NORRICK, 2000). Na recontagem, as histórias serviam como mote e fio condutor tanto para o exercício prático de atividades corriqueiras, como buscar semelhanças entre casos para que determinado raciocínio argumentativo construído em um caso fosse aproveitado no caso-tópico da conversa. Observei que as renarrativizações serviam também de base para o estabelecimento de uma ética de grupo compartilhada que os identificasse perante outros pares profissionais e entre si mesmos enquanto um grupo específico – no caso, um grupo que se alinha a causas sociais e coletivas (BARTON, 2004).

Por oportuno, cumpre esclarecer de pronto que esta pesquisa parte do ponto de visto do lugar que ocupo: uma profissional se pesquisando; pesquisando sua prática profissional (lugar em que há membros da família lá atuando/participando) na lida diária; uma reflexão *no* trabalho e *sobre* o trabalho (NOUROUDINE, 2002; FAÏTA, 2002). Ter em vista esta perspectiva na construção de

todo o texto em si é a grande chave para a leitura e compreensão da análise teórico-metodológica e as considerações feitas. A fala, portanto, não é a de um pesquisador fora do grupo pesquisado, mas de um pesquisador-membro, um pesquisador crítico que reflete também sobre suas próprias atividades. Trata-se, assim, de uma perspectiva etnometodológica (COULON, 1995) de quem verdadeiramente viveu a experiência dos encontros; do ponto de vista de quem vivenciou e coconstruiu consultas e o almoço partilhado no grupo.

Duas foram assim as situações sociais focalizadas. A primeira traz o ambiente de trabalho da autora desta tese, com práticas entre advogada/cliente e os papéis de advogada e de pesquisadora: um primeiro tipo de prática profissional reconhecido como *consulta jurídica* (D'ÁVILA, 2006, 2008) por meio do qual determinado ator em desempenho e alinhamento ao papel social (SARANGI & ROBERTS, 1999A, 1999B; SARANGI, 2010, 2011) de “cliente” busca por orientações a respeito de determinado aspecto de vida do cliente que lhe confira direitos. A segunda situação contém práticas, fazeres e saberes do grupo que atua no escritório.

A presente pesquisa se propõe estudar práticas em narrativas (PEREIRA & CORTEZ, 2011) a partir da contação de experiências de desvio ou sofrimento (BASTOS, 2008; MOITA LOPES, 2009) que emergem: i) em consultas jurídicas, na interação entre advogados-clientes; ii) em intervalos intrajornada no escritório de advocacia observado, na interação advogados-advogados, na renarrativização da história de vida do Outro aos parceiros interacionais (OCHS & CAPPS, 2001; OLIVEIRA & BASTOS, 2014). Focalizo a prática profissional e a ética social, nos encontros, apontando para o processo de negociação e de coconstrução de identidades em narrativas de experiência desviante (GOFFMAN, [1963] 1998; BECKER, 2008; LINDE, 1993) e de sofrimento (BASTOS, 2008) que emergem em encontros mistos e não mistos (GOFFMAN, [1963] 1998) em um escritório de advocacia especializado nas áreas trabalhista e previdenciária.

Quanto aos aspectos identitários, balizarão este estudo a abordagem interacional de Bucholtz e Hall (2005) das atividades éticas coconstruídas e produzidas na interação, bem como a perspectiva socioconstrucionista (MOITA LOPES, 2003; HALL, 2011) que entende as identidades de forma não essencializada, mas negociadas e construídas. Nesse sentido, a proposta desta



pesquisa se alinha a esses entendimentos e aposta na interação entre advogados-clientes e advogados-advogados como um caminho para a coconstrução de práticas discursivas de agência (DURANTI, 2004; PEREIRA & CORTEZ, 2013; FABRÍCIO & PINTO, 2013) e de ética social (BARTON, 2004).

## 1.1

### **Meu lugar em relação ao aqui e agora da interação: sobre a prática profissional e o fazer pesquisa social**

O lugar que ocupo no contexto investigado passa necessariamente pelos papéis que desempenho em minha vida social. Por ser filha do proprietário do escritório, desde a mais tenra idade frequento este espaço e também locais externos da atuação profissional de meu pai, tais como centrais sindicais, prédios públicos, dentre outros. Por esta razão, muitos dos clientes me conhecem antes mesmo de minha formação e atuação profissional.

Por ter inclusive vivido com minha família *no* local por cerca de vinte anos – parte de minha história de vida que conto mais adiante –, as pessoas da comunidade nos conhecem e por nós são conhecidas, o que pessoaliza minha relação com a comunidade e faz de mim uma participante duplamente *insider* (VELHO, 1981). Por um lado, sou parte integrante da equipe de profissionais que lá atuam (assim, na relação advogado-advogado, interajo com “iguais” em determinada medida); e, por outro lado, embora se trate de encontros mistos quando consideradas as identificações “cliente” e “advogado”, na relação com clientes que vivem no entorno do escritório também me alinho como *insider* daquela realidade. Isto porque, por ter vivido na comunidade, partilho com eles uma série de conhecimentos que não fariam parte das experiências de um outro advogado e quem sabe até mesmo de um outro pesquisador.

## 1.2

### **O lugar do escritório de advocacia (contexto situacional e social)**

Geograficamente localizado no subúrbio do município de Vila Velha/ES (região metropolitana da Grande Vitória), mais especificamente no Bairro Santa

Rita, o qual faz parte da chamada “Faixa de Gaza” – alcunha atribuída em virtude do intenso tráfico de drogas e conflitos decorrentes na região –, o escritório de advocacia em que os dados foram gerados faz parte de um contexto situacional muito peculiar no que se refere ao tipo de matéria de Direito tratado.

Todos os advogados que atuam no escritório militam basicamente em três frentes: nos campos de Direito e Processo Civil, Direito e Processo do Trabalho e Direito e Processo Previdenciário. De onde se observa que a maior parte das matérias de militância dos profissionais que lá atuam gira em torno de direitos sociais coletivos e/ou individuais. Este é um aspecto que merece destaque, pois é conhecimento partilhado pelos membros do bairro que, se porventura algum tipo de caso que envolva matéria criminal for apresentado aos advogados do escritório, este caso será encaminhado a um outro profissional de um outro escritório – marcando assim a área de atuação do escritório naquele local: exclusivamente a defesa de interesses de trabalhadores urbanos e rurais. Normalmente os clientes apresentam incapacidades para desempenhar atividades de trabalho cotidianas ou ainda alguma incapacidade para exercer o trabalho que habitualmente exerciam em decorrência de acidente de trabalho ou doença ocupacional.

Um dado importante é que a maior parte dos clientes do escritório ou vieram pela militância e engajamento do escritório com sindicatos de trabalhadores (especialmente os Sindirodoviários) ou vivem nos bairros ao redor. Como adiante detalharemos, Jader (advogado proprietário do escritório) e Helder (advogado responsável pelos prazos processuais) conheceram-se por militar na Justiça do Trabalho na defesa do Sindicato dos Rodoviários de Vitória. Foi exatamente o sentimento de uma *justiça coletiva* compartilhada há décadas atrás que mantém os laços entre estes dois membros que há muito trabalham juntos. Foi ainda o compartilhamento de um senso de “*direito-esquerdo*” e compromisso social partilhado pelos demais membros do escritório os aspectos que delinearam a identidade coletiva. Ressaltamos que, por opção dos membros do escritório, os nomes dos membros deste grupo são reais, ao passo que os nomes dos clientes são fictícios. Esta escolha se deu por meio de deliberação conjunta através de conversa com o grupo, pois os participantes queriam ver, de modo mais claro, o que cada um havia dito. Isso porque, em um dos almoços gravados, uma das advogadas teceu algumas considerações em desfavor a uma juíza. Ao se lembrar

que a interação estava sendo gravada, foi solicitado que o trecho fosse suprimido, o que prontamente foi feito. Neste mesmo evento a advogada questionou como alguém saberia que aquilo que foi dito teria sido dito por ela ou outra pessoa, o que nos levou a discutir sobre este ponto específico e a decidir pela adoção dos nomes reais.

### 1.3

#### Tema da pesquisa

Proponho pesquisar narrativas colaborativas entre advogados e clientes em consultas jurídicas – portanto, em encontros mistos (GOFFMAN, [1963] 1998) – em conarração e recontextualização dos casos (OCHS, TAYLOR, RUDOLPH & SMITH, 1992; OCHS & CAPPS, 2001; OLIVEIRA & BASTOS, 2014), e entre advogados que trabalham no mesmo escritório durante o intervalo de almoço (momento em que foi percebida a fertilidade do estabelecimento de intersubjetividades entre os pares). Focalizo as narrativas de sofrimento (BASTOS 2008) e experiência desviante (GOFFMAN, [1963] 1998; BECKER, 2008) construídas no contexto institucional, partindo do pressuposto de que as narrativas correspondem a uma prática cotidiana neste contexto situado (LINDE, 2001) enquanto modo de ressignificar e reconstruir um evento ocorrido no passado.

Eventos narrativos que surgem em conversas no contexto “mesa de x” (“x” sendo café, almoço, jantar, etc.) têm sido analisados por autores como Tannen (1984), em sua observação sobre o estilo de contar histórias de californianos e nova-iorquinos em uma conversa de jantar; Ochs, Smith e Taylor (1988), privilegiando uma abordagem interacional do modo como as narrativas são produzidas e formatadas à mesa de jantar em conversas de família; Blum-Kulka (1993), para quem tal encontro social é crítico para a escolha de tópicos e maneira de narrar; dentre outros. Desse modo, o contexto de investigação parece-nos sobremodo fértil para observar a *fala narrativa* (BAMBERG, 2002) neste cenário interacional específico. Cabe ressaltar que estamos diante de procedimentos de *recontextualização* e, por esta razão, apreendemos que o discurso que daí emerge está inserido em uma “matriz de contextos”, conforme salienta Linell (1998).

Inseridos na perspectiva da Análise da Narrativa – intercambiando os estudos canônicos de Labov e Waletzky (1967) e Labov (1972) aos estudos da narrativa e interação (BASTOS, 2005; DE FINA & GEORGAKOPOULOU, 2008; DE FINA, 2008; GARCEZ, 2001; GOODWIN, 1984; JEFFERSON, 1978; PEREIRA & CORTEZ, 2011), investigaremos (i) a construção cooperativa da narrativa pelos participantes da conversa e (ii) as construções discursivas em situação de vulnerabilidade socioeconômica a partir da perspectiva dos advogados. Para tanto, observarei como, a partir de uma primeira história, segundas histórias (TANNEN, 1984; GARCEZ, 2001) são coconstruídas e concatenadas a um tópico central, possibilitando o estabelecimento da intersubjetividade (GILLESPIE & FLORA, 2009; BORGES & DEL CORONA, 2012; SCHIFFRIN, 1994).

As narrativas construídas pelos participantes de uma interação são moldadas pelo contexto situacional e interacional do qual brotam e no qual são construídas, o que implica ser o contexto de produção um dos elementos basilares na compreensão do processo linguístico-discursivo. Em um dado contexto institucional, de modo particular, há uma dupla orientação interacional: uma primeira que define os papéis dos atores sociais, apresentando, de um lado, uma figura representativa da instituição; e uma segunda orientação que diz respeito à direção e estruturação da *fala institucional* a fim de que determinados objetivos institucionais sejam atingidos e dada agenda cumprida (DEL CORONA, 2009; DREW & HERITAGE, 1992; BENWELL & STOKOE, 2006).

Encetada na concepção não-essencialista a propósito das identidades, na abordagem do *socioconstrucionismo* (FAY, 1996; POTTER, 1996; DENZIN, 1997; GERGEN, 1994; LONGINO, 1993; DENZIN & LINCOLN, 2006), para a qual os objetos sociais são construídos e negociados pelos seres humanos (MOITA LOPES, 2003), desenvolvo esta pesquisa focalizada na coconstrução das identidades em narrativas, tendo em vista que, se os *selves* e as identidades são construídos no discurso, eles são necessariamente construídos em histórias. A prática narrativa, nesta perspectiva, envolve o “fazer” identidade (BENWELL & STOKOE, 2006), uma vez que ao narrar é possível contar diferentes histórias e construir diferentes *selves*.

O foco de análise, assim, serão as narrativas construídas e recontadas pelos participantes, as quais desvelam o conflito existente entre o que futuramente serão

denominadas “partes processuais” e são por diversas vezes perpassadas por avaliações (LABOV, 1972). Dentre os eventos interacionais a serem analisados na pesquisa, destacamos as avaliações e projeções ou coconstruções de identidades (LABOV, 1972; LINDE, 1993) ao longo das narrativas construídas, as quais são passíveis de conferir credibilidade aos relatos e de operar como meio de se atribuir responsabilidade do evento danoso à parte contrária. Destacamos ainda as noções de natureza institucional da fala em interação (DEL CORONA, 2009), de *accounts* (explicações) como narrativas (DE FINA, 2009) e de *footing*, que conduzem a mudanças de enquadre e alinhamento (GOFFMAN, [1979] 2002). Enfatizaremos ainda questões relacionadas à ordem moral que emergem nos encontros – seja essa moralidade marcada pela *carreira moral* (GOFFMAN, 1988) ou pela *postura moral* (BARTON, 2004; OCHS & CAPPS, 2001; OLIVEIRA & BASTOS, 2014).

#### 1.4

#### As perguntas de pesquisa

A proposta desta tese parte do princípio de que o ato de narrar corresponde a um processo dialógico de práticas identitárias e tem por objetivo investigar marcas de desvio e estigma (GOFFMAN, [1963] 1998; BECKER, 2008), que emergem das narrativas construídas pelos participantes na interação. Objetivamos ainda investigar aspectos ligados à ordem moral para a compreensão da experiência narrada pelos participantes e os pontos de vistas sobrelevados na recontagem do grupo. Tenciona-se, ainda, pesquisar o modo como se configuram as narrativas construídas no contexto profissional a partir da agenda estabelecida pelo encontro, buscando relacionar questões de ordem macro com questões de ordem microestrutural, tais como *footings* de narrador e ouvinte.

Proponho-me investigar, como detalhei anteriormente, as práticas narrativas que permeiam e emergem em consultas jurídicas realizadas entre advogado-cliente escritório de advocacia e entre advogado-advogados nos intervalos de almoço – momento em que há renarrativas (LINELL, 1994) (isto é, as narrativas contadas pelos clientes no momento de consulta são compartilhadas e redimensionadas), levando em conta as seguintes questões de pesquisa:

1) Como as narrativas emergem e se configuram no processo interacional desenvolvido no contexto de consulta jurídica? Que traços de institucionalidade moldam as práticas narrativas?

2) Como os clientes se projetam na cena da fala em interação? Como os papéis desempenhados pelos advogados se manifestam e influenciam o desenvolvimento das práticas narrativas dos participantes?

3) Como se dá, via narrativa, a disputa pela definição da história do conflito judicializado?

4) Qual a implicação do binômio dano-reparação na construção das identidades dos interagentes?

5) Quais são as visões e os posicionamentos sobre eventos e imagens estigmatizadoras partilhados pelos atores sociais e parceiros discursivos?

## 1.5

### Os objetivos do estudo

A proposta de analisar as narrativas em contexto institucional e profissional e as práticas identitárias que emergem e integram a construção dialógica do ato de narrar pode proporcionar novos modos de construção de sentido dos atores sociais em relação à prisão ilícita e danos resultantes na esfera pessoal da vítima e, por reflexo, a outros sujeitos. Nesse sentido, detalho, a seguir, os objetivos desta pesquisa.

#### 1.5.1

##### Objetivo geral

Analisar, em contexto institucional, como se estabelece interacionalmente uma consulta jurídica e o discurso pedagógico em ambiente não-escolar a partir de encontros nos quais é narrada a história de um suposto cometimento do crime de incêndio a partir das narrativas construídas pela mãe da vítima, pelo adolescente preso e recontadas pelo grupo de advogados do escritório que lhes assistem. Focalizo o microcontexto da fala institucional e as projeções e formulações identitárias que permeiam as narrativas que surgem no encontro, numa abordagem

linguística sociointeracional, a fim de contribuir para o processo e análise de consulta jurídica.

### 1.5.2

#### Objetivos específicos

Este objetivo geral se divide e ramifica nos seguintes objetivos específicos:

a) Compreender, a partir das (re)narrativas coconstruídas pela vítima e por sua mãe, como são construídas, projetadas e avaliadas as identidades do ex-detendo nos contextos profissional e institucional e a influência danosa (psíquica) que os efeitos de uma prisão ilegal e a exposição midiática de sua imagem exercem nos participantes;

b) Avaliar o modo como o processo narrativo que surge nos contextos profissional e institucional influi e contribui na análise jurídica feita (atividade ou meta fim deste tipo de agenda institucional) e no diagnóstico proferido;

c) Descrever os papéis sociodiscursivos e as identidades construídas e negociadas a partir dos discursos da vítima e seus parceiros interacionais, a fim de investigar em que medida as construções identitárias correspondem a uma reconstrução retórica estratégica de determinado evento;

d) Investigar como se caracterizam as narrativas em contexto de consulta jurídica, considerando as ordens institucional e interacional.

### 1.6

#### Relevância e justificativa da pesquisa

Como discutimos anteriormente, muito embora haja pesquisas nos Estudos da Linguagem em interface com o Direito, não há estudos substanciais que tomem como foco a relação advogado-cliente para além do (não)uso do “juridiquês” e o distanciamento estabelecido entre os pares; tampouco há pesquisas que tomem como objeto de estudo o estabelecimento de intersubjetividade entre advogados no momento em que compartilham experiências de si e do Outro. A originalidade do estudo, assim, tanto se dá pelo objeto a ser estudado em uma perspectiva

sociointeracional em interface com o Direito, quanto pelas possíveis contribuições que o olhar voltado para estas narrativas em contexto profissional é passível de proporcionar, como, por exemplo, na identificação de potenciais atos atentatórios à dignidade humana não observados em consulta.

O contexto jurídico-institucional e a fala institucional são elementos importantes da análise e devem ser examinados, conforme afirmam Paul Drew e John Heritage (1992, p. 03), tendo em vista que estas interações não se restringem apenas ao aspecto físico de onde acontece o encontro. Mais do que isto, elas se orientam e são organizadas para que determinada tarefa seja cumprida e dada agenda seguida (DEL CORONA, 2009). No caso do contexto jurídico, a tarefa a ser executada – ou a orientação a ser compartilhada – é precisamente a concessão de uma orientação que venha ao encontro da prestação jurisdicional perquirida. Nesse sentido, estudar a interação nesta *praxis* institucional corresponde, outrossim, na observação de procedimentos e normas peculiares dessa instituição (macroestrutura) em paralelo ao modo como se estabelecem as interações situadas. Isto é, o modo como as interações funcionam nesta instituição invoca a implicatura de questões procedimentais próprias do *fazer* jurídico.

Um dos atrativos de se estudar as narrativas que emergem na interação institucional é o fato de, neste tipo de relação, as práticas comunicativas estáveis, advindas da fala institucional, e a conversa situada poderem ser percebidas como um modo de se conectar as ordens “macro” (estrutura social) e “micro” (conversa situada); ou, alternativamente o “presente” com o “histórico” (BENWELL & STOKOE, 2006). Inserido no domínio dos múltiplos âmbitos institucionais, o contexto jurídico representa um campo fértil para os estudos linguísticos, seja em ordem macro ou microestrutural. Por microestrutural, entende-se os aspectos locais e situacionais e por macroestrutural os aspectos socio-históricos e institucionais.

Tendo em vista que as identidades insurgem das relações estabelecidas no cotidiano, cremos que uma reflexão mais acurada a propósito das identidades e dos papéis destes sujeitos no contexto institucional e profissional auxilia na minimização dos estigmas que lhes são socialmente impostos.



## 1.7

### Traçando caminhos no processo da pesquisa

Considerados os objetivos a que nos propomos, esta tese apresentará a seguinte organização: inicialmente, no capítulo 2, apresentamos algumas considerações gerais a propósito da Linguística Aplicada das Profissões. Destacamos, neste ponto do trabalho, como a fala-em-interação se diferencia quando observada em contextos institucionais e profissionais; será especificamente sobre esta situação de fala que lançamos nosso olhar. Nesse tópico, são apresentadas teoricamente as categorias que compõem o aparato analítico de que se lança mão para análise.

Em seguida, são introduzidas, no capítulo 3, as abordagens teóricas sobre os estudos da narrativa a que nos filiamos, sendo ponderadas questões das identidades sociais e interacionais que daí emergem. Após esta problematização, nos ateremos, no capítulo 4, na descrição do posicionamento metodológico que guia esta pesquisa e o contexto do estudo, bem como seus procedimentos de análise.

No capítulo 5, dedicamo-nos à análise de uma consulta jurídica em que a história de Ícaro (adolescente acusado de cometer o crime de incêndio) é contada pela primeira vez por sua mãe para Mayara (advogada), com detalhamento de suas funções interacionais e suas construções identitárias. Esta mesma história será retomada no capítulo 6, em uma segunda consulta com participantes distintos. Por esta razão, entendemos as atividades interacionais deste segundo encontro enquanto uma *renarrativa* ou um *recontar*. No capítulo 7, ganham corpo discussões sobre a terceira análise, no contexto de um almoço entre advogados do escritório que conarram e recontextualizam a história de Ícaro e Ísis. Por fim, o capítulo 8 emaranha algumas comunalidades e entrecruzamentos existentes em cada análise; e o capítulo 9 tece breves as considerações finais do trabalho.

Mas, na profissão, além de amar, tem de saber. E o saber leva tempo pra crescer.

(RUBEM ALVES)

Esta pesquisa se insere na área da Linguística Aplicada das Profissões (SARANGI, 2006), no sentido de que tem nas práticas profissionais seu foco de atenção e se dedica especificamente ao estudo das narrativas e construção de identidades nas práticas profissionais, a partir da observação da atividade profissional como um procedimento situado. O instrumental teórico-analítico, como veremos na seção subsequente, será a abordagem de narrativas como prática profissional, com foco em coconstrução de identidades.

Para os propósitos a que se destina a presente pesquisa, interessa-nos, em especial, a linha da Linguística Forense, a qual tem por objetivo o estudo de aspectos discursivos e interacionais a partir da interface entre os estudos da linguagem com o Direito, e é dividida por Coulthard e Johnson (2007) em dois grupos no que se refere ao interesse linguístico.

O primeiro grupo diz respeito a linguagem *do* processo e a linguagem *como* prova, isto é, compreende o discurso a partir de contextos nos quais os contornos da institucionalidade são percebidos ao tomar o Direito em primeiro plano. Já o segundo grupo volta-se prioritariamente ao estudo dos mais diversos instrumentos probatórios no contexto jurídico. Nosso estudo se insere no primeiro grupo e parte do pressuposto de que as cenas de onde as narrativas emergem representam contextos importantes a serem investigados. Neste sentido, a Linguística Forense se coaduna aos propósitos do presente estudo por interseccionar linguagem, direito, atores sociais e contextos institucionais de produção. Desse modo, tenciono explorar, numa perspectiva de teoria narrativa que se alinha à Sociolinguística Interacional e à Linguística Forense, fenômenos tais quais como enquadre, *footing* (GOFFMAN, [1964] 2002; [1974] 2012), organização sequencial de fala (SACKS, JEFFERSON & SCHEGLOGG, 1974) e, em especial, a fala institucional (JUNG & LORDER, 2009). Explorarei ainda a

imbricação existente entre narrativa e coconstrução de identidades, uma vez que, nas histórias que contam, os atores sociais organizam o mundo a sua volta e posicionam-se avaliativamente quanto aos personagens, objetos e ações narradas (SHIFFRIN, 1994; MOITA LOPES, 2001; FABRÍCIO & BASTOS, 2009; BASTOS, 2003; 2008).

Considerando os postulados de Sarangi e Roberts (1999) acerca dos discursos profissional e discurso institucional, isto é, partindo da premissa de que estamos diante de duas categorias, quais sejam: *profissão* e *instituição*, tem-se que esta representa um sistema de regras, cujo discurso se caracteriza pela racionalidade e também por um viés de ordem moral (BARTON, 2004); ao passo que aquela diz respeito a um grupo de pessoas caracterizadas enquanto agentes passivos inseridos em dada instituição. Entretanto, na presente tese, esta diferenciação por vezes será atenuada, dadas as especificidades das situações analisadas. Investigarei, ainda, como se dá a interação em âmbito profissional (escritório de advocacia) entre advogado/cliente, o primeiro recorrido para representação legal e o segundo, cliente, no âmbito da consulta jurídica. Neste esteio, analisarei os enquadres e alinhamentos dos interactantes, sujeitos da pesquisa nas cenas da interação, mediante a relevância dos quadros narrativos e *footings* requeridos para que uma dada história seja contada.

Baseado nas características gerais da fala institucional descritas por Drew e Heritage (1992), quais sejam: a orientação para o cumprimento do mandato institucional; as restrições às contribuições aceitas; e a inferência/interpretação de enquadres e procedimentos, Garcez (2002, p. 58) considera que essas metas/orientações são “específicas do encontro social em andamento e específicas, também, das identidades institucionais que os participantes tornam relevantes ao construírem esta interação que se desenrola aqui, agora”.

No campo interdisciplinar e interdiscursivo do discurso das profissões, notadamente no discurso intraprofissional (LINELL, 1998), a plurivocalidade; a multiplicidade de papéis discursivo, social e de atividade; as variações de enquadres e a interpenetração de gêneros discursivos (SARANGI, 2011), são noções basilares para a compreensão do hibridismo e hibridização no discurso profissional na área jurídica.

No que tange às identidades, alinho-me ao que prelecionam Jacoby e Ochs (1995), para quem trata-se de um processo interacional, portanto não essencialista, em que os objetos sociais são construídos, negociados, e moldados pelos interactantes. Nesse sentido, as identidades são instituídas a partir da colaboração, da cooperação e da coordenação entre os parceiros numa coconstrução social múltipla.

## 2.1

### **Clientes em atendimento e lugares social e situacional (a noção de contexto)**

Um aspecto de extrema importância diz respeito à análise de enquadres e alinhamentos, com vistas à observação da postura diferenciada dos participantes em relação ao evento interacional, e à não linearidade das interações. Introduzida por Gregory Bateson e posteriormente desenvolvida por Goffman em *Frame analysis*, publicação de 1974, a categoria *enquadre* auxilia analistas do discurso a interpretar como as pessoas, no momento da interação, tentam exercer seu papel social dentro da conversa, bem como na percepção e busca de sentido dos próprios participantes da interação.

O enquadre situa a metamensagem contida no enunciado e indica como sinalizamos o que dizemos ou fazemos ou sobre como interpretamos o que é dito e feito (RIBEIRO & GARCEZ, 2002). Dito de outro modo, o enquadre ordena a metamensagem a partir da qual estabelecemos o sentido implícito da mensagem. Trata-se, portanto, de um conjunto de elementos básicos (verbais e nãoverbais) a partir dos quais organizamos nossas ações e comportamentos.

Goffman (2002[1979]) afirma que, nos encontros face a face, os participantes estão permanentemente introduzindo ou mantendo enquadres que ordenam o discurso e os norteiam com relação à situação interacional. Assim, estão a todo momento questionando “onde se situa esta interação?” e “o que está acontecendo aqui e agora?” (RIBEIRO & GARCEZ, 2002).

Como desdobramento da noção de enquadre, é introduzida a categoria *footing*, a qual representa (re)alinhamentos e posturas e sinaliza papéis sociais e papéis discursivos que emergem, constituem e podem alterar o fluxo da interação,

afetando a ação em curso. Nesse sentido, há um constante realinhando interacional entre os participantes ou uma reprojeção pessoal, de modo que uma mudança de *footing* “implica uma mudança no alinhamento que assumimos para nós mesmos e para os outros presentes, expressa na maneira como conduzimos a produção ou a recepção de uma elocução” (GOFFMAN, 2002[1979], p. 113). Quando há uma mudança de *footing* numa interação, Goffman afirma que esta mudança está comumente vinculada à linguagem; quando este não for o caso, ao menos podemos afirmar que os marcadores paralinguísticos estarão presentes.

Em uma interação/empreendimento institucional, por exemplo, a fala se organiza de maneira distinta da conversa cotidiana, em estrutura P/R/P/R (OLIVEIRA & GAGO, 2012) direcionada por aquele que ocupa a relação hierárquica superior nesta relação. Os turnos de fala geralmente são breves e se direcionam ao cumprimento do mandato institucional. Quando um dos participantes resolve contar uma história, deverá haver um mútuo acordo entre os parceiros conversacionais com o estabelecimento do direito de um dos participantes utilizar turnos mais longos de que o habitual em trocas conversacionais (BASTOS, 2005).

Na fala institucional, as narrativas, via de regra, não tendem a ser muito longas em virtude das orientações contextuais (como a duração de uma consulta, por exemplo) e geralmente estão vinculadas ao cumprimento de uma agenda. Entretanto, o que se pôde observar nos dados desta tese é um empoderamento da quantidade de fala que foge a esta expectativa, talvez porque a parceira interacional – no caso, eu – além de ser representante de uma instituição era também uma pesquisadora que procurava observar coconstruções identitárias em narrativas, com poucas interferências na fala do participante-cliente. Vale frisar que minha participação como pesquisadora alterou minha *performance* discursiva, pois, por desempenhar o papel de pesquisadora, ouço mais para que o participante fale mais. Jader, por exemplo, que não está se pesquisando, muitas vezes fala mais que os próprios clientes.

Bastos e Oliveira (2012, p. 199. *grifo nosso*) em importante ressalva asseveram que a projeção de determinada atividade discursiva (narração) por um dos participantes pode ter como resposta a incorporação ou o abandono dos *footings* até então assumidos (narrador, ouvintes da história), de maneira que os

*footings* “são interacionalmente contingentes, ao invés de pré-determinados, consistindo em categorias flutuantes na interação”.

A reconfiguração interacional na narração de história implica no delineamento de diferentes *footings* entre os participantes no processo de negociação do *status de participação*, isto é, da relação dos participantes com certa elocução no agrupamento de dada enunciação para este ou aquele momento da fala (*estrutura de participação*). Assim, os falantes mudam de alinhamento no curso da interação sempre que necessitem reajustar seu *status* de participação projetado. Nesse sentido, a negociação para narrar constitui-se em um processo de negociação de *footings* (BASTOS & OLIVEIRA, 2012), sendo certo que a delineação de estrutura de participação e formato de produção fornece a base estrutural para a análise das mudanças de *footing* (GOFFMAN, 2002[1979]).

A narração de histórias requer “que o falante se retire, durante a narração, do alinhamento que manteria na troca comum a conversa e, por esse período da narração, mantenha um outro *footing*, o de narrador” (GOFFMAN, 2002[1979], p. 143). Ao se alinhar como narrador, o participante obtém o direito de utilizar, como já salientado, turnos mais longos, ao mesmo tempo que àqueles que ouvem sua história recai o dever de ratificar seu *status* de ouvinte ou conarrador (“falante” e “ouvinte” são aqui apreendidos na perspectiva goffmaniana), ratificando seu alinhamento e gerenciando sua recepção (BASTOS, 2005; BASTOS & OLIVEIRA, 2012).

Podemos perceber o contexto de forma micro – captando mais especificamente as informações de natureza sociointeracional que informam uma conversa –, ou de forma macro – refletindo sobre a visão sócio-histórica e institucional que ancora o discurso (PEREIRA & RIBEIRO, 2002, p. 51).

Via de regra, nos estudos em Análise da Conversa, as interações tendem a ser categorizadas como espontânea/cotidiana ou como institucional, nem sempre de forma absoluta. Para além de mera nomenclatura, há tipos de interação específicos que se diferenciam por rotinas e identidades peculiares. Quando “aspectos interacionais particulares associam-se a atividades particulares de determinadas instituições, temos o que se chama, em ACE, de fala-em-interação institucional” (LORDER & JUNG, 2009, p. 08).

O contexto jurídico-profissional e a fala institucional são elementos importantes de análise desta tese e devem ser examinados, conforme afirmam Paul Drew e John Heritage (1992), tendo em vista que estas interações não se restringem apenas ao aspecto físico de onde ocorre o encontro. O que definiria, assim, uma fala como institucional não seria o cenário em que ocorre, mas os elementos contextuais e culturais que sociointeracionalmente orientam o encontro. Drew e Heritage (1992) elencam três aspectos-chave deste tipo de interação, quais sejam: (i) a orientação para o mandato institucional; (ii) as restrições às contribuições aceitas; (iii) e, por fim, as inferências de enquadres e procedimentos.

Apesar de a Pragmática ter mostrado que a linguagem uso é sempre guiada por metas, nas interações do tipo institucional, “essas metas não são postulados universais em termos de uso da linguagem, mas são, isto sim, orientações compartilhadas entre os interlocutores nessa *situação*” (GARCEZ, 2002, p. 58). Nesse sentido, a fala-em-interação em contexto institucional se orienta e se organiza para que determinada tarefa seja cumprida e dada agenda seguida (DEL CORONA, 2009; ALMEIDA, 2009).

No caso do contexto de uma consulta jurídica, a tarefa a ser executada – ou orientação compartilhada – é precisamente diagnosticar possíveis soluções de um litígio ainda não judicializado para posterior busca da prestação jurisdicional a uma pretensão resistida. Nesse sentido, estudar o discurso nesta *práxis* institucional implica observar procedimentos e normas peculiares dessa instituição (macroestrutura) em paralelo ao modo como se estabelecem as interações situadas. Logo, as metas são “específicas do encontro social em andamento e específicas, também, das identidades institucionais que os participantes tornam relevantes ao construírem esta interação que se desenrola aqui, agora” (GARCEZ, 2002, p. 58).

Em pesquisas cuja interação se dá no âmbito institucional, alguns aspectos da conduta interacional são relevantes e produtivos na análise, tais como (DREW & HERITAGE, 1992): (i) escolha lexical; (ii) construção dos turnos; (iii) organização de sequências; (iv) organização macroestrutural; e (v) epistemologia social e relações sociais. Uma vez que foge aos propósitos desta pesquisa, embora assinalemos alguns destes aspectos, não nos deteremos a este tipo de abordagem.

## 2.2

### Estrutura de participação na fala-em-interação em contexto profissional

De acordo com Schegloff (1987), em *Between micro and macro: Contexts and other connections*, a organização da tomada de turnos em sistemas de troca de fala do tipo “institucional” é produto de transformações ou modificações do sistema da conversa cotidiana. Em razão de tal assertiva, competiria aos analistas observar “quais propriedades da conversa cotidiana sofrem modificações naquilo que poderia ser reconhecido como uma forma institucional de fala-em-interação” (GARCEZ, 2006, p. 67).

De igual modo, devem os analistas observar as maneiras em que tais modificações se dão e quais consequências apresentam em termos de constrangimentos e possibilidades para a conduta e a ação social (*ibid.*). Assim, não será o espaço físico o elemento que configurará a interação como sendo do tipo institucional, mas as ações e direcionamentos *no* sistema de troca de falas.

Para Drew e Heritage (1992, p. 04), a fala-em-interação institucional apresenta como aspecto primordial a relevância da identidade institucional dos interagentes para o desempenho das atividades de trabalho nas quais eles estão engajados. De acordo com os autores, três pontos caracterizariam, em síntese, a fala institucional, quais sejam: (i) a orientação por parte de pelo menos um dos participantes para o cumprimento de uma tarefa convencionalmente associada com a instituição; (ii) a existência de limitações quanto àquilo que um ou ambos os participantes vão tratar como contribuições admissíveis; (iii) a associação a arcabouços inferenciais e procedimentos peculiares ao contexto.

Dito isto, podemos discutir de que modo se organizam as possíveis metas-fim – característica principal da fala institucional (GARCEZ, 2006) – observáveis em um escritório de advocacia e as quais interferem no modo de organização do sistema de trocas de fala. Diferentemente do que se observa na conversa cotidiana, a organização da fala-em-interação em consulta jurídica se dá em larga medida por sequências de perguntas.

Muitas vezes, para marcar entendimentos e posicionamentos, tais perguntas são *previsíveis* e correspondem ao que Sinclair e Coulthard (1975)



descrevem esquematicamente como “IRA” (pergunta-resposta-pergunta). Em consulta jurídica ou mesmo em uma consulta médica, este tipo de sequência corresponde a uma estrutura canônica. É o que se observa em: 1. Advogado: Iniciação 2. Cliente: Resposta 3. Advogado: Avaliação.

Será a observação dessa sequência em andamento que nos fornecerá pistas contextuais e nos fará reconhecer que se trata de fala-em-interação do tipo “consulta”. Em outras palavras, para falantes que possuem em seu histórico de socialização a experiência de participação em consulta profissional (seja médica, seja jurídica) como parte de sua competência comunicativa e social, a capacidade de reconhecer a sequência em andamento como “consulta” em virtude da organização da tomada de turnos, torna esperado este tipo de sequência.

Os participantes concordam que o que estão fazendo juntos se faz mediante uma organização interacional tal que se outorga a um certo participante, tipicamente aquele identificável como “advogado”, o direito de fazer perguntas – muitas vezes perguntas de informação conhecida – que sinalizam para o caráter institucional do que se está fazendo naquilo que reconhecemos como sendo fala-em-interação de consultas profissionais. Este tipo de organização sequencial da fala deve ser observado com cuidado, uma vez que poderá servir à construção da autoridade do profissional com propósitos microinteracionais de poder (OLIVEIRA & GAGO, 2012).

## 2.3

### **Ética de grupo e valores sociais ou compromissos**

Segundo Linde (2001), o uso da narrativa em instituições e atividades de trabalho corresponde a uma *prática cotidiana* que assume significações muito particulares – como, por exemplo, exercer a função de justificar ações, expondo, para tanto, concordâncias e discordâncias, indexando identidades particulares (SARANGI, 2008; PEREIRA & CORTEZ, 2011).

As narrativas, que podem vir encaixadas em outras atividades discursivas, também podem corresponder a recursos de manutenção, desenvolvimento e distribuição do conhecimento profissional e de práticas sociais e psicológicas, como em tomadas de decisão (FASULO & ZUCCHERMAGLIO, 2008).

Quando tratamos da fala em contexto profissional, uma diferenciação deve ser pontuada: a fala “*no* trabalho” e a fala “*sobre* o trabalho”. Esta distinção se insere nas discussões de Nouroudine (2002) e Faïta (2002), com reflexões sobre os sujeitos envolvidos e a orientação das atividades (PEREIRA & CORTEZ, 2011). Além desta diferenciação um pouco maior, Nouroudine (2002) ainda traz a distinção: a “linguagem que faz” (a linguagem como trabalho), a “linguagem circundante” (a linguagem no trabalho) e a “linguagem que interpreta” (a linguagem sobre o trabalho).

Segundo Teiger (*ap.* Nouroudine, 2002, p. 19), a “linguagem como trabalho” teria o condão de envolver atividade na qual existe se fala para si e para o outro, nos desafios do serviço e de identidades pessoais e de grupo. A “linguagem no trabalho” remete à situação de trabalho, com a heterogeneidade da experiência do trabalho (PEREIRA & CORTEZ, 2011), que integra a local do exercício e coerções de toda dimensão, com as ordens sociais envolvidas; trata-se, de acordo com Lacoste (*in* Nouroudine, 2002, p. 22-23), de “uma rede complexa sobre o qual se constitui a ação”.

A “linguagem sobre o trabalho” poderia incluir, além dos saberes fabricados sobre o trabalho, “a fala sobre o trabalho, motivada de seu próprio interior, por exigências da equipe ou da empresa”; interpela-se o trabalho para comentá-lo ou avaliá-lo, quando os sujeitos do trabalho expressam-se a respeito de sua atividade, com saberes transmitidos uns aos outros, de forma coletiva, com interpretações sobre as atividades (Nouroudine, 2002, p. 25-26).

Considerando o debate em Nouroudine (2002, p. 26) de que o foco na “linguagem *como* trabalho” pode incorrer no risco de não se atentar para a “linguagem *sobre* o trabalho”, a diferenciação que aqui adotamos entre “a fala *sobre* o trabalho” e a “a fala *no* trabalho” tem por objetivo considerar as implicações de ordem local (micro) e social (macro) que daí se originam (PEREIRA & CORTEZ, 2011).

As orientações sobre o trabalho, feitas pelos advogados entre si e as narrativas coconstruídas sobre os casos do escritório constituem a “fala *sobre* o trabalho”. Os enquadres e reenquadres coconstruídos pelos participantes ao longo dos relatos sequenciais das narrativas, se situam em distintos pontos de vista sobre

a atividade de trabalho, emergindo também a “fala *no* trabalho” e desvelando posturas diferenciadas sobre a percepção do espaço interacional.

## 2.4

### Emoções no âmbito do discurso na prática profissional

De acordo com Lupton (1998), é possível identificar nas ciências humanas duas abordagens para o estudo das emoções: a perspectiva de emoções como algo inato e uma perspectiva que compreende as emoções como um artefato socialmente construído. Tais tendências compõem os dois extremos de um *continuum*, no qual em diversas ocasiões se sobrepõem.

Para a teoria tradicional das emoções (BEDFORD, 1986, ap. LUPTON, 1998), a emoção corresponde um sentimento interno ou uma experiência que envolve esse sentimento. Tal teoria defende que, no centro do *self* emocional, existiria um conjunto de emoções básicas inerentes a todas as pessoas. Deste modo, mesmo aceitando o fato de que as emoções variam de sociedade para sociedade, os estados emocionais encontrariam-se internalizados pelo indivíduo. Por outro lado, a perspectiva socioconstrucionista parte de um posicionamento situado e contextual.

Partilhamos do entendimento de Lupton e Damásio (1994, 2004) que adotam uma perspectiva situada em relação às emoções, a qual considera os *aspectos sociais* no estudo das emoções, mas que também admite a influência dos fatores biológicos e inconscientes (tal como no caso a dor física).

Vale frisar que não estamos inseridos em um paradigma que essencializa o sofrimento, antes salientamos que não há uma única maneira de sofrer, assim como não há uma só maneira de perceber o sofrimento, mesmo no interior de uma dada comunidade (BASTOS, 2008). Nesse sentido, rejeitamos tanto a apropriação do sofrimento que o patologiza (via de regra, na área médica), quanto como sua transformação utilitária (pela mídia). Assim sendo, o sofrimento/alinhamentos do profissional de direito diante da dor do Outro será então visto como um fenômeno que é social e interacionalmente construído (*ibid.*).

Nesse sentido, adotamos uma postura crítica, no sentido de aceitar a dinamicidade e a plasticidade das emoções, considerando o contexto situacional,

as relações de poder, a cultura, o gênero, assim como outras variáveis e não um fenômeno individual. Tal perspectiva apreende as emoções como mutáveis de acordo com o contexto situacional, histórico, social e político, no qual são geradas, reproduzidas e expressadas.

## 2.5

### Conceito de discurso

Muitas são as conceituações nos Estudos da Linguagem a propósito do que seja *discurso*. Algumas correntes teóricas e autores o conceitua de modo mais concreto ou mais abstrato, de toda sorte, a toda concepção de discurso subjazem noções de língua e de sujeito.

A análise Crítica do Discurso desenvolvida por Norman Fairclough (2001) se sustenta nas próprias práticas discursivas e aborda a interferência de diversos componentes culturais em suas construções nas organizações, compreendendo o discurso como *prática social*, no sentido de aproximar os indivíduos da criação ou transformação de uma realidade. Este paradigma teórico explora como os textos são produzidos, os significados contidos em seus interiores e também como eles auxiliam nos processos de construção das diversas realidades sociais.

Neste diapasão, as práticas discursivas levam em consideração os diferentes tipos de discurso que emergem em virtude dos fatores sociais, promovendo a articulação entre os textos e os contextos sócio-históricos. O discurso, nesse sentido, passa a servir de ferramenta, na qual as pessoas podem *agir* sobre as outras, transformando e recriando o mundo em que estão inseridas, “constituindo e construindo o mundo em significado” (FAIRCLOUGH, 2001, p.91).

De acordo com Fairclough (2001), há uma boa razão para usar o termo “discurso” em vez desses termos tradicionais. Segundo o teórico, “um discurso é um modo particular de construir um assunto, e o conceito difere de seus predecessores por enfatizar que esses conteúdos ou assuntos – áreas de conhecimento – somente entram nos textos na forma mediada de construções particulares dos mesmos” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 64). Para Alvesson & Kärreman (apud PUTNAM & FAIRHURST, 2010, p.109) o discurso é “um meio para a interação social” e, dessa forma, a partir da existência de diversas realidades,

contextos e agentes participantes na construção dos discursos, a interação advinda desse processo faz com que os indivíduos sejam moldados pelas práticas discursivas existentes nas organizações (FAIRCLOUGH, 2001). As práticas discursivas, por este prisma, só podem ser compreendidas através do estudo dos contextos sócio-históricos vivenciados pelas pessoas, resultado do relacionamento entre o homem e o meio em que se está inserido, sua própria realidade social. Esse modo de apreensão move a visão da comunicação para a possibilidade de criar e mudar a realidade social (PUTNAM *apud* MARCHIORI et al, 2010), fato que se concretiza pelas práticas discursivas produzidas no contexto organizacional.

Segundo Fairclough (2001), a relação entre discurso e estrutura social possui natureza dialética e resulta do contraponto entre a determinação do discurso e sua construção social. No primeiro caso, o discurso é reflexo de uma realidade mais densa, no segundo, ele é representado como fonte social. O autor, assim, defende o discurso como prática política e ideológica. Como prática política, o discurso constitui, nutre e transforma as relações de poder. Como prática ideológica, o discurso constitui, naturaliza, mantém e também transforma os significados de mundo nas mais distintas posições das relações de poder. Para os fins deste estudo, partilho do entendimento de Fairclough (2001), que compreende o discurso como uma prática social reprodutora e transformadora de realidades sociais.

Em convergência, Foucault (1979, p. 05) entende o discurso não apenas como “aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas é aquilo com o qual e pelo qual se luta, é o próprio poder de que procuramos assenhorear-nos.” Desse modo, o discurso, no processo de construção de significados capaz de fazer sentido para a realidade organizacional ou de qualquer outra instituição humana, pode ser entendido como uma prática social, considerando a participação fundamental do contexto histórico na reflexão das visões de mundo acerca os indivíduos. Assim, as atividades discursivas, advindas das várias formas de comunicação e linguagem, devem ser analisadas de acordo com o pensar da comunicação organizacional, resultado também das práticas sociais.

Fairclough (2001) compreende os sujeitos nas organizações como *sujeitos sociais*, que “vivenciam processos de interação e constroem sentido por meio da linguagem”. A representação do mundo, assim, depende da interação entre os

participantes para que dê lugar à própria constituição do mundo, o construindo em significados condizentes com a realidade vivenciada. Desse modo, o discurso encarado como ação em que os indivíduos agem em relação ao mundo e às suas próprias realidades, é o que o conceitua como “real fundação sobre a qual a vida organizacional é construída” (FAIRHURST & PUTNAM, 2010). Logo, os sujeitos constroem o mundo ao mesmo tempo em que são construídos por ele.

## Narrativa e coconstrução de experiências

Uma história é sempre a história *de alguém*.

(BRUNER [1990] 1997, p. 53)

A compreensão dos sentidos na vida cotidiana como forma de conhecimento filiado à perspectiva socioconstrucionista da linguagem constitui uma importante virada metodológica de se sair dos laboratórios para se aproximar e reconhecer a visão do Outro (cf. GOFFMAN [1959] 2009; SPINK & FREZZA [1998] 2004). Essa postura teórico-metodológica apresenta como consequência a valorização dos processos linguísticos e sociais imbricados na construção de objetos.

Segundo Spink e Frezza ([1998] 2004), tal abordagem teórica corresponde à resultante de três movimentos a partir dos quais surge o que se conhece por perspectiva construcionista da Psicologia Social: na Filosofia, nasce como uma resposta ao representacionismo; na Sociologia do Conhecimento, como uma desconstrução da retórica da verdade; e na Política, como busca de *empowerment* de grupos socialmente marginalizados (LONGINO, 1993).

Pelo viés sociológico, a construção social da realidade operacionalizaria-se a partir (i) da *tipificação*, isto é, a sociedade é encarada como um produto socialmente construído e que tem como base da realidade da vida cotidiana as interações face-a-face, na qual o Outro é concebido a partir de esquemas tipificadores (cf. Goffman, [1959] 2009; Spink & Frezza, [1998] 2004); da (ii) *institucionalização*, por meio da qual significados subjetivos se tornam facticidades objetivas, na medida em que os esquemas tipificadores se transformam em habituais e, como hábito, adquirem autonomia e são internalizados de geração a geração por (iii) *processo de socialização*. O ser humano e a realidade são, assim, produto social, dialógico e dialético.

Por seu turno, no que tange à Psicologia Social, tem-se em Bruner ([1990] 1997) que a atribuição dos significados das experiências humanas é pública (no sentido de exteriorização de processos e estruturas) e é construída

intersubjetivamente por sistemas culturais interpretativos baseados em modelos cognitivos ou esquemas de conhecimento compartilhados no senso comum. Nesse sentido, o *locus* da explicação dos processos de conhecimento não se dá tomando como prumo a interioridade da mente, mas a exterioridade processual e estrutural da *interação* humana a partir de critérios e elementos coletivamente tomados e tornados relevantes (GILLESPIE & FLORA, 2009; BORGES & DEL CORONA, 2012; SCHIFFRIN, 1994).

Adentrar na vida humana é, para Bruner ([1990] 1997), como se adentrássemos em uma peça teatral na qual a encenação já está em curso, uma peça em que o enredo é aberto e define quais papéis podemos desempenhar e em direção a que desfechos podemos nos dirigir. Isso significa uma proposta teórica na qual a cultura, e não a biologia, delinea a vida através da imposição de padrões inerentes aos sistemas simbólicos dos grupos, sua linguagem e modos de discurso (incluindo aí a interação e negociação de sentidos), as formas de explicação lógica e narrativa e os padrões de dependência mútua da vida comum.

A organização das experiências no mundo social se daria, assim, pelo sistema cognitivo da *psicologia popular* (*folky psychology*), cujo princípio organizador é de natureza narrativa. Em Garfinkel – inspirado por Schutz – há a proposição de que, ao invés do método sociológico clássico de se postular classes sociais, por exemplo, poderiam as Ciências Sociais proceder regras etnometodológicas<sup>1</sup> que diriam respeito a questões sociais, políticas e humanas que as pessoas em estudo faziam em suas vidas cotidianas.

Especificamente no que tange à narrativa, Bruner ([1990] 1997) entende que sua principal característica é a *sequencialidade*, isto é, a narrativa é intrinsecamente formada por uma sequência de eventos, de estados mentais e de atores que a constituem. Mais do que isto, a narrativa é significada pelo lugar em que ocupam seus constituintes (eventos, estados, atores) na configuração geral da sequência como um todo, e está fundamentada numa relação interna ao discurso e aos cânones culturais. Por oportuno, importa ressaltar que, de acordo com o entendimento de Bruner, para além de sequencializar eventos, a narrativa *cria*

<sup>1</sup> “A etnometodologia busca analisar a racionalidade do senso comum, ou seja, procura entender como os atores sociais obtêm uma apreensão compartilhada do mundo social. Garfinkel parte do pressuposto que o compartilhamento cognitivo do qual, do qual depende a interação e a comunicação, resulta de uma multiplicidade de métodos tácitos de formas de raciocinar. Esses métodos são socialmente organizados e compartilhados, e usados incessantemente no cotidiano para dar sentido a objetos e eventos sociais.” (Spink & Frezza, [1998] 2004, p. 35-36).



nossas biografias e realiza ações sociais. É, assim, a narrativa que intermedeia entre o mundo canônico da cultura e o mundo mais idiossincrático dos desejos, crenças e esperanças, podendo até mesmo ensinar, conservar a memória ou alterar o passado.

Dito de outro modo, a representação de nossas experiências se constrói através de narrativa, isto é, valemo-nos da narrativa como ferramenta organizadora de nosso contato com o mundo em termos de experiência inteligível, de modo que uma história é uma organização de um mundo possível, onde o extraordinário torna-se verossímil; onde um desvio de padrões sociais se torna concebível. A construção das narrativas comuns ou cotidianas, nesse sentido, corresponde a uma prática cultural elementar que está a serviço daquilo que é culturalmente aceito. Tais narrativas transformam eventos, por vezes extraordinários e contraditórios, em histórias que se alinham às expectativas do grupo no que tange à forma e conteúdo.

Compreendida deste modo, a narrativa corresponde a uma forma de organização básica da experiência humana, a partir da qual é possível estudar a vida social de modo geral (BASTOS, 2004). Este é um dos pontos centrais que guiará nossa leitura e análise dos dados que compõem a presente tese: narrar é criar nossas histórias e organizar nossas experiências individuais e coletivas.

### 3.1

#### **Narrativa como recaptulação de experiências passadas**

Inserido no contexto dos estudos variacionistas da década de 1960, Labov estava interessado em observar a língua em uso de maneira menos monitorada. Para tanto, em contexto de entrevista, valia-se de perguntas do tipo “você já passou por alguma situação em que sofreu perigo de vida?”, na qual a resposta obtida era a narração de algum evento extraordinário – técnica hábil para minimização do monitoramento do uso da linguagem padrão e também de avaliações (COAN & FREITAG, 2010). Sua observação levava em conta classificações e categorias sociais, etárias, étnicas e econômicas – daí uma das grandes críticas sofridas pelo teórico: a homogeneização e atribuição de fatos e dados analisados à determinada categoria (*ibid.*).

Labov e Waletzky (1967) definem narrativa como uma técnica de recapitular experiências passadas e método para construir *unidades narrativas* que correspondem à sequência temporal (sucessão de orações narrativas e complicadores) da experiência. Importa frisar que Labov não estava preocupado com o nível *micro*, embora reconhecesse a influência do evento situado e da experiência e memória encarnada. Sua preocupação era de ordem estrutural e com foco em relações linguísticas como as construções ativas e passivas do inglês, testando fatores externos (estilo, sexo, classe, etnia, idade) e fatores internos (status informacional, paralelismo estrutural) (COAN & FREITAG, 2010).

Tendo em vista o contexto no qual as narrativas labovianas emergiam, isto é, em entrevistas de pesquisa, não há em Labov um tratamento pela luta do espaço interacional, vez que não havia negociação de turnos para que uma história fosse contada. Não se tratava, pois, de uma questão para o teórico.

Noções até hoje caras aos estudos da narrativa são introduzidas por Labov e Waletzky (1967), notadamente no que tange a ideia de *narrativa mínima* (sequências de pelo menos duas orações em sequência temporal) e dos elementos da estrutura narrativa. Tais elementos dizem respeito mais a um *senso* de estrutura do que de uma estrutura rígida, fechada e engessada, principalmente em virtude da avaliação. Não são, ainda, elementos estanques que tenham que ocorrer em uma ordem pré-determinada. Tais elementos estruturais são: *abstract* ou resumo; orientação, ação complicadora, resolução, coda e avaliação (dos tipos externa; encaixada; ação avaliativa; e por suspensão da ação).

No quadro abaixo tais categorias encontram-se sistematizadas.

QUADRO 01: Elementos da estrutura narrativa de acordo com Labov &amp; Waletzky (1967).

ELEMENTOS DA ESTRUTURA NARRATIVA (Labov & Waletzky, 1967; Labov, 1972; Labov, 1997)		
ELEMENTO ESTRUTURAL	CONCEITO	QUESTÕES ATINENTES
<b>Abstract</b>	<i>Abstract</i> ou resumo é a sentença inicial que encapsula ou sumariza o ponto da história enfatizando a reportabilidade da narrativa e preparando a audiência para ouvir uma história.	<i>Do que se trata?</i>
<b>Orientação</b>	Unidade que dá informações sobre tempo, lugar, pessoas e seus comportamentos iniciais.	<i>Quem? Quando? O quê? Onde?</i>
<b>Ação complicadora</b>	Sentença(s) sequencial(s) que relata(m) um evento seguinte como resposta a uma questão potencial e que participa(m) de juntura(s) temporal(s). Consiste de, no mínimo, duas orações narrativas com verbos de ação no passado.	<i>E o que aconteceu?</i>
<b>Avaliação</b>	<p><b>Avaliação</b> é o procedimento que “o narrador emprega para indicar o propósito de sua história, sua razão de ser: porque ele conta, onde quer chegar. Porque há muitos modos de contar a mesma história, e podemos fazê-lo dizer coisas muito diferentes, ou nada” (LABOV, 1978, p. 302).</p> <p><b>Tipos de avaliação</b></p> <p>→ <b>Avaliação externa:</b> aquela em que o narrador interrompe a narrativa e explica ao ouvinte seu ponto de vista sobre o fato narrado.</p> <p>→ <b>Avaliação encaixada:</b> encontra-se no próprio desenvolvimento da narrativa, prescindindo de sua continuidade dramática. Corresponde “à utilização dos discursos reportados diretos ou indiretos, marcados ou não na narrativa” (MELLO, 2003, p. 155).</p> <p>→ <b>Ação avaliativa:</b> nela o narrador descreve o que as personagens fizeram, ao invés de relatar o que disseram. Do mesmo modo, neste caso, o locutor é capaz de encaixar seu comentário inesperado.</p> <p>→ <b>Avaliação por suspensão da ação:</b> é aquela em que emoções são expressas simultaneamente à ação narrada, mas em sentenças separadas, e a ação é interrompida.</p>	<i>E daí?</i>
<b>Resolução</b>	Diz respeito ao que aconteceu, ao resultado da história, ao modo como foi resolvida a complicação.	<i>O que finalmente aconteceu?</i>
<b>Coda</b>	Retorno narrativo ao momento em que se conta a história. Por vezes corresponde à uma avaliação moral.	<i>Fechamento.</i>

Dentre os elementos estruturais, para Labov e Waletzky (1967), o único componente indispensável para que um segmento seja considerado uma narrativa é a existência da ação complicadora. Assim, essa sequência de orações livres e ordenadas é que constrói o esqueleto da narrativa, a qual apresenta uma juntura temporal.

Muitas categorias foram trazidas por Labov e Walezty (1967), bem como um vocabulário muito operacional para o estudo de narrativas. Além das categorias apresentadas, noções fundamentais como *ponto* (disjunções biográficas e motivo pelo qual uma história é contada) e *reportabilidade* (alto grau de historiabilidade) são introduzidas pelos autores.

Como salienta Bastos (2005), se, por um lado, a abordagem laboviana corresponde a um marco da pesquisa em narrativa nos estudos da linguagem, por outro lado, essa abordagem sofre críticas em virtude da tratativa da narrativa enquanto estrutura autônoma e descontextualizada, limitando sua força analítica e seu potencial como espaço privilegiado para compreensão do mundo que nos cerca.

### 3.2

#### **Narrativa e construção de identidades coletivas e individuais**

Os estudos recentes a propósito das narrativas no contexto do trabalho propõem que apreendamos sobre a narrativa enquanto prática na interação social, mais do que como texto, na qualidade de estrutura de textualização (SARANGI, 2008; DE FINA & GEORGAKOPOULOU, 2008). Desse modo, o foco direciona-se à coconstrução da narrativa pelos participantes e à percepção da função contextual. Avocam as narrativas, enquanto parte das práticas cotidianas de trabalho nas instituições, diferentes funções: seja como forma de realizar o trabalho diário por seus membros, ou de desempenhar um dado papel na reprodução da própria instituição, na criação de identidades institucionais e de seus membros (LINDE, 2001; PEREIRA & CORTEZ, 2012).

No que se refere especificamente à complexidade e a natureza de múltiplas camadas nas práticas de trabalho em relação às identidades, Sarangi e Roberts

(1999) dimensionam a discussão ao campo da socialização em comunidades de prática em que os participantes produzem e negociam as atividades.

Especificamente nos dados que compõem o presente trabalho, tem-se uma hibridização identitária: ao mesmo tempo que Jader é advogado, é pai de Mayara e Thatiana; ao mesmo tempo que Mayara é advogada, é filha, irmã e pesquisadora. No que se refere ao hibridismo, Sarangi (2010, 2011) considera a multiplicidade de papéis dos participantes, na atividade profissional. Para o autor, hibridismo e hibridização não são meramente textuais, semióticos, multimodais, enquanto processos manifestos através da intertextualidade e da interdiscursividade, mas constituem também atos comunicativos mediados por papéis (PEREIRA & CORTEZ, 2012).

Segundo Pereira e Cortez (*ibid.*), no contexto da prática profissional, o hibridismo de papéis está vinculado a posicionamentos e intersubjetividade, indexando ambivalência profissional. Cumpre destacar a distinção estabelecida pelas autoras no que tange ao papel social, ao papel discursivo e ao papel de atividade. No papel social são inclusas as relações sociais de um dado indivíduo; ao passo que no papel discursivo é estabelecido em função do que fazem os participantes em relação à atividade comunicativa. Por fim, o papel de atividade é dependente do tipo de atividade em que o sujeito está engajado, na relação com outros participantes (SARANGI, 2010; SARANGI 2011; PEREIRA & CORTEZ, 2012).

Será precisamente a discussão sobre os papéis múltiplos e competitivos, em que os sujeitos podem estar vinculados a vários papéis na ordem social, que conduzirá ao hibridismo e à tensão na prática profissional, em função da possibilidade de papéis conflitantes. Ora, os participantes assumem diferentes identidades discursivas quando participam de diferentes atividades organizadas sequencialmente, tais como falante/ouvinte; narrador/ recipiente de narrativa (PEREIRA & CORTEZ, 2012). Será precisamente no *engajamento narrativo* dos interactantes que a observaremos de modo mais acurado a construção de identidades coletivas e individuais.

### 3.3

#### **Narrativa e organização da experiência desviante**

Em Bruner tem-se a ideia de que as narrativas transformam eventos, por vezes extraordinários e contraditórios, em histórias que se adequam às expectativas do grupo em termos de forma e conteúdo (BIAR, 2012). De modo aproximado a Linde, Bruner entende que os significados atribuídos às experiências humanas são públicos, construídos intersubjetivamente, a partir de sistemas interpretativos culturais fundamentados em esquemas de conhecimento compartilhados no senso comum. Nesse sentido, as narrativas, corresponderiam a mecanismos de construção que organizam a experiência nesses sistemas.

Inseridos nesta perspectiva, tem-se que uma história é uma montagem de um mundo possível, em que o extraordinário torna-se verossímil; em que um desvio dos padrões se torna compreensível (*ibid.*). Há um trabalho do narrador em conformar o excepcional dentro de padrões de aceitabilidade. Tal trabalho foi denominado por Sacks (1984) em *tornar-se ou ocupar-se de ser comum*, isto é, em conformamos o que vemos a um padrão de normalidade, encaixando a experiência em modelos de comportamento comuns a nossos pares, de modo a equilibrar a ordem social (BIAR, 2012).

Nesse sentido, a narrativa possui o condão de reestruturar a experiência, de modo que, sob o olhar de Bruner, mesmo a memória de nossas experiências é moldada e compreendida pela participação em sistemas simbólicos de produção e interpretação situada de significado.

### 3.4

#### **Narrativas de sofrimento e sistemas de coerência**

Em seu trabalho sobre histórias de vida, Linde (1993) observa como unidades sociodiscursivas funcionam para a criação e manutenção de identidades. De acordo com o entendimento da autora, quando contamos histórias que são importantes para nossa constituição, estamos dizendo que tipo de pessoas somos e marcando existência em um mundo social de acordo com critérios de propriedade

e aceitação cultural. Ocorre que nossas histórias devem estar de acordo com as expectativas e normas da vida de determinada sociedade ou grupo.

Assim, de acordo com a autora, as identidades sociais emergem nas histórias, uma vez que nelas são construídos de modo coerente sentidos de pertencimento. Relações de continuidade entre fatos e incidentes são estabelecidas nas histórias de vida por dois princípios que surgem da ordenação de suas partes, a partir dos quais um nexos narrativo se constrói. São eles a causalidade (razões que justificam escolhas em histórias de vida) e a sequencialidade (BIAR, 2012).

Pela noção de sequência ou sequencialidade, entende-se que o modo de concretização desses princípios é culturalmente determinado a partir da estruturação das experiências, sob um conjunto de crenças partilhadas por membros de um dado grupo que “autoriza” a possibilidade de um fato causar (no sentido de causalidade) outro. Será precisamente a *adequabilidade* dessas causas que conferirá coerência ao discurso.

Ocorre que, para Linde (1993), esta coerência não está diretamente costurada nos aspectos formais da narrativa, mas a determinados discursos estabilizados e compartilhados (esquemas, para a autora) que podem ser de basicamente dois tipos: esquemas do senso comum – crenças ou pressupostos assumidos e compartilhados por membros de um grupo – ou um sistema de coerência, isto é, sistemas especiais que derivam diretamente de teorias especializadas científicas/acadêmicas que o falante pode escolher usar para explicar eventos (BIAR, 2012).

Ao criar ordenações e justificativas para as nossas escolhas e eventos das histórias de vida, de forma sempre costurada por sistemas de conhecimento compartilhados, negociamos nossos múltiplos pertencimentos a categorias sociais. Trata-se de um trabalho em que nos engajamos cotidianamente: “‘montamos’ nossas biografias, atribuindo sentido aos eventos de modo a conformá-los nos princípios abstratos legítimos para aqueles com quem queremos nos identificar” (*ibid.*, p.121).

## Aspectos metodológicos e contextuais da pesquisa

Estou consciente de que se trata, no entanto, de uma *interpretação* e que por mais que tenha procurado reunir dados “verdadeiros” e “objetivos” sobre a vida daquele universo, a minha subjetividade está presente em todo o trabalho.

(VELHO, 1981, p. 43)

Encetados em uma perspectiva teórica e discursiva que intersecciona a Análise da Narrativa, a Sociolinguística Interacional, a Análise da Conversa e a Linguística das Profissões, objetivamos na presente tese analisar narrativas de estigma e experiências desviantes – assim entendidos os atributos socialmente depreciativos que inabilitam o sujeito para a aceitação social plena e as normas sociais de identificações que engendram tanto desvios quanto conformidades (GOFFMAN, 1988) – que emergem em encontros face-a-face no contexto profissional em contatos não-mistos e mistos (GOFFMAN, 1988), isto é, na presença entre estigmatizados e nãoestigmatizados.

Este propósito mais geral se ramifica e corporifica em questões de pesquisa mais específicas, pensadas e problematizadas, inicialmente, ao longo dos movimentos analítico e investigativo. Tendo em vista a particularidade do contexto em que ocorrem as interações, os questionamentos levantados tenderam a se alinhar tanto ao aspecto autoetnográfico da pesquisa quanto ao fator institucional do encontro, entretanto a reflexão sobre os comportamentos interacionais nesta ambiência (escritório de advocacia em zona de conflito) é um dos motes de investigação.

*1. Como as narrativas ocorrem e se configuram no processo interacional desenvolvido no contexto de consulta jurídica? Que traços de institucionalidade moldam as práticas narrativas?* Tais questões se relacionam ao reconhecimento empírico de comportamentos sociointeracionais dos participantes que representam instituições e são orientados pelo mandato institucional (DREW & HERITAGE, 1992; DEL CORONA, 2009).

Um aspecto que merece relevo é a dimensão autoetnográfica da pesquisa (REED-DANAHAY, 1997; ELLIS & BOCHNER, 2000; BERGER & ELLIS, 2002;



VERSIANI, 2005; CHANG, 2008), uma vez que, no âmbito profissional, a figura da advogada se confunde com a da pesquisadora. Esta feição de pesquisa implicou em certa categorização bivalente: advogada-pesquisadora-advogada, particularizando o desenho dos turnos. Nesse sentido, embora o esperado seja que os turnos das narrativas sejam mais longos, em contextos institucionais a tendência é uma limitação da quantidade da fala. Ocorre que, em momentos do narrar aspectos violento-emocionais da narrativa de sofrimento, houve uma maior cessão aos turnos dos clientes, com pouca interferência e sobreposição. Talvez tais características afloraram na interação em virtude da dupla função ocupada pela participante. É o que se observa em “Na televisão! Na reportagem passou meu filho chorando! HUMILHANDO meu filho como se ele fosse um li::xo! Até drone teve nessa nesse ((engole a saliva)) na prisão na na na apre↓ensão do meu °filho°! ((fala embargada)) às seis horas da manhã. (0.2)” (linhas 230-235, anexo II).

Assim, altero o que seria tomado como normalidade interacional para aquele tipo de encontro. Este aspecto me parece vantajoso na medida em que, ao refletir *a* minha prática profissional e *sobre* minha prática, questiono a assimetria discursiva oportuna/inoportuna do *fazer* jurídico; há, ainda, a valorização da importância do “ouvir mais e ouvir melhor”, na medida que creio na necessidade de os profissionais da área do Direito atentarem-se para este aspecto estrutural e estruturante das interações sociais.

No exercício de escuta, importa nos ouvir quando ouvimos o Outro para que observemos como reagimos a essa escuta; para refletirmos o que fazemos com essa escuta. Esta pesquisa trata-se, portanto, de uma reflexão e de uma autoreflexão durante o processo de construção sociointeracional da consulta jurídica/almoço e durante o exercício teórico e analítico da pesquisa.

Sobre este posicionamento, Lynn Mario Trindade Menezes de Souza (2011) pontua que

A criticidade está em não apenas escutar o outro em termos de seu contexto sócio-histórico de produção de significação, mas em também se ouvir escutando o outro. O que resulta desse processo de escutar é a percepção da inutilidade de querer se impor sobre o outro, dominá-lo, silenciá-lo ou reduzir sua diferença à semelhança de nosso ‘eu’; a escuta cuidadosa e crítica nos levará a perceber que nada disso eliminará a diferença entre nós mesmos e o outro, e nos levará a procurar outras formas de interação e convivência pacífica com as diferenças que

não resultem nem no confronto direto e nem na busca de uma harmoniosa eliminação das diferenças. (SOUZA, 2011, p. 138-139)

Posiciono-me, portanto, como conhecedora de um *agir com* a linguagem no mundo, consciente dessa complexidade e ciente da metarreflexão sobre a hibridez identitária (BHABHA, 1985; [1994]2013) e prática profissional. A reflexividade, aqui, é a chave para se reinventar a fala-em-interação em contexto institucional e profissional, espaço propício para debates crítico-reflexivos e para o compartilhamento das emoções humanas percebidas neste tipo de contexto.

2. *Como os clientes se projetam na cena da fala em interação? Como os papéis desempenhados pelos advogados se manifestam e influenciam o desenvolvimento das práticas narrativas dos participantes?*

Partindo de um viés analítico que conecta o estudo da coconstrução de identidades às práticas narrativas, tencionamos observar como as figuras dos representantes da instituição interferem na fala do participante. Objetivamos, ainda, investigar nas interações que compõem o *corpus* da presente tese as distintas maneiras como estes representantes interferem no encontro, considerando que, de um lado, há a busca do cliente por alguém que o auxilie na defesa de seu interesse jurídico, e, de outro, a pretensão do alinhamento destes sujeitos aos fatos narrados que se querem judicializados. Do que se depura ao menos duas projeções interacionais do sujeito: uma primeira construção narrativa de caráter informativo-avaliativo; e uma segunda tanto mais relacionada a performances de convencimento e alinhamentos das figuras representativas do discurso institucional. O elemento *tempo* é de suma importância no desenvolvimento da interação: por prática convencionada do local investigado, nas consultas jurídicas lá realizadas há uma maior flexibilidade cronológica – fazendo com que a quantidade de tempo do encontro se limite, prioritariamente, em virtude da quantidade de informação que o cliente tem e quer apresentar.

3. *Como se dá, via narrativa, a disputa pela definição da história do conflito judicializado?* Orientando-nos em categorias de análise para reflexão do modo como os eventos narrados são (des)construídos e categorizados em diferentes perspectivas, pretendemos analisar de que maneira os clientes e suas histórias são concebidos nas narrativas por seus parceiros interacionais e pelos advogados que recontam suas histórias e experiências.

4. *Qual a implicação do binômio dano-reparação na construção das identidades dos interagentes?* Sob a lógica jurídica da reparação, isto é, de que o dano moral corresponde a um ato ilícito passível de reparação que lhe confira moralidade (leia-se: reparação pecuniária), relacionada às indagações anteriores, a questão brota da verificação da existência de um processo discursivo de coconstrução de uma identidade desviante. Nesse sentido, problematizaremos acerca de como o cliente se coonstrói identitariamente frente à compensação pecuniária de suas lesões sociopsíquicas que o tornaram não plenamente aceitável.

5. *Quais são as visões e os posicionamentos sobre eventos e imagens estigmatizadoras partilhados pelos atores sociais e parceiros discursivos?* Coadunados com os demais questionamentos, investigaremos como os sujeitos agredidos (física e/ou verbalmente) são avaliados e categorizados frente ao evento danoso tanto pelos advogados quanto pelos próprios clientes em suas performances narrativas (ora como aquele que busca por justiça, ora como vítima de agressão corporificada na figura repressora do Estado).

Os delineamentos de análise se deram pela observação e contato contínuo da pesquisadora com este tipo de interação e histórias narradas. Metodologicamente o presente estudo está ancorado sobre uma base de natureza qualitativa e interpretativa de análise dos dados, observado o fato de, conforme aduz Erickson (1990), a pesquisa qualitativa ser deliberadamente interpretativista; e a interpretação inerente ao ato de investigar (e de viver!).

Nesse sentido, por pesquisa qualitativa entendemos “uma atividade situada que localiza o observador no mundo” e que consiste em um conjunto de práticas materiais e interpretativas que conferem nitidez e visibilidade ao mundo, sendo, pois, “um campo interdisciplinar, transdisciplinar e, às vezes, contradisciplinar, que atravessa as humanidades, as ciências sociais e as ciências físicas” (DENZIN & LINCOLN, 2006, p. 17-21).

No presente capítulo, trataremos de questões de ordem epistemológica e procedimental de nosso estudo, tais como a natureza da pesquisa e as razões de se escolher o nível microssociológico para a investigação; a abordagem de cunho autoetnográfico e a observação do local de trabalho; as descrições dos contextos e dos participantes envolvidos; bem como dos dados gerados, seus recortes e seleções. Por derradeiro, serão discutidas as implicações éticas e políticas da

pesquisa.

#### 4.1

#### Posicionamento epistemológico e ponto de vista do observador

Partindo de uma perspectiva epistemológica que concebe a investigação científica como espaço propício para a coconstrução de uma crítica científico-social, o presente trabalho centra-se nos processos de interpretação e de compreensão dos constructos e das ações sociais a partir de uma atitude teórica engajada e autocompreensiva. Assumimos, portanto, como ponto de vista epistemológico para a pesquisa qualitativa, a abordagem interpretativa, uma vez que enfatiza “a necessidade de entendermos a situação na qual as ações humanas fazem (ou adquirem) sentido, para que possamos afirmar uma compreensão da ação específica” (SCHWANDT, 2006, p. 197).

Tendo em vista que a postura interpretativista tem por objetivo a reconstrução das autocompreensões dos atores encetados em determinadas ações, a compreensão de nossas próprias ações e das ações de nossos pares faz parte da construção reflexiva das ordens situacional e contextual. Nesse sentido, a investigação social é uma *práxis* distintiva (SCHWANDT, 2006) na qual os indivíduos envolvidos na geração e interpretação de dados apresentam em suas ações, práticas e posturas teóricas um processo contínuo de projeções, transformações e reflexões.

Alinhamo-nos ainda à perspectiva êmica e nos preocupamos em como os participantes percebem dada situação social, baseando-nos, para tanto, em categorias coconstruídas pelos próprios participantes (COULON, [1987] 1995). Não nos deteremos à perspectiva microsociológica. Cumpre frisar, por oportuno, a ingenuidade na crença de uma perfeita e completa similitude entre aquilo que é capturado pelo intérprete sobre o modo como crê que o participante apreenda a realidade e aquilo que é, de fato, a percepção do sujeito, uma vez que o próprio pesquisador está imbuído pelas lentes com que observa o mundo. Tal impossibilidade se dá em virtude das *distâncias social e psicológica* entre os participantes (VELHO, 1978) – noção esta [de distância e também de proximidade]

que corresponde a um dos pilares das pesquisas em ciências sociais e que deve ser pensada como constructo social que é.

As avaliações e seleções elaboradas pelo investigador, assim, correspondem a conhecimentos significativos da realidade concreta, fabricadas socialmente e situadas historicamente, de modo que “sem a convicção do investigador quanto ao significado de fatos culturais específicos, toda a tentativa de análise da realidade concreta é absolutamente sem sentido” (WEBER, 1904/1949b, p. 61,82 *apud* CHRISTIANS, 2006, p. 144).

## 4.2

### **Natureza da pesquisa e eleição do microsocial como arena investigatória**

O Interacionismo Simbólico, notadamente o movimento teórico originado na Escola de Chicago (BURGESS, 1925; PARK, 1915; 1921; 1925; THOMAS, 1909; 1912) e disseminado por Blumer (1969), lança suas bases na contracorrente da concepção sociológica durkheimiana e se sustenta numa percepção da realidade social vinculada a noções como processo, dinamicidade e símbolo/simbólico. De acordo com este paradigma, a concepção que os atores fazem para si do mundo social constitui o objeto essencial da pesquisa sociológica (COULON, 1995).

Há, assim, um relevo teórico e epistemológico das correntes etnometodológicas corporificadas na ruptura radical com o pensamento da sociologia tradicional que prioriza a ordem macro; e uma nova postura investigativa, que privilegia a intersubjetividade, as rotinas realizadas maquinalmente e a vida cotidiana.

Dentre as cisões, destacamos a eleição do nível microsociológico como ponto de partida da pesquisa social, isto é, a situação social conforme vivenciada ordinariamente pelas pessoas, uma vez que, de acordo com esta perspectiva, o mundo social é o da vida cotidiana. A realidade social seria, neste esteio, a soma total dos acontecimentos culturais e sociais experienciados no senso comum dos sujeitos em suas múltiplas interações (SCHÜTZ, 1962) e produzidos por processos de interpretação (paradigma interpretativo), o que possibilita a troca de pontos de vista e a conformidade do sistema de pertinência.

Logo, a perspectiva deixa de ser ética e passa a ser êmica, promovendo o olhar dos atores sociais acerca de objetos, situações e símbolos que constroem seu mundo social. Trata-se de uma *sociologia do senso comum* que rompe com o conhecimento especializado e percebe a todos enquanto “sociólogos em estado prático” (COULON, 1995).

Ao ponderar a propósito dos significados sociointeracionais, o interacionismo simbólico entende que a realidade social se constrói enquanto está sendo negociada e construída no *aqui* (contexto situacional) e no *agora* (momento interacional em curso) pelos indivíduos. Nesse sentido é na ordem da interação – negociável, temporária e transitória – que damos sentido ao mundo, num movimento permanente de reconstrução.

A Escola de Chicago e o paradigma do Interacionismo Simbólico, desse modo, diferenciam-se das abordagens normativas de regulação dos comportamentos sociais (perspectiva macrosociológica), e se alinham à uma dimensão construtivista e interacional. A atribuição de um conjunto de definições encapsuladas e definidas como “desvio/desviante”, por exemplo, de acordo com este modelo teórico, resultaria de um juízo social (BECKER, 2008), e não das ações em si mesmas. Constituindo, por conseguinte, uma nova tradição a propósito dos estudos do desvio e da normalidade social, encarados enquanto construção social.

Considerado o escopo da presente tese, qual seja: analisar nas narrativas que emergem no contexto institucional a coconstrução da identidade desviante decorrente de violência moral (seja por cometimento de ato ilícito pelo Estado, seja por categorização estigmatizadora de aparelhos ideológicos), os estudos simbólico-interacionais de Goffman (1988; 2000) sobre estigma e deformidades físicas, psíquicas e outras qualidades socialmente valoradas como inferiores, correspondem a arcabouço teórico sólido e afinado aos nossos objetivos.

De acordo com Goffman as noções de (a)normalidade são fabricadas pelas instituições sociais, as quais possuem o condão de transformar os sujeitos em pacientes e sua identidade como patológica. Nesse sentido, há um deslocamento da sociológica tradicional no que tange à essencialização do desvio para uma ênfase aos processos interacionais e instituições envolvidas, em claro distanciamento da tendência macrosociológica de justificação e explicação via formas de controle e normalização social (MISKOLCI, 2005).

Sob a influência do Interacionismo Simbólico e da Etnometodologia – corrente da sociologia americana surgida na década de 1960 (COULON, 1995) cujos objetos privilegiados de investigação são as situações ritualísticas, isto é, as situações sociais sistematizadas, a Análise da Conversa (GARCEZ, 2008) e a Sociolinguística Interacional apreenderão o encontro de maneira local e situada, no qual construções sociais são percebidas, como, por exemplo, os rótulos identitários de estigma e de normalidade.

Em virtude dos primados da pesquisa interpretativa e qualitativa, da perspectiva êmica (DENZIN & LINCOLN, 2006) e dos princípios teórico-metodológicos da abordagem interacional para a compreensão da vida ordinária cristalizadora de valores e conceitos, optou-se por um enfoque que parte do nível micro, estabelecendo relações dialógicas com o nível macrosociológico.

#### 4.3

#### **Estranhando o familiar: a pesquisa autoetnográfica no âmbito do trabalho**

Segundo Da Matta (1978), a chave de elaboração da ciência social e ofício do etnólogo é fazer do exótico familiar, isto é, ter olhos condescendentes com os participantes numa busca pela intercompreensão de enigmas sociais situados em universos de significação distintos; e fazer do familiar exótico, ou seja, estranhar regras sociais cotidianas que são naturalizadas e problematizá-las enquanto produtos culturais. Haveria, então, em ambos os casos, dois universos interpretativos e dois domínios experienciais distintos.

Em contra-argumento, Gilberto Velho (1978) afirma que as noções *familiar* e *exótico* são relativas em virtude das categorias de *distância social* e *distância psicológica*. Essas distâncias ou proximidades são fundadas e construídas de maneira situada e não são dados apriorísticos, razão pela qual o fato de dois indivíduos pertencerem a um mesmo grupo não significa que estejam mais conectados do que se fossem de sociedades diferentes, sendo possível, portanto, uma proximidade física e uma distância psicológica e vice-versa.

Nesse sentido, estranhar o familiar implica em dessacralizar e revelar o caráter fabricado (GOFFMAN ([1974] 2012) de ações e constructos sociais. Ora, é

papel do pesquisador social relativizar as noções de sociedade, cultura, distância, proximidade, estereótipos; e perceber uma objetividade relativa, ideológica e interpretativista da pesquisa. A *realidade* (familiar ou exótica) sempre é filtrada por determinado ponto de vista do observador e o estudo da sociedade corresponde a uma “objetividade relativa, mais ou menos ideológica e sempre interpretativa” (VELHO, 1978, p. 42-43).

Como anteriormente aludido, o *locus* da investigação deste estudo é o local de trabalho da pesquisadora (escritório especializado nas áreas trabalhista e previdenciária), o que torna relevante a discussão da exotização do familiar, bem como o confronto intelectual, emocional e interpretativo das diferentes versões e significações existentes a respeito de fatos e situações (VELHO, 1978). Ora, todo trabalho humano se dá no interior de um contexto social, que precisa ser descrito de maneira densa a fim de que os propósitos da pesquisa sociointeracional sejam alcançados.

Com a “virada narrativa” (DENZIN & LINCOLN, 2006), a etnografia passa a ser vista como algo individual, e o fazer etnográfico passa a ser percebido como uma sequência biográfica sobre as pessoas etnografadas e sobre o próprio pesquisador. Para Baszenger e Dodier (1997), o ideal etnográfico corresponderia a uma etnografia combinativa, a uma coleção de estudos de caso, no qual o etnólogo não deveria nem extrair um todo, nem se fixar em uma história particular, mas olhar para várias histórias particulares em busca de uma regularidade de formas de interação e convergências contextuais. O foco estaria, portanto, na definição das ações sociais, sendo que as idiossincrasias corresponderiam a parte do fenômeno.

De acordo com Winkin (1998), a revolução nos anos 1950 representada pela Escola de Chicago conferiu relevo a questões de pertencimento e voltou o olhar da Antropologia para a descrição das camadas de pertencimento em “múltiplas microssociedades”, próprios do empreendimento interacional e etnometodológico. O trabalho passa a se debruçar sobre as fronteiras espaciais e temporais de cada uma das microssociedades, bem como a descrição das regras que são necessárias saber e partilhar (noção de membridade e pertencimento) para ser membro desta microssociedade, cuja descrição deve ser feita levando em conta a complexidade do local.



Reflito o outro e igualmente me reflito ao descrever o contexto e quaisquer outras atividades sociais. Trazendo tal afirmativa para a presente tese, a pesquisadora é duplamente *insider* do contexto de pesquisa (tanto obreira dos locais de trabalho, quanto membro da comunidade dominada pelo tráfico de drogas em que se situa o escritório de advocacia), a abordagem autoetnográfica nos parece mais adequada.

Termo criado por David Hayano (TEDLOCK, 2000) e originado em um painel realizado em 1995 pela “Society for the Anthropology of Europe and the American Anthropological Association Meetings”, *autoetnografia* corresponde a uma abordagem metodológica etnográfica de orientação interpretativa e autobiográfica (CHANG, 2008), entendendo-se a autobiografia no sentido de se explorar a interação do “eu” engajado nas descrições culturais mediadas pela linguagem, história e explicação etnográfica (ELLIS & BOCHNER, 2000). O ponto chave deste tipo de abordagem, segundo Versiani (2005), é a subjetividade do antropólogo como questão central do próprio saber antropológico.

De acordo com Reed-Danahay (1997), o rótulo de autoetnografia inclui pelo menos três variedades: (1) “antropologia nativa”, produzido por antropólogos nativos do grupo de pessoas que foram anteriormente estudados por pessoas de fora; (2) “autobiografia étnica”, escrito por membros de grupos de minorias étnicas; e (3) “etnografia autobiográfica” em que os antropólogos interpõem experiência pessoal na escrita etnográfica. Entretanto, a maior ou menor ênfase ao processo investigatório de pesquisa, à interpretação e análise cultural (etno), ou às autonarrativas (auto) (ELLIS & BOCHNER, 2000) será o traço distintivo das variedades entre as pesquisas autoetnográficas.

Em “Interpretative biography”, obra de 1986, Norman Denzin sinaliza como a principal característica do escritor de autoetnografia, a não-adoção da postura objetiva de *outsider*, comum às etnografias tradicionais, incluindo como elemento de suma importância as experiências pessoais no processo de escrita tanto biografias quanto etnografias. Assim, será justamente a inclusão da própria experiência a característica diferenciadora entre autoetnografias e etnografias, histórias de vida ou autobiografias (VERSIANI, 2005).

Por outro lado, em Reed-Danahay (1997), a autetnografia é definida como uma modalidade de narrativa do *self* a qual localiza o *self* num contexto social; é

ainda, ao mesmo tempo, um método e um texto, tal como na etnografia. Ocorre que o que caracterizaria a escrita autoetnográfica seria precisamente uma série de ambiguidades que possibilitam a percepção de identidades de modo complexo, não homogêneo e contextualizado.

Serão precisamente tais ambiguidades que possuiriam o condão de abalar a constituição da autoridade do etnógrafo e a validação de etnografias, bem como das autoetnografias em suas concepções mais tradicionais, baseadas na ideia de autenticidade do autoetnógrafo (VERSIANI, 2005). Quanto à validação e ao poder contranarrativos das autoetnografias, há que ressaltar que ambos se sustentam, neste paradigma, sobre uma abordagem teórico-epistemológica que compreende o texto enquanto representação de um objeto, complexo e plural, exterior e anterior ao sujeito que observa e se constitui enquanto complexo e cultural. Ora, os objetivos da autoetnografia não são validade ou exatidão – no sentido tradicional da palavra, mas a busca pela percepção das semelhanças e diferenças entre outros sujeitos no mundo e suas experiências. Assim, aceitar diferentes concepções e subjetividades contribui para a construção do objeto coletiva e dialogicamente arquitetado entre pesquisador e pares envolvidos.

Considerando os propósitos a que se destina o presente estudo, uma diferenciação se torna fundamental em termos autoetnográficos: as figuras do antropólogo *insider* e do sujeito nativo. Embora ambos possam experienciar uma mesma situação no contexto em que estão inseridos, as percepções e pontos de vista construídos serão distintos; e isso não se dará apenas por se tratar de trajetórias de vida diferentes (já que estaríamos diante de indivíduos diferentes), mas, antes, porque o primeiro recebeu *treinamento* que lhe proporciona uma percepção sobre sua cultura diferente daquela de um nativo sem esse treinamento. Assim, por exemplo, o olhar de um advogado sobre determinada consulta jurídica se diferenciará do olhar de uma advogada pesquisadora que constrói uma pesquisa autoetnográfica, uma vez que o olhar lançado sobre o encontro não se pautará tão somente em termos técnico-jurídicos, mas em termos sociológicos, antropológicos e, no caso, linguísticos.

Nesse sentido, a percepção do nativo e do antropólogo *insider* se diferencia na medida em que habilidades teórico-metodológicas específicas foram desenvolvidas por um e não por outro – habilidades essas que filtrarão a

experiência e a sistematizará em termos conceptuais. Em contrapartida, quando consideramos o antropólogo *outsider* devemos ter em mente que, embora possua as aptidões teóricas do *insider*, ele não faz parte daquele contexto e daquela realidade, é um estrangeiro em terras que se quer conhecer. Para Versiani (2005), desse modo, a “autoridade” de escrita nas autoetnografias fundamenta-se no próprio *status* de antropólogo, que é também um nativo. Ou seja, é o “conhecimento em primeira mão” da própria cultura a conferir autoridade ao seu texto.

#### 4.4

#### Contextos de investigação: os campos institucional e profissional

A pesquisa foi realizada em um contexto muito particular quando consideramos valores que compartilhamos pelo senso comum do que seja um escritório de advocacia. Tais peculiaridades se dão não apenas por circunstâncias físicas, mas, sobretudo, no que se refere ao caráter situado e organizado das relações e interações em tal contexto. Difere-se ainda em virtude dos micropoderes organizados no espaço em questão, uma vez que o local em que se situa o escritório investigado corresponde a uma das zonas de conflito do tráfico de drogas capixaba mais intenso, razão pela qual a região em que se insere o bairro Santa Rita é denominado “Faixa de Gaza” – município de Vila Velha, terceira cidade mais antiga do Brasil e segunda mais populosa do Espírito Santo.

O espaço físico em que ocorrem as consultas profissionais que serão analisadas na presente tese é, na verdade, uma casa construída pelos avós paternos desta pesquisadora e é cercada por bocas de fumo. Três dos sete advogados que trabalham neste escritório são *insiders* (VELHO, 1981) desta comunidade e pessoalmente conhecidos pelos sujeitos que lá habitam. Possuem, portanto, um nome, uma história e laços de afeto com as pessoas ao redor - algumas delas envolvidas com o tráfico de modo direto ou indireto.

Mattos (2013, p. 191), ao analisar a expansão urbana capixaba e as relações de segregação e violência na Região Metropolitana da Grande Vitória, anuncia um mapa que expressa a distribuição espacial da violência no município

de Vila Velha, podendo ser percebida a elevada taxa de crimes letais por 1.000 habitantes no bairro Santa Rita.

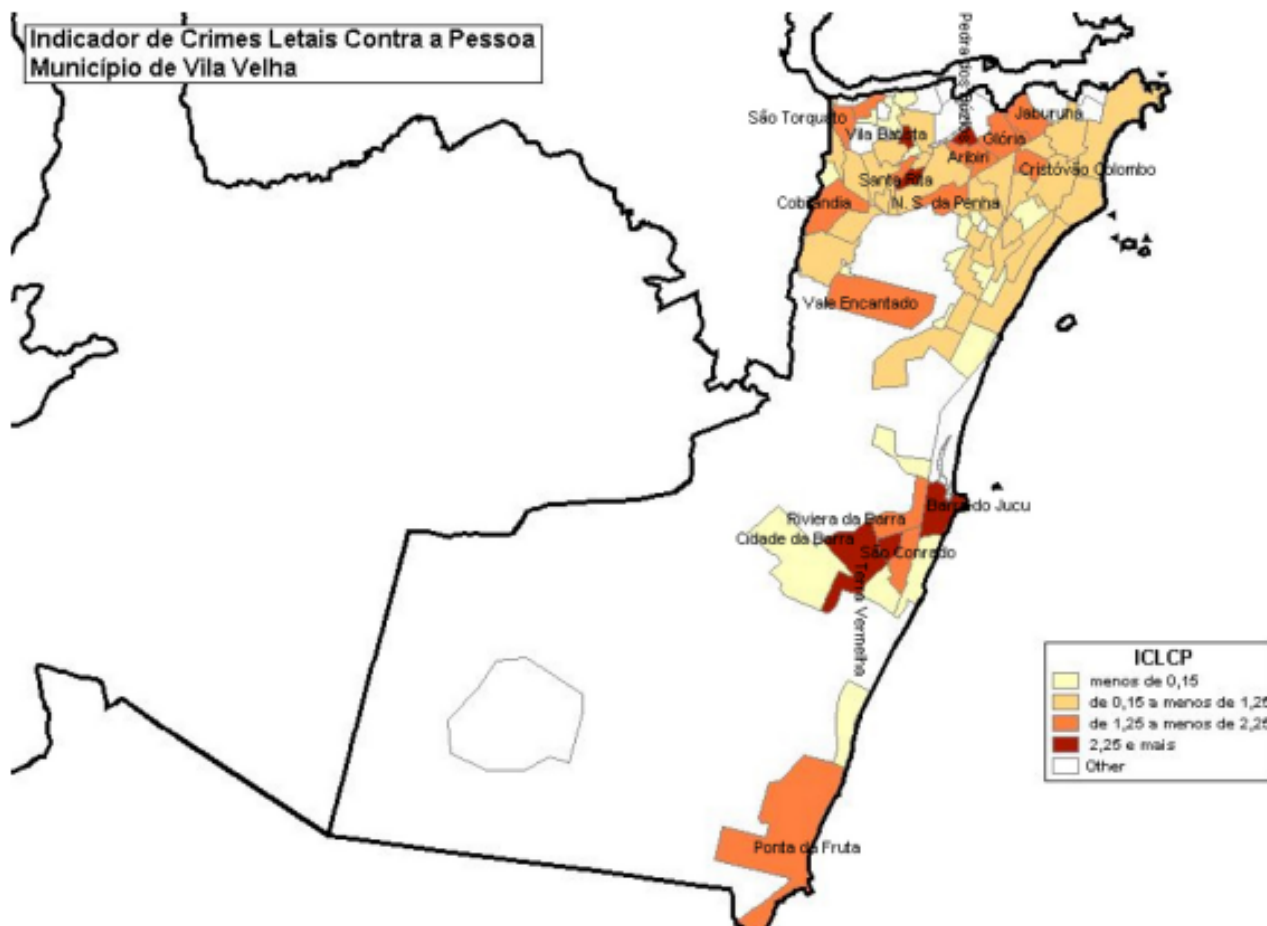


Figura 01 – Mapa Indicador de crimes letais contra a pessoa no município de Vila Velha – Espírito Santo no ano de 2000.

Para além do aspecto geográfico do local investigado, há dentre as singularidades deste contexto o tipo de matéria de direito no qual militam os advogados que lá atuam: milita-se prioritariamente nos campos relativos ao Direito do Trabalho e ao Direito Previdenciário. Tratam-se, portanto, de direitos sociais (coletivos e/ou individuais). Vale frisar que boa parte da clientela é composta por trabalhadores que vivem no entorno e tornaram-se incapazes de exercer atividades laborais ou mesmo cotidianas em virtude de acidente de trabalho ou doença ocupacional desenvolvida pelo trabalho.



Figura 02 – Imagem publicada pela página do Tribunal Superior do Trabalho em que é noticiada a decisão proferida por este tribunal sobre caso de um dos clientes do escritório em análise que contraiu toxoplasmose em virtude do degradado ambiente de trabalho, desenvolvendo cegueira no olho direito. Em defesa, a empresa alegou que tal doença era decorrente do ambiente em que residia, o qual, segundo defendido, seria pior que seu posto de serviço. O TST manteve a pretensão do Autor e indenizou o trabalhador na forma de pensão por incapacidade de trabalho.

Daí que, muito embora seja um escritório posicionado numa zona de risco – mais do que isso, frisa-se: ladeado por bocas de fumo – a comunidade local que lá busca a prestação de um tipo de serviço que lhes é negado (acesso à justiça) tem por estabelecido que não são tratados pelos advogados que lá trabalham quaisquer processos de ordem criminal. Nesse sentido, o conhecimento partilhado pelos membros do bairro e adjacências é de que apenas causas relacionadas a estas questões ou de ordem cível (família, consumidor, sucessão, dentre outros) serão tutelados pelos membros do escritório, o que sinaliza um afastamento recíproco entre escritório-tráfico.

Vale frisar que esta relação envolve tanto respeito quanto temor por ambas as partes, como se pôde verificar por diversas ocasiões em situações corriqueiras. Exemplo disso é que o escritório fica muito próximo ao Porto de Capuaba, o que faz com que haja um grande fluxo de caminhões dentro do bairro. Certa ocasião um caminhoneiro passou a deixar sua boleia em frente ao escritório. Percebendo o fato, o gerente do tráfico ordenou que o dono do caminhão não mais estacionasse naquela rua, porque ali era um escritório de advocacia de “trabalhadores

deficientes” e a permanência de seu veículo prejudicaria ainda mais o acesso dos clientes ao escritório, que, infelizmente, não possui acessibilidade.



Figura 03 – Atendimento realizado na porta do escritório com cliente acidentado.



Figura 04 – Cliente com deficiência acessando o escritório.

A inauguração do escritório se deu há mais de trinta anos por uma convicção política e jurídica de Jader Nogueira, quem atua desde a sua criação e é proprietário do mesmo. Desde a concepção do ideário do que seria este empreendimento, Jader (advogado fundador e pai da pesquisadora deste trabalho) sempre lidou no âmbito do Direito do Trabalho individual e coletivo, trabalhando durante toda sua vida profissional na defesa de centrais sindicais e de sindicatos de trabalhadores, dentre os quais o Sindirodoviários do Estado do Espírito Santo, filiado à CUT.



Figura 05 – Chapa apoiada e assessorada pelo escritório nas eleições sindicais em maio de 2013 dos Rodoviários do Espírito Santo.

No que se refere a este contexto profissional, há que se fazer uma breve imersão na história de vida da própria pesquisadora - decorre daí também a opção pelo método autoetnográfico, em que é privilegiado o componente autobiográfico do estudioso. Isto porque o espaço físico em que está estabelecido o escritório de advocacia fora sua residência por quase vinte anos.

Pautada na tradição autoetnográfica de composição de histórias (ELLIS & BOCHNER, 2000), tomo a liberdade de nesta tese usar o emprego pronominal de “eu” ao invés de “nós”, como tradicionalmente são construídos os textos acadêmicos. Venho de uma família humilde do interior do estado de Minas Gerais que se mudou para a cidade de Vitória na década de 1970 em virtude do acometimento de doença de meu tio caçula. Minha família paterna é originária de um pequeno patrimônio mineiro denominado Pau D'Arco, e minha família materna do município mineiro de Aimorés. Ambos – meu pai e minha mãe – se

conheceram em Vila Velha, pois moraram na mesma rua: Darcy Vargas (rua em que hoje é situado o escritório), no bairro Santa Rita.

Ao se casarem, meu pai continuaram morando nesta mesma rua, pois tinham por dever os cuidados de minha avó paterna, que se recusava a sair de sua residência e ir morar em qualquer lugar que não fosse a casa construída quando da saída de sua terra natal. Minha família viveu no bairro até o falecimento de minha avó – em torno de meus vinte anos de idade.

A localização física do escritório é estratégica tanto por abarcar a região portuária quanto por estar muito próxima à garagem de uma das empresas de ônibus em que trabalha grande parte da clientela. Alguns dos empregados desta empresa que são clientes do escritório chegam inclusive a usar – enquanto motoristas e cobradores – os carros da própria empresa como meio de transporte para comparecerem às consultas jurídicas.

Talvez pelo local ou por questões interacionais específicas entre profissionais-clientes, é possível perceber um vínculo mais pessoalizado na relação que vão desde as vestimentas (chinelos, bermudas) e se estendem a pequenas delicadezas e presentes que fazem parte do universo daquelas pessoas (peixes, frutas, legumes), que são muito pobres e, via de regra, vivem em situação de vulnerabilidade econômica.

#### 4.5

#### **Os participantes envolvidos**

A atribuição de crimes não cometidos a sujeitos inocentes é tema recorrente em matérias jornalísticas televisivas e mídia impressa, assim como a categorização e os atributos identitários estigmatizantes são temas de pesquisa em vários campos do saber. Entretanto, considerando os objetivos norteadores deste estudo, embora sejam problematizados aspectos relativos às imagens e identidades de grupo e individuais, tais considerações não se balizaram por apriorismos, mas, antes, dada a perspectivaêmica da pesquisa, serão observados apenas através daquilo que seja relevante para os participantes. Não extrapolaremos a discussão sobre criminalidade e desvio, portanto, para além do que foi visto e ouvido na pesquisa de campo.



Desse modo, nossas ponderações estarão balizadas pelas caracterizações e categorizações construídas pelos participantes desta tese. Determinadas inserções e comentários feitos pela pesquisadora na análise de dados a respeito de valores, ética e hábitos de grupo e da comunidade investigada estão embasadas tanto por aquilo que se pôde observar nos dados quanto por conhecimentos prévios compartilhados pelos sujeitos participantes, uma vez que se trata de uma pesquisa autoetnográfica na qual a pesquisadora é tanto *insider* do contexto profissional e participante das rotinas deste espaço, quanto *insider* do bairro em questão, partilhando, assim, saberes locais.

Como anteriormente apontado, o escritório de advocacia em que foram gerados os dados, desde sua fundação, tem como finalidade ofertar um serviço de qualidade e efetivamente dar acesso à justiça aos membros de uma comunidade tão desprestigiada – e até mesmo esquecida – pelo poder público. Este acesso à justiça para os profissionais que lá atuam está pautado em uma prática que vislumbra uma atividade oral mais simples (para que haja aproximações e entendimentos entre os interagentes) e de baixo custo<sup>2</sup>.

Não há que se falar que a prática profissional desempenhada neste contexto se trata de assistencialismo, tendo em vista que o que há, de fato, é uma relação de onerosidade no sentido de que valores percentualmente fixados no montante da condenação devem ser pagos na hipótese de vitória. Trata-se, portanto, de uma ética profissional de grupo pautada no princípio constitucional de Dignidade Humana, o que se verificou, por exemplo, em um almoço entre os advogados após um congresso de Direito Previdenciário na cidade de Vitória, no qual uma advogada participante tornou relevante o fato de que a aparência física de um dos clientes (no caso, um idoso em situação de vulnerabilidade econômica) ter sido alterada apenas após o recebimento de benefício assistencial correspondente a “um *salariozinho* mínimo” capaz de deixá-lo “tão *bonitinho* agora”. A mesma participante categorizou o fato como uma questão de “<dignidade HUMANA> mesmo, porque o homem mudou <até o VISUAL> dele”.

<sup>2</sup> Tutela-se, no Judiciário, o benefício da gratuidade de justiça, uma vez que estes sujeitos não poderiam ingressar e prosseguir em uma demanda sem prejuízo financeiro próprio ou de sua família; e, no âmbito privado, os contratos lá firmados são de risco, isto é, apenas deverá haver o pagamento de qualquer tipo de honorário em caso de sucesso da ação, do contrário não há que se falar em pagamento pelo serviço prestado.

Os membros que compõem o escritório, nesse sentido, possuem uma espécie de função mediadora (no sentido de ser *meio*) entre os atores sociais daquela comunidade e o poder público. Entretanto, como dito, essa mediação não se dá em todas as áreas do Direito para que, inclusive, haja um afastamento e demarcação sobre o tipo de atuação que se propõe o escritório na zona de conflito. Este é um ponto importante para a análise dos dados que compõem esta pesquisa na medida em que aparece velado e consensual a informação de que aquele escritório não atuaria na causa criminal que o participante Ícaro esteve envolvido, mas, para o desenrolar e a repercussão no âmbito cível da injusta causa em que fora acusado por um crime não cometido, o escritório analisado foi o local é buscado.

Vale ressaltar que, de acordo com Goffman (1988), é corriqueiro que um estrato estigmatizado eleja certos representantes, os quais criam brechas para exprimir o ponto de vista do grupo e que são capazes de lidar com representantes de outras categorias ou estratos, realizando um trabalho semipolítico de levar aos grupos do entorno as ideias e reivindicações daqueles que se encontram à margem (BIAR, 2012).

Dentre os participantes da pesquisa estão cinco advogados, dentre eles: **Jader**, advogado e contabilista com sessenta e dois anos de idade e mais de trinta anos de efetivo exercício da advocacia, especialista em Direito e Processo Cível, em Direito e Processo Previdenciário e em Direito e Processo do Trabalho. É dono do escritório que leva as iniciais de seu nome (JN Advocacia), pai de duas advogadas que militam no mesmo escritório – **Thatiana**, trinta e quatro anos, especialista em Direito e Processo Previdenciário e em Direito e Processo do Trabalho e **Mayara**, vinte e oito anos, advogada e pesquisadora do presente estudo.

**Helder**, cinquenta e cinco anos de idade, professor de educação física na rede estadual, advogado com aproximadamente vinte e oito anos de advocacia responsável pelos prazos e recursos do escritório, especialista em Direito e Processo Previdenciário e em Direito e Processo Cível. É amigo pessoal de Jader e se conheceram por advogarem e comporem juntos, na década de 1990, a chapa dos Sindirodoviários. Partilham, assim, há mais de vinte anos, um *fazer direito* muito próximo que os liga profissionalmente até os dias de hoje.

**Rosana**, trinta e três anos de idade e aproximadamente dez de advocacia, especialista em Direito e Processo Cível e em Direito e Processo do Trabalho. Tornou-se amiga pessoal de Thatiana após um rompante familiar: Jader desenvolveu câncer de próstata no ano de dois mil e nove. Seu urologista era membro da igreja que frequentava, o que tornou mais pessoal a relação médico-paciente após o diagnóstico. Fábio, médico de Jader, é cunhado de Rosana – carioca que tinha por intuito mudar-se para Vitória e viver próximo à irmã. Com o estreitamento dos laços, Jader contrata Rosana, quem passa a atuar no escritório e a assumir a tarefa de fazer a maior parte das audiências e serviços externos como despachos.

Há ainda dois principais clientes que participaram do estudo: **Ísis** (nome fictício cuja escolha se deu em virtude da deusa egípcia da fertilidade e maternidade que era modelo para mulheres e mães, cujo significado do nome é “eu nasci de mim mesma”) – dona de casa com aproximadamente cinquenta anos, de baixa escolaridade e moradora do Bairro Zumbi dos Palmares, o qual também faz parte da “Faixa de Gaza” e é vizinho ao Bairro Santa Rita; é quem busca, pela primeira vez, o escritório para contar a história de seu filho e buscar “os seus direitos”. E, por fim, **Ícaro** (nome fictício inspirado no personagem da mitologia grega cujas asas de cera se esfacelam ao se aproximar do sol, a “bola de fogo”), adolescente de dezenove anos, trabalhador com carteira assinada, e injustamente acusado e processado por ter incendiado um ônibus no bairro em que vivem.

Além dos advogados identificados pelos próprios nomes, da pesquisadora-advogada e dos clientes, participam ainda do universo investigado uma secretária, responsável pela organização da agenda e alimentação de todos os membros do escritório; um estagiário de Direito e um *office boy* – ambos filhos da secretária; e ainda um contabilista – esposo de Thatiana – responsável pelos cálculos. Nota-se, portanto, que se trata de um emaranhado de relações familiares e pessoais entre os integrantes do grupo.

## 4.6

### Procedimentos de análise

Trilhando as orientações e os postulados teórico-metodológicos anteriormente delineados, bem como imbuído do caráter autoetnográfico do presente estudo, embora não se tenha construído uma etnografia em sentido estrito, este estudo se ocupa da ação linguístico-discursiva dos interagentes em encontros sociais específicos (consultas jurídicas e posteriores conversas entre advogados durante os almoços sobre os casos do escritório) gravados, transcritos e analisados de acordo com procedimentos analíticos e interpretativos expostos.

Vale salientar que compreendemos os encaminhamentos da pesquisa e procedimentos metodológicos (assim como a seleção do local a ser investigado e os recortes analíticos) enquanto *dados* que sinalizam um processamento analítico de atuação do pesquisador. Ainda no que diz respeito às seleções, a forma como é escolhida a construção das perguntas feitas e o modo como as respostas são coconstruídas pelos participantes indicam uma primeira representação do objeto (BIAR, 2002; RIESSMAN, 1993).

Ora, tendo em vista que as mais distintas formas com que os dados podem ser gerados implicam a interpretação diferenciada dos mesmos (BIAR, 2002; RIESSMAN, 1993), todo procedimento de pesquisa precisa também se atentar para a forma como os dados foram transcritos, bem como para a maneira que os dados se relacionam com o instrumental teórico do estudo e as categorias de análise selecionadas pelo pesquisador.

#### 4.6.1

#### Geração dos dados

Tal como prescrito pela pesquisa social de epistemologias interpretativistas (SCHWANDT, 2006) e dada a inclinação microssociológica deste estudo – que se baseia no contato direto que tenho com clientes, advogados e demais membros do escritório bem como com suas histórias –, a geração dos dados que compõem o *corpus* deste estudo apenas se deu após prévia autorização de comitê de ética

indicado pela Plataforma Brasil (CAAE da pesquisa nº 50646515.4.0000.5268) e de todos os participantes.

Talvez em virtude da posição assimétrica no tipo de relação inicialmente estabelecido entre advogado e cliente, no percurso investigativo, todos os encontros para os quais se requereu autorização obteve-se resposta positiva, sem imposições de condições por parte dos clientes. Entretanto é importante frisar que, embora não tenha ocorrido quaisquer tipos de imposições ou mesmo sugestões pelos participantes, esclarecemos por mais de uma vez (quando da explicação inicial dos conteúdos do Termo de Conhecimento Livre e Esclarecido e em todos os encontros posteriores a este primeiro contato com o documento) que, em qualquer momento, poderiam desistir de participar da investigação, bem como que suas identidades seriam preservadas.

As gravações se deram nas salas de atendimento do escritório e na cozinha do mesmo. Como se tratam de encontros espontâneos, as perguntas construídas não foram previamente elaboradas. Os dados foram gerados ao longo do ano de 2016.

#### **4.6.2**

##### **Transcrição dos dados**

Como em todas as demais etapas da pesquisa, o processo de transcrição de dados também corresponde a uma seleção, na medida em que o olhar do pesquisador é limitado por sua natureza. Em outros termos, o caráter seletivo se dá em razão da impossibilidade de se abarcar toda a complexidade da situação de interação e da não neutralidade de sua condição (GARCEZ, 2002). Para Riessman (1993), quando falamos de transcrição devemos ter em mente o processo de retextualização, uma vez que, na verdade, transcrição é retextualização por envolver seleção e redução (Cf. GAGO & VIEIRA, 2006).

As gravações dos intervalos dos encontros foram transcritas de acordo com convenções adaptadas da tradição da Análise da Conversa, conforme se verifica nos anexos deste trabalho, formando uma coleção de dados de três momentos (duas consultas e um almoço). Busco abranger nas transcrições aspectos paralinguísticos (prolongamentos, hesitação, pausa, ênfase, subidas e descidas,

etc.) por acreditar que tais elementos constituem-se como pistas de contextualização na coconstrução de sentidos (GUMPERZ, [1982] 2002).

#### 4.6.3

##### **Recorte analítico e categorias selecionadas**

No que tange ao recorte analítico, inicialmente selecionamos as narrativas de sofrimento (BASTOS, 2008) que emergiram no encontro com o objetivo se observar processos sociodiscursivos da ação narrativa, da experiência e da memória. Recortamos, assim, narrativas que combinam histórias de vida (LINDE, 1993) ao sofrimento coconstruído a partir de histórias de cometimento de ato ilícito pelo Estado e repercussões derivadas, com vistas a proporcionar inteligibilidade de como experiências de sofrimento modelam a percepção que as pessoas possuem da existência e conduzindo a sua forma de agir no mundo social (SANTOS & BASTOS, 2009).

Para que houvesse melhor compreensão a propósito da negociação dos turnos, da introdução da história e dos processos interacionais implicados ao ato de narrar em um encontro misto em contexto institucional, consideramos em nosso recorte sequências anteriores e posteriores ao início das narrativas, como forma de situá-las.

No nível *micro*, daremos ênfase às pistas de contextualização, tópicos conversacionais, estrutura de participação e mecanismos de avaliação; já no nível *macro*, observaremos o contexto social e situacional mais amplo no qual emergiram as narrativas.

Para tanto, as análises feitas neste estudo levarão em conta três dimensões: interacional, contextual e narrativa, bem como os pontos de contato entre as três, com vistas a se atingir um aspecto chave da pesquisa, que corresponde à observação das identidades e valores construídos e negociados.

Isto é, ao longo da análise dos dados gerados buscaremos enfatizar questões de ordem interacional (tomada de turnos, sobreposições, sequencialidade, etc.), de ordem contextual (os *quandos* da interação) e de ordem narrativa (explicações, conarração, dentre outros). Ao lançar o olhar para os dados

tomando como lente tais dimensões, comunicações e entrecruzamentos entre os três encontros serão evidenciados e serão objeto de reflexão.



Figura 06 – Dimensões da análise.

Considerando as dimensões de análise apontadas, observaremos, por fim, quais são os pontos convergentes nos três encontros investigados, buscando uma melhor compreensão no modo como a história é contada em uma primeira narrativa por Ísis para Mayara; a maneira como as experiências e eventos narrados são redimensionados e renarrados em um segundo encontro que envolve dois outros participantes, mas que, sua agenda continua a ser a prestação de um diagnóstico jurídico; e, derradeiro, como as histórias de sofrimento e estigma são narradas colaborativamente pelos advogados em situação de informalidade (mesa de almoço) e os faz estabelecer relações intersubjetivas.



Figura 07 – Relações entre narrativas.

Quanto às categorias selecionadas para a análise dos dados, destacamos a noção (i) *sistemas de coerência* (LINDE, 1993), os quais correspondem a artifícios culturais que estruturam vivências em forma de narrativas de modo a haver conformidade entre redes de sequencialidade e causalidades com determinadas visões de mundo. Abordaremos, ainda, (ii) as categorias de *alinhamento e enquadre* (GOFFMAN, [1959] 2009), uma vez que tencionamos investigar a organização da experiência de vida e as estruturas de expectativa que afetam a forma que (re)interpretamos e categorizamos os eventos sociais.



## Narrativa de sofrimento: o narrar

Todas as dores podem ser suportadas se você as puser numa história ou contar uma história sobre elas.

(ARENDR, 1998, p. 95)

A análise feita no presente capítulo tem por escopo observar o primeiro encontro ocorrido entre Ísis e Mayara durante a primeira consulta jurídica. Foi exatamente neste momento em que a advogada-pesquisadora teve o primeiro contato com a cliente e acesso ao motivo que levou Ísis a buscar por serviços advocatícios. A história contada pela participante despertou enorme curiosidade pela repercussão narrada, segundo a participante, que o cometimento de ato ilícito pelo Estado tomou, com a projeção, via mídia impressa e televisiva, em sua vida íntima e também no local em que vive, que é muito próximo ao escritório.

O evento narrado diz respeito à prisão ilegal de Ícaro, quem foi detido por seis meses acusado de ter cometido – junto com outros jovens – incêndio a um ônibus particular em uma das vias principais do bairro em que vive. Este acontecimento foi noticiado por vários jornais locais e em rede nacional. Sua detenção apenas foi revogada após o julgamento de seu processo criminal, no qual o magistrado chegou à conclusão que, de fato, Ícaro não teria cometido o crime, absolvendo, assim, o adolescente.

Focalizo, na narrativa a seguir, o funcionamento das atividades e agendas que orientam o encontro na medida em que, para além de se tratar de um tipo de fala institucional, no momento em que a advogada conhece a história apresentada por Ísis, percebe que é Ícaro o titular do direito material, o que a leva a marcar nova consulta em que o filho da participante esteja presente.

Darei ênfase, ainda, ao processo interacional da coconstrução da narrativa de sofrimento delineada por Ísis bem como às identidades que emergem nesta atividade, considerando os seguintes objetivos: (i) observar de que maneira as experiências vivenciadas pela cliente são dimensionadas e tornadas relevantes na fala-em-interação (*dimensão narrativa*); (ii) indicar como se dão as mudanças de

*footings*, alinhamentos e enquadres interativos (*dimensão interacional*); e (iii) examinar em que o compartilhamento de conhecimentos a respeito do local em que se insere o escritório estabelece aproximações entre as participantes (*dimensão contextual*).

No que tange à relação entre a construção da narrativa e a construção de identidades sociais, partiremos do entendimento de que ao narrar os sujeitos criam um universo no qual situam a si mesmos e aos outros tendo em vista elementos como crenças, valores e relações sociais (BRUNER, 1990; SANTOS & BASTOS, 2009).

## 5.1

### “Inhantes d’eu coisar”: coconstrução e negociação de identidades

Como anteriormente afirmado, o nome de Ísis é fictício. Entretanto, a escolha de seu nome não se deu ao léu, mas foi motivada por uma das identidades mais importantes por ela construídas ao longo dos encontros referente à sua condição de mãe, de um sujeito detentor de um amor incondicional que a coloca em segundo plano. Ísis foi uma *persona* divina da mitologia egípcia relacionada à fertilidade e maternidade – daí a escolha do nome da cliente.

Este atributo social de maternidade enquanto uma posição de colocar o filho à frente de suas próprias vontades foi observado logo no início do primeiro encontro, conforme excerto 01, quando Mayara pergunta a Ísis qual o seu nome e obtém como resposta não um nome próprio, mas “inhantes” de “coisar” (linhas 02 e 03) qualquer tipo de identificação própria. O que é relevante naquele momento e naquele lugar, para a participante, não é o seu nome, mas o fato de querer conversar sobre uma causa de seu filho (“É sobre uma: uma causa do meu fi[lho”, linhas 05 e 06).

**Excerto 01 – Preponderância da identidade materna**

01	Mayara	Qual o nome da senhora mesmo, perdão?
02	Isis	Meu nome é.. Inhantes d'eu: coisar, é uma causa
03		do: vou conversar com você prim[eiro
04	Mayara	[Uhum
05	Isis	É sobre uma: uma
06		causa do meu fi[lho
07	Mayara	[Uhum]
08	Isis	[Num tem!? Que ele foi preso em
09		dois mil e cato:rze fevereiro saiu em ju[lho
10	Mayara	[Uhum]
11	Isis	[Ele foi
12		preso como suspeito... Sobre fogos de ônibus e
13		meu fi[lho
14	Mayara	[fo[go?]
15	Isis	[É. E o meu filho foi absolvido
16	Mayara	Uhum
17	Isis	Entendeu?
18		Ele teve a absolvição dele.
19	Mayara	Uhum
20	Isis	Aí pelo que me indicaram, pelo que eu tô
21		conversando pra essa causa o meu filho tem
22		direito a uma: [como se fal[a
23	Mayara	[Indenização]
24	Isis	[A uma Indenização,
25		entendeu?
26	Mayara	[Uhum, Uhum]

Segundo Foucault (1979), o discurso configura situações contextuais de maneira muito particulares e estabelece regras de conhecimento que criam sentidos e regulam a conduta social, bem como as relações interpessoais, postulando padrões de normatividade para a sociedade (FABRÍCIO & MOITA LOPES, 2002). Nesse sentido, a conduta social fabricada e esperada socialmente pela mulher no desempenho do papel materno é colocar-se num plano secundário quando o que se está em cena é sua cria – e é o que se observa no comportamento de Ísis.

A atividade interacional que Ísis quer que se desenvolva neste momento inicial do encontro não é uma conversa nem mesmo uma apresentação de si, mas a *narração* de uma história (GOFFMAN, [1974] 2002), para que haja o estabelecimento dos *footings* de narrador e de ouvinte. O que se requer de Mayara não é o conhecimento da identificação social mais básica (o reconhecimento de seu nome pessoal) da cliente que a busca, mas a ligação direta e precisa da agenda da participante: contar um evento ocorrido com seu filho que entende ser o ponto originário do direito que se quer postular. Nesse sentido, “inhantes” de qualquer

coisa, Ísis não está no escritório para dizer quem é, mas para resolver uma questão de seu filho.

Trata-se também da busca de negociação de alinhamento dos papéis interacionais e de *status* de participação de um ator que contará uma história (e a quem competirá turnos mais longos) e de um ator que ouvirá ativamente o que lhe for narrado, numa estrutura participativa (TANNEN & WALLAT [1987], 2002) esperada, numa narrativa inserida no interior de uma conversa institucional do tipo “consulta jurídica”.

É o que se observa na resposta obtida pela pergunta feita por Mayara (“Qual o nome da senhora mesmo, perdão?”, linha 01) quando Ísis tece o *abstract* da narrativa, por meio do qual a participante encapsulará ainda que de modo vago o ponto da história e enfatizará sua reportabilidade. De igual modo é possível inferir tal afirmativa na medida em que Ísis prossegue na construção da orientação da história – momento em que as noções de tempo (“dois mil e cat:orze fevereiro saiu em ju[lho, linhas 08 e 09), personagens (Ícaro) e comportamentos iniciais de desvio (“Que ele foi preso”, linha 08) são apresentados. Esta identidade materna de Ísis é tornada relevante em outros momentos do encontro (excerto 2, linhas 352 e 353), nos quais a participante demonstra sua preocupação em acompanhar o filho.

A busca de Ísis para que Mayara com ela se alinhe pode ser percebida em recursos de busca de partilhamento pela indiretividade (“num tem!?”, linha 08; “entendeu?”, linhas 17 e 24) e repetições. Talvez tais marcadores possam ser indicadores do estilo da participante ou mesmo um modo de verificar se de fato sua parceira compreende aquilo que lhe é narrado. O fato é que essas formulações (TANNEN & WALLAT [1987], 2002) correspondem à busca de compartilhamentos.

**Excerto 02 – Contexto situacional e identidades**

	355	Mayara	A senhora mora aqui perto?
	356	Isis	Moro aqui no Zumbi:
	357	Mayara	Ah! Pertinho!
	358	Isis	Perti::nho!
	359 360	Mayara	É bom que quando for sábado a senhora vem com seu filho dá pra vir até andando
	361 362 363	Isis	Aham. Eu venho com ele. Eu gosto de acompanhar ele nessas coisas. Eu gosto de acompanhar ele, [não tem?
	364 365 366	Mayara	[É. É bom ele vir porque uma coisa é a senhora contar, outra coisa é ele contar, porque quem sofre não esquece, né!?
	367	Isis	É!
	368	Mayara	São sofrimentos diferente
	369	Isis	Uhum

Levando em conta que, embora as contribuições de Ísis sejam pertinentes, há uma restrição (DREW & HERITAGE, 1992) feita por Mayara sobre a importância da presença de Ícaro para que a história seja contada, uma vez que “quem sofre não esquece” (linhas 365-366). Entretanto, esta afirmativa é reparada pela participante (“são sofrimentos diferente”, linha 368) por categorizar de modo indireto a experiência de Ísis também como sofrimento.

**5.2****“Porque ASSALARIADO <a gente não tem como entrar>”: a busca por negociação e alinhamentos**

No excerto 03, observou-se, na análise dos dados, uma negociação de valores a ser pagos pelo serviço buscado por Ísis, compartilhados pelos membros do escritório na ética do grupo de propiciar um acesso universal à justiça. Embora em um intervalo bastante curto, nesta negociação está encaixada e projetada uma imagem de sujeito trabalhador que, por ser assalariado, não teria acesso à justiça. Será exatamente este não-acesso que dará à participante a entrada naquele universo profissional.

### Excerto 03 – Negociações

141	Isis	[Mas deixa eu te <pergunta:r> uma co:Isa.
142		DinHEIro, se no ca[so
143	Mayara	[Dia de sábado ele pode, né!?
144	Isis	Po:de! Por[que
145	Mayara	[Tá]
146	Isis	[tem sábado que ele trabalha.. é
147		mu::Ito difícil ele trabalhar no sábado.
148	Mayara	Uhum
149	Isis	No sábado prova provavelmente é DELE. Só
150		durante a semana toDI:[nha
151	Mayara	[Aham
152	Isis	Se for o caso dele mexer com essa causa aí
153		(0.2) é.. <você:s> (0.3) vocês <acerta aPÓS ter
154		terminada a decisão todi:nha ou tem que entrar
155		com dinheiro?
156	Mayara	Geralmente é depois que termina tudo, mas ess
157		essa par[te
158	Isis	[Depois que termina tudo]
159	Mayara	De paga:r
160	Isis	[Depois que termina tudo, né!?
161	Mayara	É! Essa parte de pagar é com meu pai, >mas
162		geralmente é depois que [termina<
163	Isis	[depois que termina
164		tudo, [né!:
165	Mayara	[Uhum]
166	Isis	[Porque eu num tenho assi:m. a gente não
167		tem como entrar. Porque ASSALARIADO <a gente
168		não tem como entrar> não tem como entrar com
169		dinhe:iro
170	Mayara	[Aham]
171	Isis	[Entendeu?
172	Mayara	NÃO! Mas isso aí a senhora pode ficar
173		<TRANQUI:LA> porque sem entrar <a senhora não
174		fica, NÃO>. (0.3) E o que traz a senhora aqui?
175	Isis	É sobre isso [mesmo

O fato de pegarmos a ação “negociação” e quebrá-la em uma pré-negociação e, posteriormente, em uma negociação, estamos mostrando que este tipo de ação é uma ação delicada, um tipo de ação a que não podemos chegar de modo direto, mas de modo indireto que revela uma institucionalidade do enquadre *fazer barganhas*.

A construção discursiva feita por Ísis, na pré-negociação, não tem por finalidade meramente apresentar uma afirmativa de que, por ser assalariada, não possuiria condições materiais de ingressar com uma ação judicial. Considerado o contexto situacional do qual brota a fala (escritório de advocacia em zona de conflito localmente reconhecido como espaço para que direitos de membros da comunidade sejam tutelados pelos advogados através de acordos de risco, isto é, em que há apenas o pagamento de honorários advocatícios quando do sucesso da

ação), o que Ísis busca é o alinhamento de sua parceira, para que negociações possam, então, ser feitas. As negociações são tanto interacionais quanto pecuniárias.

Para salvar sua face, a cliente busca alinhamentos para com a advogada, a fim de que esta compreenda que, justamente por ser assalariada estaria privada de algo tão fundamental: ter como “entrar” (linha 166-169, 171) na justiça em busca do direito de seu filho.

Quando Mayara diz “NÃO! Mas isso aí a senhora pode ficar <TRANQUI:LA> porque sem entrar <a senhora não fica, NÃO>. (0.3) E o que traz a senhora aqui?” (linhas 172-174) o que te tem por prioritário não é a possibilidade ou não da contraprestação de seu serviço, mas que, mesmo sem poder arcar com os custos de uma demanda, Ísis “pode ficar tranquila” porque mesmo sem ter a possibilidade de ingressar com a demanda ela “não fica, não” – em dupla negação seguida da orientação do mandato: o que a leva “aqui?”.

Trata-se de uma espécie de uma estratégia para tratar de algo socialmente delicado: dar preço e fazer barganhas. Embora em determinadas sociedades a negociação de valores sobre produtos seja um valor positivo, na sociedade ocidental corresponde a uma prática as vezes não prestigiada. Quando se trata de serviços oferecidos por profissionais liberais – como médicos e advogados – essa prática “barganha” é pouco exercida. Daí talvez a postura de Ísis (*footing*) perante a negociação do valor a ser pago.

### 5.3

#### **“Aí eu já vou orientar a senho::ra”: o mandato institucional**

Por se tratar de uma fala em contexto institucional (DEL CORONA, 2009), todo o encontro será orientado pelo mandato institucional, com foco na consulta jurídica. Em outros termos, estamos diante de um tipo de enquadre institucional que opera restrições às contribuições aceitas e estabelece inferências de enquadres e procedimentos (DREW & HERITAGE, 1992) por se direcionar em um primeiro plano ao cumprimento de um mandato ditado pela instituição. No caso, orienta-se pela busca por um parecer especializado sobre a prisão de Ícaro e os

desdobramentos na vida social do rapaz, como observado na interação, no excerto 4.

#### Excerto 04 – Orientação e mandado institucional

177	Isis	[É sobre isso mes]mo que eu vim
178		conversar com você. Porque meu filho trabalha,
179		né!? Eu falei vou conversar pra ele e vou
180		perguntar se aos sábados funciona e eu posso tá
181		trazendo o meu filho °aqui::°
182	Mayara	Aí eu já vou orientar a senho::ra que QUA:ndo ele
183		vier, pra ele trazer <t↑udo de docume:nto> que
184		ele tiver, entendeu? Documento que el.. se ele
185		tiver que ele por exemplo: é:... a noTÍcia do
186		jornal que a >senhora possa ter guardado< do que
187		aconteceu. Tudo o que tiver relacionado a isso
188		traz que aí é importante pra gente analisar no
189		mesmo d[ia.
190	Isis	[NÃO, eu tenho tudo guardado,
191		minha fi::lha! É ruim, heim!? Eu tenho jornal
192		?até tirei cópia do jornal com medo de d[e:
193		
194	Mayara	[Apagar]
195	Isis	[de <APAGAR>. ?Eu tenho cópia eu tenho
196		TUDO.
197	Mayara	Então, a senhora traz tu:do isso.. e <aí a
198		gente::...> a gente:: >entra com a ação. Entendeu?
199		Aí eu vou ver ali na na recepção se esse sábad..
200		a senhōra tem telefo:ne?
201	Isis	T↑e:nho!
202	Mayara	Que aí eu anoto o telefone da senhora, que fica
203		mais fácil. Quando meu pai vier pra cá, que ele
204		tá fazendo audiência, aí eu marco de atender
205		junto com ele. Vem eu.. aí vem eu e ele, °aí° vem
206		a senhora e seu fi:[lho.
207	Isis	[Mas tem tem tem pessoas
208		que falam pra ↓mi:m que isso aí pode prejudicar
209		meu FILHO. >Envolve é:< é é é pode teimar, alguém
210		fazer alguma coisa assim, fazer alguma coisa com
211		e[le
212	Mayara	[.Nã:↓o]

Ao longo da interação, pôde-se apreender as três características básicas da interação face-a-face em contexto institucional delineadas por Drew e Heritage (1992): (i) as *inferência de enquadres e procedimentos* em que os papéis são negociados (como em “é sobre isso mes]mo que eu vim conversar com você”, linhas 177-178; e “aí eu já vou orientar a senho::ra que QUA:ndo ele vier, pra ele trazer <t↑udo de docume:nto> que ele tiver, entendeu?” linhas 182-184). Isto se dá em virtude de a interação institucional apontar para arcabouços inferenciais e procedimentos característicos dos contextos em que são produzidos.



Em relação às (ii) *restrições às contribuições aceitas*, este tipo de interação frequentemente envolve limites particulares no que se refere àquilo que um ou ambos os participantes considerarão como admissíveis ao que está sendo tratado. É o que ocorre quando Mayara orienta o que deverá ser feito por Ísis no segundo encontro para que não sejam necessárias outras consultas infrutíferas (por falta de documentos, por exemplo), para que aquele próximo encontro negociado ocorresse de modo satisfatório do ponto de vista profissional (“Aí eu já vou orientar a senhora que Quando ele vier, pra ele trazer <tudo de documento> que ele tiver, entendeu?”), linhas 182-184).

Durante todo o momento da interação, haverá a negociação dos *footings* e alinhamentos dos participantes. Quando Mayara afirma a necessidade de se provar o alegado por meio de jornais, por exemplo, Ísis declara: “NÃO, eu tenho tudo guardado, minha filha! É ruim, heim!? Eu tenho jornal ?até tirei cópia do jornal com medo de d[e]” (linhas 190-193). Muda-se nesse momento as projeções identitárias cliente-advogada para mãe-mulher jovem (“minha filha! É ruim, heim!?”).

E, por fim, (iii) as metas e tarefas convencionalmente associadas à instituição, que correspondem justamente ao que se entende por *mandado institucional* (MAYNARD, 1984). No caso do evento analisado, Mayara assume seu papel de advogada, buscando, desde o início da conversa, atingir alguns resultados, como: diagnosticar qual possível direito existente, indicar qual a documentação necessária que servirá como meios de prova e finalmente ingressar com a ação judicial cabível (“Então, a senhora traz tudo isso.. e <aí a gente:...> a gente:: >entra com a ação.”, linhas 197-198).

Ao dizer “a gente:: >entra com a ação” (linha 198), Mayara aciona um *nós* e todo um aparato polifônico (BAKHTIN, [1929] 2009) no qual vozes exteriores são marcadas em seu discurso. Esse *nós* sinaliza uma noção de membridade e de pertencimento que demonstra o partilhamento de atitudes e atividades ligadas a uma identidade coletiva (SNOW, 2001) que se dá por meio do reconhecimento de um senso de *nós* que parte de atributos compartilhados e de experiências entre os que compõem a coletividade.

A atividade de propor uma ação cível contra o Estado será objeto de temor de Ísis e tema dos três encontros analisados nesta tese. Por meio de hesitações

(“[Mas tem tem tem pessoas que falam pra ↓mi:m”; “>Envolve é:< é é é pode teimar”), ênfases (“que isso aí pode prejudicar meu FILHO), e repetições de ideias (“alguém fazer alguma coisa assim, fazer alguma coisa com e[le”) a participante dimensiona seu medo (linhas 197-200).

## 5.4

### “Ó, pra mim eu MURRI!”: do sofrimento e experiências

Durante o encontro, Ísis emaranhou em sua fala narrativa com experiências pessoais de sofrimento que foram vivenciadas e compartilhadas por membros da comunidade em decorrência da prisão do filho, conforme excerto 05. Por sofrimento, estamos compreendendo uma forma de emoção de ordem moral, fruto de relações socioculturalmente construídas (LUPTON, 1998). Nesse sentido, entendemos que o *sofrimento* não se trata de um dado apriorístico ou mesmo biológico, mas de um artefato social e culturalmente construído, negociado e interpretado (embora possa envolver experiências pré-discursivas, como a dor física, por exemplo).

#### Excerto 05 – Narrando o sofrimento

220	Isis	Uhum. Ate minhas amigas falam, não tem? Mas
221		não, pela vergonha. NOSSA! Você ver a
222		HUMILHAÇÃ::O. Passou >na televisão e tudo< meu
223		filho chora::[ndo
224	Mayara	[sim, uma <exposição>, né!?
225	Isis	Falando que ele é inocente, que ele não fez
226		nada, chamando o meu filho é é é chamando meu
227		filho de ?bebê CHORÃO. Lem↑ão! Bebê chorão!
228		TUDI:[NHO!
229	Mayara	[E quem falou isso?
230	Isis	Na televisão! Na reportagem passou meu filho
231		chorando! HUMILHANDO meu filho como se ele
232		fosse um li::xo! Até drone teve nessa nesse
233		((engole a saliva)) na prisão na na na
234		apreensão do meu °filho°! ((fala embargada))
235		às seis horas da manhã. (0.2)
236	Mayara	°É°...
237	Isis	Deus me.. Ó, pra mim eu MURRI! <Acabou com a
238		minha VIda aquele di:a>
239	Mayara	Uhum (0.3)

A interação gira em torno da história de Ícaro e da busca de Ísis por uma indenização para compensar a dor vivida pelo filho que acabou por resvalar em sua própria vida e cotidiano, com marcas na fala da participante por meio de

avaliações lexicalizadas e narrativas breves como diálogo construído (TANNEN & WALLAT [1987], 2002) de sofrimento decorrentes da primeira história: “Até minhas amigas falam, não tem?” (linha 220) e “Deus me.. Ó, pra mim eu MURRI! <Acabou com a minha VIda aquele di:a>” (linha 237-238).

Para Fairclough (2001), o discurso não apenas reflete a realidade, mas a constitui, é o que se pode observar, por exemplo, quando Ísis diz, nas linhas 240-241, que sua vida acabou. É precisamente pelo discurso acusatório construído na mídia veiculado em reportagem televisiva que a participante é exposta à práticas de humilhação fortemente avaliadas: *até* as amigas falam, teve *até* drone, humilhando *como se* fosse um lixo. É a tecitura discursivo-ideológica midiática que constrói esta cena vivida por Ísis e Ícaro e que se estende até hoje. Esta construção da realidade fez com que Ícaro inclusive perdesse seu emprego meses após o fato. Cumpre salientar que ao tratarmos da construção discursiva do sofrimento, entendemos que este é significado dentro de relações sociais através de práticas discursivas, entre elas a narrativa (SANTOS & BASTOS, 2009).

Quando observamos na fala de Ísis movimentos de repetições, por exemplo, não as estamos apreendendo como meras duplicações, mas como diferentes modos de avaliar o sofrimento do filho (“TUDI:[NHO!”, linha 228; “na prisão na na na apre↓ensão” linha 233-234), sofrimento este que vai sendo pincelado pouco a pouco.

No excerto 5, é possível observar uma fortíssima categorização e descrição da experiência vivida pelo filho feita por Ísis, bem como atribuições a ele dirigidas. É o que se pode notar em: “vergonha” (linha 221), “HUMILHAÇÃ::O” (linha 222), “bebê CHORÃO. Lem↑ão! Bebê chorão!” (linha 227) e “como se ele fosse um li::xo” (linhas 231-232). Há, assim, uma projeção da construção de Ícaro enquanto vítima, já que “ele é inocente, que ele não fez nada” (linha 225-226).

Considerando que o sofrimento é uma experiência construída e interpretada por meio de processos compartilhados socialmente (KLEINMAN, DAS & LOCK, 1997; LUPTON, 1998; SANTOS & BASTOS, 2009), tem-se que a linguagem corresponde a uma dimensão fundamental a ser observada na experiência emocional, tendo em vista que é o espaço privilegiado de construção de intersubjetividade e estabelecimento de identidade/identificações (MOITA LOPES, 2003).

A escolha de uma categoria dentre tantas outras possíveis corresponde a um fator de extrema relevância a se observar para que compreendamos o que nessa categorização está implicado em termos de descrição e em termos de ação naquela construção conjunta e colaborativa da fala-em-interação (ABELED0; FORTES; GARCEZ & SCHLATTER, 2014).

Categorizar a experiência vivida enquanto “HUMILHAÇÃ::O” (linha 222), por exemplo, centraliza o aspecto depreciativo e *valorativo* (no sentido de valor social atribuído) da situação na medida em que, de acordo com o dicionário Houaiss (2004, p. 394), o substantivo *humilhação* significa “rebaixamento moral” e o verbo *humilhar* (mesmo campo semântico) denota “perder o valor, tratando(-se) com desprezo”. Observa-se, portanto, a relação de senso de moralidade atribuído à história narrada.

Ísis, assim, por meio de prática expressiva categórica, denomina sua experiência e a constrói interacionalmente através de explicação/avaliação firmada pela própria participante enquanto ator social.

Em uma compreensão etnometodológica, as práticas de categorização e descrição são tornadas centrais pelos participantes da fala-em-interação na construção conjunta do pertencimento pelo domínio da linguagem natural (GARFINKEL; SACKS, 1970; ABELED0; FORTES; GARCEZ & SCHLATTER, 2014). Nesse sentido, no nível da semântica do discurso, quando Mayara se alinha com Ísis na afirmativa “sim” (“[sim, uma <exposição>, né!? Formulação também?”, linha 224), sua avaliação – tão categórica e polarizada (no sentido de que entre os pólos “sim” e “não” há uma gama de possibilidades lexicais, mas a participante opta por um dos extremos do polo, intensificando seu posicionamento) – atribui à sua fala um maior engajamento e envolvimento para com a fala de sua interlocutora, a partir de um movimento de contração dialógica, uma vez que é possível observar o reconhecimento de estruturas da voz do Outro na construção de seu posicionamento e julgamento: “uma <exposição>, né!?” (linha 224).

De acordo com a tradição de pesquisa em Análise da Conversa Etnometodológica, os membros de uma comunidade se valem de conhecimentos oriundos do senso comum para relatar os acontecimentos da vida cotidiana e para se referirem nas suas falas sobre o mundo. Para tanto, organizam a fala por meio de *referências* a um conjunto de recursos e práticas expressivas denominados

*dispositivos de categorização de pertencimento* (SACKS, 1972, 1979, 1984; SCHEGLOFF, 1987). Dentre estes tipos de dispositivos, podemos exemplificar as descrições e pressuposições sociointeracionais. Sacks (1984) propõe um exercício de descrição em que as identidades dos indivíduos são apagadas, como em “X chorou. Y pegou-o no colo”. Sacks então questiona o motivo de estarmos inclinados a “ouvir” que X é um bebê e não um caminhoneiro, por exemplo, e, ao assumir que X é um bebê, por que pensamos que Y é um adulto e, provavelmente, a mãe do bebê. O objetivo de Sacks (1992) é então, explicitar o dispositivo que permite aos falantes e ouvintes a ação de categorizar (SELL & OSTERMANN, 2009).

## 5.5

### **“Me rebaixa::ndo que meu filho foi preso”: carreira moral e estigma**

Uma noção que perpassa as interações é a ideia de *desvio*, o qual diz respeito a um processo de rotulação de grupos e sujeitos e, por isso mesmo, refere-se aos procedimentos de construção de identidades resultantes da interação entre “acusadores” e “acusados”, cujos parâmetros para a categorização da ação desviante não descendem diretamente de valores morais cultivados numa dada cultura (GOFFMAN [1963] 1988; BECKER, 2009).

Dizer que os parâmetros para a categorização do desvio não descendem de maneira direta dos valores morais de determinada cultura significa que não há uma relação mecânico-causal entre os valores cultivados por um grupo e a ação tida por desviante. Existiriam, assim, comportamentos que socialmente passam a se travestir de certa “normalidade”, embora a princípio sejam tidos como comportamentos desviantes – exemplo disso é o “indulto moral” que um pai ou uma mãe possui para proteger o filho de possíveis agressões que possa sofrer.

A noção de estigma está vinculada ao que Goffman ([1963] 1988, p. 32) define enquanto *carreira moral*, entendida como o processo individual do estigmatizado de ajustamento “de mudança na concepção do seu eu”. No excerto 6, quando Ísis diz que “aí” (linha 259), isto é, a partir do momento em que a participante passa a experienciar vivências estigmatizantes como em “a maioria das pessoas me HUMIlha::ndo, me rebaixa::ndo que meu filho foi preso, que ele era is[so que ele era aquilo” (linhas 240-242), a genitora redimensiona sua

concepção de si e começa “a quase querer entrar em de depressa::o. entendeu?” (linhas 256-257).

#### Excerto 06 – Carreira moral e estigma

240	Isis	Os meus a maioria das pessoas me HUMILha::ndo,
241		me rebaixa::ndo que meu filho foi preso, que
242		ele era is[so que ele era aquilo
243	Mayara	[que que aconteceu? Alguém falou
244		diretamente com a senho::Ra sobre i::sso? Ou só
245		assim os os olha::res que a senhora se que a
246		senhora percebe::u.. †Além da huMILHAção na
247		televisão, né!?
248	Isis	É... Sabe é, as pessoas me falam só que eu moro
249		num local só, entendeu?
250	Mayara	Aham
251	Isis	Num num.. eu não relevo (0.2) na base da
252		ignorância que a gente a gente tem que... como
253		é que se fala?... é a gente que faz o lugar,
254		né!?
255	Mayara	Uhum
256	Isis	Aí eu (0.3) eu comecei a quase querer entrar em
257		de depressa::o. entendeu?
258	Mayara	Uhum
259	Isis	Meu filho foi preiso. Aí eu relevava, entendeu?
260		Mas só que foi MU::ITA humilhação! >Passei
261		muita humilhação< mesmo, minha família Toda. Já
262		pensou você ver seu filho EXPOSTO?
263	Mayara	Co:m certe[za!
264	Isis	[Na tele[visão
265	Mayara	[com certeza]
266	Isis	[sendo humilha::do,
267		pisa::do, >que isso, que aquilo<!
268	Mayara	°É°... A é uma .exposição assim que não tem
269		dinheiro que pague. Por mais assim que a gente
270		e:ntre com uma ação ?e VA:I entrar com essa
271		ação porque é direito .de:↓[le
272	Isis	[Uhum]
273	Mayara	[nada paga isso,
274		né!? >porque não é<
275	Isis	[NADA PA::GA!]

Quando Ísis traz falas que remetem a sua carreira moral (GOFFMAN ([1963] 1988), ela o faz a partir da narrativização de seu sofrimento passado vinculada à apreensão de seu filho, construindo identidade psíquico-emocional de si mesma. Para tanto, são enfocados aspectos da territorialidade em que habita bem como elementos que perpassam o viver comum, ou seja, o sentimento de pertencimento a uma determinada comunidade, o sentimento coletivo de um “nós” (BAUMAN, 2003).

É exatamente sobre este sentimento de pertencimento que estão alicerçados os elos entre a participante e os membros da comunidade da qual é

membro, assim como sua interlocutora Mayara. Ao dizer que “é a gente que faz o lugar, né!?” (linha 253-254) e que por isso mesmo “relevava” (linha 259) as humilhações sofridas, Ísis mantém a *unidade de sua comunidade* (BAUMAN, 2003) a despeito de todos os fatores que poderiam separá-las. Nesse sentido, a dimensão subjetiva de pertencimento a uma comunidade se coloca, assim, como mais significativa do que outras dimensões, como a da espacialidade, no sentido de morar territorialmente naquele lugar.

Como em tantas outras comunidades e situações, ser categorizada enquanto “mãe de detento” corresponde a um valor negativo – tanto mais se considerarmos que neste tipo de comunidade se partilha de um cotidiano em que a criminalidade está fortemente presente. Portanto, não estar envolvido com a criminalidade quando ao seu redor o crime é prática corrente significa em si mesmo um valor positivo. Este é um tipo de conhecimento que é partilhado por Ísis e Mayara, mais evidente no segundo encontro adiante analisado.

Embora estejamos diante de uma fala na qual há a contação de uma história, é possível perceber que não há tanta luta pela tomada do piso conversacional. Observa-se, no entanto, que existem a todo momento falas sobrepostas e repetições de estruturas que sinalizam o alinhamento de concordância de Mayara em formulação extrema (POMERANTZ, 1986) para com Ísis (“[nada paga isso, né!? >porque não é<” e “[NADA PA::GA!]” linhas 273-274; 275).

Inicialmente Ísis constrói interacionalmente seu sofrimento por meio do detalhamento da atitude e dos julgamentos direcionados a seu filho e a ela mesma (“das pessoas me HUMIlha::ndo, me rebaixa::ndo que meu filho foi preso, que ele era is[so que ele era aquilo”, linhas 240-242). Fala sobre a humilhação de ter o filho exposto (“>Passei muita humilhação< mesmo, minha família TOda. Ao dizer “Já pensou você ver seu filho EXPOSTO?”, linhas 261-262), ela acaba por evocar uma imagem que alia seu sofrimento pessoal à projeção para esferas que extrapolam seu contexto social e familiar imediato (“[Na tele[visão” linha 264). A construção discursiva de Ísis, assim, traz a manifestação de um modo de sofrimento particular e de forma coletiva, que envolve a família (“minha família Toda” linha 261). Ambas as formas de sofrimento, no entanto, se intercalam: a

fala sobre o sofrimento de seu filho é importante porque através dela a narradora constrói a confluência dos sofrimentos individual e social.

## 5.6

### “Aquilo parece que minha mente abre”: memória, sofrimento

As lembranças individuais de Ísis, as quais, numa perspectiva cultural e histórica, remetem a parte de um discurso cultural abrangente, em que as práticas narrativas desempenham papel central (BROCKMEIER, 2002), tendo em vista que “integram e combinam várias modalidades de tempo e sistemas simbólicos, além de incluírem versões subjuntivas do tempo, o mundo dos processos naturais e culturais, além dos mundos possíveis e imaginados” (BRANDÃO, GERMANDO, 2009, p. 08).

Assim sendo, consideramos tanto as funções sociais da memória como a rede cultural em que está integrada, de modo que as lembranças ativadas por Ísis incorporam experiências de outras mães que passaram pela mesma experiência vivida pela participante: “[porque não sai, a lembrança vem. ?ainda MAis quando eu vejo jorna:l, quando eu vejo.. alguma mãe >algum filho preso<, a mã:e naquele <DESESPE:RO>, não tem!?” (linhas 281-285).

#### Excerto 07 – Memória e sofrimento

281	Ísis	[porque
282		não sai, a lembrança vem. ?ainda MAis quando eu
283		vejo jorna:l, quando eu vejo.. alguma mãe
284		>algum filho preso<, a mã:e naquele
285		<DESESPE:RO>, não tem!?
286	Mayara	Aham
287	Ísis	Aquilo vem à tona! Aquilo parece que minha
288		mente abre, parece que <eu to vendo tudo
289		acontecer DE NOVO>. >É uma coisa que eu acho
290		nunca vai apagar da minha mente<
291	Mayara	Nisso que a gente chama de de u.. u.. o que a
292		gente chama de <u>da</u> :no mor <sup>†</sup> al é exatamente isso!
293		É um dano que a gente sofre:, seja esse dano à
294		nossa ima::gem, que o ?dano à imagem também é
295		um dano mor[a:l
296	Ísis	[É?
297	Mayara	É:: A imagem do seu filho ela ?fo:i afeta:da. E
298		é um direito >CONSTITUCIONAL< que a gente tem
299		de não ser afeta::do.. então, o dano moral pra
300		quê que ele vem? Ele vem pra <RESSARCIR> um
301		dano que você sofreu sobre algum direito da sua
302		<PERSONALIDADE>, que chama assim, né, na lei,
303		né!?



	304	Isis	Uhum
	305	Mayara	E <por mais que> se pague por isso, nunca nada
	306		vai é APA[GAR
	307	Isis	[Cobri:r]
	308	Mayara	[É! Cob[rir
	309	Isis	[o que tá aqui dentro

Ora, as narrativas ordenam o vivido e constroem regras de organização da memória e do passado, orientando a consciência atual do narrador e a sua ação futura. Serão, portanto, as narrativas que reconstituirão a memória pessoal no cruzamento com a memória coletiva, religando a sua existência à existência de uma coletividade passada e presente (BRANDÃO & GERMANO, 2009). Conforme salienta Bruner (1994), as formas de narrar e as formas de entendimento que as acompanham tornam-se modelos que estruturam a experiência, servindo tanto para esboçar itinerários no passado, quanto para conduzir a narrativa até o presente e o futuro.

A orientação da narrativa de Ísis é precisa, no sentido de que tem enquanto fonte da experiência de sofrimento vivida o exato momento em que houve a prisão de seu filho, muito embora os desdobramentos do episódio tenham se dado em momentos posteriores: “[porque tem dia.. isso foi em dois mil e catorze. Quando eu estou só dentro de ↓ca:sa, minha vida é CHO↑R[A:R” (linhas 277-279). A narrativização do sofrimento se dá, portanto, a partir de sentenças sequenciais que contam um evento (“minha vida é CHO↑R[A:R”, linha 279) como resposta a uma questão potencial e que participa de uma juntura temporal (“isso foi”; “Quando eu estou”).

Nesse sentido, as experiências de Isis remetem a uma vida não apenas como ocorreu, “mas como ela foi interpretada e reinterpretada, contada e recontada” (BRUNER, 1994, p. 36). É o que se observa na fala de Ísis quando a participante afirma que a experiência passada “vem à tona” toda vez que se depara com o desespero de uma mãe estampado no jornais, e isso “parece que minha mente abre, parece que <eu to vendo tudo acontecer DE NOVO>. >É uma coisa que eu acho nunca vai apagar da minha mente<” (linhas 287-290). Do que se infere a existência de agressão tanto da dignidade de Ícaro quanto da de Ísis de maneira reflexiva.

Será precisamente para que esta dignidade seja protegida judicialmente que Mayara, numa espécie de discurso pedagógico, alinha-se a Ísis por meio de

hesitações em decorrência da delicadeza do tema posto: o sofrimento da genitora (“Nisso que a gente chama de de u.. u.. o que a gente chama de da:no mor↑al é exatamente isso!” linhas 291-292).

Um aspecto relevante na análise da narrativa de Ísis é a compreensão discursiva de sua *memória*. Quando consideramos a memória enquanto um aspecto a ser observado, devemos ter em mente – por questões associativas – o que consideramos por passado. Nesta tese, *passado* é percebido enquanto fragmentos da autobiografia que são destacados “a certa encruzilhada da vida” (HARRÉ, 1998, p. 146). Tendo em vista que nossa vida é vivida e contada na interação social, o relato autobiográfico, como qualquer trabalho da memória, apresenta natureza social e dialógica (BRANDÃO & GERMANDO, 2009). Desse modo, o conceito de memória deste estudo se distancia de entendimentos e metáforas de memória enquanto um “arquivo pessoal” e se aproxima de uma perspectiva processual. Compreendemos por *memória*, portanto, uma tessitura semiótica que envolve os modos como as pessoas configuram e comunicam suas experiências num contexto sociocultural e histórico (*ibid.*, 2009).

## Narrativa de experiência desviante: o trabalho colaborativo de (re)contar

Tens diante de ti, o mundo dos negócios, o funcionalismo, a jurisprudência, a política. O meu desejo é lançar-te na vida, não como o pequeno do Pedreira, mas como o filho formado do seu pai, agindo por conta própria e ainda com uma defesa não só de pai como de amigo prático.

(JOÃO DO RIO, 1911)

Início o tópico em que analisarei o segundo encontro com uma citação de João do Rio (pseudônimo de Paulo Barreto), em sua obra *A profissão de Jacques Pedreira*, de 1911, mais especificamente na fala do pai da personagem-título, um vagabundo convicto que é pressionado pelo genitor a assumir uma profissão. Jacques Pedreira acaba por adotar a profissão de advogado por crer na notoriedade da profissão e se sentir superior para com os demais, mas “superior, por quê? Não o sabia, nem o era. Mas assim o fizera a educação e também a herança...”. Ao cabo a personagem acaba por descobrir que, embora houvesse um prestígio social envolvido na atividade advocatícia, como qualquer outra profissão, era uma carreira que exigia dedicação e cumprimento de prazos e tarefas, envolvida com burocracias, o que acaba por desmotivá-lo, já que, na prática, não havia nem percebia nada de superior no exercício do ofício.

Destaco, entretanto, o anseio do pai de Jacques em ter na figura de seu filho não o pequeno de Pedreira, mas tê-lo enquanto aquele que teve uma formação a partir da figura paterna e que age por conta própria “com uma defesa não só de pai como de amigo prático”. O anseio de “Pedreira-Pai” sempre foi o meu desejo pessoal de modo reflexo: ter em meu pai não apenas a figura paternal-protetora, mas meu amigo de profissão com o qual exerceria meu ofício em parceria e de modo autônomo. E será precisamente esse exercício profissional colaborativo entre pai-filha, a cliente e seu filho, que estará circundando o encontro.

A segunda consulta jurídica, em análise, aconteceu numa manhã de sábado do mês de julho – ano de 2016 – entre Ísis, Mayara (ambas participantes do

primeiro encontro, foco do capítulo 5), Jader e Ícaro. Nesta ocasião, Jader, advogado proprietário do escritório investigado e pai de Mayara, tem o primeiro contato com os clientes e com a história sobre a prisão ilegal de Ícaro e danos reflexos sobre Ísis. O foco de nossa observação permanecerá, neste segundo bloco de análise, no funcionamento das atividades e agendas que orientam o encontro, uma vez que estamos diante de um tipo de fala categorizada enquanto *institucional* (DEL CORONA, 2009; DREW & HERITAGE, 1992).

De igual modo, dados os propósitos deste estudo e a natureza do encontro, permaneceremos enfatizando o processo interacional da coconstrução da narrativa de sofrimento. A singularidade desta narrativização será precisamente o delineamento em conjunto construído não mais apenas por Ísis e Mayara (quem, neste momento, conhece a história), mas junto a Ícaro (titular do direito material postulado) e Jader (com alinhamentos de Mayara por sua figura paterna e via militância advocatícia).

Considerando as dimensões sobre as quais permanecerá nosso olhar, observaremos ainda as identidades que insurgem na interação, uma vez que são nossos objetivos: (i) analisar de que modo o trabalho colaborativo de (re)contar a história sobre a prisão ilegal de Ícaro opera neste encontro misto (GOFFMAN, [1963] 1988) em que os participantes apresentam diferentes conhecimentos do evento em questão (*dimensão narrativa*); (ii) observar as mudanças de *footings*, alinhamentos e enquadres interativos (*dimensão interacional*); e, por fim, (iii) investigar em que medida ser membro da comunidade em que está situado o escritório e partilhar saberes deste grupo estabelece aproximações entre as participantes (*dimensão contextual*).

## 6.1

### **“O que eu tenho a dizer é <somente> i:sso”: (re)contando uma história**

Um dos principais aspectos que caracteriza o segundo encontro é o porquê de sua existência: considerando a finalidade da interação em curso naquele primeiro encontro, isto é, analisar juridicamente a história narrada e prescrever um encaminhamento para a resolução do dano moral causado, observou-se que uma

segunda consulta se fazia necessária na medida em que o titular imediato do direito que se queria postular era o filho da participante. Em termos jurídicos, Ícaro era a parte legítima para compor o polo ativo da demanda.

Dito de outro modo, de acordo com o Novo Código de Processo Civil (doravante NCPC), em seu artigo 17, é pressuposto processual, para que alguém possa provocar a função jurisdicional (DIDIER JR, 2009), a observância de alguns requisitos processuais básicos para que o processo seja considerado regular e tenha seu mérito julgado: legitimidade passiva e ativa para estar em juízo e interesse de agir. Considerando que, pelo que dispõe o art. 18, do NCPC, “ninguém poderá pleitear direito alheio em nome próprio, salvo quando autorizado pelo ordenamento jurídico” (BRASIL, 2015) e que o direito imediato cabe a Ícaro, não seria possível que, em consonância com a legislação pátria, Ísis ingressasse com a ação judicial em seu nome pleiteando direito que compete a seu filho. Por essa razão de caráter institucional, nova consulta foi reagendada, com a presença de Ícaro e Jader – parceiro de atendimentos mais complexos. Vejamos a interação, a seguir.

#### Excerto 08 – Encapsulando a história

01	Mayara	Pode falar, Dona Isis!
02	Isis	Bom, o que eu tenho a dizer é que >eu estou
03		aquí presente< diante de você e seu pai... que
04		o meu filho ocorreu uma prisão, entend[e::u?
05	Mayara	[Uhum...]
06	Isis	Que eu levo injustamente a ca::usa que eles
07		fizeram com o meu fi:lho quando >prenderam<
08		como suPEItto, enten [↑de:u?
09	Jader	[Uhum]
10	Isis	Aí eu quero RECORRE::R porque meu filho foi::
11		inocenTado, entendeu? Pela jus↑tiça.
12		ABSOLVI::DO. E eu quero recorrer os meus
13		direito porque... Isso não vai pagar o PREço...
14		da verGOnha, da humilhaçã::o que a gente >se
15		pas[sou<
16	Jader	[Uhum]
17	Isis	[Entendeu? Mas é um direito da gente! Se eis
18		fala que são da lei, nós também >temos< o
19		direito sobre >todas as CO[isas<
20	Jader	[Uhum]
21	Isis	O que eu tenho a dizer é <somente> i:sso.
22	Jader	Uhum

Ísis foi anteriormente orientada sobre a necessidade do comando legal, razão pela qual possivelmente responde à diretiva de Mayara (“Pode falar, Dona

Isis!”, linha 01) com uma narrativa de experiência que está “separada do discurso precedente, corrente e subsequente, está relacionada à organização do turno, ao conteúdo temático e à estruturação retórica” (OCHS & CAPPS, 2001, p. 36). Na construção discursiva, a “presentificação” do eu traz o ponto da história e enfatiza a reportabilidade da narrativa (“>eu estou aqui presente< diante de você e seu pai... que o meu filho ocorreu uma prisão, entend[e::u?]”, linhas 02-04).

Faz-nos parecer que a narrativa construída por Ísis reafirma a ordem moral do fato, a prisão de seu filho. A interação instaurada por Mayara aciona o *recontar* uma experiência. Esta renarrativa acontece através de (i) turnos longos tecidos por Ísis, (ii) cujo conteúdo temático é de ordem emocional e moral, a partir (iii) de um formato retórico e dialético (PEREIRA & CORTEZ, 2013, p. 214-220). Tais aspectos caracterizam, de acordo com Oliveira e Bastos (2014), o *recontar*, o processo de renarração da experiência vivida e a necessidade de sua compreensão.

Tendo em vista que, no primeiro encontro (v. excerto 07 – Memória e sofrimento), Mayara explica a Ísis como se configura na vida concreta o conceito de *dano moral* e categoriza que, por ser um dano imaterial, nada poderia pagar pelo que sofreu ou mesmo apagar o sofrimento experimentado (“Nisso que a gente chama de de u.. u.. o que a gente chama de da:no mor↑al é exatamente isso![...] E <por mais que> se pague por isso, nunca nada vai é APA[GAR” linhas 291-292 e linhas 305-306), em sua renarrativa, Ísis expõe suas próprias experiências bem como as de Ícaro. No entanto, neste recontar, Isis passa a utilizar novas estruturas adquiridas de modo coerente (“Aí eu quero RECORRE::R porque meu filho foi:: inocenTado, entendeu? Pela jus↑tiça. ABSOLVI::DO. E eu quero recorrer os meus direito porque... Isso não vai pagar o PREço... da verGOnha, da humilhaçã::o que a gente >se pas[sou<”, linhas 10-15, excerto 08).

Nesse sentido, a repetição de determinadas estruturas (como as que giram em torno das noções de *valor*, *dano* e *reparação*) funcionam como aspectos organizacionais na construção da história da participante, atribuindo coerência a sua renarrativa, envolvendo seus pares por meio de conhecimentos próprios ao campo institucional em questão por meio da verbalização e recordação de estruturas apreendidas na primeira consulta através de segmentações e reforço avaliativo (NORRICK, 2000). A (re)narrativa se constrói, portanto, através de uma

estrutura ordenada que expõe a história, articulando e expondo as experiências de modo claro, tendo em vista *o que, para que, a quem e como* falar (OLIVEIRA & BASTOS, 2014).

## 6.2

### “O mundo TO[DO!]”: tópicos de relevância

Vale salientar que Ísis já havia contado a história da prisão de Ícaro anteriormente para Mayara. No entanto, no momento em que esta história é recontada na presença de outros sujeitos e com a colaboração de outros participantes, que se engajam na coconstrução da narrativa, a história passa a adquirir novas nuances e até mesmo novos aspectos de destaque.

#### Excerto 09 – A relevância da exposição midiática

41	Isis	Aí eu neste intervalo no mês de janeiro,
42		entendeu? Isso aconteceu foi em janeiro o
43		incêndio. Dia dez de janeiro. Nesse intervalo
44		[Fo
45	Jader	[((espirros de Jader))]
46	Isis	[foram até a até a o meu filho tava na <ru:a>
47		pegaram meu algemaro levaro até a
48		patrimonia::l. Eu tive que buscar meu filho
49		lá::
50	Jader	Fez is[so
51	Isis	[Em janeiro e e logo em fevereiro logo
52		veio um <mandado> de pri:ção pro meu fi::lho.
53		Dia treze ((Jader digita as informações)) de
54		fevereiro.
55	Jader	Treze d[e fevereiro?
56	Ícaro	[Eles me abordaram]
57	Ísis	[dia treze de fevereiro]
58	Ícaro	Eles me abor[da::RAM
59	Ísis	[ABORDA:ram meu filho]
60	Ícaro	[me aborda::ram me
61		Le[VA:RAM
62	Mayara	[qual foi o ano?]
63	Ícaro	A minha mãe foi me busc[a::r
64	Mayara	[você lembra o
65		ano?]
66	Ísis	[treze de
67		fevereiro de dois e <cato:rze>]
68	Ícaro	[aí em
69		depoimento me abordaram] aí o que acontece?
70		(0.3) ela me BUSCO:U aí depois dia três de
71		<feveREIro> surgiu um mandado de prisão pra
72		ímim aí pegaram e acho que a partir de umas...
73		cinco e meia pra [seis horas
74	Ísis	[não! Já era seis e pouco já!
75	Ícaro	Usaram <dro::ne> pra me pra me pega:r (0.8)

	76		((Jader digita))
	77	Mayara	Três de fevereiro, né!?
	78	Ícaro	Dia três de fevereiro.
	79	Mayara	Uhum
	80	Jader	Você ficou preso quanto tempo, Ícaro?
	81	Ícaro	Fiquei preso qua [quatro meses e]
	82	Ísis	[ele entrou dia treze de
	83		fevereiro e saiu dia TRINTA de de de Julho.
	84	Jader	((digita)) Julho?
	85	Ísis	Uhum
	86	Jader	Julho? Aham
	87	Ísis	[ficou cinco seis ficou cinco meses e
	88		dezessete dias [preso quais seis mês
	89	Ícaro	[me mandaram pra Viana e depois
	90		me mandaram lá pra Aracruz
	91	Jader	Viana é o presídio [é
	92	Ícaro	[é o CDP de Viana]
	93	Jader	[de
	94		((incompreensível)) respoito::sa e ta::l, né!?
	95	Ícaro	Isso! Aí eu fui [pra
	96	Ísis	[mandaram meu filho pra Viana
	97	Ícaro	Me enviaram pra Viana, de Viana pra
	98		(0.3) me deram o bonde lá pra Aracruz. De
	99		Aracruz só tive que voltar de novo de Aracruz
	100		pra cá de pra depo pra tá no CDP2 ((Jader
	101		digita)) presídio que tem em Viana. Só que na
	102		viagem ou [a
	103	Mayara	[Uhum]
	104	Jader	[e é ele eles mostraram sua imagem na
	105		<televis::ão>, nos <jorn[a::is>
	106	Ícaro	[MOSTRA:RAM]
	107	Ísis	[MU::ita
	108		Humi[LHAÇÃO!
	109	Jader	[Fotografi::as
	110	Ísis	MUITA HUMILHAÇÃO! Mu:ita humiLHAÇã::o!
	111	Jader	Vocês sabem em quais canais de TV pa:ssaram?
	112	Ísis	No <Fernando FULY> se eu não me engano passou
	113		também a [a
	114	Ícaro	[passou na rede nacional TO:DA. O
	115		Brasil Todo
	116	Ísis	Passou no Brasil Todo!
	117	Mayara	Passou em rede NAciona:l?
	118	Ícaro	O mundo TO[DO!
	119	Ísis	[O mun::do TODO!
	120	Jader	[Passou em rede nacional?
	121	Ícaro	Rede naciona::l. O mun[do todo!
	122	Ísis	[o um:ndo TODO! ((Jader
	123		digita)) até presente<mente> uma coisa qu[e:
	124	Mayara	[cidade
	125		Alerta o dele, né!? Do Fernando Fuly.
	126	Ísis	Ó acho que naquele momento ci ci cidade alerta.
	127		Aqui ó ((mostra reportagens impressas)) tá até
	128		presente que a Mayara me pediu que EU que eu
	129		sabia que eu ia precisar di:sso eu guardei o
	130		jorn[a::l
	131	Jader	[Uhum
	132	Ísis	Indica tudi:nho que que coisou meu
	133		fi::lho



Dentre os aspectos da narrativa que passam a ser objeto de relevância para a renarração, duas questões se mostraram significativas: de um lado, os deslocamentos entre municípios e transferências de presídios tão distantes (de 20km entre o município de Vila Velha e o presídio Viana e de 84,9km entre Vila Velha e o presídio de Aracruz) pelos quais Ícaro esteve submetido em um curto intervalo de tempo; e, de outro, a relevância da exposição midiática de Ícaro em rede nacional.

Ao contar sobre a apreensão de seu filho e seu encaminhamento à Delegacia de Crimes Contra o Patrimônio (DCCP) de Vila Velha e posteriormente para o município de Viana (“[mandaram meu filho pra Viana”, linha 96), Ísis tem nas ações interacionais de Ícaro enquanto interlocutor ratificado e conarrador a corroboração de sua fala em caráter colaborativo, o que dá azo e direito de Ícaro intervir na trajetória da narrativa em curso por meio da extensão narrativa de sua própria experiência (NORRICK, 2007): “Me enviaram pra Viana, de Viana pra (0.3) me deram o bonde lá pra Aracruz. De Aracruz só tive que voltar de novo de Aracruz pra cá de pra depo pra tá no CDP2 ((Jader digita)) presídio que tem em Viana.” (linhas 97-102).

Parece-nos que Ísis e Ícaro conferem maior relevo à exposição midiática de Ícaro e à repercussão deste tipo de exibição em suas vidas cotidianas do que propriamente à ilegalidade da prisão. cremos que esta dimensão moral, consubstanciada na carreira moral (GOFFMAN ([1963] 1988) dos participantes, produz efeitos na identidade e nos esquemas de imagens de Ísis e Ícaro nos julgamentos de si e dos outros no que se refere à compreensão de como a trajetória da exposição midiática dos fatos se realiza através de uma espécie de reordenação moral em nível crescente: desde o jornal local até “o mundo todo” (“No <Fernando FULY>”, linha 112; “passou na rede nacional TO:DA. O Brasil Todo”, linhas 114-115; “O mundo TO[DO!”, linha 118), o que acaba por desencadear em “MUITA HUMILHAÇÃO! Mu:ita humiLHAçã::o!” (linha 110). Assim, a dimensão moral dos participantes reflete a observação de que o percurso midiático que se estende do local para o global exerce impacto significativo sobre a reconstrução imagética dos participantes – através da construção gradual de suas identificações como indivíduos-vítimas – e da humilhação sofrida em decorrência da exposição pelos jornais da prisão de Ícaro.

Cabe ainda novamente lembrar que algumas propriedades da conversa cotidiana se modificam e passam a se revestir de um *modos operandi* próprio de determinada forma institucional de fala-em-interação, com uma realidade conversacional particular. Dentre as marcas que definem a fala institucional (DREW & HERITAGE, 1992, p. 22) tem-se, como anteriormente aludido, a *orientação* do encontro, por parte de ao menos um dos participantes, para o cumprimento de alguma meta ou identidade convencionalmente associada com a instituição em questão. Mais do que isto, dadas as limitações estabelecidas para o cumprimento da tarefa, um ou mais participantes tratarão algumas contribuições enquanto admissíveis ou inadmissíveis ao que está sendo tratado “na ordem do dia” (GARCEZ, 2006). Este tipo de interação pode estar associado, ainda, a arcabouços inferenciais e procedimentos que são peculiares a contextos institucionais específicos (DREW & HERITAGE, 1992; GARCEZ, 2006).

Desse modo, são enfatizadas na fala-em-interação institucional a existência das metas-fim e a busca por seu cumprimento – estas, por seu turno, não são necessariamente evidentes para os próprios participantes, “mesmo para aqueles responsáveis pelo caráter institucional da interação em andamento, ao menos não a ponto de que sejam capazes de articular essas metas coerentemente com o que se observa nas suas ações” (GARCEZ, 2006, p. 67-68).

É o que observamos, por exemplo, no excerto 09 (linhas 51 a 86) quando é colocada em pauta a data exata da prisão de Ícaro. A insistência da precisão desta data, por sua vez, dá-se com a finalidade de se diagnosticar a possibilidade ou impossibilidade de haver a extinção de direito via *decadência* (popularmente conhecida como “caducidade” de direito), isto é, de não ser possível ingressar com a ação judicial em razão do direito de agir não ter sido exercido no prazo legal fixado por lei por inércia de seu titular – o que faria com que aquela consulta não tivesse mais razão de existir.

Assim, Jader e Mayara guiam suas ações e orientam suas falas e a dos demais interagentes, a partir das tarefas institucionalmente estabelecidas, que se situam na esfera da competência comunicativa a partir de uma noção de *relevância* do comportamento interacional de seus parceiros em termos de sua relação com atividades tidas como necessárias para se atingir a meta definida tácita e situadamente nesse encontro (GARCEZ, 2006). É o que se pode inferir, por

exemplo, pelo fato de o advogado digitar tais informações e insistir no dia, mês e ano em que os fatos ocorreram (“Treze d[e fevereiro?”, linha 55 “[qual foi o ano?]”, linhas 62; “Julho? Aham”, linha 86).

### 6.3

#### “eu venho caminha::ndo aí, ó, e [humilhação”: o sofrimento de Ícaro

Na dimensão moral manifesta na análise dos dados em foco na tese, observamos que as noções de sofrimento e humilhação se traduzem no esforço de não-relativização da dor, o que estende o campo de análise para outras percepções da experiência do sofrimento, marcadas por um modo relacional de demarcação das identidades construídas a partir do olhar que os participantes creem que os Outros lançam sobre si (“até ce até certo ponto tem muita gente que às vezes assim.. fica me julga::n[do”, linhas 204-205).

#### Excerto 10 – O sofrimento de Ícaro

192	Jader	Na época vocês moravam aqui?
193	Ísis	Aham! Tem DEZOITO anos que eu moro aqui:
194	Jader	Ô, Ícaro. ((dirige-se para Ícaro)) ↓foi em dois
195		mil e catorze, Mayara ((volta-se para Mayara,
196		quem digita as informações no computador,
197		corrigindo-a)). Ô, Íca[ro
198	Mayara	[Uhum]
199	Jader	Me fala uma coisa, é:: como ficou
200		a sua reputação na comunidade depois disso aí?
201	Ícaro	Rapaz, eu [fu
202	Mayara	[Você mora em Zum[b]i, não é?
203	Ícaro	[eu fu eu fui
204		humilha::do até ce até certo ponto tem muita
205		gente que às vezes assim.. fica me julga::n[do
206	Jader	[Uhum.
207		Até hoje?
208	Ícaro	E não sabe o que eu passei. Até hoje.
209	Jader	Hoje é dia:: vinte e cinco de ju[lho
210	Ícaro	[e eu quero os
211		meus DIRE::Ito]
212	Jader	de dois mil
213		e dezesseis. Desde lá até AQUI: você ainda fica
214		sofre:ndo:?
215	Ícaro	Rapaz, até hoje eu ve.. eu venho caminha::ndo
216		aí, ó, e [humilhação
217	Jader	[Eles falam da sua ima::]gem?
218	Ícaro	Ê:... muita
219		gente me ZOA, mas..
220	Ísis	Às vezes ficam chamando ele de de bebê CHORÃ:O,
221		não tem?

222	Jader	Uhum
223	Ísis	Porque foi passado na reportagem que >falaram
224		pra mim que eu não tive coragem de ver< porque:
225		eu sofri MUITO porque eu cheguei é.. às vezes
226		eu pensei que até ia entrar em depressão,
227		entendeu?
228	Jader	Uhum
229	Ísis	Aí eu fa aí eu cheguei pra ele e falei ceis
230		para de paLHAÇA:da que isso tudo ↓acabo::u e eu
231		num ↓num que saber disso ma:is. E meu filho
232		SEMPRE trabalho::u.

Há, nas interações de Jader, com solicitações de esclarecimento, de confirmação ou manifestação de concordância, tanto uma amplificação e reforço do sofrimento de Ícaro como a necessidade de se constatar se, de fato, os efeitos colaterais do dano moral ainda se estendem na vida do cliente (“Hoje é dia:: vinte e cinco de ju[lho”, linha 209; “de dois mil e dezesseis. Desde lá até AQUI: você ainda fica sofre:ndo:?”), linhas 212-214). Isto ocorre em razão de se estar inserido na situação de fala institucional, e também porque há pressuposições a respeito do que pode ser tomado como certo ou errado e sobre as normas e sistemas de crenças do mandato institucional. Em outras palavras, ao questionar se ainda hoje Ícaro sofre com o que aconteceu, Jader “atua na manutenção e construção dos sistemas de valores que subjazem ao nosso comportamento social” (BASTOS, 1999, p, 27-28), qual seja: a de se compadecer com o sofrimento do outro e de se insurgir contra desmandos e abusos. O questionamento do advogado, portanto, constitui-se em recurso comunicativo para a manutenção da moralidade construída por sua postura moral.

De acordo com Oliveira e Bastos (2014), será com base em seus próprios valores que os participantes tratarão e categorizarão seus pares enquanto agentes morais e deles esperarão atitudes adequadas às situações, aos papéis, aos relacionamentos, às instituições e à sociedade. É o que se depura da fala de Ísis quando esta categoriza a atitude de quem chama seu filho de “bebê chorão” enquanto “paLHAÇA:da” (linha 230) e preceitua um comando de comportamento adequado (“ceis para de que isso tudo ↓acabo::u”, linhas 229-230), que deverá se adequar quando da tratativa para com ela mesma e para com seu filho, o qual pela narrativa construída por Ísis, apresenta uma identidade de trabalhador (“E meu filho SEMPRE trabalho::u.”, linhas 231-232). Portanto, são tornados relevantes aspectos positivos de Ícaro e aspectos negativos do comportamento das pessoas que o difamavam.

## 6.4

## “Quem te conhece de VERDADE”: compartilhando saberes

O sentimento de pertencimento a determinada comunidade, como salienta Bauman (2003; 2005), não é algo definitivo e tampouco sólido, mas mutável, negociável e revogável. Ocorre que, embora descentradas, deslocadas ou fragmentadas, as identidades e identificações mudam de acordo com o que o sujeito é representado, questionado ou mesmo interpelado (ver também HALL, 2011). É no cerne deste círculo de pertencimento identitário que saberes compartilhados por membros de uma comunidade em um encontro misto (GOFFMAN, [1963] 1998) são observados.

## Excerto 11 – Partilhando saberes locais

285	Jader	[Você pratica
286		espo::rte ô ô ↓ Ícaro?
287	Ícaro	Rapaz, eu jo::GO bo::la. Jogo Bola [de vez em
288		quando
289	Ísis	[ele joga
290		bola]
291	Ícaro	Mas de vez em quando assim eu jogo sim.
292	Jader	Depois disso daí você teve alguma:: teve algum
293		problema (0.2) com o com o que você jogava?
294		Eles passa eles fizeram alguma >reSTRiçã::o< à
295		você ou você continuou jogando normalmente?
296	Ícaro	Rapaz
297	Jader	Ou eles privavam você de partICIpar?
298	Ícaro	Normalmente. Normal[mente.
299	Jader	[Não prejudicou?
300	Ícaro	Só que
301	Jader	Não priva::ram você as
302	Ícaro	Não. Só que
303	Jader	Quem te conhece de VERDADE sabe que você não ia
304		fazer isso, CORRETO?
305	Ícaro	Corretamente!
306	Jader	Mas aqueles que não tinham mais <conVÍVI::O>
307		(0.2) por ver as imagens vinculando nos jornais
308		e nas ↓têve:s (0.2) eles <passaram a ZOMba:r de
309		você>. É is[so?
310	Ícaro	[passaram [as
311	Jader	[Mas quem te conhece DE
312		VER↑DA:DE, sua mãe, as pés[soas pró::ximas
313	Ícaro	[minha mãe, meu p[ai
314	Jader	[seus
315		colegas de traba:ho]
316	Ícaro	Todo mundo sabe
317		que eu não sou isso.
318	Ísis	Até as pessoas eu sou testemunha que foi
319		comprovado diante do JUI:Z que meu filho tava
320		junto com eles. Foi isso e é pessoas
321	Jader	Ok

	322	Ísis	E eu agradeço a eles desde já
	323	Jader	Aham
	324	Ísis	Não vou <esquece:r> (0.3)

Quando Jader faz várias solicitações de confirmação (PEREIRA, 1993, p. 109,110), por exemplo, se Ícaro jogava bola antes de ter ocorrido sua prisão, não se dá simplesmente para saber se o cliente exercia alguma atividade esportiva. Na verdade, Jader, assim como Mayara, já havia vivido nesta comunidade (e inclusive participado de times locais); a solicitação de confirmação feita – embora pareça, a princípio, descontextualizada – não é em vão. Sabedor de que, para participar deste tipo de encontro social – no caso, para participar dos jogos de futebol naquele local –, era necessário que aquela pessoa fosse recebida pelo grupo, as solicitações de confirmação e de esclarecimento do advogado objetivavam verificar se houve algum tipo de exclusão após a detenção.

Além disso, nesta comunidade – e isso afirmamos por um conhecimento compartilhado e por vivências próprias naquele local – tem-se que alguns tipos de crime não são aceitos. No caso do crime de incêndio, o que o revestiu de certa “ilegalidade” fora a repercussão tomada, com o uso inclusive de *drones*, o que acaba por fomentar uma busca policial excessiva em um local em que não se quer a polícia.

Ao fazer as solicitações se o participante praticava o esporte coletivo, de forma mais incisiva, o que se quer saber por meio de inferências é se houve ou não exclusão de Ícaro no grupo. A resposta obtida é positiva no sentido de que participa deste tipo de atividade (“Rapaz, eu jo::GO bo::la. Jogo Bola [de vez em quando”, linhas 287-288); será exatamente neste momento em que, em sequências, o advogado questiona novamente se sua participação foi privada. Ora, o que se diz, por implicatura, é: o que alegam que você cometeu e seus desdobramentos investigativos não são comuns para nossa localidade, isso repercutiu nas suas vivências locais?

A forma discursiva de Ícaro a este questionamento indireto daria um contraponto à fala de Jader em sentido adversativo (“Só que”, linha 287), o que se repete e sugere a necessidade do participante em expor este contraponto (“Não. Só que”, linha 300), no sentido de que embora tenha jogado “Normalmente. Normal[mente” (linha 298) após sua prisão, algo ocorreu. No entanto Jader sobrepõe a fala de Ícaro em construção de uma identidade do adolescente

enquanto não apenas como vítima, mas como alguém que não teria cometido o crime. Vale destacar que o valor semântico deste “normalmente” utilizado por Ícaro: mesmo com sua detenção, sua participação com a comunidade não fugiu à *normalidade* (tanto no sentido de *norma de conduta* quanto no sentido de *ordinário*), embora outras questões possam ter sido problematizadoras (“Não. Só que”, linha 300).

Ao dizer que quem conhece o participante de verdade – estrutura que se repete em tom assertivo nas linhas 303-304 (“Quem te conhece de VERDADE sabe que você não ia fazer isso, CORRETO?”) e nas linhas 311-312 (“Mas quem te conhece DE VER↑DA:DE, sua mãe, as pés[soas pró::ximas”) – saberia que Ícaro não faria isso, Jader se alinha ao entendimento implícito de inocência do cliente.

Vale frisar que, por vezes, o comportamento discursivo de Jader (do tipo IRA), como em “Quem te conhece de VERDADE sabe que você não ia fazer isso, CORRETO?” (linhas 303-304, excerto 11), “correto” é tópico nomeado pelo advogado. Em sequência Ícaro responde “Corretamente!” (linha 305). Jader segue afirmando: “Mas aqueles que não tinham mais (0.2) por ver as imagens vinculando nos jornais e nas ↓têve:s (0.2) eles . É is[so?” (linhas 311-312). Quem novamente nomeia o tópico, portanto, permanece sendo Jader, quem só requisita a confirmação do cliente. Essa estrutura interacional segue em outros momentos do encontro. Ícaro praticamente não fala. Os turnos e tópicos são dominados pelo advogado, quem *fala por*.

A implicatura que daí surge, para além de qualquer cunho didatizante, é o domínio do discurso. Trata-se, aqui, de uma total relação assimétrica de poder discursivo, de um controle quase que absoluto do discurso e piso conversacional. Na relação dito-não dito, portanto, extraímos que este tipo de sequência conversacional performa uma relação díspar de poder, outorgando ao advogado um papel de maior poder na relação com o cliente. Ora, a demonstração do discurso de autoridade e exercício de poder nessa interação não se dá apenas no uso de sequência IRA, mas também na maneira como essa sequência toma corpo e forma.

Mais do que preservar sua inocência (linhas 316-317), Ícaro (“Todo mundo sabe que eu não sou isso.”) faz uma espécie de reparo à fala de Jader

afirmando que mais do que as pessoas que o conhecem saberem que não *faria* isso, “todo mundo sabe” que ele não *é* isso – no caso, um criminoso, um incendiário. O que acaba por se fazer provado por meio de testemunhas e leva Ísis a agradecê-las na linha 322 (“E eu agradeço a eles desde já”).

O ponto a que é dado relevo no excerto 11, portanto, é se houve alguma restrição da participação de Ícaro naquela comunidade específica, e não uma restrição social mais ampla. Este tipo de inferência e entendimento só é possível pelo compartilhamento de saberes locais em virtude de serem os advogados *insiders* àquela comunidade (ELLIS & BOCHNER, 2000; PEREIRA, 2013, p.71-72). O que se procurou observar na interação foi em que medida ter sido categorizado enquanto incendiário/criminoso restringiu e excluiu o participante do convívio social cotidiano – inclusive de entretenimento – no grupo em que vive e com o qual Jader e Mayara também convivem e mantém laços profissionais.

## 6.5

### **“mas só que o MEDO toma conta de mim”: temor e discurso pedagógico/aconselhamento**

Dentre os enfoques da presente pesquisa, tem-se a observação do discurso enquanto prática de significação ideológica (FOUCAULT, 2009) fomentadora de identidades sociais em um contexto profissional situado. Nossa perspectiva se desenvolve, nesse sentido, a partir de uma visão construcionista de identidades no contexto de práticas discursivas vivenciadas por um grupo de advogados e clientes que geralmente vivem no entorno do escritório. As práticas profissionais ali analisadas evidenciaram uma representação de sistemas simbólicos que dão forma a uma ecologia moral e às identidades suscitadas pelos participantes.

Ocorre que o que chamamos de *ecologia moral* apresenta como uma de suas principais fontes manifestações discursivas<sup>3</sup> que materializam um discurso de ordem social com contornos pedagógicos e de aconselhamento (construções discursivas condicionais como nas linhas 414-415 “se o Esta:do, pela polícia, ele excedeu os limites de investigaçã::o”). Tendo em vista que o potencial de produzir

<sup>3</sup> Exemplos de manifestações discursivas observados no discurso presente no excerto nº 12: “DEse::jo da cidadania<” (linha 387); “divulgação indevi::da” (linha 392); “limites de investigaçã::o” (linha 395); “prisão INDEVIDA” (linhas 395-396); “uma pessoa <po::bre>, de um bairro <po::bre>, PERIFERIA” (linhas 399-400); etc.



significados é inerente ao discurso, dispositivos de formação discursiva pedagógica foram evidenciados por meio de escolhas semânticas e prosódicas não arbitrárias de construção e representação daquele universo específico. Tais escolhas produzem significados particulares no âmbito daquele contexto profissional, o qual apresenta contornos ideológicos de conscientização de direitos que sujeitos marginalizados que fazem parte da comunidade em que está inserido possuem.

Ainda que não estejamos diante do que comumente enquadraríamos como *contexto pedagógico*, o discurso que ali perpassa muitas vezes é revestido por um caráter pedagógico no qual a educação moral proposta coincide com a moral da classe social que orienta aquela comunidade profissional (LIBERALLI, 2009, p. 240).

Cremos que a *educação moral* proposta coincide com a moral social que orienta a prática profissional em apreço na medida que intersecciona a comunidade e o escritório (MARCONDES, 2007; TAYLOR, [1989]2013). Para Taylor (*ibid.*, p. 231), “adotar esta nova postura [que assimila o caminho de interpretação de si mesmo e do espaço moral ao longo da história] define uma nova compreensão da atividade humana e de seus poderes característicos”. Desse modo, ao interpretar e dimensionar o espaço moral dos dados gerados parece que estamos diante daquilo que aqui chamaremos de *moralidade interpessoal*.

Este tipo de discurso, que aqui estamos chamando de discurso pedagógico ou de empoderamento de consciência de direitos, inicia-se em virtude do temor que Ísis em ingressar com esse tipo de ação, ao que Jader a interpela e projeta sua fala enquanto *pai*: “A sua o seu filho já passou por esses problemas todos aí, dona... Ísis” (linhas 382-383) “É... teria alguma coisa PIOR do que essa pra acontecer com ele? A senhora acha?” (linhas 385-386).

#### Excerto 12 – Temeridade e discurso pedagógico

391	Ísis	Não... a única coisa que eu tenho MEDO assim
392		porque de porque eles passam um MEDO, entendeu?
393	Jader	SIM!
394	Ísis	De que quando os policiais fizeram a ABORDAGEM
395		no meu <fi::lho> pode querer envolver ele no
396		me::io, entendeu? Mas me informaram pra mim que
397		não envolve polícia nisso. É entre o Ícaro e o
398		ESTA::DO, não é!?
399	Jader	É... não é que não envolve a polícia, a a
400		polícia ela age EM NOME do Estado.
401	Ísis	Hum
402	Jader	Se ela EXTRAPOLAR os limites da lei, quem

403		responde é o Estado. Não é O policial, porque
404		ele representa o Estado. É... o Estado ele tem
405		que ESCOLHER os policiais é... selecioná-los de
406		tal FORMA >pelo menos esse é o DEse::jo da
407		cidadania< que os policiais sejam de tal forma
408		que eles não <EXCEDAM> o limite da lei tanto
409		para a defesa da sociedade quanto para a
410		apuração dos fatos.
411	Ísis	É.
412	Jader	É... a divulgação indevi::da ou de... como
413		atribuir à alguém aquilo que ele NÃO cometeu, é
414		<ilícito>. É... então, se o Esta:do, pela
415		polícia, ele excedeu os limites de
416		investigaçã::o, ou no caso de prisão INDEVIDA,
417		ele tem que responder o ilícito. Os jornais e
418		as tevês, o que eles excederam? Ah! Eles
419		excederam em divulgar uma coisa é...
420		SUPOSTAMENTE por achar que ele era uma pessoa
421		<po::bre>, de um bairro <po::bre>, PERIFERIA,
422		é... e por ESSE fato e por não ser uma pessoa
423		de posses ele... eles não teriam consequências
424		nenhuma, porque TERIA MUI::to jorna::l, teria
425		mui::ta audiência, teria muito RETORNO pelas
426		propagandas >essas coisas todas<. O INTERESSE
427		do clamor social é... então eles TAMBÉ::M
428		<EXCEDEM> quando divulgam coisa::s <IRREAIS>.
429	Ísis	É
430	Jader	Fatos NÃO verdadeiros. Atribuem à alguém aquilo
431		que NÃO cometeu, como nós estamos vendo aqui na
432		MANCHETE ((aponta para o jornal)) chamando de
433		<BANDIDOS>! (0.4) Eles eles já CONDERAM o seu
434		filho!
435	Ísis	Condena::ram!
436	Jader	Por isso eu to perguntando: se tem IMPRENSA que
437		divulgou que seu filho era BANDido, e a justiça
438		disse que ele [não é
439	Ísis	[e o meu fi::lho é réu primário
440		ele nunca passou pela poli:cia
441	Jader	ENTÃO! Fica cl[aro
442	Isis	[NUNCA
443	Jader	Que ele NÃO É. Eles
444		CONDENARAM. Por isso eu to perguntando: teria
445		alguma condenação MAIOR para seu filho que ser
446		TAXA:DO por aí como bandido?
447	Ícaro	SÓ que essa...
448	Jader	Eu não acredito ((meio riso)), porque maior
449		VIOLÊNCIA que essa, só se MATAR!
450	Ísis	Porque diz que se eu entrar com esse negócio aí
451		a gente podia ficar à MERCÊ de de ameaça >pelos
452		policiais< que fizeram a APRE[ENSÃO, entendeu?]
453	Jader	[Quem falou isso
454		pra senho:ora?]
455	Ísis	As pessoas é... era pra eu ter mexido com isso
456		há muito tempo, mas só que o MEDO toma conta de
457		mim.
458	Jader	Não, tudo bem! Mas só pra saber qual é o
459		interesse dessas pessoas que tem é contra ser
460		apurada a VERDADE.
461	Ísis	Porque eu tenho muito MEDO ass[im
462	Jader	[porque se alguém

463		excede alguma COI::SA, >qualquer um de nós<,
464		nós somos sujeitos, nós não podemos exceder os
465		limites que a lei nos diz que é o ↑nosso
466		limite. Nós temos um lim[ite
467	Ísis	[É::....
468	Jader	Fazer o bem? A senhora nunca será proibida.
469		Fazer o mal... não PODE! Tá na lei.
470	Ísis	[E o Ícaro tava trabalhando no
471		empr[e::go e tudo
472		[incendiar o ônibus? Não Pode. Quem
473		incendiou o ônibus é que tem que responder,
474		NÃ::O o Ícaro... como ele não participo::u e a
475		justiça o o ISENTOU... é... ficou claro pra
476		nós, já que ele < inclusive> estava em casa e
477		as testemunhas <PROvam> que ele não
478		participo::u, eles excederam. Por isso to
479		perguntando: teria alguma coisa <PI↑OR> pra
480		acontecer? A polícia não pô:de agir
481		>ilicitamente<. Ah ((tom de voz sobe levemente
482		para imitar o tom de um terceiro)) vamos em
483		represália ao Ícaro. Vamos começar a perseguí-
484		lo. Se começar a perseguir... a seNHOrA nos
485		proCU::Ra, proCU::Ra o Ministério Público,
486		procura a polícia ((repara a fala)) ou outros
487		órgão de polícia. Se é a polícia civil, a
488		senhora tem que procurar o superinten[dente. Se
489		é
490	Ísis	[É a CIVIL
491	Jader	[Se é]
492	Ísis	[Foram
493		eles que fizeram a abordagem do meu <fi::lho>
494	Jader	Então! Se a poli... tô dizendo assim, se
495		exceder. Qualquer um que exceder, qualquer
496		setor da sociedade, a senhora tem a quem
497		reclamar.
498	Ísis	Aham
499	Jader	Se a polícia civil ela::.... agir
500		>indevidamente< em represália <AO SEU FI::LHO>
501		que vai reivindicar direitos, a >senhora
502		procura< o >superintendente<, procura o
503		>governador<, o chefe dos delegados, procure
504		a... todas as autoridades dentro da LEI. Se é
505		um militar, tem que ir na corporação onde ele
506		serve ou ir no comandante. Eles abrem inquérito
507		para apurar. Eles não <PO::DEM> agir em
508		represália, eles tem que agir para deter
509		crimino::so, e não quem está apurando VERDADE.
510		Qualquer um que está apurando verdade,
511		sobretudo quem está para reparação a um dano
512		feito pra ele, eles não podem fazer represália.
513		Quem fizer represália, que vá a juízo e prove
514		((incompreensível)) caso vocês querendo entrar
515		com uma ação com a Doutora Mayara, nós fazemos
516		os levantamentos cabi::veis, com o que vocês
517		estiverem em mãos, com a investigação, com os
518		meios de comunicação que divulgaram
519		INDEVIDAMENTE os fatos, atribuindo
520		((incompreensível)) sobre ele. Aqui
521		reivindicamos os direitos que vocês têm e a
522		devida reparação, ok? Essas testemunhas que

523		falaram em juízo, vocês conhecem? Tem alguma
524		co((incompreensível))?

É possível notar na fala de Jader turnos bastante longos, no entanto, esta maior quantidade de fala não se dá para que uma história seja contada, mas para orientar Ísis e ensinar o que significa uma ação policial que excede os limites da lei. Essa explicação tão detalhada e longa não é comum em consultas jurídicas, no entanto, dados os propósitos do escritório, que é de empoderar as pessoas da comunidade para que tenham consciência de quais são os direitos que possuem, Jader utiliza turnos longos explicativos.

É possível observar inclusive pelas escolhas lexicais feitas por Jader, quando diz (linhas 404-410) que quem deve escolher os policiais que compõem os quadros da corporação é o Estado e a seleção deve se dar de acordo com os desejos da cidadania. Esta explicação se dá com o uso de termos mais simples, prolongamentos e ascendência de tom em palavras-chave (“É... o Estado ele tem que ESCOLHER os policiais é... seleccioná-los de tal FORMA >pelo menos esse é o DEse::jo da cidadania< que os policiais sejam de tal forma que eles não <EXCEDAM> o limite da lei tanto para a defesa da sociedade quanto para a apuração dos fatos”).

Jader busca explicar de forma didática que na verdade quem responde por este tipo de causa não é a pessoa do policial, mas o Estado. Para isso são feitas explicações daquilo que seria papel do Estado, que é justamente a resposta pelos danos causados pelos seus agentes. Em “é... a divulgação indevi::da ou de... como atribuir à alguém aquilo que ele NÃO cometeu, é <ilícito>” (linhas 412-413) Jader busca explicar a Ísis alguns termos que encapsulam em Direito o conceito da matéria, no caso, aquilo que é tido enquanto ato ilícito.

Uma outra pista que indica que estamos diante de uma espécie de discurso pedagógico (em um contexto muito específico) é a repetição de ideias e estruturas (“É... então, se o Esta:do, pela polícia, ele excedeu os limites de investigaçã::o, ou no caso de prisão”, linhas 414-416) que indica o objetivo de que seja rememorado e reafirmado anteriormente aquilo que foi colocado como uma informação nova para Ísis, uma informação que é importante para que a participante se empodere neste tipo de conhecimento.

Outro aspecto que também vai costurando esta visão pedagógica e o compromisso do escritório é a explicação de contornos sociológicos que Jader

tece (linhas 420 a 428) sobre a postura da imprensa frente ao caso. Para Jader, por se tratar de “uma pessoa <po::bre>”, que mora “PERIFERIA, é... e por ESSE fato e por não ser uma pessoa de posses”, por esses motivos os meios de comunicação creem que “não teriam consequências nenhuma, porque TERIA MUI::to jorna::l, teria mui::ta audiência, teria muito RETORNO pelas propagandas >essas coisas todas<”.

Para ele, muitos dos jornais *lucram* em cima deste tipo de história hipotética que vai sendo contada, sem que haja nenhum tipo de represália ou consequência, como categorizado. Será sobre o *clamor social* que a imprensa, de acordo com o advogado, excede quando divulga “coisa::s <IRREAIS>” – modo pelo qual Jader categoriza, por inferência, a conduta que atribuída a Ícaro.

Nesse segundo encontro, acessamos, na presença de Ísis e de Ícaro, dois *sites* que noticiavam a prisão do adolescente. Tratava-se de sítios virtuais de grande acesso na região metropolitana de Vitória: o primeiro deles foi o site “Folha Vitória” (ligado à filiada da Rede Record de televisão), o qual afirma que os *acusados confessaram* o crime. Está presente, portanto, uma voz coletiva no sentido de “eles”, em que Ícaro é inserido pelo discurso midiático. O segundo *site* pesquisado se chama “Gazeta Online” e se liga à TV Gazeta, emissora filiada à Rede Globo de Televisão. Este segundo sítio categorizará Ícaro não como “acusado”, mas como “bandido”.

www.folhavoria.com.br/policia/noticia/2014/02/trio-e-detido-suspeito-de-incendiar-onib

Faça aqui sua busca

Classificados Geral Polícia Política Economia Víde

## Trio é detido suspeito de incendiar ônibus de limpeza urbana em Vila Velha

TV Vitória  
Redação Folha Vitória

Curir 0 0 0 0



Dois jovens foram presos e um adolescente apreendido, na manhã desta quinta-feira (13), suspeitos de incendiar um ônibus de limpeza urbana no dia 10 de janeiro em Vila Velha.

Os suspeitos, identificados como [REDACTED], de 18 anos, [REDACTED] de 19 anos, e o adolescente de 17 anos foram abordados em uma casa no bairro Zumbi dos Palmares, em Vila Velha, e não apresentaram resistência à prisão.

De acordo com o delegado da Delegacia Patrimonial, Alexandre Passamani, os acusados confessaram o crime. "Em depoimento, eles disseram que o incêndio ao ônibus seria uma retaliação contra a ação da Polícia Militar. Acreditamos que a motivação pode ter relação com a morte do amigo deles, Jhonatan Pinheiro Gonçalves, de 17 anos, baleado durante um confronto com os militares", disse.

Figura 08 – Trecho de publicação retirada do site Folha Vitória.

gazetaonline.globo.com/novo/\_conteudo/2014/02/noticias/cidades/1479178-pres

## Presos bandidos que incendiaram ônibus de empresa em Vila Velha

13/02/2014 - 12h14 - Atualizado em 13/02/2014 - 16h48  
Autor: I

+ LER DEPOIS

f t e

### Criminosos confessaram que colocaram fogo no coletivo em retaliação contra uma ação da Polícia Militar

Foram presos na manhã desta quinta-feira (13), três suspeitos de incendiarem um ônibus de limpeza urbana, no dia 10 de janeiro deste ano, em Vila Velha.

[REDACTED], de 18 anos, [REDACTED] de 19 anos e um adolescente de 17 anos, foram detidos por policiais da Delegacia de Crimes Contra o Transporte de Passageiros e Cargas.

Foto: Divulgação/PC



Figura 09 – Trecho de publicação retirada do site Gazeta Online.

No curso da interação (v. Excerto 12 – Temeridade e discurso pedagógico), Jader procura mostrar e conscientizar Ísis e Ícaro dos *efeitos de sentido* que o discurso da mídia construído nos enunciados da notícia provoca. Inicialmente frisa tanto pelo tom quanto pela insistência que os fatos atribuídos não são verdadeiros “como nós estamos vendo aqui na MANCHETE” (linhas 431-432); em segundo lugar, confere enorme relevo à categoria (“<BANDIDOS>!”), linha 433), a qual é pronunciada de modo mais vagarosa, em alto tom e seguida de silêncio; e, por último, mostra que a escolha lexical da palavra *bandido* indica que “eles eles já CONDERAM o seu filho!” (linhas 433-434). Esta constatação de que a categoria “bandido” indicia uma condenação social é corroborada por Ísis (“Condena::ram!”), linha 435) em uma avaliação que se manifesta materialmente por meio do prolongamento da vogal.

Mediante uma argumentação para que Ísis não desista de ingressar com a ação judicial em virtude do temor da figura policial, Jader argumenta que, por tudo o que foi dito pela “IMPrensa que divulgou que seu filho era BANDido”, exposição essa que foi excessiva, já que “a justiça disse que ele [não é”, não haveria nada pior para acontecer com o adolescente: “Por isso eu to perguntando: teria alguma condenação MAIOR para seu filho que ser TAXA:DO por aí como bandido?” (linhas 444-446). Note-se o contorno e relevo dado às palavras “maior” e “taxado”, marcando na fala do participante a categorização identitária de Ícaro pela imprensa.

Esta categorização construída pela mídia é nomeada por Jader enquanto uma violência, antecedida por um riso que soa como um desabafo no áudio. Para Jader, violência maior que ser exposto e “TAXA:DO por aí como bandido” só mesmo a morte, o juízo final: “Eu não acredito [que exista algo pior que ser tido por bandido] ((meio riso)), porque maior VIOLÊNCIA que essa, só se MATAR!” (linhas 448-449). Claro nos parece que há a reafirmação da imagem de Ícaro enquanto um sujeito inocente condenado pela imprensa.

Jader finaliza o encontro – ainda com uma fala de contornos didático-pedagógicos e também informativo – dando algumas instruções de a quem deverão se dirigir, caso haja alguma experiência pelos clientes de excesso da polícia, com o objetivo de afastar o temor de Ísis e mostrar que existem órgãos para denúncia: Superintendência, Polícia, Ministério Público.

Para Ochs e Capps (2001), a postura moral assumida pelos narradores e protagonistas corresponde a um aspecto central no estudo das narrativas; este caráter se vê enraizado na comunidade e na tradição. Postura moral para as autoras é, portanto, uma disposição acerca do que é bom ou valorável e de como alguém deve viver no mundo. Nos dados em análise, esta *postura moral* coletiva se vê encapsulada e o porquê de existir daquele grupo e escritório na fala de Jader: o direito que aquela comunidade, o direito que aqueles participantes possuem (“Aqui reivindicamos os direitos que vocês têm e a devida reparação, ok?”, linhas 520-521).

## 6.6

### Narrativa das mídias

Pretendemos, neste ponto do estudo, fazer uma breve análise das narrativas construídas pelas mídias digitais a propósito do incêndio ao coletivo, uma vez que essas narrativas são o gatilho, o início e aquilo que desencadeia muitas experiências estigmatizantes vividas por Ísis e por Ícaro. Para tanto, levaremos em conta como as vozes trazidas nos textos refletem e refratam o posicionamento ideológico dos autores e partimos da premissa de que todo texto é permeado por diversas vozes (BAKHTIN/VOLOCHINOV, [1929] 2009), em constante diálogo com o ambiente no qual foi produzido, uma vez que os enunciados são influenciados por um dado contexto situacional. Tendo em vista os limites desta tese, faremos algumas ponderações apenas sobre as notícias vinculadas por sites de jornais.

Cumpramos deixar registrado o fato de que Ísis teve a ajuda de uma amiga que vive no mesmo bairro para reunir as provas midiáticas. Foi esta amiga, inclusive, quem a orientou sobre como procurar pelo registro do jornal televisivo. Estamos, portanto, diante de uma consciência ético-social partilhada muito forte e de encorajamento feita pela própria comunidade, que se une em busca do pleno exercício de direitos civis.

As notícias que apresentamos nesta pesquisa como instâncias de nossa investigação são permeadas por vozes que formam pontos de argumentação acusatória e conclusiva. A observação das manchetes enquanto elemento catafórico, por exemplo, aponta para o fato de que as vozes discursivas



A partir destas manchetes, é possível perceber a existência de dois eixos com tópicos distintos. Em cada eixo há um gradiente semântico-discursivo entre dois polos. O primeiro eixo apresenta como polos “absolvição” *versus* “condenação”; e o segundo eixo tem como polos do foco narrativo as “atitudes dos detentos” *versus* “protagonismo policial”. Dados os fins a que se destinam esta pesquisa, atarei-me ao primeiro eixo.



Na gradação entre a isenção ou a maior culpabilidade da atuação de Ícaro (absolvição *versus* condenação), há o posicionamento do jornal Gazeta Online na extremidade do polo em que há a culpabilização explícita da conduta de Ícaro. Por este veículo midiático, o autor aprecia, julga e categoriza Ícaro e os demais como *bandidos*. Ora, em termos gerais, esta palavra questiona “a idoneidade, a índole, o dano iminente e o lugar social que o sujeito ocupa. Dessa forma, diz respeito à ausência de caráter, à crueldade, à insegurança”, além de questionar o lugar social

do sujeito, “colocando-o como alguém banido, tal como remete a sua raiz etimológica” (FERREIRA, 2016, p. 20)<sup>4</sup>.

As escolhas lexicais intervêm na construção da história que é espetacularizada através de um emaranhado de discursos que ufanizavam a atuação policial e condenam os jovens, cujas vozes são textualmente ignoradas. Na verdade, há uma construção factual arquitetada pelos autores dos textos digitais a partir de verbos conclusivos em terceira pessoa do plural: disseram, confessaram, incendiaram.

Dito de outra forma, a mídia confere factualidade àquilo que não é fato. Há um efeito de sentido impressionante que se estende ao mundo das coisas: Ícaro “é” bandido e assim passa a ser reconhecido pelos membros da comunidade a que pertence. Ao *dizer* que o rapaz é bandido essas vozes *fazem* a marginalização e estigmatização de Ícaro e sua mãe especialmente no lugar que habitam. Dizer, portanto, é fazer.

Este discurso acusatório corresponde ao interdiscurso, ao atravessamento feito pelo discurso midiático em marginalização de determinados indivíduos e constituição de fatores transsubjetivos de formação e transformação das representações sociais. Em nível macrosociológico, vivemos um momento que reflete exatamente isso: uma crise, sobretudo, ética e condenações factuais midiáticas entre ditos e não-ditos; entre apagamentos e seleções ideologicamente orientadas.

*De acordo com o delegado da Delegacia Patrimonial, Alexandre Passamani, os acusados confessaram o crime. “Em depoimento, eles disseram que o incêndio ao ônibus seria uma retaliação contra a ação da Polícia Militar. Acreditamos que a motivação pode ter relação com a morte do amigo deles, Jhonatan Pinheiro Gonçalves, de 17 anos, baleado durante um confronto com os militares”, disse. [...] No veículo estava apenas o motorista da empresa, que foi obrigado a descer. Os três suspeitos estavam armados, invadiram o ônibus com gasolina e, em seguida, atearam fogo no veículo.*<sup>5</sup>

<sup>4</sup> Para um estudo mais aprofundado da conceptualização e uso do termo “bandido” cf. FERREIRA, Juliana dos Santos. *A conceptualização do termo bandido no Rio de Janeiro: um estudo da língua em uso*. Rio de Janeiro, 2016. 141 fl. Tese de Doutorado – Departamento de Letras, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

<sup>5</sup> Trecho do Jornal Folha Vitória

Percebemos que os pontos de argumentação construídos na reportagem acima se centram, sobretudo, no protagonismo da ação policial e nos julgamentos tecidos pelo autor do texto. Está aqui em questão a avaliação do comportamento dos meninos detidos (“eles”) por meio do que Labov denomina *ação avaliativa* (LABOV & WALETZKY, 1967; LABOV, 1972), isto é, quando o narrador descreve o que as personagens fizeram ao invés de relatar o que disseram. Na categorização de que “os três suspeitos estavam armados, invadiram o ônibus com gasolina e, em seguida, atearam fogo no veículo”, o texto agrupa discursivamente atitudes que deveriam ser individualizadas por questões de ordem ética, moral e jurídica. Há aqui, a factualização da conduta de Ícaro através de um envolvimento gradual do texto e de sua avaliação, no entanto, como provado em processo criminal, o rapaz não esteve envolvido em nenhum dos eventos narrados. Ora, estamos diante de algo muitíssimo grave: a atribuição de crimes tecida por meio de uma história que se quer midiaticamente carnavalizada.

Há, ainda, avaliação encaixada via discurso reportado (LABOV, 1972). Quando o autor traz a voz do delegado de polícia em “eles disseram”, a fala do delegado sugere não a existência de atitudes particulares, antes interliga a partir de sua apreciação (recontextualizada pelo autor) recursos atitudinais realizados por meio de atribuição com alto grau à força argumentativa, isto é, no uso de verbo conclusivo em terceira pessoa do plural (“disseram”). Nesse sentido, as atitudes trazidas no texto voltam-se às questões éticas e as avaliações do comportamento humano estão ligadas a modos de agir socialmente reprovados.

*Criminosos confessaram que colocaram fogo no coletivo em retaliação contra uma ação da Polícia Militar [...]*<sup>6</sup>

Na realização léxicogramatical do julgamento engendrado pelo jornal Gazeta Online acima lançado, temos recursos linguísticos que criam significados que condenam o caráter de Ícaro, envolvendo valorações que acarretam a diminuição de sua estima social no contexto em que vive. Cabe ressaltar que o julgamento aqui construído é produzido verbalmente de modo explícito no uso – novamente – desta voz plural: *eles* confessaram. Ademais, no gradiente

---

<sup>6</sup> Trecho do Jornal Gazeta Online.

“absolvição” *versus* “condenação”, o vocábulo *criminoso* está muito mais próximo ao polo “condenação”. Desse modo, por meio de categorizações depreciativas e julgamentos avaliativos, o jornal atribui a Ícaro atitudes socialmente reprovadas e o condena, na medida que o chama de criminoso e bandido, como dito anteriormente.

O estigma experienciado por Ísis e por Ícaro começou a ser construído, na realidade, pela própria mídia, de modo que a narrativa de sofrimento tem uma relação direta com a prática narrativa própria do campo midiático. É esta prática que se torna relevante para os participantes ao longo das interações e gera um enorme constrangimento no lugar em que vivem. O ato em si de Ísis levar em mãos a versão impressa destas notícias revela sua consciência de ética social e de sua posição agentiva em busca de uma solução, apresentando, inclusive provas e substrato para seu pleito.

## Narrativa de grupo: co-narrativa e tecitura ética

Essa comunidade dos sonhos é uma extrapolação das lutas pela identidade que povoam suas vidas. É uma “comunidade” de semelhantes na mente e no comportamento; uma comunidade do *mesmo* – que, quando projetada na tela da conduta amplamente replicada/copiada, parece dotar a identidade individualmente escolhida de fundamentos sólidos que as pessoas que escolhem de outra maneira não acreditariam que possuísem.

(BAUMAN, 2003, p. 61)

Ao longo do presente capítulo, analisaremos o terceiro e último encontro que compõe o *corpus* deste estudo. Trata-se de um almoço ocorrido no próprio escritório e possui como participantes Mayara, Jader, Thatiana, Rosana, Geane e Wanderson. Todos são funcionários do escritório, sendo quatro advogados (Mayara, Jader, Thatiana, Rosana), uma secretária (Geane) e um contador (Wanderson). Além da relação profissional estabelecida cabe salientar, mais uma vez, que Jader é pai de Thatiana (primogênita) e Mayara (caçula) e sogro de Wanderson.

No local de trabalho, há uma cozinha onde todos os dias Geane prepara cafés, lanches para manhã e tarde e almoço. O intervalo que cada um tira para poder lancha é muito variável e, muitas vezes, não se dá coletivamente na mesa situada na cozinha, mas individualmente nas mesas de trabalho a depender do volume de trabalho. Optei por selecionar o momento do almoço justamente pela presença de mais participantes durante um mesmo intervalo de tempo.

Há outros advogados e funcionários que ali trabalham. No entanto, a mesa possui apenas cinco cadeiras, o que acaba por limitar a quantidade de pessoas que poderá, a um só tempo, sentar, comer e conversar. Por isso, há uma espécie de “rodízio”: enquanto alguns comem, outros trabalham e esperam que haja vaga para, então, sentar-se.

Ocorre que, mesmo neste jogo de “ocupar um lugar à mesa”, há uma hierarquia tacitamente aceita: via de regra, Geane almoça e, em sequência, diz primeiramente a Jader e Thatiana que o almoço está pronto para que possam

tomar lugar, seguido de Helder (advogado mais velho e amigo pessoal de Jader), Mayara, Rosana, etc. Quero com isso salientar a existência de uma assimetria hierárquica que precede a ação ora analisada.

Durante este almoço, a história de Ísis e Ícaro é colaborativamente contada pelos participantes com o objetivo de construção de deveres profissionais a serem feitos (pedir o desarquivamento do processo criminal e fazer fotocópia) e estabelecimento de inteligibilidade conjunta (em que medida, ou por quais razões, Ísis é autora da ação civil). O foco, portanto, reside no funcionamento das atividades institucionais e intersubjetividades invocadas (BORGES & OSTERMANN, 2012; DEL CORONA & OSTERMAN, 2012; PEREIRA, 2013), mediatizadas pela conarração do caso, especialmente no que diz respeito ao *medo* e *sofrimento* vividos pela cliente.

Assim, objetiva-se neste capítulo (i) observar como a história de Ísis e Ícaro se torna tópico conversacional e como é interacionalmente dimensionada e avaliada pelos participantes (*dimensão narrativa*); (ii) analisar como é estabelecida a relevância sequencial, bem como os enquadres interativos e mudanças de *footings* (*dimensão interacional*); e (iii) questionar de que maneira o compartilhamento de segundas histórias sobre outros membros daquela comunidade na qual o escritório se situa estabelece aproximações ou distanciamentos entre as participantes (*dimensão contextual*).

## 7.1

### **“Me dá aí o macarrão::o?”: o evento interacional no contexto *mesa de almoço***

Um aspecto importante que devemos ter em vista é o contexto situacional do encontro em questão: trata-se de um almoço ocorrido no ambiente de trabalho em que os participantes atuam. Neste sentido, o que está acontecendo no *aqui* e no *agora* nesta interação é justamente o fato de se alimentar. Esta atividade social em torno da qual gira o encontro é possível de ser percebida a partir do que Gumperz denomina ([1982] 2002) *pistas de contextuais* (“[De quem é] esse copo [aqui?]”, linha 18; “Me dá aí o macarrão::o?”, linha 100).

Trata-se de pistas de natureza linguística e paralinguística utilizadas pelos falantes para sinalizar suas intenções comunicativas ou ainda para inferir as intenções conversacionais dos interlocutores. Por meio dos traços presentes na estrutura da superfície das mensagens, os falantes sinalizam e permitem que os interlocutores interpretem qual é a atividade que está ocorrendo, o modo como o conteúdo semântico deve ser entendido e como cada elocução se relaciona com a que precede ou segue.

### Excerto 13 – Pistas de contextualização

	01 02	Jader	Você qu[e:r? ((pega a saladeira e passa para Mayara))
	03 04 05	Thatiana	[Tem que comprar pra mamãe e pra Zezé. ((dirige-se para Wanderson, apontando para o pen drive que está sobre a mesa))
	06 07	Jader	Eu não to falando que tem que pegar comida, ô filha!?

Logo no início do terceiro encontro, é possível notar o tipo de atividade que está sendo desempenhada ou o enquadre interativo em questão quando Jader pergunta, com a saladeira em mãos, “Você qu[e:r?” (linha 01). Este tipo de estrutura representa e reflete um processo dinâmico na medida em que pressupõe uma resposta de preferência ou não preferência.

Mais que ofertar um alimento, há nesta interação um complexo exercício de poder em razão da assimetria entre “pai” e “filha” enfatizado pelo comando imperioso de Jader, que assume o papel paterno no comando, remetendo ao papel de filha (“Eu não to falando que tem que pegar comida, ô filha!?”), linha 06-07). Dizer categoricamente a uma pessoa que coma salada é típico do enquadre “almoço entre pais e filhos”. Desse modo, a base do significado do dizer de Jader reflete que os participantes que ali interagem performam múltiplas identidades.

De modo semelhante a interação estabelecida entre Thatiana e Wanderson, casados entre si, durante o almoço pressupõe-se uma estrutura relacional que escapa o âmbito estritamente profissional. É o que se observa em: “[pode comer]” (linha 127). Apenas pelo nível lexical não é possível chegar ao que aí está implicado. Pragmaticamente, por outro lado, tem-se a concessão de algum tipo de alimento feita por Thatiana em favor de seu marido. Aqui o processo de inferência conversacional coloca como nuclear traços extralinguísticos contextuais (serem casados) e se baseia em construções hipotéticas, pois o conhecimento pressuposto

ou conhecimento de mundo compartilhado é reinterpretado na conversa e construído sociointeracionalmente.

Além desta atividade principal em torno da qual os participantes se reúnem e engendram uma conversa na qual narrativas irão brotar, há ainda uma negociação de compra de material pessoal de escritório (*pen drive*) como plano secundário da interação e motivo das inserções de Wanderson na conversa.

## 7.2

### “A:: Ísis veio >aquele< dia?”: o caso de Ícaro

Não nomeamos esta subseção como “o caso de Ícaro” em vão. Há na conversa entre os advogados uma topicalização do caso que envolve Ícaro e Ísis inicialmente feita por Mayara. No entanto, o que se percebe, tanto a partir da identificação do cliente (Ísis, e não Ícaro) quanto pelo que se observa ao longo de todo o encontro, quem é levada ao primeiro plano é a mãe. A *recontextualização* (LINELL, 1998) da história do adolescente, portanto, não se adentra pela construção discursiva do ator da prisão ilícita, mas numa interpelação feita por mim ao questionar se Ísis foi ao escritório no dia acordado para que a cliente levasse uma série de documentos (“A:: Ísis veio >aquele< dia?”, linha 09).

#### Excerto 14 – O caso de Ícaro

09	Mayara	A:: Ísis veio >aquele< dia?
10	Jader	Veio.
11	Mayara	E a↑i?
12	Jader	Ela tá juntando um pa você pediu pra juntar
13		fotocópia, né!? ((dirige-se para Thatiana))
14	Thatiana	Ah! Tem que fazer um pedi:do a↑inda pro [juiz.
15	Jader	[Ah,
16		é!?
17	Thatiana	De desarquiva[MENto
18	Jader	[De quem é] esse copo [aqui?]
19	Thatiana	[Esse aqui é
20		MEU! Tem que pedir desarquivame::nto, que ela
21		foi lá e falou [↑A::h
22	Jader	Uhum]
23	Thatiana	tem pedir o desarquivamento
24		porque já tá lá.
25	Jader	Tem que peDIR.
26	Thatiana	Tá no arquivo mo:rto. ((barulho de refrigerante
27		sendo colocado no copo)) (0.4)

Ao perguntar se Ísis compareceu ao escritório no dia agendado, espera-se como resposta que os parceiros tragam o que se passou no encontro em que não



houve minha presença. É o que se tem por implicatura conversacional na medida em que a quantidade de informação dada por Jader (“Veio.”, linha 10) não é satisfatória (“E a↑i?”, linha 11). Pela réplica feita, há a solicitação de que se inicie uma construção de explicações ou a narrativa sobre o encontro.

Jader, então, direciona a conversa para um enquadre voltado ao *fazer* coletivo das consultas naquele escritório, dizendo o que foi requisitado para que Ísis fizesse. Para tanto, o advogado interpela Thatiana para esta conversa, buscando seu alinhamento ao esquema de conhecimento partilhado “sequenciar atos jurídicos”. O que acontece neste enquadre interativo (TANNEN & WALLAT [1987], 2002), desse modo, é a interpretação eficaz da atividade encenada pelos participantes que percebem o jogo a ser jogado (GASSET, 1959 *apud* TANNEN & WALLAT [1987], 2002): a organização conjunta dos atos jurídicos a serem praticados.

Já é possível notar que as tarefas profissionais do caso de Ísis e de Ícaro é uma construção coletiva concretizada por muitas mãos, em vários procedimentos feitos e ainda por fazer. Quando se coloca em pauta quem realizou o atendimento, Thatiana afirma que foram Jader e Mayara (“Quem atendeu foi Maya::Ra.”; “[Papai e Mayara]”, linhas 30 e 32). Entretanto, Thatiana também participou do atendimento de Ísis em momento posterior, o qual é revelado nas linhas 63-64 (“QUE ela virou e veio aqui: DOT[O::URA]”), ocasião em que Ísis se dirigiu para Thatiana e narrou seu medo. Este dado é relevante pois indica que todos os advogados, de algum modo ou em alguma fase do processo, têm acesso às histórias contadas.

### 7.3

#### **“Por que ela vai entrar na ação?”: a coconstrução argumentativa do *saber-fazer***

Para além da narração da história de Ísis e Ícaro, são estabelecidos nesta interação os *enquadres* jurídicos da atividade, os procedimentos e atitudes de que o grupo compartilha. Rosana afirma que não entende a razão de Ísis compor o polo ativo da demanda. Vale frisar, como anteriormente dito, que, no escritório investigado, as tarefas são compartilhadas. Neste caso específico, coube a Rosana construir a petição inicial do processo. Entretanto, ao elaborar a “peça vestibular”,

por inferência do que se tem das linhas 48-49 (eu não vi assim uma correlação algum dano <pra ELA>, pra ela entrar como autora), Rosana não consegue alcançar a *hermenêutica argumentativo-processual* (COLARES, 2016) pressuposta por Jader que leva Ísis a figurar na ação como parte ativa.

Jader mostra o *valor moral* embutido neste enquadre por meio de explicações que justifiquem a titularidade do direito da cliente, na medida que, por ricochete/reflexo, sua integralidade moral foi atingida: “Ela é Mãe do rapaz, ela que passou os constrangimentos, ela que tinha que ir atrás, <morreu> de MEDO da polícia matar o filho de::La” (linhas 50-53). Torna-se um aspecto de destaque, portanto, o dano reflexo e a necessidade de se relacionar este dano na narrativa dos fatos. Isto porque a redação jurídica (o *saber-fazer*) deve ter em conta a relação entre as causas de pedir remota e causa de pedir próxima (“tem que narrar, então”, linhas 56-57; “RELacionar o dano refl[exo]”, linhas 107-108).

De acordo com Tannen e Wallat ([1987], 2002, p. 189-190), como sujeitos criamos expectativas sobre pessoas, objetos e eventos no mundo criados a partir de *esquemas de conhecimento* (que correspondem às informações pressupostas necessárias para a compreensão do discurso, o qual só poderá ser compreendido “através de informações não proferidas, decorrente do conhecimento de experiências anteriores no mundo”. Segundo as autoras (*ibid.*) os esquemas de conhecimento podem ou não ser compartilhados pelos participantes e uma discrepância nos esquemas pode gerar uma mudança de enquadre (SCHIFFRIN, 1987). Nesse sentido, há uma mudança de enquadre no curso interacional provocado pela quebra de partilhamento conceitual de Rosana: passa-se, assim, a um *enquadre interativo* com contorno pedagógico que se particulariza nos dados desta tese pela existência de sobreposições e tomada de turnos em virtude da construção colaborativa deste *saber-fazer*.

### Excerto 15 – Saber-fazer

28	Rosana	Por que ela vai entrar na ação? (0.5)
29	Jader	Hum
30	Thatiana	Quem atendeu foi Maya::Ra.
31	Mayara	Da.. Í:sis? Conta pra el conta pra Ro[sana
32	Thatiana	[Papai e Mayara]
33	Jader	A história da Ísis. Pra fa[lar agōra?
34	Rosana	[Ah, eu sei que o
35		filho de::la teve es[se da::no
36	Jader	[Uhum
37	Rosana	AQUI, mas não é dele.. o dano?
38	Jader	Houve uma.. um houve um.. uma
39	Mayara	Um INCÊNDIO!
40	Jader	Um <incÊNDIO>, os incendiários incendia:RAM o
41		ôni[bus
42	Mayara	[aqui no ZUMBI
43	Jader	A polícia fi[cou
44	Rosana	[não, isso eu li
45		na na inicial. Eu li a inicial T[O::DA
46	Jader	[Tá BOM! A
47		poli::[cia
48	Rosana	[eu não vi assim uma correlação algum
49		dano <pra ELA>, pra ela entrar como autora
50	Jader	[<REFLE:::XO!> Ela é MÃ::E do rapa::z,
51		ela que passou os constrangimentos, ela que
52		tinha que ir atrás, <morreu> de MEDO da polícia
53		matar o filho de::La.
54	Rosana	↓Ah tá:
55	Jader	A PRESSÃO que ela sofria da su[a
56	Rosana	[tem que narrar,
57		então
58	Jader	[sociedade]
59	Rosana	Na inicial também
60	Jader	Dá dano REFLE:::xô
61	Thatiana	Só que ela tá com TANTO me::do que ela vi[rou]
62	Jader	[a:]
63	Thatiana	QUE
64		ela virou e veio aqui: DOT[O::URA
65	Jader	[Ela tá morRENdo
66		de me::do!
67	Thatiana	? [Você me mandou
68		tirar a cópia lá, mas
68	Jader	[Até HO:je!
69	Thatiana	Tá todo mundo botando medo em mim, que se eu
70		for se eu continuar com esse processo vão me
71		prendē:r
72	Jader	O:LHA só!
73	Mayara	O medo dela é com a poli::Cia, ↓coitada
74	Jader	E o ME:do
75	Thatiana	[já falaram que a po[li]
76	Jader	[e o medo de matar o
77		filho de:La
78	Thatiana	[cia vai lá em casa.
79		No dia que entrar com a ação vai bater lá em
80		casa.
81	Jader	Ela ela ela tá num <cho::que> acho
82	Thatiana	Se isso for verdade, fala com o doutor Jader
83		que eu não quero mais!

Por meio de estruturas de expectativa (esquemas de conhecimento e enquadre), organizamos nosso conhecimento, interpretamos o mundo e relacionamos informações. Entendemos que o enquadre deste discurso pedagógico em espaço não escolar pode ser assim compreendido, dentre outros fatores como a assimetria padrão-empregado, pela repetição de estruturas (“<REFLE::XO!>”, linha 50; “REFLE::xô”, linha 60), como de prolongamentos (“MÃ::E do rapa::z”, linha 50-51, cadência mais pausada (“<morreu>”, linha 52), entonação ascendente (“Dá d↑ano”, linha 60) e ênfase em palavras-chave (“MEDO”, linha 52; “PRESSÃO”, linha 55).

No entanto, isso parece causar um certo desconforto em Rosana, que passa a sobrepor a fala de Jader e enfatiza que, na inicial em fase de elaboração, não há este tipo de argumentação por meio da repetição desta ideia e construção discursiva no modo imperativo (“[tem que narrar, então”, linhas-56-57), distanciando-se do tipo de formação discursiva pedagógica. Parece haver, assim, um embate discursivo-interacional.

Essas pistas sinalizam uma resistência (distanciamento?) de Rosana e engajamento dos demais advogados (“Só que ela tá com TANTO me::do que ela vi[rou]”, linha 61) com a *ação* sociointeracional em curso por meio das atividades de fala.

#### Excerto 16 – “Conta pra Rosana a história inteira”

85	Mayara	Mas conta pra Rosana a história inteira, que
86		talvez ela vai conseguir entender o porquê da
87		>Ísis< (0.5)
88	Jader	Eles chegaram na casa dela, EMPURRARAM a
89		<po::rta> fora arrebenta:ndo e: pra levar o
90		MENINO.
91	Rosana	Ah, é?
92	Jader	Uhum. Impre::nsa, esse monte de esse monte de
93		polícia quando chega aquele aquele alvoroço
94		DANADO que eles fazem e depois a <NOTÍ::Cia>
95		que corre na vizinha::nça, que corre na
96		impre::nsa, que fica <todo mundo> sabe::ndo,
97		todo mundo em cima dela ((muda o tom de voz))
98		↑Ah! O seu filho! Que não sei o quê...
99		VAGAGUNDO >e tal<. Até provar que..
100	Thatiana	Me dá aí o macarrão::o? ((dirige-se para
101		Geane))
102	Jader	até provar que (0,2) focinho de PORco não é
103		TOMA::DA
104	Rosana	Tem então que acrescentar os fatos relaciona
105		((repara a fala)) RELA[CIONar
106	Jader	[REFLEXO!
107	Rosana	RELAcionar o

	108		dano refl[exo
	109	Jader	[UHUM]
	110	Rosana	Relacionar o dano reflexo pra ela,
	111		porque só [TÁ] pra ele
	112	Jader	[UHUM]
	113	Rosana	Ela tá como auto::[Ra
	114	Jader	[Isso!
	115	Rosana	Aí eu achei [que
	116	Jader	[como
	117		<AUTO::RA!> Ela tem que entrar como autora
	118		TAMBÊ::M!

Engajando-me à interação, solicito que Jader conte para Rosana de modo mais acurado a história de Ícaro em busca do alinhamento da participante (“Mas conta pra Rosana a história inteira, que talvez ela vai conseguir entender o porquê da >Ísis< (0.5)”, linhas 85-87). Ao narrar a história de Ícaro, Jader constrói o *medo* de Ísis e será justamente este medo que dará contornos imagéticos ao sofrimento da cliente de modo particular. Mais do que isto, o que é tornado relevante nesta conversa não é a ilegalidade da prisão de Ícaro, mas o temor pelo qual Ísis se submete em relação à polícia, bem como pela violência da abordagem policial<sup>7</sup>; e pela exposição que teve na vizinhança por intermédio da imprensa<sup>8</sup>.

De acordo com Duranti e Goodwin (1992), a linguagem deve ser conceitualizada como um modo de *prática social* e um *modo de ação* de tal sorte que as projeções discursivas dos advogados geram a elaboração do *fazer* conjuntamente tecida por “ditos” e inferências. Segundo os autores (*ibid.*), qualquer ato de interpretação é na realidade um ato social, e os participantes devem continuamente negociar o que está sendo dito e qual é a interpretação apropriada ou aceitável. Advogados, pai e patrão estão em contínuos processos de negociação de significados, principalmente se considerarmos, ainda segundos esses autores, que um mesmo enunciado pode significar diferentes coisas quando encaixado em diferentes atividades, quando contextualizado e recontextualizado.

<sup>7</sup> Eles chegaram na casa dela, EMPURRARAM a <po::rta> fora arrebe:nta:ndo e: pra levar o MENINO”, linhas 88-90.

<sup>8</sup> Impre::nsa, esse monte de esse monte de polícia quando chega aquele aquele alvoroço DANADO que eles fazem e depois a <NOTÍ::Cia> que corre na vizinha::nça, que corre na impre::nsa, que fica <todo mundo> sabe::ndo, todo mundo em cima dela ((muda o tom de voz)) ↑Ah! O seu filho! Que não sei o quê... VAGAGUNDO >e tal<.” linhas 92-99.

## 7.4

### “ela ABRIU a bo::Ca a ↓chorar”: partilhando o *choro*

Tomando como ponto de partida a perspectiva teórica que concebe a narrativa como forma de organização básica da experiência humana pela qual é possível estudar a vida social (BASTOS, 2004), foi possível observar, a partir dos dados gerados, que a construção de si e do Outro se insere em um conjunto de significados contextuais e movimentos avaliativos no curso da ação narrativa (“↓tadi::nha”, linha 124; “NOSSA!”, linha 125; “ABRIU a bo::Ca a ↓chorar”, linhas 130-131; “Acho que >deve ser< muito difi:cil pra uma mãe”, linha 135).

Segundo Schiffrin (1996), a narrativa é uma das formas de se chegar ao entendimento do *self* que emerge de nossas ações e de nossas experiências. Essa construção está ligada ao modo como nossas histórias se desenrolam e a um conjunto de significados e práticas socioculturais (MARQUES & BASTOS, 2016). Vejamos narrativamente a construção do Outro e de seu sofrimento através da avaliação como recurso narrativo capaz de realçar aspectos importantes da história:

#### Excerto 17 – Ela abriu a boca a chorar

	119	Mayara	[No dia do
	120		atendimento dela, né, [pa:i!?
	121	Jader	[Ela falou a
	122	Mayara	Ela <CHORO::U>
	123	Jader	É reflexo!
	124	Mayara	Ela chorou, ↓tadi::nha
	125	Jader	NOSSA!Se ela começar a falar aqui, ela chora!
	126		Ela não [chorou
	127	Thatiana	[pode comer] ((dirige-se pra Wanderson))
	128	Jader	[o dia que ela conversou com você, ↓não?
	129	Rosana	Não::...
	130	Jader	Agora o dia que ela VEIO aqui: ela ABRIU a
	131		bo::Ca a ↓chorar
	132	Thatiana	Essa carne você vai deixar aqui? ((dirige-se
	133		para Geane))
	134	Wanderson	Pode deixar
	135	Mayara	Acho que >deve ser< muito difi:cil pra uma mãe
	136	Jader	É, quem sabe que ele quem conhece o menino
	137	Thatiana	[isso aqui
	138		você vai jogar fora?] ((dirige-se para
	139		Wanderson))
	140	Jader	Sabe que ele não tava envolvido, NE!?

Nesse ponto da conversa, é possível observar a coconstrução de imagem positiva da cliente por uma via indireta, isto é, na medida que os participantes

constroem juntos “o penar” sobre a identidade desta mãe por meio de sequências avaliativas externas e encaixadas. O choro de Ísis é o foco, que a constrói como alguém que objetivamente sofre e, por sofrer, merece ser juridicamente reparada. As manifestações dos participantes são diferenciadas. Seu sofrimento, inclusive, já é pressuposto e esperado pelos interagentes (“NOSSA! Se ela começar a falar aqui, ela chora! Ela não [chorou]”, linhas 125-126; “[o dia que ela conversou com você, ↓ não?]”, linha 128).

Como atitude responsiva à chaga de sofrer pela prisão ilegal de um filho, Jader avalia por meio de julgamento atitudinal o quadro de Ícaro (“É, quem sabe que ele quem conhece o menino”, linha 136; “Sabe que ele não tava envolvido”, linha 140) e busca alinhamento de seus parceiros (“NE!?”), linha 140).

## 7.5

### **“Pra ela, assim, é uma coisa norma::l”: segundas histórias e avaliação**

Desta primeira história, uma segunda história (GARCEZ, 2006) surgirá e estará relacionada à primeira no que se refere ao envolvimento com a criminalidade e sua *naturalização* ou não. Sociointeracionalmente se trata de uma *relevância sequencial* engendrada por Rosana ao estabelecer nexos entre ambas as histórias. Isto é, para que uma segunda história surja, ela deve guardar alguma correlação com a história motivadora, deve seguir um fio condutor, seja lá qual for, do contrário haverá um estranhamento pelos interactantes. No caso, a sequencialidade se origina pelo entendimento de normalizar ações desviantes naquela comunidade.

### Excerto 18 – Segunda história

141	Mayara	É:... (0,3) mas assim, eu pelo menos penso que
142		num bairro tipo AQUI, Santa Ri::ta ou Zumbi::,
143		(0.2) você estar envolvido com o cri:me é
144		muito mais pesa::do pra uma mãe:... eu acho,
145		né. Não sei. OU NÃ::O estar envolvido é
146		<ma::i> valoriza:do.
147	Jader	Mais valorizado. <LÓ::GICO!>, ué! Imagina:
148		onde é rico o cara pensa assim: isso é
149		sacanagem, o cara não fez isso, não! Mas
150		quando é pobre, o pobre já leva a tese de que
151		é la[drão.
152	Rosana	[eu acho que é
153		engraçado como que as pessoas já acham
154		natural, né!? Tem uma cliente que faz a unha
155		aqui: como é que é o nome dela? Ma Mara! (0.3)
156		quando ela vem fazer a unha da Geane
157	Wanderson	Achei mais barato! ((aponta para pen drive))
158	Rosana	[que ela fala assim que o marido dela]
159	Wanderson	[trinta e seis reais dezesseis gigas]
160	Rosana	[Aí eu falei assim]
161	Wanderson	[mas a Mayara vai querer três também?]
162	Rosana	Ele tá preso? Pra ela, assim, é uma coisa
163		norma::l ela só falou assim: cuidado pra você
164		não ser preso
165	Thatiana	Dois pra mim e dois pra Juliana
166	Wanderson	Tá bom
167	Rosana	Ela: ah! Não vai se envolver com a bandidagem!
168		Daqui a pouco ele foi se ele for preso de novo
169		ela vai ela fala como se aquilo fizesse PARTE
170		do <cotidia::no> como se fosse natural
171	Jader	Aham! NATURAL
172	Rosana	Como se não tivesse um dano assim <a::>.
173	Thatiana	Mayara, você vai querer pen drive?
174	Rosana	Uma coisa que não é extre[ma
175	Jader	[na cabeça deles o
176		cara <é podero::so>, eles pensam assim
177		"ninguém mexe com pele porque ele é
178		PODERO::so". Né!?
179	Rosana	Ela cuida do ela cuida do cuidou dele depois
180		que ele fo tipo assim a polícia bateu nele, só
181		que ele chegou baleado e tal, aí <a::ntes>
182		dela casar ele já tinha esse histórico todo.
183		Ela caso:u (0.3) quem é que [casa
184	Jader	[levou o pacote!]
185	Rosana	Com uma pessoa que tem um histórico
186		desse, né!?
187	Jader	Uhum
188	Rosana	Vive caindo nas dro::gas, se envolvendo com o
189		tráfico e tal.. aí: ela:: (0.2) quando os
190		amigos dele batem lá baleado ela vai e
191		cu::ida, compra gaze pra cuida::r ((risos))
192		acho impressionante! Não que não deva CUIDAR
193	Mayara	Uhum
194	Rosana	Mas a pessoa <escolhe:r> ter uma família com
195		uma pessoa que já tem esse histórico, né!?
196	Mayara	É.. Difícil, né!?
197	Thatiana	Vou jogar fora ((dirige-se para Geane))
198	Jader	Eu.. eu.. agora tem pessoas, assim, que eles



	199		estão aí porque não tem opção.
	200	Rosana	É..
	201	Jader	Mas elas não se contaminam. É como a
	202		<GA::RÇA>. Ela tá no meio da lama, mas
	203		continua branquinha. (0.3) na verdade ela vai
	204		se limpar.
	205	Mayara	Agora, por outro lado
	206	Jader	É o caso da <dona Í::SIS>
	207	Mayara	É, né!?
	208	Jader	Ela é trabalhadora, o filho trabalhador
	209		de::la, né!? Uma história complicada.

Nesta segunda história trazida por Rosana, a participante narra sobre a naturalização ou normalização do crime para uma cliente do escritório que possuiria companheiro vinculado ao tráfico de drogas. No entanto, para reenquadrar a história de Ísis e de Ícaro enquanto algo que não é crime, Jader constrói uma bela imagem: “Eu.. eu.. agora tem pessoas, assim, que eles estão aí porque não tem opção.[...] Mas elas não se contaminam. É como a <GA::RÇA>. Ela tá no meio da lama, mas continua branquinha. (0.3) na verdade ela vai se limpar” (linhas 198-199 e 201-204). Assim, embora inserida em um meio lamacento, tal como a garça, Ísis se mantém pura.

Tendo em vista que moradores e criminosos não podem evitar seus encontros naquela comunidade e que, se os policiais são reduzidos a desonestos e truculentos e moradores a traficantes ou pessoas a seu serviço, um trabalho de *limpeza moral* (MACHADO DA SILVA, 2008; VELASCO & OLIVEIRA, 2016) precisa ser realizado por ambas as partes.

As noções simbólicas de *limpeza* e *sujeira*, no âmbito da Antropologia, estão intimamente ligadas às de ordem e desordem. Sujeitos que ameaçam a ordem realizam, portanto, um trabalho de sujeira moral, o que está sujeito a sanções. Ocorre uma contaminação quando alguém passa da condição simbólica de limpo à de sujo (VELASCO & OLIVEIRA, 2016). Nesses casos, segundo Douglas (1976, p. 109), determinado sistema de valores e um tradicional arranjo das coisas são violados. Entretanto, evitar ter contato com objetos, pessoas ou situações que têm um potencial contaminador nem sempre é possível ou uma questão de escolha Menezes (MENEZES, 2015; VELASCO & OLIVEIRA, 2016).

É o caso, por exemplo, de moradores de comunidades que veem muitas vezes sua imagem associada à de criminosos (MACHADO DA SILVA, 2008). A contiguidade territorial pode ser suficiente para que quem habita em outras áreas

da cidade compreenda que quem vive numa comunidade não está em conformidade com os padrões que sustentariam a ordem nesse território (VELASCO & OLIVEIRA, 2016). Assim, muitos membros deste grupo desenvolvem um trabalho diuturno de limpeza moral, isto é:

na tentativa de enfrentar os estigmas derivados das imagens de “convivência”, os moradores de favelas desenvolvem um permanente esforço para provar ao restante da população da cidade que são pessoas “de bem”, honestas, confiáveis, pacíficas e sem participação ativa na “sociabilidade violenta”. (MACHADO DA SILVA, 2008, P. 23)

A imagem, portanto, de uma ave *limpa* em um contexto implicitamente descrito como *sujo* está a serviço de uma construção discursivo-imagética de limpeza moral e (re)construção da imagem de membro da comunidade que age de acordo com os preceitos da ética de grupo num esforço sociointeracional de limpeza moral para não-confusão dos personagens da história a criminosos.

Segundo Levinson (1979), os eventos da interação são delimitados pela atuação de participantes, por sua configuração, mas, sobretudo, pelos tipos de contribuição admissíveis em uma determinada atividade interacional. Quando Jader retoma a história de Ísis, assim o faz para que haja um *reenquadre* da primeira história e sua dissociação com a segunda história sequenciada por Rosana.

É através de pistas de contextualização (GUMPERZ, [1982]2002) que os significados implícitos e os valores são tacitamente reconhecidos pelos participantes no processo comunicacional. Nesse sentido, embora Jader se engaje na narrativa de Rosana por meio de construções hipotéticas (“[na cabeça deles o cara <é podero::so>, eles pensam assim “ninguém mexe com pele porque ele é PODERO::so”. Né!?”), linhas 175-178), em sequência faz uma espécie de *reparo* à sua fala em busca de reenquadrar Ísis (“Eu.. eu.. agora tem pessoas, assim”, linha 198).

Além das pistas de contextualização, que são importantes sinais para a inferência situada, conforme afirma Schifffrin (1994, p. 401), o conhecimento do recipiente de uma mensagem pode levar a uma interpretação que diverge do que foi pretendido por seus produtores, como pode ter ocorrido com Rosana. Assim, o lugar em que a intersubjetividade desempenha um papel eficaz é no campo do

conhecimento partilhado que permite a decodificação da informação em busca da compreensão mútua da interação (MAGALHÃES & PEREIRA, 2017).

Se os participantes de um tipo de atividade não estão cientes da gama de situações em que certas formas linguísticas podem ocorrer, são mais suscetíveis a cometerem mal-entendidos. Por esta razão Levinson (1979) exalta o papel da *inferência em contexto*. Tal mecanismo pode ser percebido na conversa quando Jader diz ser o caso de Ísis a não contaminação com o meio e alinho-me ao seu posicionamento (“É, né!?”, linha 207). A história de Ísis, por fim, é finalizada por Jader através de uma *coda* avaliativa (LABOV & WALETZKY, 1967) de ordem moral: Ela é trabalhadora, o filho trabalhador de::la, né!? Uma história complicada (linhas 208-209).

De tudo o que aqui foi discutido, vislumbramos a partir da observação dos dados gerados, a reconfiguração narrativa sob a ótica da ética moral do grupo (LINELL, 1998; 2011), do coletivo. Este ponto de fundamental relevância para esta pesquisa será adiante esmiuçado.

## Comunalidades e entrecruzamentos

A grandeza de uma profissão é talvez, antes de tudo, unir os homens: não há senão um verdadeiro luxo e esse é o das relações humanas.

(ANTOINE DE SAINT-EXUPÉRY)

### 8.1

#### Ocupando-se em ser comum: ética e engajamento profissional em uma comunidade estigmatizada

Ao longo deste estudo, a noção de ética esteve a todo momento ligada à moral a partir de um viés que buscou observar como participantes profissionais se engajam com clientes em narrativas coconstruídas e em discursos em articulados. Compreendemos as atividades sociointeracionais em enquadres primários (GOFFMAN, [1974] 2012; LADEIRA, 2005, p. 21-22) como “consulta jurídica” e “almoço entre colegas de trabalho” como atividades atreladas às práticas interacionais dos participantes, de modo que sempre haverá um empreendimento e esforço contínuo entre indivíduos engajados em *fazer coisas* coletivamente (SFARD, 1998).

Esse *fazer coisas* corresponde a um *processo* coletivo, intersubjetivo e instanciado na interação por meio de alinhamentos (*footing*) à perspectiva da situação proposta (enquadre), sincronicidade e complementaridade entre as ações dos participantes, ritmo conversacional, projeção dos lugares relevantes para a troca de turno, início e fim de tópico conversacional, enfim, a estrutura de participação de um modo geral para a configuração da *performance* comunicativa.

Nesta participação coletiva e processual, há a remissão interacional a um trabalho de engajamento entre os sujeitos na construção conjunta de conhecimento que é ratificado pelos próprios participantes, em suas ações, tornadas como relevantes (ABELEDIO; FORTES; GARCEZ & SCHLATTER, 2014).

Nos dados gerados nesta pesquisa pude observar que o engajamento se constrói, dentre outras formas, a partir da intersubjetividade estabelecida (i) sobre a *comunidade do estigma* (como, por exemplo, o compartilhamento do conhecimento de formas de exclusão *no* e *do* grupo local – os jogos de futebol<sup>9</sup>); (ii) e sobre a *comunidade profissional* (como a reflexão sobre o dano reflexo por meio de elementos da interação próprios à explicações em enquadre de ordem didatizante: excesso de prolongamentos, fala mais pausada e repetição de estrutura anafórica)<sup>10</sup>, em consignação de uma ética comum.

A ética é ubíqua, está em *toda* parte, *tudo* é ética. Conforme Marcondes (2007), ética são os costumes, princípios e construções engendradas por um certo grupo ou uma dada cultura de modo que não poderá ser vista como algo dissociado da realidade sociocultural concreta, pois não se trata de algo abstrato. Nesse sentido, por exemplo, ser “lemão” é considerado uma relevante marca nesta comunidade que opera por sistemas próprios (“[MUI::ta humilhação] Mui::ta humilhação. Chamaram meu filho de chamaram meu filho de LEMÃO, bebê CHORÃO.”, linhas 361-363, anexo III).

Além do vocábulo “lemão” remeter à cor da pele de Ícaro, quem, diferentemente dos outros rapazes presos, possui pele branca; esta palavra carrega em si, nesta comunidade, uma carga semântica sobretudo negativa, pois também significa “policial”<sup>11</sup>, ou seja, aquele com quem haverá confronto direto. Ora, estamos diante do (in)comum naquela localidade. Ser branco significa uma quebra de paradigma. Quando dizemos em *ser comum*, aqui, não nos referimos ao “ser comum” na vida cotidiana como propôs Sacks (1984), mas em ser comum naquela comunidade, na comunidade estigmatizada com aspectos de mundos e possibilidades representacionais próprios (BECKER, 2008; 2009) e construções ético-imagéticas particulares.

<sup>9</sup> “Depois disso daí você teve alguma:: teve algum problema (0.2) com o com o que você jogava? Eles passa eles fizeram alguma >resTRIçã::o< à você ou você continuou jogando normalmente?” (linhas 292-295, anexo III)

<sup>10</sup> “[eu não vi assim uma correlação algum dano <pra ELA>, pra ela entrar como autora” (linhas 48-49, anexo IV); “[<REFLE::XO!> Ela é MÃ::E do rapa::z, ela que passou os constrangimentos, ela que tinha que ir atrás, <morreu> de MEDO da polícia matar o filho de::La.” (linhas 50-53)

<sup>11</sup> Exemplo do emprego do verbete “alemão” na letra do funk *Morro do Dendê*, de Menor do Chapa: “Parapapapapapapapa / Paparapapapapapara clack bum / Parapapapapapapapa / Morro do Dendê é ruim de invadir / Nós com os Alemão vamô se divertir / Porque no Dendê, eu vou dizer como é que é / Aqui não tem mole, nem pra DRE / Pra subir aqui no morro até a B.O.P.E. treme / Não tem mole pro exército civil nem pra PM / Eu dou o maior conceito, para os amigos meus / Mas morro do Dendê também é terra de Deus”.

Os valores variam dentro de uma sociedade, de acordo com o ponto de vista histórico e a depender das circunstâncias. Nesse sentido, o que pode ser considerado ético em um contexto pode não sê-lo em outro. Ou ainda, um mesmo tópico poderá ganhar contornos menos ou mais fortes em cada contexto situacional. É o que se infere em “É:... (0,3) mas assim, eu pelo menos penso que num bairro tipo AQUI, Santa Ri::ta ou Zumbi::, (0.2) você estAR envolvido com o cri:me é muito mais pesa::do pra uma mãe::.. eu acho, né. Não sei. OU NÃ::O estar envolvido é <ma::i> valoriza:do.”.

Este posicionamento é ratificado por Jader ao se engajar com Mayara a partir de repetição (“mais valorizado”), complementaridade entre a ação conversacional, ênfases, ritmo e prolongamentos: “Mais valorizado. <LÓ::GICO!>, ué! Imagina: onde é rico o cara pensa assim: isso é sacanagem, o cara não fez isso, não! Mas quando é pobre, o pobre já leva a tese de que é la[drão].”

No nível interpessoal há, ainda, o compartilhamento de valores (daí porque teoricamente nos valem da noção de *sistemas de coerência*) que brotam da fala dos participantes e surgem da ética do grupo e da comunidade. A observação destes valores parte de um olhar “de dentro” construído interacionalmente pelos participantes a partir da dimensão narrativa por meio da conarração, isto é, da *narrativa conversacional*.

Ao abordar a noção de coerência Linde (1993) se refere às unidades discursivas empregadas para que a narrativa se torne coerente em termos de unidades do conteúdo das estruturas, bem como em termos de base ideológica de seu discurso. A autora parte do pressuposto de que as histórias são uma unidade social, contada em “pedaços” que devem se relacionar coerentemente entre si para se tornarem aceitas.

Quando em almoço entre os advogados Rosana traz uma segunda história tomando como ponto causal a naturalização do crime dando continuidade à conversa por coerência narrativa (“[eu acho que é engraçado como que as pessoas já acham natural, né!? Tem uma cliente que faz a unha aqui: como é que é o nome dela? Ma Mara! (0.3) quando ela vem fazer a unha da Geane”, linhas 152-156, anexo IV).

Ocorre que a formulação de sua história viabiliza a consubstanciação das argumentações e dos valores ali percebidos. É o que se observa nas falas de Jader, que estrutura a experiência desviante de forma a ser compartilhada e aceita pela audiência: “Eu.. eu.. agora tem pessoas, assim, que eles estão aí porque não tem opção”. (linhas 198-199). Do que se implica que o cerne do tópico “criminalidade” não é sua aceitabilidade ou naturalização contextual, mas as possibilidades de movimentos apresentadas naquela forma de organização social. O engajamento conversacional, portanto, é estabelecido para a construção de uma explicação em desalinho ao proposto por Rosana.

Para Marcondes (2007), a reflexão sobre esses princípios também é considerado *ética*, de modo que a ética intensifica a qualidade do *fazer*. De maneira sucinta, ética, portanto, corresponde ao conjunto de valores e princípios construídos e praticados por um grupo e a reflexão sobre esses princípios. Assim, de acordo com esta perspectiva, este estudo é duplamente ético: analisa a construção dos valores e princípios construídos pela comunidade e pelo grupo de advogados; e explora a reflexão sobre aquilo que fazemos. Logo, algo *em se fazendo*, ou *processual* (MILLER, 2013). Por meio desta perspectiva processual, buscamos valorizar os processos de participação e investigação coletiva, como o compartilhamento e construção de narrativas de clientes e advogados.

## 8.2

### Através das narrativas: as emoções

Quando nomeio este tópico como “*através de*” quero deixar marcado o papel *mediatizador* das narrativas para projeções do *self* emocional e das emoções. Emoção, aqui, não é entendida como sinônimo de sentimento, mas uma construção de ordem social e interacional que se situa na interseção entre as pessoas e a sociedade. É pela emoção que modelamos os significados que damos às nossas experiências enquanto possibilitam as várias formas de construirmos nossas identidades (LUPTON, 1988).

As emoções veiculam valores e comportamentos situados entre as ordens cultural e social e são construídas em práticas cotidianas e situações particulares. A morte, por exemplo, pode suscitar pranto ou festa a depender do contexto ou da

cultura em que se situa. Ao tratar do caráter socioconstrucionista das emoções enquanto constructos sociais e situacionais, não quero aqui dizer que há uma dissociação de aspectos cognitivos, mas que as emoções não são livres de contexto.

Segundo Kemper (1989; 1990), um dos pioneiros da sociologia das emoções, há quatro emoções fisiológicas primárias de caráter universal: *medo*, ódio, depressão e felicidade. Haveria, segundo o teórico, algumas emoções secundárias adquiridas através de agentes socializadores, dentre elas a culpa, vergonha, amor, nostalgia. Esta perspectiva mais “evolucionista” das emoções (BERNARDO, 2016) admite, portanto, a existência de respostas emocionais independentes de influências socioculturais.

Seja por qual prisma teórico se aprecie a emoção dos dados deste estudo – seja por uma perspectiva mais socioconstrucionista ou seja por uma mais biossocial – os modos pelos quais o *medo* de Ísis se manifesta através de sua fala ou se incorpora no discurso dos advogados durante os almoços é posto em construções interacionais que despertam responsividade e alinhamento à emoção performada. É exatamente o sofrimento desta mãe e seu medo da polícia uma das principais comunicações entre todos os três encontros. Esse medo é tematizado com diferentes objetivos em cada interação e vivenciado de modos distintos por cada um dos participantes. Em Jader, é de ordem política. Com Isis, traduz o sofrimento, cujo choro é visto de diferentes formas pelos participantes no encontro do grupo.

Na primeira consulta, a participante já se mostra bastante agentiva levando consigo cópia de jornais por receio de a tinta se apagar. Isto sinaliza uma consciência bem afinada sobre meios de prova necessários para que a indenização devida pela prisão ilegal de Ícaro pudesse ser pleiteada.

Por outro lado, é justamente pelo *medo* que Ísis “até não tava querendo mexer com isso não, entendeu?” (linhas 80-81), mas é convencida por pessoas com quem convive (“Aí me falaram pra mim que o meu filho tem como que”, linhas 76-77; “Ele tem direito a uma indenização.. e procurar um advogado”, linhas 81-82) a *agir*, já que “é os meu dire:ito” (linha 83, anexo II). Desse modo é possível observar, mais uma vez, o compartilhamento de uma consciência ético-



social entre membros da comunidade e o encorajamento para que Ísis possa exercer seu direito de ação.

O *medo* em ingressar com a ação judicial no segundo encontro ganha contornos mais ligados à sua identidade materna e aos mecanismos que essa faceta identitária invoca, como “ser protetora”. Enquanto no primeiro encontro a cliente pessoaliza o direito à indenização, no segundo o foco volta-se para seu filho e a cliente então se alinha no enquadre *ser mãe zelosa*: “Eu até tava com medo de mexer com isso porque eu te eu te porque eu tava com medo de prejudicar meu FI::lho, entendeu?”, linhas 371-373; De PREJUDICAR o meu fi::lho. Ele <traba::lha> , em[tendeu?, linhas 375-376, anexo III. Talvez, dentre outras razões, isso se deva ao fato de no segundo encontro Ícaro estar presente.

De toda sorte, é o envolvimento policial<sup>12</sup> o agente motivador do medo revelado pela participante. Ao dizer que “a única coisa que eu tenho MEDO assim porque de porque eles passam um MEDO, entendeu?” (linhas 391-392), Ísis explicita que é a conduta policial a fonte de todo o receio pelo qual vive. Ao dizer, sinaliza na própria fala sua temeridade através de hesitações. Mais do que isto, foi exatamente pela conduta, pela atuação policial, que seu filho se viu envolvido nos fatos e terminou por ser ilicitamente preso. É o que se observa em: “De que quando os policiais fizeram a ABORDAGEM no meu <fi::lho> pode querer envolver ele no me::io, entendeu? Mas me informaram pra mim que não envolve polícia nisso. É entre o Ícaro e o ESTA::DO, não é!?” , linhas 394-398, anexo III’

O medo em ingressar com a ação judicial, então, passa dar explicitamente lugar ao que de fato a apavora e o não-dito passa a ser dito: estar à mercê da polícia (“Porque diz que se eu entrar com esse negócio aí a gente podia ficar à MERCÊ de de ameaça >pelos policiais< que fizeram a APRE[ENSÃO, entendeu?”], linhas 450-452). Implica-se, assim, que exercer o direito de ingressar com ação judicial tem como possível consequência estar sujeita à represália policial.

Durante o almoço entre os advogados, este medo é trazido por Jader como fundamento para requerer em nome de Ísis uma indenização por ricochete (“<morreu> de MEDO da polícia matar o filho de::La.”, linhas 52-53, anexo IV). O medo, portanto, é tematizado como argumento em discurso didatizante para

<sup>12</sup> “De envolver POLÍCI::A nisso, porque”, linhas 352-354; “Acho que não envolve polícia nisso não, né!?” , linha 362, anexo III.

pautar o pedido de dano moral pela violação de bem juridicamente tutelado, no caso, a *vida humana*, objeto de direito assegurado no artigo 5º, *caput*, da Constituição Federal de 1988, e que se integra por elementos físicos e psíquicos e envolve o direito à dignidade da pessoa e à integridade moral.

Thatiana se engaja neste ponto da argumentação e se alinha com Jader a partir da amplificação feita do temor de Ísis. A advogada assim o faz na medida em que traz por meio de diálogo construído a voz da cliente: “Tá todo mundo botando medo em mim, que se eu for se eu continuar com esse processo vão me prend↑e:r” (linhas 69-71). Segundo Labov (1972), estamos aqui diante de uma avaliação construída pela participante, que valida o posicionamento de Jader e corrobora com o *saber-fazer* jurídico-argumentativo que se quer partilhado.

Ao cabo eu, exercendo o papel de “advogada colega de trabalho” alinhada ao enquadre posto, avalio na conarração a emoção de Ísis de modo encaixado (“O medo dela é com a poli::Cia, ↓coitada”, linha 723) e invoco o estabelecimento de intersubjetividade com os demais membros do grupo. Isto se dá tanto pela complementaridade feita por Jader (“E o ME:do”, Jader, linha 74), quanto pela sincronicidade e ritmo conversacional que configura a *performance* interacional coletiva. É o que se observa no seguinte trecho:

#### Excerto – Anexo IV

74	Thatiana	[já falaram que a po[li]
75	Jader	[e o medo de matar o
76		filho de:La
77	Thatiana	[cia vai lá em casa.
78		No dia que entrar com a ação vai bater lá em casa.
79	Jader	Ela ela ela tá num <cho::que> acho

Medo, portanto, é temática que mediatiza pela conarração o que os advogados entendem ser um dos nexos causais que possibilita o que conjuntamente constroem enquanto dano reflexo. Assim, do diagnóstico coletivo (tratar-se de dano moral por via reflexa) parte a atitude e prognóstico a ser feito: colocar Ísis no polo ativo da demanda, atuando como autora.

Durante a análise dos dados, dei destaque ao sofrimento de Ísis em virtude da humilhação pela qual mãe e filho estiveram expostos. Muito embora Ísis transpareça nas consultas, sua emoção pelo choro, o qual é tornado relevante por

Jader e Thatiana ao questionar Rosana se a cliente também havia chorado durante atendimento, o que perpassa *todos* os encontros é o medo de Ísis.

Para Amândio (2004), as rotinas adquiridas para gerir as emoções, e as formas de domínio a ela associadas são constitutivas de uma aceitação emocional da realidade do “mundo externo”. Ao trazerem, por exemplo, choro, sofrimento e medo de Ísis, os participantes lidam com os perigos associados em termos das “fórmulas” emocionais e comportamentais que se tornaram parte do comportamento e pensamento na atividade cotidiana (AMÂNDIO, 2004; GIDDENS, 2001 [1991]): ao conversar sobre os casos enquanto almoçam juntos os advogados repetem o ponto argumentativo do medo da cliente.

Assim, o processo discursivo da construção do medo da participante ao longo dos três encontros evidencia tanto aspectos interacionais e pragmáticos quanto a necessidade de observação das emoções na formação dos profissionais.

## Considerações finais

Você nunca sabe que resultados virão da sua ação. Mas se você não fizer nada, não existirão resultados.

(MAHATMA GANDHI)

Para os fins deste trabalho foram selecionados três encontros: um primeiro entre Mayara e Ísis, no qual a cliente narra a história da prisão ilegal de seu filho e, atentando-se para a titularidade do direito material e a necessidade de um segundo encontro com seu filho, nova consulta fora agendada. Nesta nova consulta (ou segundo encontro) tem-se como participantes Ícaro, Ísis, Mayara e Jader – dois filhos e dois pais, dois advogados e dois clientes. Nela há a renarração da história de Ícaro imiscuída por avaliações e uma série de identificações mesmo em um encontro misto propiciadas pelo partilhamento de um código ético pelos que pertencem àquela comunidade específica: a Faixa de Gaza capixaba. Por fim, o terceiro encontro analisado corresponde a um almoço entre os advogados do escritório em que a história de Ícaro é recontextualizada e renarrada e segundas histórias daí surgem a partir das quais a ética de grupo é coconstruída coletivamente.

Dentre os pontos relevantes deste trabalho destacamos ao lugar em que o escritório observado se localiza: em uma das zonas de maior violência do estado do Espírito Santo dominada pelo intenso tráfico de drogas. As pessoas que vivem neste entorno são pobres e muitas sequer possuem condições de sair daquele lugar por meio de transporte público, uma das razões que as faz recorrer aquele grupo: a acessibilidade real e objetiva ao Judiciário.

No curso da análise dos dados gerados pôde-se vislumbrar a coconstrução interacional do evento comunicativo *consulta jurídica* na interação advogado-cliente e como esse evento vai sendo erigido pelos participantes dos encontros. Esse contexto interacional de investigação se reveste de ineditismo e um campo propício tanto para a atuação da pesquisa linguística, quanto para a interferência de prática jurídico-acadêmica, uma vez que a abordagem da relação advogado-cliente

não é privilegiada (para não dizer esquecida) nas Faculdades de Direito. Daí a contribuição deste estudo na dimensão prática do *fazer* jurídico.

Neste espaço sociointeracional observou-se o modo como as interações assimétricas em encontro misto se estabelecem no decorrer do cumprimento da agenda institucional, o que acaba por limitar a fala do cliente. No que tange ainda ao evento “consulta jurídica”, notou-se, no decorrer da pesquisa, que muitas vezes a participação do cliente é “perversificada” no sentido de que este é percebido apenas como uma fonte de informações de um direito a ser textualizado em gêneros textuais do campo jurídico. O lugar do cliente na prática advocatícia corriqueira é inexistente, trata-se de um indivíduo encarado como aquele quem dá insumos para uma prática discursivo-interacional assimétrica e perversa. Por esta razão a “virada de prática” aqui trazida é tão importante.

Os traços de institucionalidade perpassaram todos encontros aqui analisados, mesmo durante o almoço entre os advogados. Isso porque o que caracteriza uma interação como institucional ou não-institucional, como anteriormente discutido, não é o cenário em si, mas marcas as interacionais específicas, dentre as quais a existência de uma figura que represente a instituição. Tal figura é representada por Mayara, na primeira consulta; por Jader e Mayara, no segundo encontro; e majoritariamente por Jader na mesa de refeição.

É durante o almoço entre os advogados que dois contextos se superpõem: o cotidiano e o institucional ali mesclados. As tarefas de estar à mesa (passar a saladeira, macarrão, etc.) se justapõem às tarefas que constituem o contexto institucional. Neste contexto híbrido são tecidas avaliações, tarefas são designadas e as identidades (ou papéis) vão interacionalmente sendo intercambiadas: de colega de trabalho à sênior.

Ainda no que se refere aos traços de institucionalidade, vislubramos mesmo em um contexto tão peculiar e que se quer horizontalizado, a apropriação discursiva (perversa) da voz do Outro, corriqueira na prática jurídica, na qual há o domínio do piso conversacional por quem representa a instituição. Especificamente nos dados desta tese houve uma apropriação de Ícaro e Ísis por uma fala que está sendo dada por Jader que *fala pelos* participantes. Se há algo que não favorece a relação advogado-cliente, especialmente o cliente de baixa renda, é a questão desta marcação de assimetria. Mesmo que ainda haja traços

desta perversidade aprendida na formação profissional e cristalizada no cotidiano profissional, creio que é na busca pela fala horizontalizada que encontramos a abertura de portas para o *acolhimento do Outro*. Conscientes de que somos perversos buscamos a ruptura desta assimetria revificada.

Em todos os encontros analisados há a coconstrução da narrativa de sofrimento de Ísis e foi no ato de narrar que se observou o processo dialógico de práticas identitárias: a construção de uma imagem de maternidade servil; o empoderamento desta mãe-mulher; e a vítima cujo sofrimento não a vitimiza e cujo pertencimento territorial é travestido de limpeza moral. Precisamente nesta ordem de análise.

A apreensão da memória como trabalho social dialógico e tecitura semiótica projetou o olhar desta tese para o entendimento do sofrimento como ordem moral. De “ponta a ponta” desta tese a ordem moral se manifestou de modos muito particulares. Ganchos de moralidade foram estabelecidos ao longo do texto, como na questão das categorias de pertença: no senso comum algumas categorias estão carregadas de valor – seja este valor positivo ou negativo (ex. leão). Estamos, pois, diante de importante questão ser desenvolvida em pesquisas *a posteriori*.

O *como*, o *quanto* e o *quando* se pode sofrer é cultural. Sua manifestação também é culturalmente orientada. Daí a relação do sofrimento da mãe com a ordem moral: a perda de dignidade de seu filho. Eis um ponto que poderia ter sido mais explorado e que pretendemos nos deter em pesquisas que daqui emergirão: justamente esta percepção do *sofrimento como ordem moral*. Hoje me é muito clara a importância e a centralidade que a moral representa neste universo específico. Trata-se, portanto, de uma *research agenda* de suma relevância.

Analisar, em contexto institucional, como se estabelece interacionalmente uma consulta jurídica e o discurso pedagógico em ambiente não-escolar a partir de encontros nos quais é narrada a história de um suposto cometimento do crime de incêndio a partir das narrativas construídas pela mãe da vítima, pelo adolescente preso e recontadas pelo grupo de advogados do escritório que lhes assistem foi o mote central desta pesquisa. Focalizei o microcontexto da fala institucional e as projeções e formulações identitárias que permeiam as narrativas que surgem no

encontro, numa abordagem linguística sociointeracional, a fim de contribuir para o processo e análise de consulta jurídica.

Para além desse mote central mais geral, busquei observar, de modo espiralar, o entrecruzamento dos vieses sociointeracional, de identidades e narrativa nas falas *no* trabalho e *sobre* o trabalho. Assim, foram estabelecidos diálogos analíticos em questões de ordem macrosociológica (Direitos Humanos, *empowerment*, descolonialidade, ética social) sem perder de vista a relação interacional situada. Mesmo a própria temática deste estudo é em si pertinente quando considerado o momento confuso (haja eufemismo!) que hoje vivemos no cenário político nacional, o que, na trama do texto-pesquisa, conversa com a Linguística Aplicada.

Como desdobramentos gerais, espera-se com esta pesquisa que a comunidade da Faixa de Gaza capixaba, bem como os clientes daquele espaço, perceba o que estamos fazendo (enquanto advogados e advogada-pesquisadora) em prol de sua agência. Como desdobramentos de ensino de prática jurídica, este tipo de exercício analítico aprimorará a prática advocatícia através da Linguística Aplicada das Profissões com impactos ainda não previstos.

Vale destacar que tese está inserida no campo da Linguística Aplicada das Profissões na medida em que produz conhecimento de relevância prática, dentre as quais: descrição de constituição de um *case*; indicação da visão da narrativa no diagnóstico que está sendo formado (ex.: tratar-se de dano moral por ricochete); constituição da responsabilidade/culpa (ex.: mídia, polícia); identidades (ex.: vítima).

Na fala podemos aproximar mundos diferentes. Em minha prática profissional e nesta pesquisa busquei aproximar a comunidade, favorecendo para que haja maior entendimento, aproximação e acolhimento. Daí a grandeza da profissão dita por Saint-Exupéry (e constada em epígrafe desta tese): unir homens, e seu luxo são as relações humanas. Eis, pois, uma parte do mundo que posso mudar: o lugar onde atuo profissionalmente.

## 9.1

### Retomando as questões de pesquisa

Objetivou-se refletir neste estudo sobre a coconstrução de identidades colaborativamente edificadas entre advogados e entre advogados e clientes com foco nas narrativas de sofrimento e experiência desviante. Para tanto, questões de pesquisa foram elaboradas e algumas considerações foram sendo tecidas ao longo do processo de análise. Retomamos as perguntas, a seguir.

*Como as narrativas ocorrem e se configuram no processo interacional desenvolvido no contexto de consulta jurídica? Que traços de institucionalidade moldam as práticas narrativas?*

Buscamos responder tais questões ao longo do trabalho a partir da conjugação teórica de dois campos: a Linguística Aplicada das Profissões e os estudos de fala-em-interação em contexto institucional. A partir dos dados investigados, foi possível perceber na dimensão interacional que, diferentemente daquilo que é corriqueiro na prática forense comum, embora se espere turnos mais longos para que uma história seja contada, foi característico encontrar turnos bem mais expressivos tanto pelos clientes quanto pelos advogados. Observou-se, entretanto, que dado o mandato institucional, os traços da institucionalidade verdadeiramente moldam (*footings*) os encontros enquadrados enquanto *consulta*, principalmente nas perguntas lançadas pelos advogados em conformidade com a relevância sequencial própria a uma consulta e nas interrupções/sobreposições por eles feitas sobre as narrativas de Ísis e Ícaro. Por outro lado, o traço institucional mais marcante no terceiro encontro, enquadrado como *almoço*, é o elo e os propósitos que ligam as narrativas e nos quais a intersubjetividade é – história a história – edificada, em conjugação das dimensões contextual e narrativa. Os propósitos que unem as histórias se configuram, por seu turno, enquanto o que aquele grupo entende ser o ponto de união e defesa de causas jurídicas distintas; trata-se, talvez, de um exercício retórico coletivo no qual avaliações são conjuntamente feitas e identificações compartilhadas.



*Como os clientes se projetam na cena da fala em interação? Como os papéis desempenhados pelos advogados se manifestam e influenciam o desenvolvimento das práticas narrativas dos participantes?*

Na cena de fala-em-interação, a projeção dos clientes se deu de modo distinto em cada encontro: no primeiro encontro Ísis, ao narrar a história de seu filho, é menos tensa. O que talvez se justifique pelo fato de ser a primeira vez que esta história será de conhecimento de um dos membros do escritório. Já no segundo encontro, inicialmente Ísis encapsula a história de Ícaro de modo menos expressivo, finalizando em coda avaliativa ao afirmar que é “somente isso” o que ela tem para dizer. A participante, então, é incitada a contar de modo mais detalhado a história para Jader, quem não era conhecedor, tão detalhado como fora anteriormente propiciado a Mayara. Parece-nos que os papéis desempenhados pelos advogados influenciou diretamente o curso narrativo da história contada pelos clientes na medida em que os advogados interrompem muitas vezes o fluxo da narrativa para que ela atenda aos propósitos próprios de uma consulta jurídica, na qual um fim deverá ser atingido (conferir diagnóstico/solução jurídica ao caso). Para isso determinados contornos se mostram irrelevantes ao passo que outros ganham um relevo diferenciado. Assim, para que a história narrada fosse ao encontro da meta-fim institucional houve orientações narrativas a partir de interrupções interacionais, falas sobrepostas e repetidas perguntas/confirmações espaço-temporais. Exemplo disso é a insistência, no segundo encontro, na data do fato imputado como criminoso, bem como o tempo em que Ícaro esteve ilicitamente preso. Ora, não fosse o mandado institucional provavelmente a relevância conferida a tais dados seria minimizada. De outra sorte, os turnos de Jader são bem longos e por diversas vezes explicativos, falas estas que são apropriadas por Ísis em retomada à voz do advogado trazendo para a interação as mesmas ideias.

*Como se dá, via narrativa, a disputa pela definição da história do conflito judicializado?*

Esta disputa pela definição foi apreciada a partir de uma noção relacionada às “categorizações”, isto é, como a história foi categorizada pelos participantes: se foi categorizada como absurdo, se foi categorizada como algo corriqueiro, como

algo extraordinário, etc. Trata-se de como os participantes definiram, através da narrativa, esta história. Grosso modo, quatro foram nossas percepções a esse respeito: uma primeira que se liga às perspectivas dos clientes; uma segunda relacionada às perspectivas midiáticas trazidas pelos clientes através de mídia digital/impressa; uma terceira que se liga aos advogados participantes do encontro com Ísis e Ícaro no curso da interação (Mayara e Jader); e uma quarta vinculada aos advogados em horário de almoço.

A categorização feita pela participante Ísis se distingue em cada um dos encontros: no primeiro há uma definição um pouco mais “neutralizada”. Isto é, ao rotular a história de seu filho enquanto uma *causa* (linha 02; linhas 05-06, anexo II), sua escolha semântica liga-se muito mais ao *fazer* jurídico e se distancia de uma avaliação ideológica. Ao passo que no segundo encontro há uma projeção materno-reivindicadora narrativamente feita através de escolhas de recursos avaliativos que colaboram tanto para a formação do posicionamento da participante e a categorização por ela feita da história (*humilhação* que deve ser reparada); quanto para a construção de suas identidades sociais. Ícaro, por seu turno, partilha desta mesma acepção. Os advogados participantes do encontro com os clientes (Mayara e Jader) encaram os fatos como algo socialmente bárbaro e que por isso deve ter uma reparação pecuniária. De outra sorte, a imersão da segunda história trazida por Rosana no almoço entre os advogados sinaliza que a advogada entende se tratar talvez de algo próprio do cotidiano daquela comunidade, já que liga a história de Ícaro a uma história na qual a criminalidade é banalizada.

Como observamos ao longo da análise dos dados, inúmeros foram os momentos avaliativos explicitamente expressos acerca da prisão ilegal de Ícaro. As escolhas recorrentes dos participantes por elementos atitudinais, sobretudo, os que lidam com o comportamento humano, proporcionou um recorte analítico voltado, principalmente, às avaliações de estima e sanção social vinculadas à questões de ordem moral e/ou legal.

*Qual a implicação do binômio dano-reparação na construção das identidades dos interagentes?*

No que se refere à noção de dano moral construída ao longo das interações, vale destacar a construção feita com Ísis e Ícaro sobre o significado deste conceito jurídico. Tem-se com a figura materna, num primeiro momento, uma construção conceitual do que é dano moral. Esta tomada de consciência pela participante é reafirmada no segundo encontro, momento em que, empoderada de seu direito perante o ato ilícito cometido contra seu filho Ícaro, posiciona-se como conhecedora do que lhes é devido por direito. Mais do que isto, Ísis expressamente declara que nada pagará o que passaram e será este um dos contornos mais precisos da construção identitária dos participantes: vítimas de ato ilícito cometido pelo Estado e pela mídia do qual nenhuma reparação/indenização fará com que o estado anterior à lesão moral seja retomado. Ademais, há em ambos os encontros a construção de uma imagem de sujeito trabalhador sobre a figura de Ícaro. Tal identificação também surgirá durante o terceiro encontro. Considerada a prática forense, Rosana traz sua dúvida sobre a razão de Ísis figurar como autora da ação quando a pessoa diretamente afetada pelos atos foram seu filho. Contudo, a construção coletiva do sofrimento da mãe e seu choro reiterado ao interagir com Jader, Mayara e Thatiana faz com que a identidade de Ísis construída no fluxo interacional pelos advogados seja também o de vítima de ato ilícito. Fugindo ao esperado, o contorno maior de vítima, muitas vezes recaiu mais sobre a mãe que sobre o filho. Nesse sentido, a partir dos dados de pesquisa, concluímos que as identidades dos interagentes não diz respeito à natureza da pessoa, antes é construída na multiplicidade do discurso (MOITA LOPES, 2003). Portanto, (re)construída a cada interação discursiva, isto é, moldada a cada momento durante a interação e emergente no contexto discursivo (BUCHOLTZ & HALL, 2003, 2005).

*Quais são as visões e os posicionamentos sobre eventos e imagens estigmatizadoras partilhados pelos atores sociais e parceiros discursivos?*

A construção conjuntamente erigida pelos participantes a propósito das imagens e dos posicionamentos sobre os eventos narrados ligou-se a noções de saberes e fazeres próprios ao universo daquela comunidade. É a partir da relação

entre *nós*, conceito constituído a partir de valores culturais e das experiências compartilhadas, que, no curso interacional, buscou-se por sinais de proximidade para que a dimensão e extensão dos danos fossem atingidos. Logo, as imagens de “excluídos das práticas da comunidade” (como, por exemplo, jogar bola) se dão a partir do entrecruzamento das dimensões interacional e contextual. A dimensão local das imagens surgem, assim, pelos esquemas de conhecimento partilhados, ou seja, a partir das expectativas que os interactantes molduram por um conhecimento anterior (*backgrounds*), sendo construídos a partir de uma informação pressuposta, que nem sempre é compartilhada por todos: em caso de falta não admitida pelo grupo o sujeito sofrerá sanção do tipo ser excluído do jogo de futebol.

## 9.2

### **Engrenando os planos de análise: as dimensões interacional, contextual e narrativa dos encontros**

Ao longo deste estudo, três planos de análise orientaram meu olhar na análise dos dados gerados. São estes os planos ou dimensões: interacional, contextual e narrativo, como anteriormente aludido. Nesse ponto do trabalho, tecerei algumas considerações acerca dos entrecruzamentos estabelecidos nestas dimensões ao longo dos três encontros.

Quando tomamos a dimensão interacional dos encontros, percebemos que mecanismos como tomada de turno diferem em cada interação, isto porque o *fazer* interacional, a ação ou atividade implicada em cada encontro foi diferente. Na primeira consulta, a quantidade de tomadas de turno são menos expressivas que, por exemplo, na segunda consulta. No primeiro encontro, Ísis conta sua história e de seu filho com poucas intervenções interacionais por mim feitas, tais intervenções se deram por sobreposições e tomadas de turnos para, via de regra, orientar a interação pelo mandado institucional (“[Dia de sábado ele pode, né!?”, linha 139, anexo II).

Esta mesma orientação do encontro pelo mandado institucional ocorre na segunda consulta. No entanto, as sobreposições e tomadas de turno se dão de modo mais robusto (no sentido de quantidade) e são expressivamente feitas por

Jader, o que se dá através de um jogo interacional que sinaliza quem está no comando do poder do piso e tópico conversacional. Assim, mais do que a orientação da interação pelo mandado o que se está em jogo são relações discursivas de poder (“[e é ele eles mostraram sua imagem na <televis::ão>, nos <jorn[a::is>”, linhas 99-100, anexo III).

Já no terceiro encontro, esta dinâmica de tomada de turnos e sobreposições se dá para que haja o estabelecimento de uma intersubjetividade do grupo a partir da topicalização da história de Ísis para fins de se chegar a um consenso/categorização conjunto de que se trata ali de um dano reflexo (*saber-fazer*). Ex.: “[já falaram que a po[li]”, linha 74; “[e o medo de matar o filho de:La” linhas 75-76; “[cia vai lá em casa. No dia que entrar com a ação vai bater lá em casa.”, linhas 77-78, anexo IV.

Por outro lado, no que se refere à sequencialidade e relevância sequencial (dimensão interacional), observa-se também diferentes movimentos em cada um dos encontros. Na primeira consulta, a relevância sequencial da interação reside no estabelecimento de um prognóstico muito incipiente do caso narrado. De outra sorte, no segundo encontro, este tipo de relevância na fala-em-interação toma contornos mais expressivos na medida em que há o estabelecimento de hipóteses para majoração do dano sofrido. Assim, Jader traz histórias hipotéticas (como jogar bola) para sequenciar os atos interacionais. No terceiro encontro, esta relevância sequencial também pode ser observada através da construção de narrativas – não mais hipotéticas – de histórias que passaram por aquele escritório para o estabelecimento de um nexos causal narrativo, que é rejeitado pelos participantes ao não se engajar no tópico trazido por Rosana (PEREIRA, 1993).

Ao estabelecermos pontes entre a dimensão interacional com as dimensões contextual e narrativa, alguns conceitos foram postos em destaque, dentre eles as noções de esquemas de conhecimento, enquadre e *footing*. Tais conceitos foram dinamicamente acionados de modos distintos em cada encontro. Na consulta em que estavam presentes apenas Ísis e eu, alguns conhecimentos vinculados ao contexto situado foram suscitados, dentre elas a indagação feita por Ísis se eu me lembrava de que naquela localidade houve crime de incêndio (“Não sei se você me lembre. É aqui mesmo no Zumbi, Capuaba aqui.”, linha 38-39, anexo II); bem como o compartilhamento da existência da empresa próxima ao escritório em que

Ícaro trabalha (“Porque a tangará é assim, a tangaráé o tipo de coisa assim, não gosta que fa::[lta”, linhas 119-120; “[Não gosta de de desse tipo de co[Isa”, linhas 122-123).

No segundo encontro, os esquemas de conhecimento partilhados entre os participantes voltaram-se tanto mais para os valores compartilhados naquela comunidade, bem como os enquadres interativos que ali foram negociados em dinamicidade discursivo-interacional via mudanças de enquadre no curso da conversa, por exemplo. É o que se observa em: “É... não é que não envolve a polícia, a a polícia ela age EM NOME do Estado.”, linhas 380-381, anexo III. Há aqui, um enquadre próximo de um discurso didatizante coconstruído por Jader; e também, dentre isso, enquadres institucionais próprios à uma consulta jurídica.

Os esquemas de conhecimento suscitados no terceiro encontro voltam-se para a prática jurídica e às atividades profissionais que se esperam desempenhadas através da busca de alinhamento dos participantes no entendimento do que seja o dano reflexo (*footing*).

Pela dimensão narrativa de todos os três encontros, foi possível notar que a construção de explicações e histórias pelos participantes possibilitou a construção conjunta dos *quandos* do contexto (dimensão espacial) partilhados pelos interactantes ligados à comunidade. Foi por meio do compartilhamento de experiências medatizadas pela narrativa que avaliações foram sendo erigidas e identidades sociais performadas.

### 9.3

#### **Para não finalizar... desdobramentos**

Percebemos que muitos estudos ainda se fazem necessários para compreender como a relação advogado-cliente é estabelecida no curso interacional de uma consulta jurídica. Observar a partir de uma perspectiva que privilegie o modo como se dá a construção colaborativa de um *fazer* social através do discurso nos pareceu um terreno fértil para a contribuição dos estudos de fala-em-interação voltado para a atenção jurídica. Na verdade, é no conjunto deste tipo de interação que se constitui o *fazer* e o *ser* advogado e cliente, instituindo, assim, por meio da linguagem, o universo sociointeracional do qual fazem parte.

Nos dados desta pesquisa, a voz do cliente não se restringe ao enquadre consulta, surge em histórias recontextualizadas pelos advogados ao longo das conversas entre os membros do grupo, que desenvolve uma noção coletiva do *fazer* profissional. O aprofundamento deste tema auxiliará a compreensão tanto das necessidades dos clientes – necessidades estas que vão além do âmbito meramente jurídico, quanto das necessidades da comunidade de prática.

Seria interessante, assim, analisar como este tipo de questão é estabelecida tendo como foco a participação *ativa* dos clientes. Mais de que fonte na qual dados podem ser gerados, os interagentes são seres que coconstrõem ali uma prática discursivo-identitária. Para além da observação do local de trabalho, advogados e clientes contribuem efetivamente para que todas as fases de uma consulta jurídica seja percorrida, formando elos de identificação entre os pares refletindo, assim, as perspectivas que possuem sobre as narrativas em questão.

Desdobramentos importantes a serem concretizados são:

- No que se refere à relação advogado-cliente, a necessidade de ocupar e zelar para que a organização sequencial das trocas de falas nos encontros face a face não instaure um enquadre interacional que confira a um dos participantes um controle sobre os demais para além do necessário à orientação do mandado. Evitar sobreposições de fala desnecessárias ao curso da interação, uma vez que ao conceder mais informações do que aquelas diretamente relacionadas às perguntas feitas pelos advogados, informações suplementares ao fato jurídico podem ser obtidas e assessorar a condução da causa. Mais do que isto: a consulta é um espaço social para falar e especialmente para ouvir. Necessário também atentar-se à diretividade dos clientes quando em interação, pois ela poderá sinalizar ou seu receio em não obter uma resposta (OSTERMANN & SOUZA, 2012), ou um desconforto ocasionado pelo encontro misto (GOFFMAN, [1963] 1988). Apostamos na interação como saída para práticas discursivas de agência e ética social *no* trabalho. Nesse sentido, cremos num impacto real no que se refere à prática jurídica quando considerada, já nos bancos da academia, a relação estabelecida entre advogados e clientes. Isto porque, na medida em que houver a percepção

do cliente como *sujeito* e não como fonte discursiva de um direito, revolucionar-se-á a prática de ensino de Direito no que é mais basilar: as relações humanas. Desnaturalizar o modo como as relações são estabelecidas é vital para que haja uma melhor compreensão (muito mais que do *case*) de homens e mulheres.

- Na prática do escritório em si, como principal desdobramento, chegou-se a conclusão da necessidade de reuniões periódicas entre os membros da equipe para que balanços sobre a prática profissional fosse conjuntamente rascunhados. Assim, juntos procuraremos identificar formas mais eficazes de interação entre clientes, bem como sobre as tarefas por nós desempenhadas. Por exemplo, relacionar de por meios mais concretos histórias que se relacionam entre si no que se refere à matéria de fatos e fundamentos de direito por palavras-chave através de um banco de dados. Passamos a gravar em áudio as consultas mesmo que não fosse objeto de pesquisa acadêmica, assim, além de termos acesso ao que de fato foi dito pelo cliente (e não apenas as notas por nós feitas), outros advogados podem acessar e ouvir a consulta, facilitando a construção das peças processuais e a (re)descoberta de pontos de exploração por quem não participou do encontro. Houve, por meio da pesquisa, uma valorização da prática profissional *em si mesma*, isto é, pessoalmente tornei-me uma ouvinte melhor, uma ouvinte muito mais atenta e, consciente da importância deste tipo de escuta, “contagiei” meus pares. Nos dados gerados no segundo encontro, por exemplo, em determinado ponto da consulta Jader sinaliza com as mãos para que a gravação seja encerrada. Em resposta sinalizo para ainda deixar o gravador ligado e, de fato, após esta comunicação não verbal ainda houve muitos turnos de fala-em-interação. Após a consulta questionei meu pai se havia percebido que muitas vezes acreditamos que uma consulta ou uma conversa tenha se encerrado quando, na verdade, para os parceiros interacionais ainda têm mais para dizer. Jader viu e afirmou, naquele instante, como não somos apenas nós quem determinamos o fim de um encontro. Este movimento de escutar/ouvir foi objeto de discussão em grupo. Quando digo que profissionalmente tornei-me uma ouvinte



melhor quero dizer que a prática forense comum é de intervenções nos turnos dos clientes (seja para reforçar o que foi dito, seja para verificar se o que foi entendido foi de fato o que o cliente quis dizer, seja para construir naquele instante, textualmente, o fato jurídico). Refletir em que medida este tipo de tomada de turno não configura uma assimetria discursiva inoportuna tem guiado meu *fazer* jurídico e me levado a todo instante questionar meus colegas de trabalho, nos conduzindo a um processo de transformação. A partir desta tese temos como alvo norteador o exercício de uma *interação estratégica* com um controle discursivo não-perverso. Além disto, sugeri que voltássemos às gravações para que pudéssemos juntos observar o que estávamos fazendo, como estávamos nos relacionando entre nós e entre os clientes. Nossa dinâmica, portanto, mudou completamente.

- Para o campo de pesquisa que intersecciona os Estudos da Linguagem e Direito, firmamos como espaço profícuo para se estudar a estrutura institucional as interações estabelecidas entre profissionais membros de uma mesma comunidade de prática que vão além dos enquadres tradicionais já pesquisados (audiência, consulta, interrogatório, etc.). Estudar interações próprias ao cotidiano dos profissionais (a conversa corriqueira dentro do espaço institucional, lugar esse não tecnicamente físico, mas sociodiscursivo) e quais estratégias discursivo-identitárias dali emergem é algo inovador e super produtor. Reconhecemos a importância de uma proposta de investigação, inclusiva e ética, com uma postura antitecnicista que integre os sujeitos (membros da comunidade, clientes, advogados e outros profissionais) e suas atividades na busca por entendimentos aprofundados de suas questões da vida em sociedade. Vale lembrar que inicialmente a gravação dos almoços se deu apenas para que um trabalho de conclusão de disciplina de doutoramento fosse elaborado. Vendo a riqueza deste tipo de contexto e interação passei a gravar, com autorização e consentimento prévios, os almoços cotidianos. Envolvidos pela pesquisa, o fato de o gravador estar sobre a mesa, por exemplo, não se tornava algo estranho no ambiente. Os dados gerados, por exemplo, no almoço analisado foram gravados pelo celular da

participante Thatiana. Creio que, como desdobramento de pesquisa propriamente dita, analisar estes almoços entre os advogados e – neste grupo – alguns advogados que possuem parentesco, seja algo promissor e que pretendemos em muito breve nos aprofundar. Ademais, o estudo da consulta jurídica enquanto evento comunicativo em si mesmo já apresenta desdobramentos na prática jurídico-acadêmica. Como resultados possíveis, módulos específicos deste tipo de evento e interação podem ser ofertados em Faculdades de Direito.

Buscamos, ao longo desta tese, analisar uma mesma história narrada, renarrada e conarrada – pelo grupo, pelas pessoas que foram afetadas pelo ilícito descrito e por aqueles que inevitavelmente ouviram a história. Trata-se de pontos de vistas diferentes em que aspectos ganham maior ou menor relevo. Vale frisar a posição privilegiada por mim ocupada: é significativa a relação de pesquisadora enquanto membro *insider* desse grupo investigado. Ora, ser membro de uma comunidade de prática e ao mesmo tempo desempenhar o papel de pesquisadora projetou meu olhar de modo distinto ao que estava se passando no *aqui e agora* da interação – embora parte do contexto eu desempenhava ali atividades próprias de pesquisadora (como, por exemplo, refletir sobre minhas interrupções e concessão de turnos). No entanto, não se tratava de um pesquisador que estaria observando determinado evento, mas construindo naquele instante este mesmo evento a ser analisado.

Procuramos fazer uma análise em três dimensões: uma dimensão que privilegia *aspectos interacionais*, tais como tomada de turnos, sobreposições, relevância sequencial, reparo e sequencialidade; uma *dimensão narrativa*, nas quais foram levadas em conta as explicações e pequenas histórias/histórias de vida; uma *dimensão contextual*, que trata dos “quandos” do contexto e da dimensão espacial. Tudo isso se dá com a finalidade de privilegiar um olhar voltado à ponderações acerca de identidades, avaliações e estigma.

Alguns pontos centrais na análise de dados puderam ser observados tomando como foco a dimensão interacional/contextual/narrativa. Nas dimensões interacionais e narrativa, por exemplo, Ísis se projeta ao longo de sua primeira fala enquanto *mãe* cuja identidade social impelida pelo senso comum é abrir mão de si

em razão do(s) filho(s). Ao ser indagado seu nome a participante já evidencia que “antes de qualquer coisa” o que interessa não é seu nome, mas o que ela foi fazer naquele lugar: cumprir o papel de mãe que tutela pelo filho, fazendo uma série de busca de alinhamentos ao longo da interação.

Da miscelânea de três momentos (narrativa, re-narrativa e narrativa de grupo) para contar uma mesma história surgiram pontos de contato: identificações (in)comuns, avaliações, estigmas e sobretudo o sofrimento experienciado por Ísis. Observamos que o elo que liga clientes e advogados neste contexto situado é o reconhecimento de tanto quem procura o escritório quanto quem recebe, que sabe que será ouvido.

Acredito que a relevância deste estudo contribui para a minimização dos estigmas e para a ordem moral na medida em que dimensiona as vozes dos participantes para espaços que dificilmente poderiam ecoar. Estudar casos concretos como o trazido nesta tese pode gerar insumos para melhorar o diálogo entre a polícia civil, a comunidade e pessoas como Ísis, que passam por experiências estigmatizantes tão cruéis.

É a vida vivida de fato em sociedade o ponto nodal desta tese. O *fazer* Linguística Aplicada e Prática Exploratória de maneira crítica em busca do entendimento do que está acontecendo, abrindo para apreciação acadêmica um campo não explorado e contribuindo teoricamente a partir da abordagem do tema pesquisado com vistas à *transformação social* foi o que verdadeiramente moveu este estudo. Como afirmou Freire em *O educador da liberdade*<sup>13</sup>, “amo as gentes e amo o mundo. E é porque amo as pessoas e amo o mundo que eu brigo para que a justiça social se implante antes da caridade”. Vivemos tempos sombrios no cenário político nacional. cremos que, hoje, trazer para a academia um tema com profunda ligação social, política e humanitária nos faz resistir através de práticas discursivas de agência e de ética.

---

<sup>13</sup> Produção audiovisual disponível em: <<http://www.acervo.paulofreire.org:8080/jspui/handle/7891/1932>>

## Referências bibliográficas

ABELED, María de la O López; FORTES, Melissa Santos; GARCEZ Pedro de Moraes; SCHLATTER, Margarete. Uma compreensão etnometodológica de aprendizagem e proficiência em língua adicional Trab. linguist. apl. vol.53 no.1 Campinas Jan./June 2014. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-18132014000100007](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-18132014000100007)

ALMEIDA, A. N. A construção de masculinidades na fala-eminteração em cenários escolares. 2009. 310f. Tese (Doutorado em Letras) – Programa de Pós-Graduação em Letras. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2009.

AMÂNDIO, Sofia Lay. O lugar social das emoções na investigação em ciências sociais: reflexão em torno de uma diligência em sociologia. *Forum Sociológico*, n.os 11/12 (2.<sup>a</sup> Série), 2004, pp. 363-372.

BAKHTIN, M; VOLOCHINOV, V. N. *Marxismo e filosofia da linguagem*: problemas fundamentais do método sociológico da linguagem. São Paulo: Hucitec, [1929] 2009.

BARTON, E. The construction of legal consciousness in discourse: rule and relational orientations toward the law in a disability support group. *Journal of Pragmatics*. 36, 2004. pp 603–632.

BASZANGER, I; DODIER, N. Ethnography. Relating the part to the whole. In: SILVERMAN, David (Ed.). *Qualitative research: Theory, Method and Practice*. London: Sage, 1997.

BASTOS, L.C. Contando histórias em contextos espontâneos e institucionais: uma introdução ao estudo da narrativa. *Calidoscópio*, 3(2): 2005, pp. 74-87.

\_\_\_\_\_. Diante do sofrimento do outro: narrativas de profissionais de saúde em reuniões de trabalho. *Calidoscópio*, v. 6, n. 2, p. 76-85, 2008.

\_\_\_\_\_. Fala treinada, tecnologia e identidade de gênero em atendimentos telefônicos. Volume temático ‘Questões de linguagem e identidade’. Revista CROP: 9, 2003.

\_\_\_\_\_. Histórias de mulheres e homens: narrativa, sexo e construção de identidade. *The Especialist*, v. 20, n.1, p. 17-29, 1999.

BAUMAN, Zygmunt. *Comunidade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

\_\_\_\_\_. *Identidade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

BECKER, Howard S. *Falando da sociedade*: ensaios sobre as diferentes maneiras de representar o social. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.

\_\_\_\_\_. *Outsiders*: estudos de sociologia do desvio. Rio de Janeiro: Zahar Ed., 2008.

BERNARDO, Aristides Ariel. O campo da sociologia das emoções: relevância acadêmica e perspectivas de análise. *Revista Urutágua - Revista Acadêmica Multidisciplinar*. Universidade Estadual de Maringá (UEM). N. 34, junho/novembro, Ano 2016. p. 156-173.

BLUMER, Herbert. *Symbolic Interactionism: perspective and method*. New Jersey: Prentice Hall, 1969.

BHABHA, Homi. "Signs Taken for Wonders: Questions of Ambivalence and Authority under a Tree Outside Delhi, May 1817", in *Critical Inquiry*, 12, 1985.

\_\_\_\_\_. *O local da cultura*. 2 ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, [1994] 2013.

BIAR, L. "Realmente as autoridade veio a me transformar nisso": narrativas de adesão ao tráfico e a construção discursiva do desvio. (Tese de doutorado). Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro: Rio de Janeiro, 2012.

BORGES, M. DE L.; OSTERMANN, A. C. As divergências na orientação dos participantes no processo de construção de intersubjetividade e suas consequências no processo decisório. *Veredas*, vol. 16, no. 1, p.185-196, 2012.

BRANDÃO, Thaís Oliveira; GERMANDO, Idilva Maria Pires. Experiência, memória e sofrimento em narrativas autobiográficas de mulheres. *Psicologia & Sociedade*; 21 (1): 5-15, 2009.

BRASIL. Código de Processo Civil (2015). Código de Processo Civil Brasileiro. Brasília, DF: Senado, 2015.

BROCKEIMER, J. Remembering and forgetting: narrative as cultural memory. *Culture Psychology*, 8(15), 2002. pp. 15-43.

BRUNER, J. *Life as a narrative*. In: A. H. DYSON & C. GENISHI (Eds.) The need for story: cultural diversity in classroom and community. Illinois: NCTE Editorial. 1994.

\_\_\_\_\_. *Atos de significação* (S. Costa, Trad.). Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

BUCHOLTZ, Mary & HALL, Kira. 2005 Identity and Interaction: A Sociocultural Linguistic Approach. *Discourse Studies*, 7(4-5): 585-614, 2005.

BURGESS, E.W. The Growth of the City. In: PARK, R.E.; BURGESS, E.E.; MCKENZIE, R.D. *The City*. Chicago: The University of Chicago Press, 1925. Cap. 2, p. 47-62.

CHALITA, G. *A sedução no discurso: o poder da linguagem nos tribunais de Júri*. São Paulo: Max Limonad, 2002.

CHANG, H. *Autoethnography as Method*. Walnut Creek, CA: Left Coast Press, 2008.

CHRISTIANS, C. G. A ética e a política na pesquisa qualitativa. In: DENZIN & LINCOLN (Orgs.). *O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens*. Porto Alegre: Artmed, 2006.

COAN, M.; FREITAG, R. M. K. Sociolinguística variacionista: pressupostos teóricometodológicos e propostas de ensino Domínios De Lingu@Gem Revista Eletrônica de Linguística ([http://www.seer.ufu.br/index.php/dominiosde\\_linguagem](http://www.seer.ufu.br/index.php/dominiosde_linguagem)) Volume 4, - nº 2 – 2º Semestre 2010

COLARES, Virgínia. Hermenêutica endoprocessual: abrindo o diálogo entre as Teorias do Processo e a Análise Crítica do Discurso Jurídico. In: COLARES, Virgínia. (Org.) *Linguagem e Direito: caminhos para linguística forense*. São Paulo: Cortez, 2016. p. 387-423.

COULON, A. *Etnometodologia*. Petrópolis: Vozes, 1995[1987].

DA MATTA, Roberto. O Ofício de Etnólogo, ou como Ter “Anthropological Blues”. In: NUNES, Edson de Oliveira (org.). *A Aventura Sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978. pp. 23-35.

D’ÁVILA, T. Conceito e características da advocacia. *Jus Navigandi*, Teresina, a. 10, n. 1032, 29 abr. 2006.

\_\_\_\_\_. Privatividade das atividades de consultoria, Assessoria e direção jurídicas. 2008. Disponível em <[http://www.gontijo-familia.adv.br/2008/artigos\\_pdf/Thiago\\_davila/Privatividade%20atividades%20consultoria%20assessoria%20juridicas.pdf](http://www.gontijo-familia.adv.br/2008/artigos_pdf/Thiago_davila/Privatividade%20atividades%20consultoria%20assessoria%20juridicas.pdf)>.

DAMÁSIO, A. *Em busca de Espinosa: Prazer e dor na ciência dos sentimentos*. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2004.

DEL CORONA, Márcia. Fala-em-interação cotidiana e fala-em-interação institucional: uma análise de audiências criminais. In LODER, L.L. E JUNG, N.M. (orgs.), *Análises em fala-em-interação institucional. A perspectiva da análise da conversa etnometodológica*. Campinas, Mercado de Letras, 2009.

DEL CORONA, M.; OSTERMANN, A. C. Formulação de lugar, intersubjetividade e categorias de pertença em chamadas de emergência para o 190. *Veredas*, vol. 16, no. 1, p. 112-129, 2012.

DE FINA, A & GEORGAKOPOULOU. Analysing narratives as practices. *Qualitative Research*, vol 8, no. 3, 2008, pp. 379 - 387.

DENZIN, N. K.. *Interpretative ethnography: ethnographic practices for the 21st century*. Thousand Oaks, CA: Sage, 1997.

DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. (Orgs.). *O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens*. Porto Alegre: Artmed, 2006.

DIDIER JR, Fredie. *Curso de Direito Processual Civil*. vol. I, ed. 11. Ed. Juspodivm. Salvador: 2009.

DOUGLAS, Mary. *Pureza e Perigo*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1976.

DREW, P. & HERITAGE, J. Analyzing talk at work: An introduction. In P. Drew & J. Heritage (orgs.), *Talk at work: Interaction in institutional settings*. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.

DURANTI, A. Agency in language. In Duranti, A. (ed.) *A Companion to Linguistic Anthropology*. New York: Blackwell, 2004. 451-473

ELLIS, C., BOCHNER, A. P. Autoethnography, Personal Narrative, Reflexivity: Researcher as Subject. In: DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. *Handbook of qualitative research*. London: Sage Publication, 2000.

ERICKSON, F. Qualitative methods. In: LINN E ERICKSON (Orgs.). *Quantitative methods, Qualitative methods*. New York: Macmillan, 1990.

FABRÍCIO, B. F. E BASTOS, L. C. “Narrativas e identidade de grupo: a memória como garantia do “nós” perante o “outro”.” In: PEREIRA, M. G. D., BASTOS, C. R. P. E PEREIRA, T. C. (Orgs.) *Discursos socioculturais em interação. Interfaces entre a narrativa, a conversação e a argumentação: navegando nos contextos da escola, saúde, empresa, mídia, política e migração*. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

FAIRCLOUGH, N. *Discurso e mudança social*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

FAÏTA, D. Análise das práticas languageiras e situações de trabalho: uma renovação metodológica imposta pelo objeto. In: M.P.C. SOUZA-SILVA; D. FAÏTA (orgs.). *Linguagem e trabalho: construção de objetos de análise no Brasil e na França*. São Paulo: Cortez, 2002. p. 45-60.

FASULO, A.; ZUCCHERMAGLIO, C. 2008. Narratives in the workplace: facts, fictions, and canonicity. *Text & Talk*, 28(3):351- 376. <http://dx.doi.org/10.1515/TEXT.2008.017>

FAY, B. *Contemporary philosophy of social science*. Oxford: Blackwell, 1996.

FOUCAULT, M. *A ordem do discurso*: aula inaugural no Collège de France. 19ª Ed. Edições Loyola, São Paulo, 2009.

\_\_\_\_\_. *Microfísica do poder*. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FREIRE, P. *Pedagogia da Indignação*: Cartas pedagógicas e outros escritos. São Paulo: UNESP, 2000.

GAGO, P.C. VIEIRA, L. S, L.O processo de retextualização a partir do gênero textual fábula: uma pesquisa participativa com alunos do 3º ano do ensino fundamental. *Linguagem em (Dis)curso - LemD*, Tubarão, v. 6, n. 1, p. 45-62, jan./abr. 2006.

GAGO, P.C.; VIEIRA, A. T. A prática de (re)formulação como estratégia argumentativa em situação de conflito. *Calidoscópio*, Vol. 14, n. 2, p. 317-331, mai/ago 2016 Unisinos - doi: 10.4013/cld.2016. 142.14

GARCEZ, P. M. A perspectiva da Análise da Conversa Etnometodológica sobre o uso da linguagem em interação social. In: LODER, L. D.; JUNG, N. M (org.) *Fala-em-interação social: Introdução à Análise da Conversa Etnometodológica*. Campinas-SP: Mercado das letras, 2008.

\_\_\_\_\_. A organização da fala-em-interação na sala de aula: controle social, reprodução de conhecimento, construção conjunta de conhecimento. *Calidoscópio* Vol. 4, n. 1, p. 66-80, jan/abr 2006.

GALEANO, Eduardo. *As veias abertas da América Latina*. 12 ed., tradução de Galeano de Freitas, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

GARFINKEL, H. & SACKS, H. On Formal Structures of Practical Actions. In: McKinney, J. D. & Tiryakian, E. A. (Eds.), *Theoretical Sociology*. Appleton Century Crofts, New York, 1970. pp. 337–66.

GERGEN, K. L. Realities and relationships: soundings in social construction. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1994.

GIDDENS, Anthony. *Modernidade e Identidade Pessoal*, Tradução de Miguel Vale de Almeida, Oeiras, Celta. 2001 [1991]

GILLESPIE, A.; FLORA, C. Intersubjectivity: Towards a Dialogical Analysis. *Journal for the Theory of Social Behaviour*, 40:1, p. 19-46, 2009.

GOFFMAN, Erving. A representação do eu na vida cotidiana. Petrópolis: Vozes, [1959] 2009.

\_\_\_\_\_. A situação negligenciada. In: RIBEIRO, Branca Telles e GARCEZ, Pedro M. (orgs.) *Sociolinguística interacional*. São Paulo: Loyola, [1964] 2002. p. 13-20.

\_\_\_\_\_. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, [1963] 1988.

\_\_\_\_\_. *Manicômios, Prisões e Conventos*. São Paulo, Perspectiva, 2000.

\_\_\_\_\_. *Os quadros da experiência social: uma perspectiva de análise*. Petrópolis, Editora Vozes, [1974] 2012.

\_\_\_\_\_. *Ritual de interação: ensaios sobre comportamento face a face*. Petrópolis: Vozes, [1967] 2012.

GOODWIN, C., & DURANTI, A. Rethinking context: an introduction. In: GOODWIN, C., & DURANTI (Orgs.) *Rethinking context: Language as an interactive phenomenon*. New York: Cambridge University Press, 1992. pp. 1-42.

GUMPERZ, John. Convenções de Contextualização. In: RIBEIRO, Branca Telles;



GARCEZ, Pedro M. *Sociolinguística Interacional*. São Paulo: Loyola, [1982] 2002. pp. 149-182.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 10. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2011.

HARRÉ, R. *The singular self*: An introduction to the psychology of personhood. London: Sage, 1988.

HOLMES, J.; MEYERHOFF, M. The community of practice: theories and methodologies in language and gender research. *Language in Society*, 1999 28(2):73-183.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro Salles de. *Minidicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2004.

KEMPER, Theodore D. Themes and Variations in the Sociology of Emotions. Albany, Sanny Press, 1990.

\_\_\_\_\_. Social relations and emotions: A structural approach. In: \_\_\_\_\_ Research agendas in the Sociology of Emotions. Albany, New York: Sunny Press, p. 207 a 237, 1989.

KLEINMAN, A.; DAS, V.; LOCK, M. *Social suffering*. Berkeley: University of California Press, 1997.

LADEIRA, Wânia Terezinha. O papel do mediador no gerenciamento e negociação de conflitos em audiências de conciliação. (Tese de Doutorado). Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro: Rio de Janeiro, 2005.

LEVINSON, Stephen. Activity types and language. In: DREW, Paul; HERITAGE, John. (Orgs.), *Talk at work*: interactions and institutional settings. Cambridge, Massachusetts: Cambridge University Press, 1992 p.p. 66-100.

LIBERALI, F. C.. As Linguagens das Reflexões. In: Maria Cecília C. Magalhães. (Org.). *A Formação do Professor como um Profissional Crítico*. 02ed. Campinas: Mercado de Letras, 2009, v. 1, p. 87-117.

LINELL, P. Discourse across boundaries: on recontextualizations and the blending of voices in professional discourse. *Text*, 18 (2): 143-57, 1998.

LODER, L. L.; JUNG, N. M. (Org.). *Fala-em-interação social*: introdução à análise da conversa etnometodológica. Porto Alegre: Mercado de Letras, 2008. p. 127-162.

\_\_\_\_\_. *Análises em fala-em-interação institucional. A perspectiva da análise da conversa etnometodológica*. Campinas, Mercado de Letras, 2009.

LONGINO, H. Subjects, Power and knowledge: description and prescription in feminist philosophies of science. In: ALCOFF & E. POTTER (Eds.) *Feminist epistemologies*. New York: Routledge, 1993. pp. 101-120.

LINDE, C. *Life stories*. New York, Oxford University Press, 1993.

\_\_\_\_\_. Narrative in institutions. In: D. SCHIFFRIN; D. TANNEN; H. HAMILTON, *The handbook of discourse analysis*. Malden, Blackwell Publishers, 2001. p. 518-535.

\_\_\_\_\_. *Working the Past: narrative and institutional memory*. New York, Oxford University Press, 2009.

LUPTON, Deborah. *The Emotional Self*. London: Sage, 1998.

MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio. *Vida sob cerco: violência e rotina em favelas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

MAGALHÃES, C. E. A; PEREIRA, M. G. D. Construção de entendimentos na reunião pedagógica: posicionamentos e intersubjetividade em conarração. *Calidoscópio* Vol. 15, n. 2, p. 254-268, mai/ago 2017.

MARCONDES, Danilo. *Textos básicos de ética*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2007.

MARQUES, Débora; BASTOS, Liliana Cabral. A construção do *self* e do outro nas narrativas de um suspeito em interrogatório policial da delegacia da mulher. In: COLARES, Virgínia. (Org.) *Linguagem e Direito: caminhos para linguística*. São Paulo: Cortez, 2016. p. 363-385.

MARCHIORI, Marlene et al. *Comunicação e Discurso: Construtos que se relacionam e se distinguem*. 2010. Disponível em: <[http://www.abrapcorp.org.br/anais2010/GT2/GT2\\_Marchiori\\_etal.pdf](http://www.abrapcorp.org.br/anais2010/GT2/GT2_Marchiori_etal.pdf)>.

MATTOS, Rossana. *Expansão urbana, segregação e violência: um estudo sobre a Região Metropolitana da Grande Vitória*. Vitória: Edufes, 2013.

MAYNARD, D. *The Discourse of Medicine: dialects of medical interviews*. Norwood: Ablex, 1984

MENEZES, P. *Entre o “fogo cruzado” e o “campo minado”*: uma etnografia do processo de “pacificação” de favelas cariocas. 2015. 414f. 2015. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

MILLER, Inês Kayon. Formação de professores de línguas: da eficiência à reflexão crítica e ética. In: MOITA LOPES, L. P. *Linguística Aplicada na modernidade recente*. São Paulo: Parábola, 2013.

MISKOLCI, Richard. Do desvio às diferenças. *Teoria & Pesquisa*, n.47, jul./dez. 2005, p.9-41.

MOITA LOPES, L. P. “Práticas narrativas como espaço de construção das identidades sociais: uma abordagem socioconstrucionista”. In: TELLES RIBEIRO, B., COSTA LIMA, C. E LOPES DANTAS, M. T. (Orgs.) *Narrativa, identidade e clínica*. Rio de Janeiro: Edições IPUB/CUCA, 2001.

\_\_\_\_\_. Linguística Aplicada como lugar de construir verdades contingentes: sexualidades, ética e política. *Gragoatá*. Niterói, n. 27, p. 33-50, 2. sem. 2009

NORRICK, N. *Conversational Narrative: storytelling in everyday talk*. Amsterdã e Filadélfia, John Benajamins, 2000.

\_\_\_\_\_. *Conversational storytelling*. In: HERMAN, D. *The Cambridge companion to narrative*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007. p. 127-141.

NOUROUDINE, A. A linguagem: dispositivo revelador da complexidade do trabalho. In: M.C.P. SOUZA-E-SILVA; D. FAÍTA (orgs.), *Linguagem e trabalho: construção de objetos de análise no Brasil e na França*. São Paulo: Cortez, 2002. p. 17-30.

OCHS, E.; CAPPS, L. *Living Narrative: Creating Lives in Everyday Storytelling*. Harvard: Harvard University Press, 2001.

OLIVEIRA, Livia Miranda de; BASTOS, Liliana Cabral. Narrando em colaboração: as construções discursivas de uma pessoa com afasia. *Linguagem em (Dis)curso – LemD*, Tubarão, SC, v. 14, n. 2, p. 247-267, maio/ago. 2014.

OLIVEIRA, Roberto Perobelli de; GAGO, Paulo. Métodos para perseguir uma resposta e métodos para fugir da pergunta: o caso da inversão do ônus da prestação de contas. *Estudos da Língua(gem)* Vitória da Conquista v. 10, n. 2 p. 69-87 dezembro de 2012.

PARK, R.E. The City: suggestions for the investigation of human behavior in the city environment. *American Journal of Sociology*. v. 20, n. 5, p. 577-612, Mar. 1915.

PARK, R.E.; BURGESS, E.W. *Introduction to the Science of Sociology*. Chicago: The University of Chicago Press, 1921.

PARK, R.E.; BURGESS, E.E.; MCKENZIE, R.D. [& LOUIS WIRTH]. *The City*. Chicago: The University of Chicago Press, 1925. Cap. 1, p. 1-46.

PEREIRA, M. G. D. Estratégias de interação no discurso acadêmico falado: análise do XI Encontro Nacional de Linguística. (Tese de doutorado). Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro: Rio de Janeiro, 1993.

\_\_\_\_\_. Discordâncias na interação entre atendentes e clientes em uma Central de Atendimento de Seguro Saúde: o cumprimento do mandato institucional com estratégias de convencimento. *ReVEL*. v. 11, n. 21, 2013.

PEREIRA, M. G. D; CORTEZ, C. M. Agência e performance em narrativas sobre o tratamento da tuberculose em vila rosário: projeções do eu avaliativo e agentivo. In: PINTO, Joana Plaza; FABRÍCIO, Branca Falabella. (Org.). *Exclusão social e microrresistências: a centralidade das práticas discursivo-identitárias*. 1ed.Goiânia: Câne Editorial, 2013, v. , p. 204-234.

\_\_\_\_\_. Narrativas como práticas de agentes comunitárias: a fala ‘no’ e ‘sobre’ o trabalho em uma reunião sobre o tratamento da tuberculose. *Calidoscópio* Vol. 9, n. 2, p. 80-95, mai/ago 2011.

\_\_\_\_\_. Hibridismo na profissão de agentes comunitárias de saúde no atendimento à tuberculose: entre a ordem institucional, a prática profissional e a agência pessoal. *Linguística Aplicada das Profissões*, v. 16 nº 1, 2012.

POMERANTZ, A. Extreme Case Formulations: a way of legitimizing claims. *Human Studies*, n. 9, 1986, p. 219-229.

POTTER, J. *Representing reality: discourse, rhetoric and social construction*. London: Sage, 1996.

PUTNAM, Linda. L.; NICOTERA, Anne. M. (Eds.) *Building theories of organization: the constitutive role of communication*. New York: Routledge, 2009.

REED-DANAHAY, Deborah E. *Auto/Ethnography: rewriting the self and the social*. Oxford and New York: Berg, 1997.

RIBEIRO, B.T.; GARCEZ, P. (orgs.). *Sociolinguística Interacional*. São Paulo, Loyola, 2002.

RIESSMAN, C.K.. Narrative Analysis. *Qualitative Research Methods Series*, No. 30. Newbury Park, CA: Sage, 1993.

RIO, João do. *A profissão de Jacques Pedreira*. Paris: Garnier, 1911.

SACKS, H. On doing “being ordinary”. In: Atkinson, M; Heritage, J. Structures of social action – Studies in conversation analysis. Cambridge: Cambridge University Press, 1984.

\_\_\_\_\_. Notes on police assessment of moral character. In: *Studies in social interaction* (David Sudnow, ed.), New York, Free Press, 1972, pp. 280-93.

\_\_\_\_\_. Hotrodder: a revolutionary category. In: *Everyday language: Studies in ethnomethodology* (George Psathas, ed.), New York, London, Irvington, 1979, pp. 7-14.

SACKS, H.; SCHEGLOFF, E.A. E JEFFERSON, G. A simplest systematic for the organization of turn-taking for conversation. *Language*, 1974, 50:696-735.

SANTOS, William Soares; BASTOS, Liliana. “Me tire de todos os laços que eu não agüento mais” – memória e a construção do sofrimento em uma narrativa de conversão religiosa. *ReVEL*, vol. 7, n. 13, 2009.

SARANGI, S. The conditions and consequences of professional discourse studies. In: KIELY, R.; REA-DICKINS, P.; WOODFIELD, H.; CLIBBON, G. (eds.), *Language, Culture and Identity in Applied Linguistics*. London, Equinox, 2006 p. 199-220.

\_\_\_\_\_. Reconfiguring self/identity/status/role: the case of professional role performance in healthcare encounters. In: ARCHIBALD, J.; GARZONE, G. (eds.). *Actors, identities and roles in professional and academic settings: discursive perspectives*. Berne: Peter Lang, 2010. p. 27–54.

\_\_\_\_\_. Role hybridity in professional practice. In S. Sarangi, V. Polese and G. Caliendo (eds) *Genre(s) on the Move: Hybridisation and Discourse Change in Specialised Communication*. Napoli: Edizioni Scientifiche Italiane (ESI), 2011.

SARANGI, S.; ROBERTS, C. Introduction: discursive hybridity in medical work. In: \_\_\_\_ (eds.). *Talk, Work and Institutional Order*. Discourse in Medical, Mediation and Management Settings. Berlin/ New York: Mouton de Gruyter. 1999a. p. 61-74

\_\_\_\_\_. Hybridity in gatekeeping discourse: issues in practical relevance for the researcher. In: \_\_\_\_ (eds.). *Talk, Work and Institutional Order*. Discourse in Medical, Mediation and Management Settings. Berlin/ New York: Mouton de Gruyter. 1999b. p.473-503.

SCHEGLOFF, E. A. Between micro and macro: Contexts and other connections. In: J.K.C. ALEXANDER; B. GIESEN; R. MUNCH E N.J. SMELSER (orgs.), *The micro-macro link*. Berkeley, University of California Press, 1987. p. 207-234.

SCHIFFRIN, D. *Approaches to discourse*. Massachusstes: Blackwell publishers, 1994.

\_\_\_\_\_. Narrative as self-portrait. *Language in society*, v. 25, n. 2, p.167-203, 1996.

SCHÜTZ, Alfred. *Collected Papers*, vol. I, ed. Maurice Natanson. The Hague: Martinus Nijhoff, 1962.

SCHWANDT, T. Três posturas epistemológicas para a investigação qualitativa. In: DENZIN & LINCOLN (Orgs.). *O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens*. Porto Alegre: Artmed, 2006.

SCHWARTZMAN, H. *Meetings in context*. Beverly Hills: Sage Books, 1988.

SELL, Mariléia; OSTERMANN, Ana Cristina. Análise de Categorias de Pertença (acp) em estudos de linguagem e gênero: a (des)construção discursiva do homogêneo masculino. *Alfa*, São Paulo, 53 (1): 11-34, 2009.

SFARD, A. On two metaphors for learning and the danger of choosing Just one. *Educational Researcher*, 27(2), 4-13, 1998.

SILVEIRA, Sonia Bittencourt; GAGO, Paulo Cortes. Interação de fala em situação de conflito: papéis interacionais do(a) mediador(a) em uma audiência de conciliação no Procon. *Intercâmbio*. v. 14. 2005. Disponível em <<https://revistas.pucsp.br/index.php/intercambio/article/view/3936/25>>  
86>

SINCLAIR, J.; COULTHARD, M. *Towards an Analysis of Discourse*. Oxford: Oxford University Press, 1975.

SNOW, David A. Collective Identity and Expressive Forms. University of California, 2001. Paper 01'07. Disponível em: <http://repositories.cdlib.org/csd/01-07>.

SOUZA, Lynn Mario Trindade Menezes de. Para uma redefinição de letramento crítico: conflito e produção de significação. In: MACIEL, Ruberval Franco; ARAUJO, Vanessa de Assis (Orgs.). *Formação de professores de línguas: ampliando perspectivas*. Jundiaí: Paco, 2011.

SPINK, M. J.; FREZZA, R. M. Práticas discursivas e produção de sentidos: a perspectiva da psicologia social. In: SPINK, M. J.. (Org.). *Práticas discursivas e produção dos sentidos no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas*. 3. ed. São Paulo: Cortez, [1998] 2004.

TANNEN, D.; WALLAT, C. Enquadres interativos e esquemas de conhecimento em interação exemplos de um exame/ consulta médica. In: B.T. RIBEIRO; P.M. GARCEZ (eds.), *Sociolinguística Interacional*. São Paulo, Edições Loyola. 2002 [1987]. p. 183-214.

TAYLOR, C. *Sources of the Self: the Making of the Modern Identity*. Harvard University Press, Cambridge, 1989, tradução brasileira: *As Fontes do Self: A construção da Identidade Moderna*. Trad. SOBRAL, A.U., AZEVEDO, D. A. Loyola, São Paulo, 2013.

TEDLOCK, B. Ethnography and ethnographic representation. In: DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. *Handbook of qualitative research*. London: Sage Publication, 2000.

THOMAS, W.I. Race Psychology: standpoint and questionnaire, with particular reference to the immigrant and the negro. *American Journal of Sociology*, v. 17, n. 6, p. 725-75, maio, 1912.

\_\_\_\_\_. *Sourcebook for Social Origins: ethnological materials, psychological standpoint, classified and annotated bibliographies for the interpretation of savage society*. Chicago: The University of Chicago Press, 1909.

VELASCO, Amanda Dinucci Almeida Buhler; OLIVEIRA, Maria do Carmo Leite. Sorria: você está sendo filmado. A espetacularização da prática policial e o trabalho de limpeza moral. *Gragoatá*, Niterói, n. 40, p. 380-398, 1. sem. 2016.

VELHO, Gilberto. Observando o familiar. In: NUNES, Edson de Oliveira (org.). *A Aventura Sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978. pp. 36-46.

VERSIANI, D. B. *Autoetnografias: conceitos alternativos em construção*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2005.

WINKIN, Yves. *A nova comunicação*. Da teoria ao trabalho de campo. São Paulo: Papirus Editora, 1998.

## ANEXO I

Convenções de Transcrição (adaptadas de estudos da Análise da Conversa [Saks, Schegloff e Jefferson, 1974], com incorporações de Loder e Jung, 2009)

<b><i>Tempo</i></b>	
...	Pausa não medida
(2.3)	Pausa medida
(.)	Pausa de menos de 2 décimos de segundo
<b><i>Aspectos da produção da fala</i></b>	
.	Entonação descendente
?	Entonação ascendente
,	Entonação intermediária, de continuidade
-	Parada súbita
<u>Sublinhado</u>	Ênfase em som
MAIÚSCULA	Fala em voz alta ou muita ênfase
°palavra°	Fala em voz baixa
>palavra<	Fala mais rápida
<palavra>	Fala mais lenta
: ou ::	Alongamentos
[ ]	Fala sobreposta
↑	Som mais agudo do que os do entorno
↓	Som mais grave do que os do entorno
Hh	Aspiração ou riso
.hh	Inspiração audível
<b><i>Formatação, comentários, dúvidas</i></b>	
=	Eloções contíguas, enunciadas sem pausa entre elas
( )	Fala não compreendida
(palavra)	Fala duvidosa
(( ))	Comentário do analista, descrição de atividade não vocal
<b><i>Outros</i></b>	
“palavra”	Fala relatada

## ANEXO II

Consulta jurídico-profissional realizada em 07/06/2016, em escritório de advocacia localizado no município de Vila Velha, estado do Espírito Santo. Participantes: Mayara e Isis. Intervalo transcrito: 00'13'' a 10'08''.

01	Mayara	Qual o nome da senhora mesmo, perdão?
02	Isis	Meu nome é.. Inhantes d'eu: coisar, é uma causa
03		do: vou conversar com você prim[eiro
04	Mayara	[Uhum
05	Isis	É sobre uma: uma
06		causa do meu fi[lho
07	Mayara	[Uhum]
08	Isis	[Num tem!? Que ele foi preso em
09		dois mil e cato:rze fevereiro saiu em ju[lho
10	Mayara	[Uhum]
11	Isis	[Ele
12		foi preso como suspeito.. Sobre fogos de ônibus
13		e meu fi[lho
14	Mayara	[fo[go?]
15	Isis	[É. E o meu filho foi absolvido
16	Mayara	Uhum
17	Isis	Entendeu?
18		Ele teve a absolvição dele.
19	Mayara	Uhum
20	Isis	Aí pelo que me indicaram, pelo que eu tô
21		conversando pra essa causa o meu filho tem
22		direito a uma: [como se fal[a
23	Mayara	[Indenização]
24	Isis	[A uma Indenização,
25		entendeu?
26	Mayara	[Uhum, Uhum]
27	Isis	[Aí
28	Mayara	[Ele chegou a ser pre:so? Des,culpa.
29	Isis	[<Ficou> quais seis MÊses
30		como suspei[to
31	Mayara	[Aham]
32	Isis	[Mas graças a Deus o >meu filho<
33		teve a sentença de absolvição dele, teve t <u>u</u> do,
34		enten[deu?
35	Mayara	[Que aconteceu?
36	Isis	O::lha é um incendiário que teve em dois mil e
37		cato:orze.
38	Mayara	Uhum
39	Isis	Não sei se você me lembre. É aqui mesmo no
40		Zumbi, Capuaba aqui.
41	Mayara	Foi aqui:?
42	Isis	Fo:[oi
43	Mayara	[Ah, não lembro]
44	Isis	[Aqui em Capuaba que
45	Mayara	[Não lembro, não, mas eu
46		lembro que há um tempo atrás tava tendo umas
47		coisas [de incêndio mesmo
48	Isis	[Então! Foi em Capua:BA



	49	Mayara	[Entendi
	50	Isis	[Mas só que o
	51		meu fi:lho Tava presente, mas só que o meu
	52		filho não se <envolve:u>. Não tacou, por[tanto
	53	Mayara	[Uhum
	54	Isis	Graças
	55		à Deus os.. como é que fala? Os.. As testemunha
	56		que foi, que meu filho tava junto com eles
	57	Mayara	[Uhum]
	58	Isis	[comprovado
	59		pelo tudo certi:[nho
	60	Mayara	[Uhum]
	61	Isis	[Graças à Deus meu filho foi
	62		absolvido. Fiquei <feliz da VIda>.. Aí dé:
	63		deram meu filho como susP+Eito, entendeu?
	64	Mayara	[Aham]
	65	Isis	[Aí
	66		levaram o meu filho
	67	Mayara	[Porque ele tava presente, né!?
	68	Isis	É. Aí
	69		levaram ele, pois você sabe, esses caso assim
	70		eis quer pegar, quer julgar, não quer saber se
	71		foi ou se <não f o:i>
	72	Mayara	Sim, sim.
	73	Isis	Entendeu?
	74	Mayara	Uhu::m
	75	Isis	Aí o meu filho foi preso e ficou quais seis
	76		meses. Aí me falaram pra mim que o meu filho
	77		tem como que ele fo:i teve essa ((não
	78		compreensível)) absolvição, entendeu?
	79	Mayara	Uhum
	80		Ele tem direito a uma indenização.. e procurar
	81		um advogado. Eu até não tava querendo mexer com
	82		isso não, entendeu?
	83	Isis	[Uhum
	84	Mayara	[Mas falo que é os meu
	85		dire:ito.
	86	Isis	[SIM. Nesse Ca:so ele vai ter que vir aqui
	87		pra contar a história <pra ge::nte> e também
	88		como quem é o titular do direito é ꞑe:le, ele
	89		vai ter que >vir pra contar a história<, pra
	90		dizer <o que acontece:u>, °o que se passou
	91		<duRANte> o tempo que ele teve preso, se ele
	92		sofreu algum tipo de agressã::o°, esse tipo de
	93		coisa, entendE:U?
	94	Mayara	Uhum
	95	Isis	Porque tudo isso vai <agrav+a:r> a situação
	96		dele ter ficado no presídio. >Porque uma coisa
	97		é você ficar preso, outra coisa< é você ser
	98		preso e aꞑi::nda: levar uma surra na cadeia,
	99		entende? É mu::Ito.. >ser preso já é ruꞑim<
	100		Você ser abusa::ado na cadeia:. Tem uma serie
	101		de questões que a gente tem que fu ((reparo))
	102		que a gente tem que saber por ELE o que se
	103		pas[sou
	104	Mayara	[Uhum
	105	Isis	[O que se
	106		passou lá também, entendeu? >Ter direito a
	107		indenização ele tem<, mas os detalhes é
	108		importante que <ele conte pra gente>

109	Mayara	Mas deixa eu falar com você, ao sábado você traba:lha? NÃO, né!?
110		
111	Isis	Ele só pode vir dia de sábado?
112	Mayara	Porque aos sábados, só aos sábados, porque meu filho traBA:lha.
113		
114	Isis	Uhum
115	Mayara	Ele trabalha
116	Isis	[E tem
117	Mayara	[com o quê?
118	Isis	[E tem.. O meu filho trabalha na tanga
119		na tãgará
120	Mayara	Ah! Aqui na:
121	Isis	É! A tangará
122	Mayara	Uhum
123	Isis	Porque a tangará é assim, a tangaráé o tipo de coisa assim, não gosta que fa::lta
124		
125	Mayara	[Aham]
126	Isis	[Não gosta de
127		de desse tipo de co[Isa
128	Mayara	[Uhum]
129	Isis	[Toda empresa é assim.
130		Empresa não gosta, né!?
131	Mayara	SI:M
132	Isis	Aí um dia melhor pro meu filho estar presente aqui: é <aos sá:bados>
133		
134	Mayara	TÁ! Eu vo:u. depois a gente vê al+i na: na >recepção< que aí a gente marca um sábado pra ele vir aqui. Aí eu venho com o meu pai >também<. Um sábado que ele possa e >um sábado< que eu possa também.
135		
136		
137		
138		
139	Isis	Uh[um
140	Mayara	[Entendeu?
141	Isis	[Mas deixa eu te <pergunta:r> uma co:Isa. DinHEIro, se no ca[so
142		
143	Mayara	[Dia de sábado ele pode, né!?
144	Isis	Po:de! Por[que
145	Mayara	[Tá]
146	Isis	[tem sábado que ele trabalha.. é mu::Ito difícil ele trabalhar no sábado.
147		
148	Mayara	Uhum
149	Isis	No sábado prova provavelmente é DELE. Só durante a semana toDI:[nha
150		
151	Mayara	[Aham
152	Isis	Se for o caso dele mexer com essa causa aí (0.2) é.. <você:s> (0.3) vocês <acerta aPÓs ter terminada a decisão todi:nha ou tem que entrar com dinheiro?
153		
154		
155		
156	Mayara	Geralmente é depois que termina tudo, mas essa par[te
157		
158	Isis	[Depois que termina tudo]
159	Mayara	De paga:r
160	Isis	[Depois que termina tudo, né!?
161	Mayara	É! Essa parte de pagar é com meu pai, >mas geralmente é depois que [termina<
162		
163	Isis	[depois que termina
164		tudo, [né!:
165	Mayara	[Uhum]
166	Isis	[Porque eu num tenho assi:m. a gente não tem como entrar. Porque ASSALARIADO <a gente
167		

168 169		não tem como entrar> não tem como entrar com dinhe:[iro
170	Mayara	[Aham]
171	Isis	[Entendeu?
172 173 174	Mayara	NÃO! Mas isso aí a senhora pode ficar <TRANQUI:LA> porque sem entrar <a senhora não fica, NÃO>. (0.3) E o que traz a senhora aqui?
175	Isis	É sobre isso [mesmo
176	Mayara	[É do seu fi::lho]
177 178 179 180 181	Isis	[É sobre isso mes]mo que eu vim conversar com você. Porque meu filho trabalha, né!? Eu falei vou conversar pra ele e vou perguntar se aos sábados funciona e eu posso tá trazendo o meu filho °aqui::°
182 183 184 185 186 187 188 189	Mayara	Aí eu já vou orientar a senho::ra que QUA:ndo ele vier, pra ele trazer <tudo de docume:nto> que ele tiver, entendeu? Documento que el.. se ele tiver que ele por exemplo: é:: a noTícia do jornal que a >senhora possa ter guardado< do que aconteceu. Tudo o que tiver relacionado a isso traz que aí é importante pra gente analisar no mesmo d[ia.
190 191 192 193	Isis	[NÃO, eu tenho tudo guardado, minha fi::lha! É ruim, heim!? Eu tenho jornal ?até tirei cópia do jornal com medo de d[e:
194	Mayara	[Apagar]
195 196	Isis	[de <APAGAR>.. ?Eu tenho cópia eu tenho TUDO.
197 198 199 200	Mayara	Então, a senhora traz tu:do isso.. e <aí a gente::..> a gente:: >entra com a ação. Entendeu? Aí eu vou ver ali na na recepção se esse sábad.. a senhōra tem telefo:ne?
201	Isis	Tre:nho!
202 203 204 205 206	Mayara	Que aí eu anoto o telefone da senhora, que fica mais fácil. Quando meu pai vier pra cá, que ele tá fazendo audiência, aí eu marco de atender junto com ele. Vem eu.. aí vem eu e ele, °aí° vem a senhora e seu fi:[lho.
207 208 209 210 211	Isis	[Mas tem tem tem pessoas que falam pra ÿmi:m que isso aí pode prejudicar meu FILHO. >Envolve é:< é é é pode teimar, alguém fazer alguma coisa assim, fazer alguma coisa com e[le
212	Mayara	[.Nã::o]
213	Isis	[Tem nada disso não, né!?
206 207 208 209	Mayara	[Não.. na verdade eles falam isso <u>por</u> quê? (0.2) Se vo<cê:> entrar com uma AÇÃO, eles vão perder dinheiro, n[ão vão?
210	Isis	[Uhum]
211 212 213 214 215 216 217 218 219	Mayara	[A empresa vai perder dinheiro. O estado vai perder dinhe:iro. Se <você:> não entrar, então eles não vão perder. Então <é ma:is vantajoso pra eles fala ((reparo)) AMEDRONTAR <e dizer> que você vai >correr algum risco, alguma coisa assim<, mas você, mas isso aí >você pode ficar despreocupada que não corre<. É só pra <amedRONTar> ME:smo, pra não deixar com que você entre, entende:u?

220	Isis	Uhuh. Ate minhas amigas falam, não tem? Mas
221		não, pela vergonha. NOSSA! Você ver a
222		HUMILHAÇA::O. Passou >na televisão e tudo< meu
223		filho chora::[ndo
224	Mayara	[sim, uma <exposição>, né!?
225	Isis	Falando que ele é inocente, que ele não fez
226		nada, chamando o meu filho é é é chamando meu
227		filho de ?bebê CHORÃO. Lemção! Bebê chorão!
228		TUDI:[NHO!
229	Mayara	[E quem falou isso?
230	Isis	Na televisão! Na reportagem passou meu filho
231		chorando! HUMILHANDO meu filho como se ele
232		fosse um li::xo! Até drone teve nessa nesse
233		((engole a saliva)) na prisão na na na
234		apreensão do meu °filho°! ((fala embargada))
235		às seis horas da manhã. (0.2)
236	Mayara	°É°...
237	Isis	Deus me.. Ó, pra mim eu MURRI! <Acabou com a
238		minha Vida aquele di:a>
239	Mayara	Uhuh (0.3)
240	Isis	Os meus a maioria das pessoas me HUMILha::ndo,
241		me rebaixa::ndo que meu filho foi preso, que
242		ele era is[so que ele era aquilo
243	Mayara	[que que aconteceu? Alguém falou
244		diretamente com a senho::Ra sobre i::sso? Ou só
245		assim os os olha::res que a senhora se que a
246		senhora percebe::u.. ↑Além da huMILHAção na
247		televisão, né!?
248	Isis	É... Sabe é, as pessoas me falam só que eu moro
249		num local só, entendeu?
250	Mayara	Aham
251	Isis	Num num.. eu não relevo (0.2) na base da
252		ignorância que a gente a gente tem que... como
253		é que se fala?.. é a gente que faz o lugar,
254		né!?
255	Mayara	Uhuh
256	Isis	Aí eu (0.3) eu comecei a quase querer entrar em
257		de depressa::o. entendeu?
258	Mayara	Uhuh
259	Isis	Meu filho foi preiso. Aí eu relevava, entendeu?
260		Mas só que foi MU::ITA humilhação! >Passei
261		muita humilhação< mesmo, minha família TODa. Já
262		pensou você ver seu filho EXPOSTO?
263	Mayara	Co:m certe[za!
264	Isis	[Na tele[visão
265	Mayara	[com certeza]
266	Isis	[sendo humilha:::do,
267		pisa:::do, >que isso, que aquilo<!
268	Mayara	°É°... A é uma .exposição assim que não tem
269		dinheiro que pague. Por mais assim que a gente
270		e:ntre com uma ação ?e VA:I entrar com essa
271		ação porque é direito .de:↓[le
272	Isis	[Uhuh]
273	Mayara	[nada paga isso,
274		né!? >porque não é<
275	Isis	[NADA PA::GA!]
276	Mayara	[Porque não é porque não apa:ga
277	Isis	[porque tem dia.. isso
278		foi em dois mil e catorze. Quando eu estou só
279		dentro de ↓ca:sa, minha vida é CHO↑R[A:R

280	Mayara	[Uhum]
281	Isis	[porque
282		não sai, a lembrança vem. ?ainda MAis quando eu
283		vejo jorna:l, quando eu vejo.. alguma mãe
284		>algum filho preso<, a mã:e naquele
285		<DESESPE:RO>, não tem!?
286	Mayara	Aham
287	Isis	Aquilo vem à tona! Aquilo parece que minha
288		mente abre, parece que <eu to vendo tudo
289		acontecer DE NOVO>. >É uma coisa que eu acho
290		nunca vai apagar da minha mente<
291	Mayara	Nisso que a gente chama de de u.. u.. o que a
292		gente chama de da:no mor:al é exatamente isso!
293		É um dano que a gente sofre:, seja esse dano à
294		nossa ima::gem, que o ?dano à imagem também é
295		um dano mor[a:l
296	Isis	[É?
297	Mayara	É:: A imagem do seu filho ela ?fo:i afeta:da. E
298		é um direito >CONSTITUCIONAL< que a gente tem
299		de não ser afeta::do.. então, o dano moral pra
300		quê que ele vem? Ele vem pra <RESSARCIR> um
301		dano que você sofreu sobre algum direito da sua
302		<PERSONALIDADE>, que chama assim, né, na lei,
303		né!?
304	Isis	Uhum
305	Mayara	E <por mais que> se pague por isso, nunca nada
306		vai é APA[GAR
307	Isis	[Cobri:r]
308	Mayara	[É! Cob[rir
309	Isis	[o que tá aqui dentro
310	Mayara	É uma <COMPENSAÇÃO> que na verdade é uma
311		compensação em dinheiro, né!? Em pecúnia, que,
312		na verdade .não vai ser compensa::do. É só, na
313		verdade, pra ser uma pra servir como uma
314		espécie de LI[ÇÃO
315	Isis	[Uhum]
316	Mayara	Uma lição >bem de escola MESMO<, uma lição
317		pedagógica pra que ((mudando a entonação))olha,
318		estado, não faça mais isso! Televisão, >se foi
319		o Amaro Neto< não faz assim! ?Porque ninguém
320		tem ((reparo)) ninguém ?PODE passar por isso,
321		.né!? ninguém deveria passar [por isso.
322	Isis	[porque ele passou no
323		jornal TODI::nho. Passou os dois dias. Passou
324		acho que uns dois ou três dias que passou essa
325		°repota:ge:
326	Mayara	Uhum
327	Isis	Foi até aquela.. até a.. uma mulher que foi lá
328		em cãs, filmou TUDINHO. Nossa! Bagunçaram minha
329		casa <TODI:NHA>. Eu tirei foto tudi:nho que pe
330		que eles entraram na minha casa, entendeu?
331		Revirou tudi:nho minha ca::sa. Tirei foto
332		tudi:nho, meu celular que fui roubada. Roubaram
333		meu celular.
334	Mayara	Uhum
335	Isis	A bagunça que eles fizeram. Meu Filho estava
336		prestes a levantar pra ir traba:lhlar. Meu filho
337		tava FICHADO. Meu filho tava fi.. meu filho
338		tava FICHADO, tava TRABALHANDO carteira
339		assina::da.

	340	Mayara	Uhum
	341	Isis	<Carteira assinada> o meu filho tava.
	342	Mayara	É... qual o número da senhora que aí eu vou
	343		ligar pra senh[ora
	344	Isis	[é o número:: eu poss eu te de
	345		cabeça eu não sei, tem como eu ligar para o seu
	346		fazendo um favor pa pra ficar com você?
	347	Mayara	Tem, tem sim. Espera só um minutinho?
	348	Isis	Porque eu não gravei de cor ainda o meu número
	349		do celular. Porque eu modifiquei o meu antigo
	350	Mayara	Aham
	351	Isis	E tinha muita gente ligando restrito no meu
	352		.celula::r
	353	Mayara	Isso é ruim, né!?
	354	Isis	Uhum
	355	Mayara	A senhora mora aqui p[erto?
	356	Isis	Moro aqui no Zum[bi:
	357	Mayara	Ah! Pertinho!
	358	Isis	Perti::nho!
	359	Mayara	É bom que quando for sábado a senhora vem com
	360		seu filho dá pra vir até andando
	361	Isis	Aham. Eu venho com ele. Eu gosto de acompanhar
	362		ele nessas coisas. Eu gosto de acompanhar ele,
	363		[não tem?
	364	Mayara	[É. É bom ele vir porque uma coisa é a senhora
	365		contar, outra coisa é ele contar, porque quem
	366		sofre não esquece, né!?
	367	Isis	É!
	368	Mayara	São sofrimentos diferente
	369	Isis	Uhum
	370	Mayara	Só um minutinho
	371	Isis	Tá bem
	372	Mayara	((Mayara sai da sala))

## ANEXO III

Consulta jurídico-profissional realizada em 25/06/2016, em escritório de advocacia localizado no município de Vila Velha, estado do Espírito Santo. Participantes: Mayara e Isis. Intervalo transcrito: 00'43'' a 15'30''.

01	Mayara	Pode falar, Dona Isis!
02	Isis	Bom, o que eu tenho a dizer é que >eu estou
03		aqui presente< diante de você e seu pai... que
04		o meu filho ocorreu uma prisão, entend[e::u?
05	Mayara	[Uhum...]
06	Isis	Que eu levo injustamente a ca::usa que eles
07		fizeram com o meu fi:lho quando >prenderam<
08		como suPEItto, enten [↑de:u?
09	Jader	[Uhum]
10	Isis	Aí eu quero RECORRE::R porque meu filho foi::
11		inocentAdo, entendeu? Pela jus↑tiça.
12		ABSOLVI::DO. E eu quero recorrer os meus
13		direito porque... Isso não vai pagar o PREço...
14		da verGOnha, da humilhaçã::o que a gente >se
15		pas[sou<
16	Jader	[Uhum]
17	Isis	[Entendeu? Mas é um direito da gente! Se eis
18		fala que são da lei, nós também >temos< o
19		direito sobre >todas as CO[isas<
20	Jader	[Uhum]
21	Isis	O que eu tenho a dizer é <somente> i:sso.
22	Jader	Uhum
23	Mayara	O que acon você le::mbra ((dirige-se para
24		Jader)) de um que tava tendo um <incê::dio> no:
25		de <↑ôni::bus> [e tal?]
26	Jader	[Lembro].
27	Mayara	Então, aí acusaram o Ícaro que ele era
28		incendiá:rio. Aí ele chegou a ser <pre::so> e
29		ta:l passou na televisã:o aquele >aquela todo
30		constrangimento< de passar na <televisã::o> das
31		>vizinhas da Dona Isis< (0.3) sabe::[REM,
32	Jader	[((espirros
33		de Jader))]
34	Mayara	[né!? Ficar
35		comentando e aí depois descobriu-se que ele era
36		inocente.
37	Jader	Uhum
38	Mayara	Não é is[so, Ícaro? ((dirige-se para Ícaro))
39	Isis	[Aí eu]
40	Ícaro	[Isso mesmo]
41	Isis	Aí eu neste intervalo no mês de janeiro,
42		entendeu? Isso aconteceu foi em janeiro o
43		incêndio. Dia dez de janeiro. Nesse intervalo
44		[fo
45	Jader	[((espirros de Jader))]
46	Isis	[foram até a até a o meu filho tava na <ru:a>
47		pegaram meu algemaro levaro a↑té a
48		patrimonia::l. Eu tive que buscar meu filho
49		lá::
50	Jader	Fez is[so
51	Isis	[Em janeiro e e logo em fevereiro logo

52		veio um <mandado> de prisão pro meu fi::lho.
53		Dia treze ((Jader digita as informações)) de
54		fevereiro.
55	Jader	Treze d[e fevereiro?
56	Ícaro	[Eles me abordaram]
57	Ísis	[dia treze de fevereiro]
58	Ícaro	Eles me abor[da::RAM
59	Ísis	[ABORDA:ram meu filho]
60	Ícaro	[me aborda::ram me
61		Le[VA:RAM
62	Mayara	[qual foi o ano?]
63	Ícaro	A minha mãe foi me busc[a::r
64	Mayara	[você lembra o
65		ano?]
66	Ísis	[treze de
67		fevereiro de dois e <cato:rze>]
68	Ícaro	[aí em
69		depoimento me abordaram] aí o que acontece?
70		(0.3) ela me BUSCO:U aí depois dia três de
71		<feveREIro> surgiu um mandado de prisão pra
72		↑mim aí pegaram e acho que a partir de umas...
73		cinco e meia pra [seis horas
74	Ísis	[não! Já era seis e pouco já!
75	Ícaro	Usaram <dro::ne> pra me pra me pega:r (0.8)
76		((Jader digita))
77	Mayara	Três de fevereiro, né!?
78	Ícaro	Dia três de fevereiro.
79	Mayara	Uhum
80	Jader	Você ficou preso quanto tempo, Ícaro?
81	Ícaro	Fiquei preso qua [quatro meses e]
82	Ísis	[ele entrou dia treze de
83		fevereiro e saiu dia TRINTA de de de Julho.
84	Jader	((digita)) Julho?
85	Ísis	Uhum
86	Jader	Julho? Aham
87	Ísis	[ficou cinco seis ficou cinco meses e
88		dezessete dias [preso quais seis mês
89	Ícaro	[me mandaram pra Viana e depois
90		me mandaram ↑lá pra A↑racru:z
91	Jader	Viana é o presídio [é
92	Ícaro	[é o CDP de Viana]
93	Jader	[de
94		((incompreensível)) respoito::sa e ta::l, né!?
95	Ícaro	Isso! Aí eu fui [pra
96	Ísis	[mandaram meu filho pra Viana
97	Ícaro	Me enviaram pra Viana, de Viana pra
98		(0.3) me deram o bonde lá pra Aracruz. De
99		Aracruz só tive que voltar de novo de Aracruz
100		pra cá de pra depo pra tá no CDP2 ((Jader
101		digita)) presídio que tem em Viana. Só que na
102		viagem ou [a
103	Mayara	[Uhum]
104	Jader	[e é ele eles mostraram sua imagem na
105		<televis::ão>, nos <jorn[a::is>
106	Ícaro	[MOSTRA:RAM]
107	Ísis	[MU::ita
108		Humi[LHAÇÃO!
109	Jader	[Fotografi::as
110	Ísis	MUITA HUMILHAÇÃO! Mu:ita humiLHAçã::o!



111	Jader	Vocês sabem em quais canais de TV pa:ssaram?
112	Ísis	No <Fernando FULY> se eu não me engano passou
113		também a [a
114	Ícaro	[passou na rede nacional TO:DA. O
115		Brasil Todo
116	Ísis	Passou no Brasil Todo!
117	Mayara	Passou em rede NAciona:l?
118	Ícaro	O mundo TO[DO!
119	Ísis	[O mun::do TODO!
120	Jader	[Passou em rede nacional?
121	Ícaro	Rede naciona::l. O mun[do todo!
122	Ísis	[o um:ndo TODO! ((Jader
123		digita)) até presente<mente> uma coisa qu[e:
124	Mayara	[cidade
125		Alerta o dele, né!? Do Fernando Fuly.
126	Ísis	Ó acho que naquele momento ci ci cidade alerta.
127		Aqui ó ((mostra reportagens impressas)) tá até
128		presente que a Mayara me pediu que EU que eu
129		sabia que eu ia precisar di:sso eu guardei o
130		jorn[a::l
131	Jader	[Uhum
132	Ísis	Indica tudi:nho que que coisou meu
133		fi::lho
134	Ícaro	Eles levaram um de meno:r
135	Mayara	Uhum
136	Ísis	Levaram um de menor, levou ÍCARO, um um de São
137		Pedro
138	Ícaro	O Vitor
139	Ísis	Portanto que um foi até preso que confessou que
140		botou fogo no pneu, não tem?
141	Mayara	Uhum
142	Ísis	Foi TESTEmu:nha do meu fi::lho, comprovando que
143		>meu filho< não botou fo:GO, não fez nãda.
144		
145	Mayara	Uhum
146	Ísis	Aqui, ó! ((entrega documentos para Mayara))
147		Esses aqui são os papeis que eu trouxe, Mayara,
148		que eu não entendo muito bem dessas coisas, mas
149		o que eu PU::[de alcançar
150	Jader	[Esse jornal aqui ((mostra o
151		jornal impresso))qual é dona [Ísis?
152	Ísis	[É o jor[nal de
153		quando meu filho foi pre::]so
154	Mayara	[Notícia
154		Agora]
156	Jader	Ah! Notícia Agora!
157	Ísis	É:
158	Jader	Da Rede Gazeta.
159	Ísis	É:
160	Jader	Saiu no jornal A Trib]u::na?
161	Ícaro	To
162	Ísis	Ó, eu acho que todos os tipos de ca[nais
163	Mayara	[Deixa eu
164		procurar aqui
165	Ícaro	((incompreensível))
166	Ísis	Porque
167		foi é [MUNdia::l
168	Ícaro	((incompreensível))
169	Jader	Uhum

170	Ísis	Sofri mu[i::to. Passei muita humiLHAção
171	Mayara	[Qual o seu nome todo, Ícaro?
172	Ícaro	Ícaro Vix Dias
173	Mayara	Viax?
174	Ísis	[Vix!
175	Ícaro	[Vix!
176	Ísis	Ícaro Vix [Dias
177	Mayara	[Dias. Vo[cê ((digita))
178	Ícaro	[põe um ene no final ali.
179		((aponta para a tela do computador que está
180		virado para o participante))um ene ali, ó. [Tem
181		um ene ali.
182	Mayara	[Com
183		x?
184	Ícaro	Isso. Dias.
185	Ísis	Aqui está o CPF de::le, sua identidade, Ícaro
186		((entrega os documentos para Mayara))
187	Mayara	Gazeta on li::ne ((pega a página impressa do
188		jornal digital)) (0.3)
189	Jader	Vocês moram aqui no bairro Alecrim mes[mo?
190	Ísis	[mora. A
191		gente moramos aqui no ZumBI.
192	Jader	Na época vocês moravam aqui?
193	Ísis	Aham! Tem DEZOITO anos que eu moro aqui:
194	Jader	Ô, Ícaro. ((dirige-se para Ícaro)) ↓foi em dois
195		mil e catorze, Mayara ((volta-se para Mayara,
196		quem digita as informações no computador,
197		corrigindo-a)). Ô, Íca[ro
198	Mayara	[Uhum]
199	Jader	Me fala uma coisa, é:: como ficou
200		a sua reputação na comunidade depois disso aí?
201	Ícaro	Rapaz, eu [fu
202	Mayara	[Você mora em Zum[b]i, não é?
203	Ícaro	[eu fu eu fui
204		humilha::do até ce até certo ponto tem muita
205		gente que às vezes assim.. fica me julga::n[do
206	Jader	[Uhum.
207		Até hoje?
208	Ícaro	E não sabe o que eu passei. Até hoje.
209	Jader	Hoje é dia:: vinte e cinco de ju[lho
210	Ícaro	[e eu quero os
211		meus DIRE::Ito]
212	Jader	de dois mil
213		e dezesseis. Desde lá até AQUI: você ainda fica
214		sofre:ndo:?
215	Ícaro	Rapaz, até hoje eu ve.. eu venho caminha::ndo
216		aí, ó, e [humiLHAção
217	Jader	[Eles falam da sua ima::]gem?
218	Ícaro	É::... muita
219		gente me ZOA, mas..
220	Ísis	Às vezes ficam chamando ele de de bebê CHORÃ:O,
221		não tem?
222	Jader	Uhum
223	Ísis	Porque foi passado na reportagem que >falaram
224		pra mim que eu não tive coragem de ver< porque:
225		eu sofri MUITO porque eu cheguei é.. às vezes
226		eu pensei que até ia entrar em depressão,
227		entend[eu?
228	Jader	Uhum

229	Ísis	Aí eu fa aí eu cheguei pra ele e falei ceis
230		para de paLHAÇA:da que isso tudo ↓acabo::u e eu
231		num ↓num que saber disso ma:is. E meu filho
232		SEMPRE trabalho::u.
233	Jader	O ônibus era de qual empresa?
234	Ícaro	Rapaz, era da Cope.
235	Jader	Cope engenharia?
236	Ícaro	É. Isso. [E
237	Ísis	[Era particUL[a::r
238	Jader	[Aham]
239	Ísis	O ônibus parece
240	Ícaro	Particular. (0.4)
241	Mayara	Aparece aqui em todos os sites mesmo. Em TODOS.
242		((mostrando para Jader a pesquisa que fez na
243		internet))
244	Jader	Aham
245	Ísis	É. Em TODOS. (0.5) Dá pra ver na reportagem do
246		do do Fernando ↓Fuly:: Maya::Ra?
247	Jader	Que horas que foi [a
248	Mayara	[depois eu procuro!
249	Jader	Que horas
250		que foi [o
251	Ísis	[porque eu queria antes
252	Jader	[que horas que foi o
253		incêndio, Ícaro?
254	Ísis	Porque eu queria
255		MU::ito V[ER!
256	Mayara	[Depois eu procuro.
257	Ícaro	O incêncio foi em que horário? Uma ci::nco ho::
258		quase SEIS horas da TA::rde, mãe?
259	Ísis	Ah, Íca[RO
260	Jader	[↑VocÊ tava trabaLHA:ndo?
261	Ícaro	Eu eu trabalha::va. Eu trabalhava, ↓num tem? De
262		carteira ASSINA::da.
263	Ísis	Porque sua carteira foi assinada dia vinte e
264		TRÊ::S
265	Ícaro	Dia vinte e t[rês
266	Ísis	[o incêndio começou foi di:a
267		<DE::Z>
268	Jader	Tava TRABALHA::ndo!
269	Ícaro	[Eu tava trabalhando.]
270	Ísis	[Tava trabalha::ndo]
271	Jader	No horário do ince::ndio você ↓tava
272		trabalha::ndo ou tava de <fo::lga>
273	Ícaro	Esse período eu acho que [se se
274	Ísis	[ele tava em ca::sa
275	Ícaro	Eu tava em casa. Em PLENO sá:bado [eu acho
276	Jader	[Ah! Foi no
277		[↓sábado.
278	Ísis	[foi no sábado]
279	Ícaro	[porque eu ta]va em ca::sa
280	Jader	[Aham
281	Ícaro	Pode ter sido no
282		sábado porque eu tava em casa.
283	Jader	Aham
284	Ícaro	Se não eu tava trabaLHA:N[do
285	Jader	[Você pratica
286		espo::rte ô ô ↓Ícaro?
287	Ícaro	Rapaz, eu jo::GO bo::la. Jogo Bola [de vez em

288		quando
289	Ísis	[ele joga
290		bola]
291	Ícaro	Mas de vez em quando assim eu jogo sim.
292	Jader	Depois disso daí você teve alguma:: teve algum
293		problema (0.2) com o com o que você jogava?
294		Eles passa eles fizeram alguma >restrIçã::o< à
295		você ou você continuou jogando normalmente?
296	Ícaro	Rapaz
297	Jader	Ou eles privavam você de parTICIpAr?
298	Ícaro	Normalmente. Normal[mente.
299	Jader	[Não prejudicou?
300	Ícaro	Só que
301	Jader	Não priva::ram você as
302	Ícaro	Não. Só que
303	Jader	Quem te conhece de VERDADE sabe que você não ia
304		fazer isso, CORRETO?
305	Ícaro	Corretamente!
306	Jader	Mas aqueles que não tinham mais <conVÍVI::O>
307		(0.2) por ver as imagens vinculando nos jornais
308		e nas têve:s (0.2) eles <passaram a ZOMba:r de
309		você>. É is[so?
310	Ícaro	[passaram [as
311	Jader	[Mas quem te conhece DE
312		VER↑DA:DE, sua mãe, as pés[soas pró::ximas
313	Ícaro	[minha mãe, meu p[ai
314	Jader	[seus
315		colegas de traba:ho]
316	Ícaro	Todo mundo sabe
317		que eu não sou isso.
318	Ísis	Até as pessoas eu sou testemunha que foi
319		comprovado diante do JUI:Z que meu filho tava
320		junto com eles. Foi isso e é pessoas
321	Jader	Ok
322	Ísis	E eu agradeço a eles desde já
323	Jader	Aham
324	Ísis	Não vou <esquece:r> (0.3)
325	Jader	Ok, Ícaro. Vamos a gente vai analisar aqui:
326		porque há uma ocorrência. Como há um ilícito, a
327		gente tem que ver qual a corrente de
328		INTEREessados (0.2) que estão envolvidos. Assim
329		como também a divulgação (0.2) é... de dados
330		FALSOS. Atribuir à <você::> uma um ILÍCITO que
331		você NÃO comet[eu
332	Ícaro	[Verdade
333	Jader	E saber quais aqueles que
335		praticaram o ilícito sem prejuízo da sua imagem
336		ou pessoa como cidadão, um homem de BEM
337		trabalHA::dor, uma pessoa de família.
338	Ísis	Porque::
339	Jader	Porque é... não se permite que ninguém
340		saia por aí... é... divulgando o que se o que
341		não se está APURADO
342	Ícaro	Uhum
343	Jader	É... é... a sua o seu período de cadeia foi
344		ILÍCITO. Um ilícito do ESTA::DO. É... Pode ter
345		pessoas interessadas, como a proprietária do
346		ônibus ou pessoas... é... interessadas nos
347		passageiros que estavam ali >digamos que<
348		trabalhando PARA a empre::sa transportando

	349		trabalhador de uma empresa
	350	Ícaro	Uhum
	351	Jader	E TAMbé::m dos jornais, porque você tem o
	352		direito é... de PRESERvação da sua ima::gem.
	353		Ninguém pode colocar a sua imag[em
	354	Ícaro	[é ninguém
	355		[pode]
	356	Jader	[para explo[rá-
	357		la]
	358	Ísis	[foi MU::ita
	359		humilhação
	360	Ícaro	Me humilharam. Me humilha::ram.
	361	Ísis	[MUI::ta humilhação] Mui::ta
	362		humilhação. Chamaram meu filho de chamaram meu
	363		filho de LEMÃO, bebê CHORÃO. O meu filho é é
	364		ele passou chegou a passar mal na na reportagem
	365		sentado lá ALGEMA::DO. Querendo água pedindo a
	366		mulher pra dar água e eles não tava da:ndo. A
	367		mulher falou pra dar á:gua a ele, não †foi, meu
	368		filho?
	369	Ícaro	É verdade mesmo.
	370	Jader	Uhum... então tá.
	371	Ísis	Eu até tava com medo de mexer com isso porque
	372		eu te eu te porque eu tava com medo de
	373		prejudicar meu FI::lho, entendeu?
	374	Jader	Uhum
	375	Ísis	De PREJUDICAR o meu fi::lho. Ele <traba::lha> ,
	376		em[tendeu?
	377	Jader	[qual foi o juiz
	378	Ísis	De envolver POLÍCI::A nisso,
	379		porque
	380	Jader	[qual foi o juiz]
	381	Ísis	Acho que não envolve polícia nisso não, né!?
	382	Jader	A sua o seu filho já passou por esses problemas
	383		todos aí, dona... Ísis
	384	Ísis	Hum
	385	Jader	É... teria alguma coisa PIOR do que essa pra
	386		acontecer com ele? A senhora acha?
	387	Ísis	Hum NÃO!
	388	Jader	A senhora tem RECEIO de alguma co::Isa?
	389	Ísis	Nã:o
	390	Jader	De pleitear o que é DIREITO dele? Não!?
	391	Ísis	Não... a única coisa que eu tenho MEDO assim
	392		porque de porque eles passam um MEDO, entendeu?
	393	Jader	SIM!
	394	Ísis	De que quando os policiais fizeram a ABORDAGEM
	395		no meu <fi::lho> pode querer envolver ele no
	396		me::io, entendeu? Mas me informaram pra mim que
	397		não envolve polícia nisso. É entre o Ícaro e o
	398		ESTA::DO, não é!?
	399	Jader	É... não é que não envolve a polícia, a a
	400		polícia ela age EM NOME do Estado.
	401	Ísis	Hum
	402	Jader	Se ela EXTRAPOLAR os limites da lei, quem
	403		responde é o Estado. Não é O policial, porque
	404		ele representa o Estado. É... o Estado ele tem
	405		que ESCOLHER os policiais é... selecioná-los de
	406		tal FORMA >pelo menos esse é o DEse::jo da
	407		cidadania< que os policiais sejam de tal forma
	408		que eles não <EXCEDAM> o limite da lei tanto

409		para a defesa da sociedade quanto para a
410		apuração dos fatos.
411	Ísis	É.
412	Jader	É... a divulgação indevi::da ou de... como
413		atribuir à alguém aquilo que ele NÃO cometeu, é
414		<ilícito>. É... então, se o Esta:do, pela
415		polícia, ele excedeu os limites de
416		investigaçã::o, ou no caso de prisão INDEVIDA,
417		ele tem que responder o ilícito. Os jornais e
418		as tevês, o que eles excederam? Ah! Eles
419		excederam em divulgar uma coisa é...
420		SUPOSTAMENTE por achar que ele era uma pessoa
421		<po::bre>, de um bairro <po::bre>, PERIFERIA,
422		é... e por ESSE fato e por não ser uma pessoa
423		de posses ele... eles não teriam consequências
424		nenhuma, porque TERIA MUI::to jorna::l, teria
425		mui::ta audiência, teria muito RETORNO pelas
426		propagandas >essas coisas todas<. O INTERESSE
427		do clamor social é... então eles TAMBÉ::M
428		<EXCEDEM> quando divulgam coisa::s <IRREAIS>.
429	Ísis	É
430	Jader	Fatos NÃO verdadeiros. Atribuem à alguém aquilo
431		que NÃO cometeu, como nós estamos vendo aqui na
432		MANCHETE ((aponta para o jornal)) chamando de
433		<BANDIDOS>! (O.4) Eles eles já CONDERAM o seu
434		filho!
435	Ísis	Condena::ram!
436	Jader	Por isso eu to perguntando: se tem IMPRENSA que
437		divulgou que seu filho era BANDido, e a justiça
438		disse que ele [não é
439	Ísis	le o meu fi::lho é réu primário
440		ele nunca passou pela poli:cia
441	Jader	ENTÃO! Fica cl[aro
442	Isis	[NUNCA
443	Jader	Que ele NÃO É. Eles
444		CONDENARAM. Por isso eu to perguntando: teria
445		alguma condenação MAIOR para seu filho que ser
446		TAXA:DO por aí como bandido?
447	Ícaro	SÓ que essa...
448	Jader	Eu não acredito ((meio riso)), porque maior
449		VIOLÊNCIA que essa, só se MATAR!
450	Ísis	Porque diz que se eu entrar com esse negócio aí
451		a gente podia ficar à MERCÊ de de ameaça >pelos
452		policiais< que fizeram a APRE[ENSÃO, entendeu?]
453	Jader	[Quem falou isso
454		pra senho:ora?]
455	Ísis	As pessoas é... era pra eu ter mexido com isso
456		há muito tempo, mas só que o MEDO toma conta de
457		mim.
458	Jader	Não, tudo bem! Mas só pra saber qual é o
459		interesse dessas pessoas que tem é contra ser
460		apurada a VERDADE.
461	Ísis	Porque eu tenho muito MEDO ass[im
462	Jader	[porque se alguém
463		excede alguma COI::SA, >qualquer um de nós<,
464		nós somos sujeitos, nós não podemos exceder os
465		limites que a lei nos diz que é o ↑nosso
466		limite. Nós temos um lim[ite
467	Ísis	[É::...
468	Jader	Fazer o bem? A senhora nunca será proibida.

469		Fazer o mal... não PODE! Tá na lei.
470	Ísis	[E o Ícaro tava trabalhando no
471		empr[e::go e tudo
472		[incendiar o ônibus? Não Pode. Quem
473		incendiou o ônibus é que tem que responder,
474		NÃ::O o Ícaro... como ele não participo::u e a
475		justiça o o ISENTOU... é... ficou claro pra
476		nós, já que ele < inclusive> estava em casa e
477		as testemunhas <PROvam> que ele não
478		participo::u, eles excederam. Por isso to
479		perguntando: teria alguma coisa <PI↑OR> pra
480		acontecer? A polícia não pó:de agir
481		>ilicitamente<. Ah ((tom de voz sobe levemente
482		para imitar o tom de um terceiro)) vamos em
483		represália ao Ícaro. Vamos começar a persegui-
484		lo. Se começar a perseguir... a senHORA nos
485		proCU::Ra, proCU::Ra o Ministério Público,
486		procura a polícia ((repara a fala)) ou outros
487		órgão de polícia. Se é a polícia civil, a
488		senhora tem que procurar o superinten[dente. Se
489		é
490	Ísis	[É a CIVIL
491	Jader	[Se é]
492	Ísis	[Foram
493		eles que fizeram a abordagem do meu <fi::lho>
494	Jader	Então! Se a poli... tô dizendo assim, se
495		exceder. Qualquer um que exceder, qualquer
496		setor da sociedade, a senhora tem a quem
497		reclamar.
498	Ísis	Aham
499	Jader	Se a polícia civil ela::... agir
500		>indevidamente< em represália <AO SEU FI::LHO>
501		que vai reivindicar direitos, a >senhora
502		procura< o >superintendente<, procura o
503		>governador<, o chefe dos delegados, procure
504		a... todas as autoridades dentro da LEI. Se é
505		um militar, tem que ir na corporação onde ele
506		serve ou ir no comandante. Eles abrem inquérito
507		para apurar. Eles não <PO::DEM> agir em
508		represália, eles tem que agir para deter
509		crimino::so, e não quem está apurando VERDADE.
510		Qualquer um que está apurando verdade,
511		sobretudo quem está para reparação a um dano
512		feito pra ele, eles não podem fazer represália.
513		Quem fizer represália, que vá a juízo e prove
514		((incompreensível)) caso vocês querendo entrar
515		com uma ação com a Doutora Mayara, nós fazemos
516		os levantamentos cabi::veis, com o que vocês
517		estiverem em mãos, com a investigação, com os
518		meios de comunicação que divulgaram
519		INDEVIDAMENTE os fatos, atribuindo
520		((incompreensível)) sobre ele. Aqui
521		reivindicamos os direitos que vocês têm e a
522		devida reparação, ok? Essas testemunhas que
523		falaram em juízo, vocês conhecem? Tem alguma
524		co((incompreensível))?

## ANEXO IV

Almoço ocorrido em 27/09/2016, em escritório de advocacia localizado no município de Vila Velha, estado do Espírito Santo. Participantes: Mayara, Jader, Thatiana, Rosana, Wanderson e Geane. Intervalo transcrito: 17'58'' a 23'03''.

01	Jader	Você qu[e:r? ((pega a saladeira e passa para Mayara))
02		
03	Thatiana	[Tem que comprar pra mamãe e pra Zezé.
04		((dirige-se para Wanderson, apontando para o
05		pen drive que está sobre a mesa))
06	Jader	Eu não to falando que tem que pegar comida, ô
07		filha!?
08	Waderson	[A Di me falou
09	Mayara	A:: Ísis veio >aquele< dia?
10	Jader	Veio.
11	Mayara	E a↑í?
12	Jader	Ela tá juntando um pa você pediu pra juntar
13		fotocópia, né!? ((dirige-se para Thatiana))
14	Thatiana	Ah! Tem que fazer um pedi:do a↑inda pro [juiz.
15	Jader	[Ah,
16		é!?
17	Thatiana	De desarquiva[MENto
18	Jader	[De quem é] esse copo [aqui?]
19	Thatiana	[Esse aqui
20		é MEU! Tem que pedir desarquivame::nto, que
21		ela foi lá e falou [↑A::h
22	Jader	Uhum]
23	Thatiana	tem pedir o desarquivamento
24		porque já tá lá.
25	Jader	Tem que peDIR.
26	Thatiana	Tá no arquivo mo:rto. ((barulho de
27		refrigerante sendo colocado no copo)) (0.4)
28	Rosana	Por que ela vai entrar na ação? (0.5)
29	Jader	Hum
30	Thatiana	Quem atendeu foi Maya::Ra.
31	Mayara	Da.. Í:sis? Conta pra el conta pra Ro[sana
32	Thatiana	[Papai e Mayara]
33	Jader	A história da Ísis. Pra fa[lar ag↑ora?
34	Rosana	[Ah, eu sei que o
35		filho de::la teve es[se da::no
36	Jader	[Uhum
37	Rosana	AQUI, mas não é dele.. o ↓dano?
38	Jader	Houve uma.. um um houve um.. uma
39	Mayara	Um INCÊNdio!
40	Jader	Um <incÊNdio>, os incendiários incendia:RAM o
41		ôni[bus
42	Mayara	[aqui no ZUMBI
43	Jader	A polícia fi[cou
44	Rosana	[não, isso eu li
45		na na inicial. Eu li a inicial T[O::DA
46	Jader	[Tá BOM! A
47		polí::[cia
48	Rosana	[eu não vi assim uma correlação algum



	49		dano <pra ELA>, pra ela entrar como autora
	50	Jader	[<REFLE::XO!> Ela é MÃ::E do rapa::z,
	51		ela que passou os constrangimentos, ela que
	52		tinha que ir atrás, <morreu> de MEDO da
	53		polícia matar o filho de::La.
	54	Rosana	↓Ah ta:
	55	Jader	A PRESSÃO que ela sofria da su[a
	56	Rosana	[tem que narrar,
	57		então
	58	Jader	[sociedade]
	59	Rosana	Na inicial também
	60	Jader	Dá d↓ano REFLE::xô
	61	Thatiana	Só que ela tá com TANTO me::do que ela vi[rou]
	62	Jader	[a:]
	63	Thatiana	QUE ela virou e veio aqu↓i: DOT[O::URA
	64		
	65	Jader	[Ela tá
	66		morRENdo de me::do!
	67	Thatiana	? [Você me mandou
	68		tirar a cópia lá, mas
	68	Jader	[Até HO:je!
	69	Thatiana	Tá todo mundo botando medo em mim, que se eu
	70		for se eu continuar com esse processo vão me
	71		prend↓e:r
	72	Jader	O:LHA só!
	73	Mayara	O medo dela é com a poli::Cia, ↓coitada
	74	Jader	E o ME:do
	75	Thatiana	[já falaram que a po[li]
	76	Jader	[e o medo de matar o
	77		filho de:La
	78	Thatiana	[cia vai lá em casa.
	79		No dia que entrar com a ação vai bater lá em
	80		casa.
	81	Jader	Ela ela ela tá num <cho::que> acho
	82	Thatiana	Se isso for verdade, fala com o doutor Jader
	83		que eu não quero mais!
	84	Jader	Uhum
	85	Mayara	Mas conta pra Rosana a história inteira, que
	86		talvez ela vai conseguir entender o porquê da
	87		>Ísis< (0.5)
	88	Jader	Eles chegaram na casa dela, EMPURRARAM a
	89		<po::rta> fora arrebenta:ndo e: pra levar o
	90		MENINO.
	91	Rosana	Ah, é?
	92	Jader	Uhum. Impre::nsa, esse monte de esse monte de
	93		polícia quando chega aquele aquele alvoroço
	94		DANADO que eles fazem e depois a <NOTÍ::Cia>
	95		que corre na vizinha::nça, que corre na
	96		impre::nsa, que fica <todo mundo> sabe::ndo,
	97		todo mundo em cima dela ((muda o tom de voz))
	98		↑Ah! O seu filho! Que não sei o quê...
	99		VAGAGUNDO >e tal<. Até provar que..
	100	Thatiana	Me dá aí o macarrão::o? ((dirige-se para
	101		Geane))
	102	Jader	até provar que (0,2) focinho de PORco não é
	103		TOMA::DA
	104	Rosana	Tem então que acrescentar os fatos relaciona
	105		((repara a fala)) RELA[CIONar
	106	Jader	[REFLEXO!
	107	Rosana	RELAcionar o

	108		dano refl[exo
	109	Jader	[UHUM]
	110	Rosana	Relacionar o dano reflexo pra ela,
	111		porque só [TÁ] pra ele
	112	Jader	[UHUM]
	113	Rosana	Ela tá como auto::[Ra
	114	Jader	[Isso!
	115	Rosana	Aí eu achei [que
	116	Jader	[como
	117		<AUTO::RA!> Ela tem que entrar como autora
	118		TAMBÊ::M!
	119	Mayara	[No dia do
	120		atendimento dela, né, [pa:i!?
	121	Jader	[Ela falou a
	122	Mayara	Ela <CHORO::U>
	123	Jader	É reflexo!
	124	Mayara	Ela chorou, ↓tadi::nha
	125	Jader	NOSSA!Se ela começar a falar aqui, ela chora!
	126		Ela não [chorou
	127	Thatiana	[pode comer] ((dirige-se pra Wanderson))
	128	Jader	[o dia que ela conversou com você, ↓não?
	129	Rosana	Não::...
	130	Jader	Agora o dia que ela VEIO aqui: ela ABRIU a
	131		bo::Ca a ↓chorar
	132	Thatiana	Essa carne você vai deixar aqui? ((dirige-se
	133		para Geane))
	134	Wanderson	Pode deixar
	135	Mayara	Acho que >deve ser< muito difí:cil pra uma mãe
	136	Jader	É, quem sabe que ele quem conhece o menino
	137	Thatiana	[isso aqui
	138		você vai jogar fora?] ((dirige-se para
	139		Wanderson))
	140	Jader	Sabe que ele não tava envolvido, NE!?
	141	Mayara	É:... (0,3) mas assim, eu pelo menos penso que
	142		num bairro tipo AQUI, Santa Ri::ta ou Zumbi::,
	143		(0.2) você estAR envolvido com o cri:me é
	144		muito mais pesa::do pra uma mãe:: eu acho,
	145		né. Não sei. OU NÃ::O estar envolvido é
	146		<ma::i> valoriza:do.
	147	Jader	Mais valorizado. <LÓ::GICO!>, ué! Imagina:
	148		onde é rico o cara pensa assim: isso é
	149		sacanagem, o cara não fez isso, não! Mas
	150		quando é pobre, o pobre já leva a tese de que
	151		é la[drão.
	152	Rosana	[eu acho que é
	153		engraçado como que as pessoas já acham
	154		natural, né!? Tem uma cliente que faz a unha
	155		aqui: como é que é o nome dela? Ma Mara! (0.3)
	156		quando ela vem fazer a unha da Geane
	157	Wanderson	Achei mais barato! ((aponta para pen drive))
	158	Rosana	[que ela fala assim que o marido dela]
	159	Wanderson	[trinta e seis reais dezesseis gigas]
	160	Rosana	[Aí eu falei assim]
	161	Wanderson	[mas a Mayara vai querer três também?]
	162	Rosana	Ele tá preso? Pra ela, assim, é uma coisa
	163		norma::l ela só falou assim: cuidado pra você
	164		não ser preso
	165	Thatiana	Dois pra mim e dois pra Juliana
	166	Wanderson	Tá bom

167	Rosana	Ela: ah! Não vai se envolver com a bandidagem!
168		Daqui a pouco ele foi se ele for preso de novo
169		ela vai ela fala como se aquilo fizesse PARTE
170		do <cotidia::no> como se fosse natural
171	Jader	Aham! NATURAL
172	Rosana	Como se não tivesse um dano assim <a::>.
173	Thatiana	Mayara, você vai querer pen drive?
174	Rosana	Uma coisa que não é extre[ma
175	Jader	[na cabeça deles o
176		cara <é podero::so>, eles pensam assim
177		"ninguém mexe com pele porque ele é
178		PODERO::so". Né!?
179	Rosana	Ela cuida do ela cuida do cuidou dele depois
180		que ele fo tipo assim a polícia bateu nele, só
181		que ele chegou baleado e tal, aí <a::ntes>
182		dela casar ele já tinha esse histórico todo.
183		Ela caso:u (0.3) quem é que [casa
184	Jader	[levou o pacote!]
185	Rosana	Com uma pessoa que tem um histórico
186		desse, né!?
187	Jader	Uhum
188	Rosana	Vive caindo nas dro::gas, se envolvendo com o
189		tráfico e tal.. aí: ela:: (0.2) quando os
190		amigos dele batem lá baleado ela vai e
191		cu::ida, compra gaze pra cuida::r ((risos))
192		acho impressionante! Não que não deva CUIDAR
193	Mayara	Uhum
194	Rosana	Mas a pessoa <escolhe:r> ter uma família com
195		uma pessoa que já tem esse histórico, né!?
196	Mayara	É.. Difícil, né!?
197	Thatiana	Vou jogar fora ((dirige-se para Geane))
198	Jader	Eu.. eu.. agora tem pessoas, assim, que eles
199		estão aí porque não tem opção.
200	Rosana	É..
201	Jader	Mas elas não se contaminam. É como a
202		<GA::RÇA>. Ela tá no meio da lama, mas
203		continua branquinha. (0.3) na verdade ela vai
204		se limpar.
205	Mayara	Agora, por outro lado
206	Jader	É o caso da <dona Í::SIS>
207	Mayara	É, né!?
208	Jader	Ela é trabalhadora, o filho trabalhador
209		de::la, né!? Uma história complicada.

## ANEXO VI

Reportagem completa retirada do site <<http://www.folhavitória.com.br/policia/noticia/2014/02/trio-e-detido-suspeito-de-incendiar-onibus-de-limpeza-urbana-em-vila-velha.html>>

13/2/2014 às 13h9 - Atualizado em 13/2/2014 às 15h34

### Trio é detido suspeito de incendiar ônibus de limpeza urbana em Vila Velha

TV Vitória

Redação Folha Vitória



Dois jovens foram presos e um adolescente apreendido, na manhã desta quinta-feira (13), suspeitos de **incendiarem um ônibus de limpeza urbana no dia 10 de janeiro** em Vila Velha.

Os suspeitos, identificados como [REDACTED], de 18 anos, [REDACTED], de 19 anos, e o adolescente de 17 anos foram abordados em uma casa no bairro Zumbi dos Palmares, em Vila Velha, e não apresentaram resistência à prisão.

De acordo com o delegado da Delegacia Patrimonial, Alexandre Passamani, os acusados confessaram o crime. “Em depoimento, eles disseram que o incêndio ao ônibus seria uma retaliação contra a ação da Polícia Militar. Acreditamos que a

motivação pode ter relação com a morte do amigo deles, Jhonatan Pinheiro Gonçalves, de 17 anos, baleado durante um confronto com os militares”, disse.

Segundo a polícia, Jhonatan é suspeito de envolvimento com o tráfico de drogas em Vila Velha. O adolescente foi baleado por policiais durante uma abordagem, um dia antes do incêndio ao ônibus. Na ocasião, o menor desobedeceu à ordem de parada dos militares e atirou contra os policiais, que revidaram os disparos.



O ônibus incendiado é da empresa Corpus, que presta serviços de limpeza urbana à prefeitura de Vila Velha. O crime aconteceu na Avenida Capuaba, próximo ao viaduto da Avenida Carlos Lindenberg.

No veículo estava apenas o motorista da empresa, que foi obrigado a descer. Os três suspeitos estavam armados, invadiram o ônibus com gasolina e, em seguida, atearam fogo no veículo.

### **Outros casos na Grande Vitória**

Somente em janeiro deste ano, três ônibus foram incendiados na Grande Vitória. Além do ônibus de limpeza urbana queimado na rodovia Carlos Lindenberg, outros dois casos foram registrados.

No **último dia 31, um homem foi preso e um adolescente apreendido suspeitos de incendiarem um ônibus em Nova Carapina II, na Serra**. De acordo com moradores do bairro, o incêndio ao coletivo, durante a madrugada, teria relação com a morte do adolescente Gabriel Sampaio de Souza, de 15 anos. **O garoto morreu após trocar tiros com a polícia em Cidade Pomar, também na Serra.**

No início do mês, **no dia 7, homens encapuzados perseguiram, em uma moto, o ônibus da linha 770 do sistema Transcol**, ordenaram que os passageiros descessem do veículo e atearam o fogo. O crime aconteceu em Porto Novo, Cariacica.

**Ônibus são alvos de vandalismo**

**Um levantamento feito pelo Sindicato das Empresas de Transporte Metropolitano da Grande Vitória (GVBus)** apontou que seis ônibus do sistema Transcol foram alvos de atos de vandalismo por mês na Grande Vitória.

No ano passado, cinco ônibus do Sistema Transcol foram incendiados e 75 sofreram algum ato de vandalismo. O valor atual da aquisição de um veículo novo é de R\$ 270 mil. A destruição dos ônibus gerou um prejuízo de cerca de R\$ 1,3 milhão, e neste início de 2014 foi R\$ 540 mil.

## ANEXO VII

Reportagem completa retirada do site < <http://www.folhados.com/noticia/2014/02/14/policia-prende-acusados-de-vandalismo-em-vila-velha-es.html>>

Jefferson Ramos - 14/02/2014 12h10 - Atualizado em 14/02/2014 12h13

# POLÍCIA PRENDE ACUSADOS DE VANDALISMO EM VILA VELHA-ES

Ao todo quatro pessoas já estão detidas



Foto: Divulgação

Três suspeitos de participarem do incêndio de um ônibus, na Estrada de Capuaba, em Vila Velha, no mês passado, foram detidos, na manhã desta quinta-feira (13), durante uma operação da Polícia Civil. Os detidos são [REDACTED], 19 anos, [REDACTED], 18, e um menor de 17.

Ao todo, quatro pessoas suspeitas de envolvimento com o crime já foram presas. Além dos três, Mário Pinheiro Gonçalves, 20 anos, foi preso no último domingo (9).

Max Willian e Wemeson foram detidos na casa deles, em Zumbi de Palmares, Vila Velha-ES. Não houve resistência por nenhum deles. O menor confessou envolvimento no caso. Max estava abalado e chegou a chorar. Já Wemeson foi frio e negou a acusação.

O incêndio ao ônibus que era usado para transportar funcionários de limpeza de Vila Velha aconteceu no dia 10 de janeiro e foi motivado pela morte de um jovem, após uma troca de tiros com a polícia um dia antes do crime. A versão foi confirmada por um dos acusados. A polícia procura mais quatro pessoas envolvidas no caso.